

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CAROLINE DE SOUZA CUNHA

SEÇÃO SINDICAL APRUMA/ANDES/SN – SINDICATO NACIONAL: uma análise
sócio-histórica de suas bandeiras e lutas

São Luís

2011

CAROLINE DE SOUZA CUNHA

**SEÇÃO SINDICAL APRUMA/ANDES/SN – SINDICATO NACIONAL: uma análise
sócio-histórica de suas bandeiras e lutas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Educação da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulino de
Sousa

São Luís

2011

Cunha, Caroline de Souza

Seção Sindical APRUMA/ANDES/SN – Sindicato Nacional: uma análise sócio-histórica de suas bandeiras e lutas/ Caroline de Souza Cunha. - São Luís, 2011.

221f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2011.

1.Sindicato - Docentes 2. Proletarização 3. Ensino Superior I.
Título.

CDU 331.105.44: 378

CAROLINE DE SOUZA CUNHA

SEÇÃO SINDICAL APRUMA/ANDES/SN – SINDICATO NACIONAL: uma análise sócio-histórica de suas bandeiras e lutas

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa (Orientador)

Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima

Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José Menezes Gomes

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão

Aos meus queridos pais, irmãos, cunhada, sobrinho e companheiro, pilares de sustentação, alegria e incentivo. Amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem credito minha fé, sem apegos a dogmas ou religião; a quem creio sem imposições, que creio como essência de minha vida.

Aos meus queridos e amados pais, Maria Sônia de Souza Cunha, mulher que lutou pela educação de todos os seus filhos, e Francisco de Assis Cunha.

Aos meus irmãos, André, Sabrina e Rafael; ao meu sobrinho, Pedro Arthur; e à estimada cunhada, Camila. Agradeço a todos pelo exemplo que tenho de amor e união fraternos.

A Valter Marjonny, companheiro, amigo, incentivador desta e de outras conquistas.

Ao Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa, pela generosidade, aprendizados, possibilidades e oportunidades de estudo propostas, incentivo à conquista de uma autonomia intelectual, respeito profissional e pelo seu papel de orientador.

À Profa. Dra. Fátima Gonçalves, pelas orientações e ensinamentos em um processo de construção de uma escolha profissional, em participarda qualificação e pela amizade.

Ao Prof. Dr. José Menezes Gomes, pelo convite aceito em participar da qualificação e pelas orientações.

Aos professores e professoras do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA: Dra. Adelaide Ferreira Coutinho, Dr. Antônio José da Silva Oliveira, Dr. César Augusto Castro, Dra. Diomar das Graças Motta, Dra. Francisca das Chagas Silva Lima, Dra. Ilma Vieira do Nascimento, Dra. Ilzeni Silva Dias, Dra. Iran de Maria Leitão Nunes, Dr. João de Deus Vieira Barros, Dr. José Bolívar Burbano Paredes, Dra. Lélia Cristina Silveira de Moraes, Dra. Maria Alice Melo, Dra. Maria Núbia Barbosa Bonfim, Dra. Maria da Conceição Brenha Raposo, Dra. Maria José Pires Barros Cardozo, Dra. Marilete Geralda da Silva, Dra. Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho, por terem participado da minha formação acadêmica desde os tempos da graduação.

Aos professores e professoras da USP (Universidade de São Paulo), Valdir Barzotto, Neide Rezende, Cláudia Riolffi, Emerson, Maurilane Biccas, Diana Vidal, pela oportunidade de estudos e troca de experiências junto à referida Universidade, através de ensinamentos e orientações.

Às companheiras e companheiros de missão de estudos, Edmar, Gláucia, Leidiane, Ana Champoundry e Aílton, pela amizade e aprendizado mútuos.

Às minhas amigas, escolhas da vida e presentes de Deus, Eliana, Fabiana, Sandra, Chiemmy, Rosângela e todos que, apesar da distância e rotina de uma vida de luta e sobrevivência, estejam afastados do caminho. Permanecem em apreço nas lembranças e no coração.

Àquerida Aline César (*inmemoriam*), a quem a morte levou precocemente; lembranças da última vez em que nos falamos, quando demonstrou o interesse em fazer o Mestrado em Educação.

Às minhas novas amigas, companheiras da Jornada Caxiense:Leudjane, pelo auxílio e discussões sobre meu tema de estudo, pela amizade; Ana Paula, pelos seus ensinamentos em análise do discurso, pela amizade e educação; e Keciane, pela sinceridade e oportunidade de convivência. Todas me ensinando nas diferenças a importância de aprendermos a construir espaços que nos fazem próximas e amigas.

Aos colegas de trabalho do IFMA,Campus- Caxias, pela recente amizade e oportunidade de convivência.

Aos meus queridos alunos, das 1ª e 2ª turmas do ensino médio, do curso de Meio Ambiente, pelo respeito, carinho e interesse em aprender – o que me faz sentir realizada todos os dias pela opção de ser professora.

Aos professores da APRUMA, que permitiram a realização dos estudos e entrevistas; pelo carinho e atenção prestados, pelo respeito às suas histórias, em que pesem os agradecimentos ao Prof. Esp.Patricio, à Dra. Fátima Félix, à Dra. Denise e ao Ms. Luiz Alves.

À Profa.Ms. Miriam, pela gentileza, carinho, respeito e orientações.

À CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), pelas possibilidades de poder ampliar a pesquisa através de viagens, compras de livros e materiais para pesquisa, além da missão de estudos.

“Flectere si nequeo Superos,
Acheronta Movebo”. – “Se eu não posso
dobrar os deuses de cima, moverei o
Aqueronte”. (Citação de Foucault em:
Nascimento da Biopolítica. 2008).

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de campo realizada em uma Seção Sindical dos Docentes das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Analisa a formação de uma Seção Sindical do ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior-Sindicato Nacional), em instituição pública de ensino superior, bem como suas bandeiras e lutas. As fontes de dados da pesquisa foram: a documentação do arquivo do Centro de Documentação – CEDOC – do acervo da Secretaria Geral do Sindicato Nacional em Brasília-DF, através de pesquisas em cartas, e-mails, artigos, entre as Seções Sindicais ANDES-SN e APRUMA (Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão). Em São Luís-MA destacam-se as entrevistas semi-estruturadas com professores que fizeram parte do processo histórico de formação da APRUMA e referências bibliográficas que auxiliaram no entendimento e análise do objeto em questão e das categorias que o fundamentam. Como resultado da análise, faz-se um apanhado histórico sobre as condições e as relações de trabalho nas Instituições de Ensino Superior - IES, o que indica as motivações para a construção de uma representação sindical nacional, ANDES/SN e uma Seção Sindical na UFMA. As lutas do Sindicato Nacional das IES demonstram como a classe docente vem sendo submetida ao processo de proletarização do trabalho e perda do poder de negociação em relação aos dispositivos governamentais e controle dos órgãos de fomento que financiam a pesquisa nas universidades brasileiras. Essas instituições têm atualmente o poder de disciplinar a carreira docente de acordo com os dispositivos do capital financiador das políticas públicas de educação. Considera-se com o estudo que as formas e o poder de negociação dos Sindicatos mudaram ao longo dos últimos trinta anos, em destaque para a relação entre a Central Única dos Trabalhadores - CUT, e o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O interesse desse trabalho é entender de que forma os indicadores sociais, políticos e econômicos interferiram nesse processo de mudança.

Palavras-chave: Sindicato. Docentes. Proletarização. Ensino Superior. Educação.

ABSTRACT

The present work is the result of a field research undertaken in Brazilian Higher Education Union Section. It analyses the establishment of a Union Section of ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior-Sindicato Nacional), in a public higher education institution, as well as its struggles and ideals. Research material collected: documents from the archive of Centro de Documentação – CEDOC – in Secretaria Geral do Sindicato Nacional in Brasília-DF, through research in letters, emails, articles, between the trade Union Sections ANDES-SN and APRUMA (Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão). In São Luís-MA there are the semi-structured interviews with professors who cofounded APRUMA and bibliographic reference which contributes to the understanding and analysis of the object and of the categories which underlie it. As a result of the analysis, we find a historical review of labor conditions and relations in Brazilian Higher Education Institutions which indicates the motivations for founding a national syndical representation, ANDES/SN, and a syndical section at UFMA. The struggles confronted by national syndicate of higher education institutions demonstrate the proletarianization of labor and loss of bargaining power compared to government apparatus and control of research foundation institutions which finance studies in Brazilian universities. These institutions discipline university careers accordingly with financing capital of public policies in education. In this study we consider that syndicate's power and manner of negotiation have changed throughout the last thirty years, specifically highlighted the relationship between Central Única dos Trabalhadores - CUT and President Luís Inácio Lula da Silva. The aim of this work is to understand how the social, political and economic indicators may have interfered in this changing process.

Key-words: Syndicate, Professors, Proletarianization, Higher Education, Education.

LISTA DE SIGLAS

ABE	– Associação Brasileira de Educação
ADs	– Associações Docentes
ADUSP	– A.D.da Universidade de São Paulo
AIB	– Ação Integralista Brasileira
ANDE	– Associação Nacional de Educação
ANDES	– Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANDES/SN	– Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior/ Sindicato Nacional
ANFOP	– Associação Nacional de Formação de Professores
ANL	– Aliança Nacional Liberal
ANPAE	– Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação
ANPED	– Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação
APRUMA	– Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão
MEB	– Movimento de Educação de Base
BIRD	– Banco Mundial
C&T	– Ciência e Tecnologia
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CCN	– Centro de Cultura Negra
CDS	– Conselho de Desenvolvimento Social
CNE/CEB	– Conselho Nacional de Estudantes
CEDES	– Centro de Estudos de Educação e Sociedade
CEDOC	– Centro de Documentação
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
CGT	– Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
CNDU	– Congresso Nacional dos Docentes Universitários
CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD	– Congresso Nacional das Associações dos Docentes
CONAE	- Conferência Nacional da Educação
CONAM	– Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONCLAT	– Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSED	– Conselho Nacional de Secretários da Educação
CPB	– Confederação dos Professores do Brasil
CRUB	– Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras *
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DEM	– Democratas

DIP	– Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	– Departamento de Ordem Política e Social
EBTT	– Educação Básica Técnica e Tecnológica
ENAD	– Encontro Nacional de Associações Docentes
ENEM	– Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	– Estados Unidos da América
FAZ	– Fundo de Apoio ao Desenvolvimento
FASUBRA	– Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FENOE	– Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
FEUSP	– Faculdade de Educação da USP
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FIESP	– Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP	– Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FNDEP	– Fundo Nacional de Defesa da Escola Pública
FSP	– Folha de São Paulo
FUNRURAL	– Fundo do Trabalhador Rural
GED	– Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior
GERES	– Grupo de Estudos para Reformulação do Ensino Superior
GT	– Grupo de Trabalho
IBICT	– Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IC	– Internacional Comunista
IES	– Instituições de Ensino Superior
IFES	– Instituições Federais de Ensino Superior
IHGB	– Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IMPA	– Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INPA	– Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	– Comissão Nacional de Atividades Espaciais
INPS	– Instituto Nacional de Previdência Social
LABORARTE	– Laboratório de Expressões Artísticas
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	– Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MCT	– Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	– Ministério da Educação
MELP	– Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
MP	– Ministério do Planejamento

NIEPHE	– Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	– Organizações não governamentais
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PIS	– Programa de Integração Social
PL	– Projeto de Lei
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCAD	– Programa de Convênio Acadêmico
PROIFES	– Fórum de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior
PROTERRA	– Programa de Retribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste
PROUNI	– Programa Universidade para Todos
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	– Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	– Partido dos Trabalhadores
PURCE	– Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI	– Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RT	– Retribuição por Titulação
SALTE	– Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SBPC	– Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAF	– Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SINASEFE	– Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
SOMACS	– Sociedade Maranhense de Cultura Superior
STF	– Superior Tribunal Federal
STN	– Secretária do Tesouro Nacional
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBES	– União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UERN	– Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFC	– Universidade Federal do Ceará

UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
UNB	– Universidade de Brasília
UNDIME	– União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
UNE	– União Nacional dos Estudantes
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	– Estados Unidos da América
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	p.	
1	INTRODUÇÃO	15
2	DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL	29
2.1	Precauções teóricas	29
2.2	Políticas de proteção social	31
2.2.1	Políticas de proteção social no Brasil	32
2.3	Políticas educacionais no Brasil	36
2.4	O que dizem as teorias sobre o “populismo” e a manipulação das massas	45
2.5	Entendendo o capitalismo: políticas neoliberais e as universidades	51
2.6	Combate ao capitalismo e a criação de um presidente popular: uma eleição democrática?	55
3	O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL, O PÚBLICO E O PRIVADO	64
3.1	Categorias em análise	64
3.2	O neoliberalismo e as crises do capital: não governar demais	65
3.3	O Direito como princípio de limitação externa da razão de Estado	70
3.4	Movendo o Aqueronte	72
4	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI	75
4.1	A emergência e sobrevivência das universidades públicas brasileiras	75
4.2	Entendendo a Universidade hoje	88
4.3	A Universidade, a CAPES e o CNPQ	94
4.3.1	História da CAPES e do CNPQ	95
4.4	Modelos de gestão	103
4.5	Condições de trabalho e saúde docente	104
5	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	108
5.1	Do movimento docente ao sindical	108
5.2	Permanências e mudanças na organização docente a partir da década de 1980	114
5.3	A UNE e a história do Movimento Estudantil	116
6	A CONFIGURAÇÃO DA SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN APRUMA, E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: retrato do papel dos movimentos sindicais docentes das instituições de ensino superior	120

6.1	A proletarianização do trabalho docente	120
6.2	A História de formação da ANDES e da APRUMA	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICES	147
	ANEXOS	160

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu do interesse em entender a formação da identidade dos docentes do ensino superior a partir dos seus movimentos sindicais. A pesquisa sobre a prática dos movimentos sociais remonta ao período da especialização em Psicologia Social, quando se realizou um estudo sobre as práticas sociais desses e sua ação junto às comunidades remanescentes de quilombo. A busca pela identidade docente foi vislumbrada no memorial para ingresso no Programa do Mestrado em Educação, as angústias da autora se transformaram em algo mais objetivo e prático, na medida em que as paixões cegas foram sendo abandonadas por uma precisão científica, tendo como referência a atuação da Seção Sindical APRUMA – Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão -, enfocando suas formas de atuação na (re) produção de processos de participação política dos docentes do ensino superior.

As demandas em torno das políticas voltadas para a educação pública brasileira expressam o desejo de determinada parcela da população que vê, no ensino superior, possibilidades de ascensão social e garantia de um ensino público gratuito e de qualidade. A garantia dessa “qualidade¹” constituiu-se como parte do processo de negociação entre os movimentos sindicais e o Estado. Esses processos, ao longo da história, foram marcados pelo confronto e negociação de interesses diversos e diferenciados. Busca-se, assim, a forma de construção desses espaços de aprendizado político no movimento sindical.

Realizou-se entrevistas semiestruturadas, como técnica, para coletar dados que contribuíssem com as análises sobre os processos de articulação para a criação da APRUMA, (vide roteiro delas no apêndice D); enfatizou-se técnicas da história oral², como fonte de pesquisa através da memória dos entrevistados (vide roteiro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – no apêndice E), além das suas respectivas assinaturas em anexos.

¹ O conceito de qualidade pode ser compreendido de duas formas: a qualidade em seu sentido amplo e prático que significa adequação às normas e técnicas de determinado padrão exigido a um produto ou empresa, ou a qualidade em seu sentido restrito que é o utilizado pelos movimentos, nesse sentido o seu significado está associado à ideia de valor que se dá a determinado produto ou objeto. É o que caracteriza algo como bom ou ruim.

² A história oral consiste em um movimento da história cultural que surgiu nos anos de 1950 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. No Brasil, surge na década de 1975, no meio acadêmico e no seio dos movimentos sociais, com o compromisso inicial de “dar voz aos excluídos e marginalizados”. O objetivo inicial era transformar os relatos orais dos trabalhadores e excluídos, como fonte histórica. Com a história oral, o estudo do político e do contemporâneo ganhou novo impulso. (FERREIRA, M. 1998, p.19-30).

No que se refere aos movimentos sociais, Melucci (2001) faz uma diferença sistemática entre os ditos tradicionais e os contemporâneos, pois entende os espaços políticos da atuação de ambos e os caracteriza de acordo com o período histórico em que se apresentam, superando, desse modo, uma visão global e metafísica do espaço ocupado pelos atores sociais. Podendo ser compreendido ainda sob a seguinte óptica:

[...] Os movimentos sociais não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo. (MELUCCI, 2001, p. 23).

Embora utilize essa definição, é importante destacar que o conceito sobre os movimentos sociais sofre grande influência dos estudos europeus e estadunidenses, o que irá se distinguir é o lugar e a cultura que permitem aos mesmos assumirem características próprias, definidas por um modo específico de associação, o que muitas vezes sofre influências do modelo político adotado por determinada região ou país.

Melucci (2001) é enfático ao afirmar que as formas contemporâneas de movimentos sociais são múltiplas e variáveis e, por isso mesmo, é necessário distinguir o campo dos conflitos e dos atores que tornam tal fato visível, em decorrência disso, adveio a escolha pela APRUMA, que representa o campo de atuação dos docentes do ensino superior da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Destaca-se ainda que, no passado, ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir daí as causas da ação. Infere-se, com isso, que hoje é necessário identificar o campo dos conflitos no âmbito do sistema e explicar como certos grupos interferem neste campo; em grande parte, isso se deve às raízes históricas diversas de cada lugar em que o movimento é formado.

No universo da pesquisa, o trabalho não terá condições de classificar tudo o que é “novo” no movimento sindical docente, mas permitirá entender quais as discussões presentes, atualmente, no seio da universidade, palco da ação do movimento sindical estudado. As rupturas que foram encontradas sobre a história da APRUMA são decorrentes dos limites epistemológicos da própria pesquisa, além da falta de acesso a algumas informações, que poderão ser analisados em trabalhos futuros, em que poderia explorar, os principais momentos

de greves enfrentados pela Associação, suas marcas, problemas de Gestão e perda da credibilidade.

Quando se fala em movimento sindical no Brasil, na década de 2010, do século XXI, é perceptível no rosto das pessoas o olhar de desconfiança e descrédito. Os sindicatos e sindicalistas se perpetuaram no imaginário popular do povo brasileiro de forma muito caricata, até mesmo para os próprios sindicalistas, especialmente os ligados ao serviço público. Mas, a que se deve isso? Na medida em que justificam suas lutas, nos esforços para a diminuição das desigualdades e na transformação do Brasil em uma verdadeira democracia³.

Ora, pensar um movimento sindical no século XXI, através dos “discursos”⁴ e por representações⁵ imbuídas de pré-conceitos e pré-julgamentos, seria apenas um trabalho de opinião. Para evitar esses riscos, o presente estudo arrisca dizer que não está atrás das caricaturas e muito menos das suas representações, mas busca a discursividade presente em um grupo da sociedade, que representa a classe dos docentes, trabalhadores da educação do ensino superior, especialmente aqueles que se engajaram no movimento sindical docente. Pensar os professores do ensino superior, imbricados na “luta de classes”, permitirá também entender o que significou a inserção deles nesse movimento, quais consequências tiveram para suas vidas, o porquê de sentirem necessidade de pertencer a uma entidade de classe.

A APRUMA surge no seio da Universidade Federal do Maranhão, no ano de 1979, como uma Associação dos docentes das Instituições de Ensino Superior – IES. Não

³ A democracia em AULETE, Caldas; 2008, seria o Governo do povo. Sistema político em que o povo participa do governo diretamente ou elegendo livremente seus representantes. Estado que tem essa forma de governo. Igualdade política e social. Já as condições sociais para a democracia, de acordo com CHAUI, 2000, na esfera econômica seria o óbvio, ou seja, a transformação das relações de classe pela transformação do sistema de produção e do sistema de propriedade, com o fim da exploração da força de trabalho, da separação entre o trabalho braçal e o intelectual; seria a igualdade sócio-econômica. Desta forma: “[...] A discussão sobre as relações entre democracia e socialismo tornou-se urgente para o pensamento e a prática das esquerdas em toda parte, ainda que (ou talvez, sobretudo) por motivos diferentes. Em certos casos (como Espanha, de Portugal ou do Brasil), porque a passagem de regimes autoritários a democráticos vem sendo realizada sob a direção da fração governante das classes dominantes que, forçadas por razões internas – ascensão dos movimentos sociais-, ou por razões externas – guerras coloniais, crise energética, política econômica das multinacionais –, procuram um caminho político que lhe permita conservar o controle da vida social e política sem alterar profundamente a forma da acumulação, no plano econômico”. (CHAUI, 2000, p. 163).

⁴ Apesar de mencionar a categoria discurso, o trabalho não pretende realizar uma análise teórico-metodológica a partir da análise do discurso, apenas recorre à sua importância para a elaboração do referido texto.

⁵ Representação social nas ciências sociais é o estudo dos atores sociais em movimento, (atores aqui são entendidos como agentes); a forma como suas ideias e concepções de mundo estão representadas, ou seja: “[...] as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, em cada um desses lugares” (GEERTZ, 1997, p. 90). Para Erving Goffman, representação social é: “[...] toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Goffman baseia-se na metáfora da ação teatral. Consiste em uma forma de se entender a realidade social estudada a partir da maneira como os atores, (agentes), estão posicionados, como representam e percebem os papéis que encenam. É como se o cenário sempre permanecesse no mesmo lugar.

tinha como foco principal uma ação política, mas um local de encontro, criada no auge da ditadura militar como um ambiente propício a discussões, ao lazer e à cultura. O que lhe permitiu tornar-se um sindicato de professores é parte de um processo histórico mais amplo, o qual poderá ser vislumbrado ao longo do texto e das entrevistas com os professores da UFMA, permitindo entender de que forma ela é parte da construção de uma identidade, ou identificação dos docentes e entre si, consonante as práticas desenvolvidas por ela no seu ambiente de trabalho.

Portanto, o período analisado inclui a emergência⁶ da APRUMA, as discussões que culminaram no processo de articulação para a criação da⁷ ANDES – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, em âmbito nacional, na luta pela ampliação dos direitos sociais e pelo fim do regime militar até a atualidade, anos 2010/2011, em que está em pauta a luta pela garantia dos direitos já conquistados em anos anteriores. Com essa primeira reflexão, enfatizo que:

[...] O primeiro movimento reflexivo procura pensar a construção do olhar do pesquisador com base na educação do modo pelo qual se olha e percebe o mundo. Nesse movimento, propõe-se que o olhar, a percepção e a interpretação do objeto compõem complexo processo de leitura das múltiplas representações feitas do mundo. Isso quer dizer que o olhar quer ver sempre mais do que aquilo que lhe é dado ver. Olhar, nesse caso, significa pensar, e pensar é muito mais do que olhar e aceitar passivamente as coisas. (GHEDIN, 2008, p. 71).

E, nesse direcionamento, na tentativa de *pensar relacionamente*, como propõe Bourdieu (2004), é que foram estabelecidas relações entre a APRUMA e suas práticas como um processo de mobilização docente. Relacionou-se a pesquisa ao fato de pôr, em suspenso, as certezas acerca da sua localização na sociedade a qual vive e a que pertence. E é justamente esse sentimento de “pertencimento⁸ a este território”, ser brasileira e maranhense, o que nos permitiu questionar a suposta “imobilidade” do povo diante dos problemas sociais e políticos aos quais está submetido.

⁶ Devemos perguntar-nos para que, finalmente, pode servir essa atitude de manter em suspenso todas as unidades admitidas, trata-se, em suma, de reencontrar as unidades que fingimos questionar no início. Na verdade, a suspensão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a “descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irredutível – e muito freqüentemente minúscula – **emergência**”. (Foucault, 2004, p. 31).

⁷ Algumas vezes, no texto, a sigla ANDES estará acompanhada do artigo “a”, quando isso acontecer, está identificado o período de sua fundação, quando ainda era Associação, a mudança do artigo “a” para “o” acontecerá no período em que se torna Sindicato Nacional.

⁸ Ver Benedict Anderson, em comunidades imaginárias (2008).

Para tanto, reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam, e exercem os seus filiados, também pode ser visto como um modo de buscar responder e questionar o lugar das certezas consagradas na história, de que a educação, ou ao menos a sua falta, instituiu-se como instrumento de reprodução dessas formas de dominação. De que maneira o senso comum⁹ vulgarizou e consagrou essa visão que afeta diretamente a ideia de que democracia e espaço público são elementos inseparáveis.

Demarcar distinções acerca do período histórico estudado, para Melluci (2001), é inútil do ponto de vista epistemológico. Hodiernamente, é possível, no processo de mobilizações sociais e nas pesquisas sobre política, encontrar nuances e formas de ação que pertencem a fases históricas diversas. Após esclarecer essa questão de tipo epistemológico referente ao interesse precípuo, quando do ingresso no Mestrado em Educação, em querer estudar os movimentos sociais pela educação do século XIX e, atualmente, estar apresentando o recorte do movimento sindical docente do final do século XX e início do XXI, é que se responde à questão se hoje está se formando um novo paradigma dos movimentos sindicais.

Nesse sentido, a análise encontrada no presente trabalho, não está limitada apenas ao campo político, mas engloba aspectos de cunho social e histórico. Não se prendeu a análises estritamente globalizantes, homogêneas e universais, ao contrário, procurou entender as particularidades, as moléculas que se ligam para permitir a mobilização dos movimentos sindicais, em que pese citar as tradições e histórias de tempos idos, embora ainda possam estar presentes nas heranças e nos modelos de mundo encontrados e descritos pelos movimentos.

Procurou-se na pesquisa manter em aberto um espaço teórico no qual se permitiu a interlocução entre diferentes concepções teórico-metodológicas, até mesmo para tentar entender se a natureza dos conflitos é formulada unicamente pelas ideologias estruturadas na corrente marxista, ou se pelos atores sociais classificados pelos que se dizem marxistas, como pós-modernos. Em que lugar, sobre ou sob que fundamentação as mobilizações sociais são pensadas e direcionadas aos espaços públicos de ação social. Para complementar o sentido da pesquisa, com o fim de atender ainda a uma coerência de cunho epistemológico, também serão feitas algumas breves explicações históricas a períodos anteriores, com vistas a entender os processos políticos e sociais vivenciados na atualidade.

Em termos cronológicos, procurou-se analisar o enredo das políticas educacionais no Brasil, gestadas e pensadas sob a tutela do populismo, formação das universidades, papel e

⁹ Geertz (1997, p. 115) entende que: “a análise do senso comum, e não necessariamente seu exercício, deve, portanto, iniciar-se por um processo em que se reformule esta distinção esquecida, entre uma mera apreensão da realidade feita casualmente – ou seja lá o que for que meramente e casualmente apreendemos – e uma sabedoria coloquial, com pés no chão, que julga ou avalia esta realidade”.

história da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior e CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, movimentos sociais, sindicais e estudantis no Brasil, em destaque para: APRUMA, ANDES/SN e UNE – União Nacional dos Estudantes.

Para tanto, optou-se neste estudo trabalhar algumas categorias ao longo do texto, para evitar explicações repetidas e para entendê-las de acordo com a análise referente a cada item. Isso por entender que, entre as várias etapas recorrentes ao processo de pesquisa, destacou-se o exame minucioso sobre os vários trabalhos publicados e já realizados sobre o objeto proposto. Esta análise exigiu do pesquisador o amadurecimento e compreensão do problema em questão, por isso, tentou-se, a partir do presente trabalho, contribuir com o ambiente acadêmico, na medida em que o mesmo possa servir como fonte para futuros trabalhos sobre o entendimento acerca das diversas nuances, que perpassam as questões relativas à educação.

A partir dessas reflexões é que a análise de estudo discutiu os dispositivos¹⁰ governamentais, por meio de questões relacionadas a reformas da educação superior e à necessidade de uma defesa democrática pelos interesses do coletivo que compõe a comunidade acadêmica e os seus sindicatos, os quais tinham por slogan, na década de 1980, a *luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade*¹¹. Indo ao encontro dos interesses do governo, pautado nas políticas neoliberais, essas medidas visaram à transferência das responsabilidades do público para o privado. Com isso, procurou-se descrever também as faces do ensino superior no Brasil e suas relações com a atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de trabalho e da reestruturação do Estado.

¹⁰ Ver definição em DELEUZE, Gilles, 1990. “A filosofia de Foucault muitas vezes se apresenta como uma análise de ‘dispositivos’ concretos. Mas o que é um dispositivo? Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada uma está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si. É sempre por via de uma crise que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. Os grandes pensadores são um tanto sísmicos; não evoluem, mas avançam por crises, por abalos. Pensar em termos de linhas móveis era a operação de Herman Melville, e nele havia linhas de pesca, linhas de imersão, perigosas, e até mortais. Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de ‘fissura’, de ‘fratura’. Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de ‘trabalho em terreno’. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal”.

¹¹ Essa expressão é o slogan do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. A educação aqui deve ser vista em sentido amplo, em suas dimensões sociais, afetivas, familiares e econômicas, pública deve ser entendida como um dever do Estado; e gratuita, no sentido de que sua oferta deve ser obrigação do mesmo.

As reformas do ensino superior no Brasil são o resultado de um processo de liberalização econômica que foi proposto aos países da América Latina e a alguns da América Central, por organismos multilaterais tais como: FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Mundial) dentre outros. O objetivo é a busca do equilíbrio orçamentário via redução de gastos públicos no setor de serviços, abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação e liberação dos mercados domésticos, privatização de empresas e serviços públicos, com destaque para a educação e saúde. Isso tudo como consequências das propostas de reformas estatais originárias do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) – iniciadas no Brasil no Governo do Presidente Fernando Collor de Melo. Tiveram breve estagnação com o Presidente Itamar Franco e se firmaram no Governo de Fernando Henrique Cardoso, continuando no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Essas medidas, de forma geral, decorrem de uma política mundial mais ampla denominada neoliberalismo¹², geralmente descrita pelos analistas econômicos e políticos como a solução encontrada para sair da “nova” crise enfrentada pelo capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado. Emerge no cenário mundial na década de 1970, com o aperto monetário de Margaret Thatcher e Volker chefe do Federal Reserve, no Governo de Ronald Reagan como forma de controlar a economia e conter um colapso financeiro de grandes proporções. De acordo com Chauí (2001), os neoliberais responsabilizaram o poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários pela crise, pois acreditavam que a pressão que exerciam pelo aumento de salários exigia do Estado mais encargos sociais, o que diminuía o lucro das empresas e desencadeava os processos inflacionários. Já Cattani (1993) entende que foi justamente a pressão dos movimentos sindicais que aceleraram o crescimento econômico e das forças produtivas no Brasil, uma vez que o confronto dos empresários com as forças operárias obrigava os primeiros a dar respostas tecnológicas e modernizantes para não deixar de produzir, diminuindo a necessidade de mão-de-obra, permitindo a diminuição da jornada de trabalho, revertendo aos trabalhadores necessidade de maior qualificação, ampliando as suas lutas ao desejo por educação, a fim de permitir-lhes acesso aos meios de produção vigentes.

Como já relatado anteriormente, os dispositivos governamentais, as reformas do Estado têm suas bases fundamentadas no neoliberalismo, que se vincula ao interesse dos

¹² Foucault em: Nascimento da Biopolítica (2008) define inicialmente o liberalismo como uma arte de governar. Em sentido amplo, enfatiza que se trata de uma limitação do governo e de suas práticas. Em sentido estrito, é a limitação ao máximo das formas e domínios da ação do governo. O Estado deveria interferir cada vez menos na economia. Seguindo essa lógica, o neoliberalismo seria a reativação dessas práticas e teorias econômicas. Do ponto de vista sociológico, é a instauração, na sociedade, de relações estritamente mercantis. É o liberalismo três vezes com mais força.

empresários em obter sempre maior lucro. Nesse sentido, o estudo levanta discussões sobre as políticas neoliberais que regem a categoria docente e os movimentos sindicais que lutam contra essa ideologia¹³, tendo como destaque, nesse trabalho, o ANDES/SN e a Seção Sindical APRUMA, pela defesa de uma *educação pública, gratuita e de qualidade*. A partir dessas reformas de cunho neoliberal é que será permitido o entendimento sobre o papel do Estado, suas principais propostas e políticas governamentais e a relação que estabelecem com a educação e os movimentos sindicais docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES - no Brasil.

Destaca-se ainda que não se pretende delongar-se nos problemas encontrados para realizar a pesquisa, por entender que esses são parte do processo de formação, mas serão demonstrados, ao longo do texto, os passos de construção do objeto, em que pese citar as análises sobre as formas de atuação e participação política dos docentes. Seguindo esse percurso, observa-se o papel dos Grupos de Trabalho - GT do ANDES-SN atrelados ao movimento docente, as discussões referentes aos segmentos excluídos da sociedade e ações afirmativas como papel educativo para abertura de diálogos junto à sociedade, na medida em que inserem nos movimentos sindicais docentes os problemas sociais enfrentados pelo país.

As discussões dos grupos de trabalho do sindicato dos docentes do ensino superior fazem parte do universo acadêmico e cultural, refletem um pouco o mundo vivenciado pelos estudantes e professores das universidades brasileiras. Por isso, esquecer de falar sobre o movimento estudantil seria um erro, pois, para Ridente (1995), o movimento estudantil é a escola de aprendizes do sindicato dos professores. Ambos se representam no mundo que os circunda, como uma forma de reivindicar um espaço de mudança e para mudança. É o despertar do movimento, o rompimento com a inércia dos corpos que se deixaram escravizar pelos ditames de uma política ditatorial. O movimento gira em torno das demandas sociais por educação, saúde, segurança, cultura, dentre tantas outras necessidades da população brasileira.

¹³ De acordo com o dicionário AULETE, Caldas; 2008, “Ideologia é o conjunto das idéias e convicções próprias de uma época, uma sociedade, uma classe etc”. Do ponto de vista crítico, pode ser entendido de tal forma que: [...] Na sua atividade subjetiva, a consciência deveria visar e dirigir-se à mecanicidade dos instintos, quanto mais se considera autoconsciência pura, mais frágil se torna frente à objetividade e mais suscetível de funcionar desvinculada dela. A consciência subjetiva pode ocorrer de se projetar numa objetividade não-real, apenas projetada, imaginada, ideada. É como se estivesse imaginando um mundo inventado, invertido. E assim a consciência, alienando-se em relação à realidade objetiva, constrói conteúdos representativos com os quais pretende explicar os vários aspectos da realidade e que apresenta como verdadeiros e válidos. Mas, alienada, a consciência não percebe que tais conteúdos nem sempre estão se referindo adequadamente ao objeto. Na verdade, tais conteúdos – idéias, representações, conceitos, valores – são ideológicos, ou seja, têm obviamente um sentido, um significado, mas que está descolado do real, referem-se de fato a um outro aspecto da realidade que, no entanto, fica oculto e camuflado. (SEVERINO, 1994, p. 179).

A primeira expressão da resistência surgiu na forma de movimento cultural com expressões e gosto de mudança, de luta, que revela a indignação e demonstra um pouco as pretensões de um grupo de aspirantes a intelectuais¹⁴. No universo da pesquisa analisaram-se as relações entre o Estado e a sociedade civil, a construção de uma identidade¹⁵ para os trabalhadores da educação e as práticas desenvolvidas pelo sindicato dos docentes das instituições de ensino superior.

Para Chauí (2001), a consciência política reduz a democracia a um sistema político-eleitoral e disputa entre partidos, mas o seu significado original consagrado pelos gregos e romanos é que o regime político, em vez de ser entendido apenas como forma de governo, é tomado como forma geral da sociedade que se divide internamente em classes, relações sociais, valores, símbolos e poder político a partir da determinação do justo e do injusto, da liberdade e da coerção. Estas relações baseadas no mando-obediência, supremacia do privado sobre o público adentram os muros das universidades e se estabelecem lá, no que acabam por reproduzir as práticas de dominação e os problemas típicos das sociedades divididas em classes.

Por isso, Chauí (2001) destaca que o maior problema da sociedade de classes está na manutenção de seus princípios de igualdade e liberdade sob os efeitos da desigualdade real, que interfere na forma sócio-política definida pelo princípio da isonomia¹⁶ e da isegoria¹⁷, como referências de direitos subjetivos. Nesse sentido, os movimentos sindicais docentes deverão ou deveriam trabalhar nos e sobre os conflitos de classes e suas contradições. Essas

¹⁴ De acordo com o dicionário AULETE, Caldas; 2008, “Intelectual é que ou quem tem interesse por idéias e pensamentos (e não por coisas mais práticas, ou por atividades físicas etc.), ou se dedica a atividades que envolvem estudo e raciocínio”. No entanto, a idéia de *intelectual orgânico* de Gramsci (2000), que assim denomina aquele que, pertencendo a um determinado grupo social, exerce, na sua origem, uma função essencial da produção econômica criada para si e concebe que o mesmo que exerce uma função intelectual no grupo está organicamente intrincada, sendo homogeneizada, conscientizada e legitimada pelos demais intelectuais, não somente no campo econômico, mas também no social e político. Sendo que, para Gramsci (2000), todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem essa função na sociedade, formando-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual.

¹⁵ De acordo com AULETE, Caldas (2008), qualidade de idêntico; IGUALDADE: *identidade de interesses*. Conjunto de características próprias de uma pessoa, um grupo etc. E que possibilitam a sua identificação ou reconhecimento.

¹⁶ A isonomia é um princípio consagrado pela Constituição, refere-se ao art. 5º, caput, “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”. Tem por conceito que se deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Isso significa dizer que professores que possuem a mesma formação e pertencem a uma mesma categoria devem ter os mesmos benefícios, sem privilégios aos amigos do “Rei”. Ver estudo filosófico aprofundado sobre essa concepção em Chauí (2001).

¹⁷ A isegoria é a liberdade de manifestar sua opinião política para todos os outros, a palavra de dois homens deve ter o mesmo valor para a sociedade. Grande parte dos casos de assédio moral que acontecem no serviço público, hoje, especialmente em universidades e escolas públicas federais e estaduais estão relacionados às divergências de opinião; os mais atingidos são os recém-concursados que sofrem pressões dos grupos dominantes para definirem sua posição política, fortemente atacados e coagidos por estarem em estágio probatório. O assédio moral pode acontecer de várias formas, através de distribuição de cargos, cooptação, ou até mesmo pela negação de oportunidades. Ver estudo filosófico aprofundado dessa concepção em Chauí (2001).

contradições materiais introduzem a ideia dos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais) e o vínculo entre democracia e a ideia de justiça social. Por isso, a marca da democracia moderna permite a passagem da democracia liberal para a social, e somente as classes populares e os excluídos sentem a exigência de reivindicar e de criar novos direitos. Desse modo, somente quando os professores se identificarem como classe é que passarão a sentir a necessidade de se verem representados como tais.

Sendo assim, **como poderia se identificar esse sentimento e consciência de classe nos movimentos sindicais docentes?** Diante de estudos e leituras diversas sobre movimentos sociais, sindicais e construção da identificação como processo de articulação da classe de professores, foi preciso primeiro identificar os movimentos de classe, os sindicatos e o quanto a sua base de organização requer uma ação educativa, uma prática social que fundamente e trabalhe em torno dessa consciência de classe. É claro que:

[...] entre as várias atitudes que eu desejaria poder inculcar, se acha a de ser capaz de apreender a pesquisa como uma actividade racional – e não como uma espécie de busca mística, de que fala com ênfase para se sentir confiante – mas que também tem o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista – o que não quer dizer cínica – está orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe. Sei que essa maneira de viver o trabalho científico tem qualquer coisa de decepcionante e faz correr o risco de perturbar a imagem que de si próprios muitos investigadores desejam conservar. Mas é talvez a melhor e a única maneira de se evitar decepções muito mais graves – como a do investigador que cai do pedestal, após bastantes anos de automistificação, durante os quais despendeu mais energia a tentar conformar-se com a idéia exagerada que faz da pesquisa, isto é, de si mesmo como investigador, do que exercer muito simplesmente o seu ofício. (BOURDIEU, 2004, p.18)

Entendeu-se que a Seção Sindical do ANDES/SN, APRUMA, como instância de mobilização dos docentes de ensino superior da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, foi criada para atender os interesses desse grupo social, surgiu para tornar melhor e mais eficiente o organismo educacional, com projetos políticos e pedagógicos específicos, com propostas de um ideal de acadêmicos, um ideal de universidade e de educação. Destacou-se ainda a formação dos entrevistados e a forma como os mesmos são capazes de construir a sua própria consciência política em contraposição às propostas impostas pelo Governo Federal.

Construído por referenciais pautados em uma discussão entre os universais ou totalitários e os particulares ou individuais, em que se realizaram pesquisas bibliográficas, em registros e fontes, a escolha do referencial teórico foi apreendida através de estudos sobre metodologia da pesquisa fundamentados nas disciplinas e nos seminários do Mestrado em Educação da UFMA sobre o assunto. Acreditou-se até que:

[...] essa almejada passagem da percepção do objeto para seu conhecimento implica interpretação, para que possa haver compreensão. O olhar atíça o desejo de ler o implícito, busca o que não é aparente. É justamente aquilo que o jogo de sombras e luzes revela e esconde que o olhar quer ver. Ou melhor, ele busca muito mais o que as sombras escondem por trás dos vazios luminosos do que aquilo revelado de pronto pela visão. Com base no visível, o olhar quer ver o invisível. Com base no objeto visto, quer ver o que não pode ser visto imediatamente. De passagem, poder-se-ia dizer que é esse desejo de ver o invisível, perpassado pelo questionamento e pela reflexão, que desperta o pensamento. Vê-se com os olhos, mas só se sabe o que são as coisas por meio do pensamento. (GHEDIN, 2008, p. 73-74).

Percorrendo a trajetória¹⁸ do objeto, não se pode negar que acontecimentos reais são inspiradores para a reflexão acerca das categorias que fundamentaram o presente trabalho. Nesse sentido, encontrou-se na missão de estudos, proposta de mestrado-sanduiche, entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade de São Paulo – USP, fomentado pela CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), e do PROCAD (Programa de Convênio Acadêmico), que permitiu através de intercâmbios a participação em cursos, grupos de estudo e disciplinas, além da participação em atividades que foram propostas pelos coordenadores do grupo de estudo, por meio de pesquisas e reuniões para a elaboração de relatórios sobre a viagem. A experiência em outra universidade possibilitou observar outras formas de organização do ambiente acadêmico e meios de articulação política, no caso específico, referiu-se a USP/São Paulo, estadual sob o jugo da administração do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido de “direita” no Brasil, oposição ao Partido dos Trabalhadores – PT, que de 2002 a 2011 elegeu dois Presidentes da República.

Durante a missão de estudos, procurou-se fundamentação para a pesquisa a partir de estudos na área de história¹⁹, através de diferentes leituras, como a tese²⁰ da professora Dra. Cláudia Vianna, que realizou sua pesquisa sobre as formas de organização sindical dos professores das escolas públicas estaduais do Estado de São Paulo. Vianna (1999) destacou a construção de uma identidade coletiva como um ponto a ser analisado.

Diante da perspectiva de estudo sobre a construção de uma identidade coletiva relacionada aos movimentos sindicais docentes das instituições de ensino superior, tendo

¹⁸ “[...] Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. (BOURDIEU, 1996a).

¹⁹ História Conectada da Educação: Circulação de Objetos Culturais, Modelos pedagógicos e Pessoas entre Mundos, ministrada pela professora Dra. Diana Vidal, tendo me inscrito também como ouvinte na disciplina História da Educação - Arquivos e Fontes, ministrada pela professora Dra. Maurilane Biccas e ainda participei do grupo de estudos do NIEPHE – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação – FEUSP, coordenado pelas professoras supracitadas.

²⁰ Sua tese, que se tornou livro, é intitulada: *Os Nós do “Nós”: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*.

como parâmetro para a análise a enorme dispersão disciplinar entre as diversas formações e possíveis divisões de classe dentro das universidades, a partir de cursos que socialmente são vistos como representação de uma elite²¹ privilegiada, uma classe distinta, e que, de certa forma, **retrata a dificuldade de pertencimento a uma categoria mais ampla**, como a classe de professores do ensino superior; entendeu-se que para algumas profissões, a docência é percebida como uma fonte de renda complementar, um “bico” ou, muitas vezes, apenas uma garantia do *status* de pertencer a um “grupo de intelectuais”.

Destacou-se que a presente pesquisa se inscreve dentro da linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas, do grupo de pesquisa Cultura Científica e Produção de Conhecimentos Educacionais, do Mestrado de Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, tendo como eixo de interesse: os movimentos sociais urbanos e o cotidiano escolar.

Para a análise dos dados coletados, procurou-se o levantamento das fontes primárias, o que foi possível através de visitas ao CEDOC (Centro de Documentação), na sede do ANDES/SN, em Brasília-DF, em setembro de 2010 (vide solicitação para pesquisa, anexo 01). O material é um apanhado de correspondências entre a Seção Sindical APRUMA e o ANDES/SN, ao longo dos últimos trinta anos, coletaram-se reportagens em revistas, encartes de jornais, informes sobre as lutas e estudos teóricos acerca da história dos sindicatos e movimentos dos docentes em todo o Brasil.

Na sede da própria APRUMA (vide solicitação para pesquisa, anexo 02), não foi possível coletar algo que se considerasse muito relevante à pesquisa, apenas nos foram apresentados jornais da época de sua formação, referentes ao LABORARTE (Laboratório de Expressões Artísticas), não sendo possível, pelas entrevistas, entender a sua relação com a APRUMA, muito embora se saiba que o movimento artístico nesse período tinha um forte papel de contestação e formação política para as classes populares, associado as frentes populares.

Na sede da APRUMA, entretanto, foi possível estabelecer contatos com os docentes que pudessem contribuir com a pesquisa; destacou-se que todos os entrevistados contribuíram de forma ímpar com a pesquisa e foram indicados pelos seus pares, colegas do sindicato. Ao todo, foram quatro entrevistados, dois aposentados e dois na ativa, todos de cursos diversos, distribuídos entre as áreas de humanas, sociais, tecnológica e da saúde. Todos falaram da universidade dentro do seu campo de conhecimento e de acordo com o seu

²¹ Elite é definida como: “O grupo de pessoas influentes numa sociedade, por estarem em posição de poder ou por serem altamente competentes em determinada área. (AULETE, Caldas, 2008).

referencial político e filosófico, tendo em comum o fato de serem membros atuantes do sindicato.

No final do ano de 2010, também se participou de uma plenária da APRUMA e se observou as principais pautas de discussão, quais sejam: condições de trabalho; salas de aula; bibliotecas; equipamentos; moradia estudantil; falta de segurança; REUNI e embates com a reitoria; além de uma avaliação sobre as ações da APRUMA no ano de 2010, com destaque para a atualização do cadastro dos professores e filiados; discussão de relações de poder na UFMA; ingressos na carreira docente; saúde do docente; verbas e diárias para a participação em congressos, seminários e fóruns; inclusão do Colégio Universitário nas pautas de atuação do sindicato, além de rever o seu regimento para incluir os professores dos novos *campi* da UFMA dos interiores.

Como problemática central do presente trabalho, procurou-se entender quais as diferentes concepções sobre as mobilizações docentes, a relação entre as lutas do movimento sindical docente, autonomia universitária e os dispositivos governamentais, as reformas universitárias e curriculares, os intelectuais e o poder, as lideranças sindicais e o campo político, como se constituem, como são cooptados ou não, como se relacionam com os seus correligionários, a relação do sindicato com partidos políticos, em especial com o PT- Partido dos Trabalhadores e a CUT – Central Única dos Trabalhadores, de 1970 até 2010.

Muito embora o período central de análise sejam as quatro últimas décadas, para compreender o movimento docente, fez-se um resgate histórico ao que se poderia chamar de germes da política brasileira, tendo por base o Presidente Getúlio Vargas até chegar ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva. E, diante do exposto, estruturou-se o objeto de estudo em cinco capítulos, quais sejam:

No primeiro capítulo, trabalhou-se o estudo das categorias, neoliberalismo, fordismo, acumulação flexível e políticas educacionais, relação entre as formas de governo populista e a manipulação das massas, procurando entender o capitalismo a partir das políticas neoliberais junto às universidades. Além de um breve histórico sobre a eleição de um Presidente de esquerda e o papel dos sindicatos durante o seu governo.

No segundo capítulo, tratou-se da concepção de Estado e Sociedade Civil, de público e privado, neoliberalismo e as crises do capital, como se constrói a ideia de um Estado mínimo e suas relações com o mercado. Explanou-se o direito como princípio de limitação do Estado e falou-se sobre as nuances dos movimentos sociais diante desse contexto.

No terceiro capítulo, enfocou-se a universidade brasileira no século XXI, a sua emergência e sobrevivência, o contexto político das universidades e sua relação com a

CAPES e CNPQ, além do histórico de formação das mesmas. Trabalharam-se, ainda, os modelos de gestão adotados pelas universidades e as condições de trabalho e saúde do docente.

No quarto capítulo, apresentaram-se os movimentos sociais no Brasil, antecedentes históricos; partindo-se ainda de uma trajetória histórica do movimento docente, sindical e estudantil, além das permanências e mudanças dos mesmos desde a década de 1980.

No quinto capítulo, após a contextualização sobre os movimentos sociais, o trabalho relacionou a configuração da APRUMA e as possibilidades de intervenção, o constructo da proletarização do trabalho docente, bem como a história de formação das associações de professores – ANDES e APRUMA.

Nas considerações finais, destacaram-se as ideias gerais sobre o trabalho, conclusões pessoais, perspectivas para análises futuras, discussões acerca da política brasileira, sindicatos e direitos trabalhistas. Demonstrou-se, também, a preocupação com relação à garantia de direitos já conquistados e de que forma o sindicato está atuando e sendo combativo às políticas de corte do Governo Federal.

2 DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL

2.1 Precauções teóricas

Para Harvey (2001), o sistema capitalista pra funcionar de acordo com as leis do mercado, precisa adotar um sistema de ordem que funcione por um tempo razoável. Para se sustentar, segue instruções de escolas econômicas que podem ser chamadas de dispositivos e formas de regulamentação. Com isso, destaca-se uma linguagem útil ao capital, na medida em que envolve uma complexa rede de inter-relações, hábitos, práticas políticas e culturais, transformando os sistemas de produção e reproduzindo culturas de massa, capazes de perpetuar o consumo e a classe trabalhadora. Resumiu-se a organização da força de trabalho para acumulação do capital como a reestruturação das forças produtivas.

De acordo com Harvey (2001), de 1945 a 1973, o modelo econômico e de produção que vigorou foi o fordista-keynesiano. A data que inicia o modelo fordista é de 1914 e está associada ao regime de trabalho de oito horas e acréscimos salariais por horas extras prestadas na linha de montagem das fábricas de Henry Ford. Suas medidas atrelaram implantação de novas tecnologias, modelos administrativos baseados na teoria de Taylor, divisão do trabalho e aumento da produtividade. A massa de trabalhadores e consumidores construiria um novo tipo de sociedade adequada ao poder corporativo²².

A mudança do regime de trabalho teve por finalidade permitir que os trabalhadores se tornassem consumidores, a fim de garantir um consumo equilibrado e um trabalhador engajado. Eram controlados através de um serviço de assistência social. No entanto, apesar do controle, as mudanças na linha de produção geraram enormes problemas sociais, políticos e econômicos.

Para contornar a crise do capital na década de 1930, por entender que o capitalismo não seria capaz de se autorregular, e para conter os surtos mundiais do socialismo, que pregava uma distribuição mais justa do capital, foram realizados investimentos nas áreas sociais. Os governos do mundo todo buscaram alternativas para conter a crise e o Estado

²² O sentido de cooperativo é remetido à seguinte descrição de Durkheim, (1999, p. XXIV-XXV): “[...] Se acreditamos que devíamos aproximar assim a família e a cooperação, não foi simplesmente para estabelecer entre elas um paralelo instrutivo, mas porque essas duas instituições não são desprovidas de certas relações de parentesco. É o que nos mostra notadamente a história das corporações romanas. De fato, vimos que elas se formaram com base no modelo da sociedade doméstica, da qual, a princípio, não foram mais que uma forma nova e ampliada. Ora, o grupo profissional não lembraria a esse ponto o grupo familiar se não houvesse entre eles algum vínculo de filiação. De fato, a corporação foi, em certo sentido, herdeira da família. Enquanto é exclusivamente agrícola, a indústria tem na família e na aldeia – que, em si, nada mais é que uma espécie de grande família – seu órgão imediato, e não necessita de outro. Como a troca não é desenvolvida, ou é pouco desenvolvida, a vida do agricultor não o tira fora do círculo familiar. Como a atividade econômica não tem reflexos fora de casa, a família basta para regrá-la e serve, assim, ela mesma, de grupo profissional”.

interveio na economia através do keynesianismo, o que permitiu elevar os níveis de vida dos países capitalistas. Esse modelo se manteve intacto até o ano de 1973, quando ocorreu a nova crise do capitalismo. Com isso, no Brasil:

[...] até 1930, aproximadamente, as iniciativas e as instituições operárias foram marcadas pela relativa autonomia face ao patronato e ao Estado. Apesar das tentativas de disciplinarização e da violência recorrente, os trabalhadores, entre erros e acertos, buscavam definir formas institucionais independentes e lutavam em diferentes instâncias organizativas. O pluralismo ideológico e o encaminhamento de lutas sob formas heterogêneas caracterizaram o fim do século XX. Após a Revolução de 30, essa diversidade foi substituída por rígidos e detalhados princípios de enquadramento legal no denominado ‘modelo corporativo’. Embora a resistência dos trabalhadores tenha conseguido retardar, por alguns anos, sua aplicação, a fúria legiferante e repressiva do Estado Novo moldou definitivamente o quadro legal e institucional da ação sindical. A natureza e os princípios de funcionamento dos sindicatos foram totalmente alterados. De instituições autônomas, potencializadoras dos interesses operários, os sindicatos foram transformados em verdadeiras repartições públicas, definidas por lei com ‘função’ delegada do Estado, a fim de colaborar para a harmonia entre as classes. (GOMES, 1988, apud, CATTANI, p. 668-669, 1997). É importante destacar que, no mundo todo, são raros os casos similares. A Alemanha sob o nazismo, a ex-União Soviética e Portugal até 1974 são exemplos parecidos de neutralização do movimento sindical ou do seu atrelamento aos interesses do Estado (CATTANI, 1997, p. 669).

Durante todo esse período em que vigorou o modelo fordista de produção, o mundo vivenciou períodos de guerra e entre guerras que, diante das incertezas sociais, diferenças e desigualdades entre as classes, fortaleceram as relações de trabalho, fortificaram as práticas cooperativas²³ e o poder dos sindicatos no interior das fábricas. Conter o número de trabalhadores nas fábricas era preciso, para evitar o fortalecimento da classe e uma ameaça de organização trabalhista em seu interior. Por tais motivos, para Harvey (2001), o movimento sindical foi fortemente contido após a década de 1945.

Para a história e a historiografia da classe operária brasileira, os primeiros estudos sobre a classe operária, tanto no Brasil como em outros países, foram produzidos por militantes, geralmente eram denominados como sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também jornalistas e advogados, vinculados ao movimento operário. Ferreira (2001) refere-se à política keynesiana²⁴ no Brasil, como expressão do populismo, como uma categoria explicativa da política brasileira que passou a vigorar no Brasil após a década de 1930. Nesse período, existia uma relação desigual entre Estado e sociedade, ou, para ser mais precisa, entre Estado e classe trabalhadora, em que se destaca o Governo do Presidente Getúlio Vargas.

²³ De acordo com AULETE, Caldas; 2008, “Cooperativa: trata-se de uma sociedade comercial composta por membros de determinado grupo econômico ou social, visando ao benefício de seus associados”.

²⁴ Resumidamente entende-se nesse trabalho que, o keynesianismo seria uma doutrina que prioriza o pleno emprego como política econômica.

2.2 Políticas de proteção social

Para entender o que significa o keynesianismo, é preciso entender as políticas de proteção social, quando surgem e o que significam. Para Pereira, P. (2000), essa política tem seus primórdios na Grã-Bretanha, com a Lei parlamentar do Condado de Speenhamland ou, mais precisamente, *Speenhamland Law*, no ano de 1795, que tem seus pilares, suas bases de fundamentação na *Poor Law*, ou Lei dos Pobres. Desenvolveu-se na Inglaterra desde 1536. Nesse período, a Lei dos pobres significava um conjunto de dispositivos, regulamentações pré-capitalistas, aplicadas a todos aqueles que não trabalhavam, obrigavam-lhes ao trabalho forçado e, juntamente com a Lei do domicílio de 1662, restringiam os “mendigos e vagabundos”, castigando-os e enclausurando-os.

Na realidade a *Speenhamland Law* era um abono salarial, ou rendimento mínimo como garantia de subsistência. Surge como uma releitura da *Poor Law*, pois promovia a assistência social livre de quaisquer punições. Devido à Revolução Industrial e à necessidade de as pessoas trabalharem em troca de salários, passou a ser criticada, pois os seus princípios de proteção impediam a formação de um proletariado industrial. Em decorrência das pressões, a *Speenhamland* foi revisada e a sua assistência passou a ser mais restrita a alguns casos específicos, além da Lei do domicílio, pois era necessário ao trabalhador mobilidade.

Consolida-se a economia de mercado e surge o confronto entre a assistência social e o trabalho. O pobre deveria garantir sozinho, a sua subsistência. Os liberais do século XIX fundamentaram-se nos princípios da Igreja anglicana que acreditava que essa ajuda reforçava a ociosidade. Na figura do Pastor Malthus, defensor da ideia de que o aumento da pobreza deveria ser refreado pelo controle de natalidade, através da abstinência sexual e os casamentos tardios, com base nesses preceitos, os sistemas de proteção social seriam desnecessários.

Devido a essa lógica anglicana e com a contenção da proteção social, criaram-se as *friendly societies* e outras organizações operárias por iniciativa deles, a partir de recurso próprio que pudesse garantir o mínimo de proteção ao trabalhador. Nesse período, destaca-se a luta operária em defesa de uma legislação fabril e o reconhecimento dos seus sindicatos, mas, somente no século XX, conseguiram obter maiores ganhos sociais e políticos.

Os reformistas da Grã-Bretanha logo perceberam que a pobreza deveria ser observada com mais cuidado, sendo necessário pensar em uma política de previdência social que pudesse garantir o mínimo indispensável a uma vida saudável e “civilizada”. Até que em 1911, Lloyd George cria um sistema de seguro-doença e seguro-desemprego, inaugurando um

novo perfil do sistema de proteção social, implantado por Willian Beveridge, na condição de combate: à ignorância, à escassez, à enfermidade, à preguiça e à miséria.

Para amenizar os efeitos dos programas de proteção social que surgiram, os governos, de acordo com Pereira, P. (2000), passaram a desenvolver políticas de pleno emprego, com base na doutrina keynesiana, cujo nome se dá em homenagem ao seu proponente Keynes que, nas décadas de 1920 e 1930, pregava a intervenção do Estado na economia.

2.2.1 Políticas de proteção social no Brasil

Conforme Pereira P. (2000), no Brasil, ao contrário de em outros países, as políticas sociais tiveram seu momento de expansão justamente nos períodos de regimes autoritários, como uma forma, segundo a autora, de distribuir benefícios em vez de poder, o que já denota o seu caráter paternalista desde sua implantação.

“O perfil dessa política de proteção social, conhecida nos Estados Unidos como *Welfare State*, ou política de bem-estar social, pode ser observada no Brasil desde meados da década de 1930 até 1990, ocorrendo em cinco períodos distintos”. (PEREIRA P., 2000, p. 127):

1) Período anterior a 1930

É a política do *laissez-faire*. Aqui a questão social era vista como um caso de polícia, em que nem o mínimo de renda era contemplado. O Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social, deixava isso a cargo do mercado. A educação nesse período estava a cargo da elite e recebia um tratamento residual.

2) Período de 1930-1964²⁵

O período populista/desenvolvimentista se caracterizava pela passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial, realizada durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1934, apenas arremedos no campo da economia. A questão social foi considerada agora uma questão de política, em que ocorriam as barganhas populistas entre o Estado e parcelas da sociedade, como a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), instituição do salário-mínimo, dentre outras. Na década de 1940, no

²⁵ Pereira. P (2000, p. 129) destaca o período e os seus respectivos Presidentes que são: “de 1930-1937 – Governo Vargas; de 1937-1945 – Governo Vargas e o Estado Novo, ditadura; 1945-1950 – Governo Dutra e a redemocratização do país; 1950-1954 – Governo Vargas e as eleições diretas; 1954-1956 – Governo Provisório; 1956-1961 – Governo de Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo; 1961-1964 – Governos Jânio Quadros e João Goulart”.

Governo do Presidente Dutra, criou-se o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Na década de 1950, o segundo Governo do Presidente Vargas adere à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), breves ajustes do salário mínimo, criação de estatais e o Estado, que intervinham mais na economia e na sociedade.

De 1954 a 1964, a educação é incluída no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de preparar mão-de-obra para a indústria. Nesse período, destaca-se a captação de recursos estrangeiros, grandes obras e a preocupação com questões regionais como a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). No Governo do Presidente João Goulart, é elaborado o Plano Trienal, que contemplava as Reformas Institucionais de Base – administrativa, bancária, fiscal e agrária –, e que adotou uma série de medidas no campo do trabalho, tais como o 13º salário, salário-família, dentre outras, atendendo aos interesses do trabalhador, além da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 4.024/61.

3) Período de 1964-1985²⁶

Nesse período foram anunciadas reformas sociais, contrárias às práticas populistas, em resposta às reivindicações populares, mas a concepção da política social estava atrelada ao desenvolvimento econômico. É criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Os programas sociais são criados para atender aos interesses específicos da economia – públicos na gestão; mas na execução, privatizados. Além da forte interferência de Agências Internacionais na definição de políticas sociais economicamente rentáveis, têm-se, em contrapartida, o aumento da desigualdade e a pressão dos movimentos sociais.

Ainda nesse período criou-se: o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e do Nordeste), o FUNRURAL (Fundo do Trabalhador Rural) para a Previdência Social, PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-1974 – o Governo do Presidente Médici realizou investimentos na educação, saúde, habitação e nutrição. Na educação, destaca-se a implantação de programas semiprofissionalizantes; universalização do ensino de 1º grau; atenção à pré-escola com programas de saúde e educação alimentar.

²⁶ Pereira. P (2000, p. 129) destaca o período e os seus respectivos Presidentes que são: “1964-1966 – Governo Castelo Branco; 1967-1969 – Governo Costa e Silva; 1970-1973 – Governo Médici; 1974-1979 – Governo Geisel; 1980-1985 – Governo Figueiredo”.

Entre 1974-1979, no Governo do Presidente Geisel, destaca-se o II PND, e o desenvolvimento de políticas sociais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Período de fortes pressões dos movimentos sociais e a intensificação das políticas sociais pelo Estado. Uma das principais metas era o combate à pobreza. São criados nesse período, o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento (FAS), além da unificação do PIS e do PASEP. A APRUMA e o ANDES-SN foram criados como Associações de professores nos anos de 1979 e 1981 respectivamente, em meio a essas mudanças que ocorriam no Brasil, tendo por ação, o aumento às pressões contra o regime ditatorial vigente. Percebeu-se a partir da estruturação desse quadro ilustrativo acerca das políticas de intervenção do Estado brasileiro, como com o objetivo de criar o pleno emprego, o Governo aumentou seus encargos e responsabilidades e, que justamente quando não conseguiu manter às custas de todas essas despesas é que começam a ampliar as mobilizações sociais em todo o país.

Entre 1980-1985, no Governo do Presidente Figueiredo, há uma diminuição dos gastos sociais. Nesse período, o desemprego e a pobreza aumentaram e os salários caíram. As políticas de educação, saúde pública e suplementação alimentar não foram afetadas drasticamente porque eram custeadas com recursos do Tesouro Nacional. Os movimentos sociais estavam cada vez mais articulados e com crescentes mobilizações em todo o país, em destaque para a campanha popular pelas “Diretas Já” e as eleições diretas para Presidente da República.

4) Período de 1985-1990 – Governo do Presidente José Sarney (1985-1989) e do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Destaque para a Nova República e a transição para um Governo Democrático. Políticas de proteção social voltadas para a garantia dos direitos sociais, assistência social como componente do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania, Constituição Federal promulgada em 1988. Medidas de caráter emergencial, de combate à fome, desemprego e pobreza. Os movimentos sociais conseguiram ser representados na nova Carta Magna. Na área da educação, a Constituição de 1988, conseguiu reafirmar: o princípio de universalização do ensino fundamental; previsão do destino de recursos públicos; ampliação do percentual de receitas da União a serem aplicadas; gratuidade no ensino público em todos os níveis. É nesse período também que o ANDES enquanto Sindicato Nacional é instituído no ano de 1989 no Brasil juntando-se a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Passando a ser a representação nacional de todas as seções sindicais dos docentes de nível superior que a ele estão vinculados, apresentou-se como um sindicato horizontal e as

decisões tomadas em Assembléias foram uma forma de combater a verticalização, presente nas ações do PROIFES – Fórum de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior.

5) Período de 1990 em diante

Conhecido como período neoliberal, que propôs a diminuição do Estado e dos gastos públicos. Os princípios que fundamentam essas políticas foram proferidos em uma Conferência em Washington, por isso designada como Consenso de Washington. Destaca-se nessas ideias, a disciplina fiscal, controle da inflação e propostas de reformas para a reestruturação do Estado.

De 1990-1992 enfatiza-se o Governo do Presidente Fernando Collor de Melo como um dos primeiros representantes do neoliberalismo. Com seu *impeachment*, assume o Governo, em 1993, o Presidente Itamar Franco, que não trouxe grandes contribuições às condições sociais da nação. Seu grande feito foi a criação do Plano Real, junto com o Ministro da Fazenda à época, Fernando Henrique Cardoso, este, por conter a inflação e diminuir os gastos públicos, tornou-se o próximo Presidente do país.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, (1995-1998 e de 1999-2002), continua as políticas neoliberais iniciadas com Collor e abre o país ao capital estrangeiro, integrando-se ao sistema econômico mundial, como uma das medidas para diminuição do Estado. Privatiza algumas empresas estatais, congela salários, dentre tantas outras medidas que atendam aos interesses dos organismos internacionais, tal como o FMI (Fundo Monetário Internacional). As mobilizações sociais nesse período foram efervescentes. Os sindicatos eram combativos e muitas greves nas universidades federais foram realizadas ao longo do seu Governo (vide relação entre os sindicatos e o Governo FHC, anexo 03).

De 2002-2006 e de 2006-2010 é o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, descrito em outro capítulo, quando se discute a eleição democrática de um presidente popular. O Presidente Lula representou a “esquerda” brasileira quando assumiu a Presidência no primeiro mandato, mas após o seu primeiro Governo, perguntamo-nos onde está a esquerda no Brasil. Destaca-se no seu Governo, a manutenção das políticas neoliberais, mas com destaque para ações na área social, como a criação da bolsa escol e, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Na educação, é lançada uma proposta do PNE (Plano Nacional de Educação) de 2011-2020 através da CONAE (Conferência Nacional da Educação), ocorrida em 2010, sendo norteadas pelo Ministério da Educação que traçou as diretrizes e as metas para todos os níveis de ensino. Ao todo foram vinte metas, acompanhadas das respectivas estratégias, consideradas pelo Governo indispensáveis para garantir a sua concretização.

2.3 Políticas educacionais no Brasil

Antes de começar a discorrer sobre as políticas educacionais no Brasil e sobre o populismo, fez-se um recorte histórico sobre: a ANL (Aliança Nacional Liberal) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), ambos existentes em meados de 1920. De acordo com Ferreira (2003b), era intensa a mobilização dos jovens militares, intelectuais, profissionais liberais, estudantes, lideranças sindicais, comunistas, socialistas e também setores da Igreja, integralistas, políticos tradicionais e dissidências partidárias. No entanto, os grupos que lideravam as discussões eram geralmente os tenentes, que constituíam um grupo armado, profissionais liberais e estudantes que tiveram acesso ao Ensino Superior. A classe operária da época também se manifestava através do movimento sindical.

Os partidos não tinham representatividade política nesse período, apenas o Partido Comunista do Brasil (PCB) – ligado ao anarco-sindicalismo e filiado à Internacional Comunista (IC) – e a Ação Integralista Brasileira (AIB), com nítidas simpatias pelo fascismo internacional. Na verdade, ambos se constituíam como programas ideológicos e não como partidos políticos, pois esses foram criados, de fato, apenas no ano de 1945. Até mesmo para a esquerda, nesse período, a democracia era entendida como a tutela de uma elite que governaria para o povo, em nome dele, mas não com a sua participação, como assim descreve Ferreira (2003b). Destaca-se esse período para falar sobre a Ação Integralista Brasileira, movimento forte de ação contra a IC e que influenciou as práticas educativas das escolas confessionais até mesmo no interior do Estado do Maranhão. Essa relação entre Estado e Igreja nessa época era bastante intensa, como é possível visualizar através da narrativa do professor Ms. Luís Alves Ferreira (vide TCLE, anexo 04), membro da APRUMA e professor do departamento de patologia da UFMA, quando fala da sua formação, ainda na escola secundarista, no ambiente escolar:

Professor: Eu sou de Brejo, da paróquia, então como é que foi lá, eu ia estudar e tinha as pessoas internas e externas. As pessoas internas eram de gente que tinha condições, estudava quem tinha condições, e uns que não tinham condições estudavam lá porque o padre permitia, dava uma bolsa, qualquer coisa assim, e uns usavam de batina e outros não, e eu vinha para uma casa de uma tia minha, em Brejo, e estudava lá, e fui estudar no colégio, não pagava o colégio, não pagava porque meu pai era da comunidade lá e, era da missa, e isso que eu imagino, comia o capão, essas coisas todas, e eu não pagava. Era da igreja, porque a paróquia ajudava o São Marcos aqui, as paróquias de Brejo, Pedreiras, Araisoses, mandavam o dinheiro para cá para o São Marcos, Sociedade Maranhense de Cultura Superior, fiquei sabendo disso, depois, viu? **Aí, eu lá, os alunos faziam o chamado pré-seminário, primário e depois vinha o seminário, mas eu não era para ser padre não, eu estudava externo, só fardado, e tinha gente que tinha dinheiro na região,** de Vargem Grande, de Buriti, do Piauí, tudo estudava lá, a cidade antiga, eu

estudei por isso, porque não pagava, não tinha dinheiro, meu pai era lavrador, mas ninguém passava fome naquela época.

E acrescenta:

[...] Professor: Sou filho único, aí no colégio, educandário Pio XII. Eu era o melhor aluno da turma, quando era em julho, **porque a igreja naquela época, como não apoiava o comunismo, era mais simpatizante do integralismo, os padres, você sabia disso? Dom Euder, vários padres, o próprio padre Neiva, o Orlando Leite aqui, era tudo do integralismo, era fascista, era mais simpatizante camisa-verde, a gente falava.** Já ouviu falar? (grifos nossos).

A descrição do professor Luís reforça o que foi o movimento integralista no Brasil e de que forma essas lutas políticas e ideológicas estavam sendo travadas para tentar conter o comunismo, e ressalte-se que o movimento integralista teve esse papel. Esse movimento parece ter sido verdadeiramente intenso nos interiores maranhenses, pois isso é endossado durante a entrevista da professora Maria de Fátima Félix Rosar (vide TCLE, anexo 05), professora aposentada do Mestrado de Educação e do Curso de Pedagogia da UFMA, quando relata a surpresa de seus pais ao descobrirem que ela era leitora de Karl Marx, especialmente quando do seu processo de formação educacional e política, distante dos referenciais formadores de seus pais; ela destaca a formação deles ao descrever a sua própria formação:

Professora: Meu pai e minha mãe foram formados numa sociedade conservadora, numa cidade como Caxias. Entretanto, apesar de serem conservadores e, vejam, **eles foram expostos pela ideologia do integralismo, por exemplo, a ideologia da Igreja Católica mais reacionária.** Mas é interessante. A contradição existe. Felizmente ela existe, esse ultraconservadorismo deles não foi capaz de impedi-los de ver que existiam outras coisas, não foi capaz de impedir de investirem tudo o que era possível investir na formação dos filhos, promovendo justamente a saída dos filhos daqui. Então isso foi interessante, porque o conservadorismo deles não nos fez reféns. Eles promoveram a nossa libertação, a nossa emancipação, nos colocando em outros locais, em outros estados, outras instituições e foram sempre promotores desse processo. Eu, particularmente, claro, devo tudo a eles, no sentido de terem me dado as condições para estar em São Luís e, depois para estar em Campinas, para estar fora do Brasil, num estágio que eu fiz no Canadá. **Eles foram sempre promotores e financiadores de tudo isso. Eles investiram e sabiam que nós não estávamos trilhando o mesmo caminho que eram os caminhos defendidos por eles.** É bem interessante quando eu volto da minha formação, em nível de Mestrado e mostro para eles, com o meu livro e digo. Olha! aqui está o resultado do meu trabalho, e meu pai, abre o livro, folheia o livro, olha a bibliografia e diz: - ah então você estava lá para estudar Marx, era isso que você estava fazendo lá? Aí eu disse: - pois é, eu também estudei Marx, e foi interessante isso, e eles se deram ao trabalho de ler, eles leram, eu tenho ainda um exemplar aqui que foi dedicado a eles, por coincidência ele está aqui. (grifos nossos).

Com a narrativa dos professores, o que se percebe é que parte do projeto do integralismo estava sendo sustentado pelo Governo, pela Igreja também, e que Carlos Prestes e seus ideais comunistas eram um exemplo do que a população temia do comunismo, na

medida em que ele era repellido pela própria Igreja, principal formadora das famílias e dos jovens estudantes brasileiros.

Essa luta contra o comunismo permaneceu presente na sociedade brasileira por muitos anos, do Governo do Presidente Getúlio Vargas perdurando até o regime ditatorial, iniciado em 1964, período que coincide com a Guerra Fria dos Estados Unidos da América (USA) *versus* União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a expressão máxima do capitalismo *versus* socialismo. Nessa perspectiva, destaca-se a Igreja, no período de 1920 a 1964, como uma forte aliada do Estado, como um de seus aparelhos ideológicos²⁷ (Althusser, 1985) na construção de um projeto de nação para a sociedade brasileira, regulando suas políticas e práticas sociais através do poder que exercia junto aos seus fiéis.

De volta à era Prestes, pode-se dizer que após grandes divergências e indefinições do PCB, em que Carlos Prestes tornou-se um dos seus principais representantes e, em 1935, junto à Aliança Nacional Libertadora (ANL), passou a liderar esse movimento composto por representantes do comunismo e alguns tenentistas, através de um movimento formado por grupos e ideias divergentes, mas que foi considerado por muitos, de acordo com Ferreira (2003b), como a maior organização de massas que o país já teve, reunindo centenas de núcleos em todas as partes do país, sendo, por isso mesmo, ameaçador e assustador para o Governo. No Nordeste e Norte, passavam Caravanas Libertadoras, fechadas devido à grande agitação que provocavam na população. Tendo que viver sob o comando de Prestes, na ilegalidade, o movimento perdeu muitos companheiros e acabou fortemente contido com a prisão dos integrantes da IC e do próprio Carlos Prestes e Olga Benário, fato que dispersou o movimento e desarticulou e enfraqueceu suas ideias.

Nesse ínterim, em meados de 1930, no Ministério Francisco de Campos, no Governo de Getúlio Vargas, cria-se através do decreto nº 19.402, de 14/11/30, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Nesse mesmo período, a economia, a produção e o aumento das fábricas e a modernização das indústrias exigiu profissionais cada vez mais qualificados, o que gerava a necessidade de ampliação dos serviços de educação e saúde. As

²⁷ Em Althusser (1985, p. 68): “[...] Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo mesmo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de numeração não tem nenhum significado especial): AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes ‘escolas’ públicas e privadas); AIE familiar; AIE jurídico; AIE político (o sistema político, os diferentes partidos); AIE Sindical; AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão etc.); AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes etc.)”.

demandas pela educação, nesse momento, eram distintas, pois existiam dois grupos e classes diferenciadas a serem atendidos.

Essa distinção entre classes desenvolveu uma dualidade cada vez mais acentuada entre o que era considerado como trabalho técnico e científico. Para Gohn (2005), as exigências por uma reforma nacional estão contidas no Manifesto das Pioneiras de 1931, que configuravam exigências de uma sociedade prestes a explodir nos limites do modelo patrimonialista agroexportador. Para Paranhos, P. (2007), o Presidente Getúlio Vargas teve sua trajetória política fortemente apoiada pelas leis trabalhistas, com expressivo apelo populista; sua política conviveu com a contradição da ideologia de manipulação das massas *versus* a sua insatisfação. A “generosidade” de Vargas serviu para amortecer as lutas de classe, contendo os conflitos no setor urbano-industrial, que tinha como armas a repressão aos mais politizados e a aproximação paternalista das massas como um todo:

[...] De um lado, a legislação sindical do primeiro Governo Vargas tinha como alvo garantir ao estado o controle político da classe operária, ou melhor, decretar a sentença de morte à autonomia do movimento operário. (PARANHOS, 2007, p. 26).

As principais Reformas do Ministro Sr. Francisco de Campos são destacadas no: Decreto nº 19.850 – 11 de abril de 1931 – que cria o Conselho Nacional de Educação; **Decreto nº 19.851 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o Regime Universitário (Estatuto Básico das Universidades Brasileiras)** (grifos nossos); Decreto nº 19.852 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 21.241 – 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. Para Paranhos, P. (2007, p.76):

[...] O liberalismo e o comunismo exprimiram ‘idéias exóticas’, em choque com a realidade nacional. Deveriam ser banidos para sempre do Brasil, ainda mais que, pela primeira vez em toda a nossa história, contávamos, na opinião de Francisco Campos, Azevedo Amaral, Getúlio Vargas e toda a corte de ideólogos do regime, com uma Constituição autenticamente ‘realista’. A harmonização, enfim obtida, entre as ‘realidades do ambiente’ e as instituições políticas seria reveladora de sua ‘brasilidade’, do seu sentido ‘nacionalista’.

Durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, o Manifesto das Pioneiras Sociais, com o advento dos ideais da Escola Nova, propõe novas políticas educacionais. Teve como um dos principais idealizadores desse movimento: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, dentre outros. Período marcado pela urgência de

crescimento do Estado brasileiro que, em plena expansão, necessitava preparar os futuros administradores em terras brasileiras; e é para garantir a construção do nacional que surgem as primeiras universidades no Rio de Janeiro – 1920; Minas Gerais – 1927; Porto Alegre – 1934 e São Paulo – 1934. Não por acaso, durante muito tempo, os principais líderes governistas serem oriundos desses grandes centros, aproveitando o ensejo, citem-se os Presidentes da República²⁸.

No período que corresponde de 1942 a 1945, os líderes da classe trabalhadora foram fortemente punidos e reprimidos, ou pela violência física ou pela simbólica²⁹. Como exemplo de violência simbólica, descreve-se a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939, responsável pela censura, centralização, controle, orientação e coordenação da propaganda oficial. O DIP tinha como principal papel idolatrar o Presidente Getúlio Vargas, associar a sua figura a feitos de interesse da classe trabalhadora, como: Legislação trabalhista, diminuição da carga horária de trabalho e férias remuneradas. Com esse arsenal de ataques publicitários, os trabalhadores destituídos de uma tradição de luta, organização e consciência dedicaram a Vargas submissão e obediência política.

Como exemplo de violência física, cita-se o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), criado em 1924, no Estado Novo, e que perdurou durante o Regime Militar de 1964. Durante esse período, muitos jovens, estudantes e professores com ideias anarquistas e socialistas foram exilados, presos, torturados e muitos dados como desaparecidos.

²⁸ Deodoro da Fonseca – Governo de 1889 a 1891 (Alagoas – AL); Floriano Peixoto – Governo de 1891-1894 (Maceió – AL); Prudente de Moraes – Governo de 1894-1898 (Itu-SP); Campos Sales – Governo de 1898 a 1902 (Campinas-SP); Rodrigues Alves – Governo de 1902 a 1906 (Guaratinguetá-SP); Affonso Penna – Governo de 1906 a 1909 (Bárbara-MG); Nilo Peçanha – Governo de 1909 a 1910 (Campos – RJ); Hermes da Fonseca – Governo de 1910 a 1914 (São Gabriel – RS); Wenceslau Braz – Governo de 1914 a 1918 (Vargem Grande – MG); Delfim Moreira – Governo de 1918-1919 (Cristina – MG); Epiácio Pessoa – Governo de 1919 a 1922 (Umbuzeiro – PB); Arthur Bernardes – Governo de 1922 a 1926 (Viçosa-MG); Washington Luís – Governo de 1926 a 1930 (Macaé – RJ); Júlio Prestes – Governo eleito e não empossado (Itapetininga – SP); Getúlio Vargas – Governo de 1930 a 1934, de 1934 a 1937, de 1937 a 1945 e de 1951 a 1954 (São Borja – RS); José Linhares – Governo de 1945 a 1946 (Guaramiranga-CE); Café Filho – Governo de 1954 a 1955 (Natal-RN); Carlos Luz – Governo de 03 dias em 1955 (Três Corações-MG); Nereu Ramos – Governo Interino de 1955 a 1956 (Lages-SC); Juscelino Kubitschek – Governo de 1956 a 1961 (Diamantina-MG); Jânio Quadros Governo de 1961 a 1961 (Campo Grande-MS); João Goulart – Governo de 1961 a 1964 (São Borja-RS); Castelo Branco – Governo de 1964 a 1967 (Messejana – CE); Costa e Silva – Governo de 1967 a 1969 (Taquari – RS); Garrastazu Médici – Governo de 1969 a 1974 (Bagé – RS); Ernesto Geisel – Governo de 1974 a 1979 (Bento Gonçalves – RS); João Figueiredo – Governo de 1979 a 1985 (Rio de Janeiro – RJ); Tancredo Neves – Presidente adoeceu antes de assumir a Presidência (São João Del Rei – MG); José Sarney vice de Tancredo – Governo de 1985 a 1990 (Pinheiro – MA); Fernando Collor de Mello – Governo de 1990 a 1992 (Rio de Janeiro – RJ); Itamar Franco – Governo de 1992 a 1995 (Juiz de Fora – MG); Fernando Henrique Cardo – Governo de 1995 a 2003 (Rio de Janeiro - RJ); Luís Inácio Lula da Silva – Governo de 2003 a 2010 (Garanhus – PE); Dilma Rouseff – Governo de 2011 até a presente data (Belo Horizonte – MG).

²⁹ Ver Bourdieu em Poder Simbólico (2004), que define essa categoria como um controle das idéias e diversas formas de expressão, através de punições que representam um grau de ajustamento tão eficaz e prejudicial à saúde quanto a violência física. Em resumo, é uma forma de controle político e ideológico.

Para Valnir Chagas (1979), as universidades no Brasil, em meados de 1939, tiveram seus cursos destinados a distintas áreas de conhecimentos, e foram formulados com três anos letivos para o bacharelado (título de valor acadêmico) seguidos de um ano suplementar de “Didática” para a licenciatura (título profissional de magistério).

As reformas do Ministro Gustavo Capanema, em 1942, já destacam um período em que o governo brasileiro passou a pensar em formações profissionais para suprir o crescimento do país. Isso nos faz proferir que os “rumos” do ensino das universidades brasileiras e dos cursos de licenciatura passam a ser “costurados” exatamente por essas demandas de educação profissional.

Esse quadro se agravou na década de 1945, com o fim do Estado Novo, quando os assalariados passaram a ser perseguidos pela Polícia Especial (exemplo da violência física, DOPS), cooptados, manipulados, iludidos, amedrontados e amarrados à ideologia difundida pelo DIP, no governo do Presidente Getúlio Vargas, em que foram cerceados de suas lutas pela manutenção de uma legislação corporativista.

O poder dos sindicatos passou a ser usado a favor da indústria, na medida em que em troca de aumentos salariais, controlavam seus membros e colaboravam com a administração para executar os planos de aumento da produtividade. O Estado também tinha o papel de controlar os ciclos econômicos através de políticas fiscais e monetárias, como complemento ao salário. Os Governos ofereciam gastos com a seguridade social, assistência médica, educação, habitação, dentre outros encargos sociais. As pressões dos movimentos sociais se fortaleceram, exigindo cada vez mais do Estado uma complementação salarial.

Desse período, que vai de 1934 a 1961, a sociedade civil, ligada ao movimento educacional, representada pelo movimento das pioneiras sociais, exerceu um papel de enorme pressão popular. A normatização dessas manifestações só irá se concretizar em parte, após longos debates e alternâncias entre os governos democráticos e ditatoriais. Até que, em 1961, é promulgada a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61.

Paralelamente a essas discussões, durante o período que vai de 1945 a 1964, citam-se alguns fatos importantes que hoje estruturam e direcionam as políticas e diretrizes da educação nacional nos campos de ensino, pesquisa e extensão. Os anos de 1940 e 1950 demarcaram um novo tempo para a educação brasileira, com o surgimento do movimento em defesa da escola pública e aumento de experiências inovadoras na área da educação informal. A Fundação da CAPES surge em 1951, com o objetivo de fomentar pesquisas e apoiar os Programas de Pós-graduação no Brasil. Sua criação foi um marco decisivo para os rumos que

iriam seguir as políticas para a pesquisa e pós-graduação no Brasil, inclusive determinando sua oferta.

Para Valnir Chagas (1979), a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 é que o Conselho Federal de Educação instituiu os mínimos de conteúdos e a duração dos cursos superiores, tendo como justificativa as diferenças entre bacharelados e licenciaturas:

[...] Considerando que **a licenciatura é um grau apenas equivalente ao bacharelado, e não igual a este mais didática**, segundo ocorria no conhecido esquema de 3 + 1, deu-se autonomia aos dois tipos de cursos, embora sem excluir a óbvia possibilidade de circulação de estudos entre eles. Desapareceu também o chamado 'Curso de Didática', tendo em vista ser, 'por todos os títulos, desaconselhável separar o que ensinar do como ensinar'. Ao mesmo tempo, exigiu-se que aos estudos pedagógicos se acrescentasse a 'prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado'. (p.123-124).

Para entender essa forma de estratificação social no Brasil e a diferença disposta entre os bacharelados e licenciaturas é que se procuram, no passado, as heranças dos valores conservadores de uma cultura escravagista que, para Azevedo (s/d), irá demonstrar o tratamento concedido à educação brasileira, configurado em uma valorização própria da escola construída em oposição ao mundo do trabalho, justificando no país um sistema dual de ensino. Para as elites, ainda no período colonial, foram criadas instituições de ensino superior. O poder central responsabilizava-se pelos cursos preparatórios – o ensino secundário acadêmico e superior – que poderiam ser ministrados pelo poder público ou pela iniciativa privada, em estabelecimentos religiosos ou leigos. Como produtos finais estavam os bacharéis e letrados, que estariam habilitados ao exercício de cargos públicos e burocráticos das atividades liberais, retrato da elite brasileira.

Azevedo (s/d) destaca outro sistema que se encarregava da educação do povo, que seria a população livre e pobre. Foi através desse sistema que se originou a rede de ensino pública e gratuita. Os homens deveriam aprender os ofícios manuais e as mulheres o treinamento das prendas do lar, que mais tarde seria transformado em preparação para o exercício do magistério primário. Dessa forma, distantes da educação de bacharel, mais próximas ao exercício do magistério, as licenciaturas passaram a ser uma alternativa às mulheres no mundo do trabalho, passando logo a servir a emergente classe média brasileira, adquirindo, desse modo, certo prestígio social, no que se destacam os cursos normais. A educação dos pobres ficou a cargo dos ofícios manuais descritos como masculinos, o que os associavam ao mundo da escravidão, carregando com eles o estigma de uma vida difícil e laboriosa.

No final da década de 1960 e início de 1970 (GOHN, 2005), tivemos reformas realizadas pelas cúpulas do regime militar, estando tal grupo preocupado em adequar a educação brasileira às novas exigências da Organização Mundial do Trabalho. Em contrapartida, foram intensas as Campanhas em torno dos movimentos de alfabetização de adultos e expansão do **ensino primário e superior**. Movimentos em defesa da escola pública, universal e gratuita. Destaque para a Lei 4.024/61, art. 70, que estabelece duração do currículo mínimo nas licenciaturas.

Em entrevista realizada com o professor Luís Alves Ferreira, da APRUMA, ele relata que, exatamente, nesse período é criada a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Quando ainda era estudante secundarista, participou da luta para a sua criação; o professor também nos informa de como ocorreu e foi definida essa articulação:

Professor: Exatamente, a Universidade do Maranhão já existia. A Universidade do Maranhão foi criada em 1960, no Governo Jânio Quadros viu? E era comandada pela Igreja. A Sociedade Maranhense de Cultura Superior e a liderança dessa Igreja era o Bispo Dom Delgado, arcebispo que criou. Mas, essas figuras intelectuais mesmo era que comandavam. Era Dom Antônio Fragoso, que foi vice-reitor, foi reitor da Universidade. O Cônego Ribamar e vários professores que eram padres, que ao ser criada a Universidade Federal do Maranhão foi trazendo de lá os Cursos da Sociedade Maranhense de Cultura Superior, que era da Universidade do Maranhão. Sim, e com o Curso de Direito, da faculdade de Farmácia e Odontologia criaram a Fundação Universidade do Maranhão. Bem, tô dando assim informações em geral, mas tem mais coisa, mais detalhes dessa criação. É tanto que, os padres, os professores que vieram de lá, de filosofia, serviço social, enfermagem, é que vieram pra cá compor a Universidade Federal do Maranhão. **Que é a Fundação Universidade do Maranhão, depois foi surgindo a Fundação da Universidade Federal do Maranhão.** (grifos nossos).

O professor demonstra o seu entendimento sobre a recém-inaugurada, na época, Universidade Federal do Maranhão. Infere sobre os agentes que participaram da criação da Universidade, no ano de 1966, e cita a importância do movimento estudantil, fazendo-nos perceber a efervescência da sociedade civil desse período, que vivia sob o jugo de um regime político ditatorial.

Mas, para entender o movimento histórico e político que permitiu a criação das universidades brasileiras, é interessante ressaltar que, como relatado anteriormente, a LDB inicia suas bases na Constituição de 1934, a partir da incorporação dos debates de anos anteriores, relacionados ao Movimento das Pioneiras Sociais. Em 1937, não foi possível a publicação da LDB, o Estado Novo constituía-se de forma autoritária, somente em 1945, com a queda desse Estado Novo é que voltam para as pautas de discussão os antigos ideais que fundamentaram o Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional em 1948, e que só foi

aprovado em 1961, ou seja, a Lei só foi promulgada após treze anos de tramitação e com consideráveis modificações.

Acredita-se que foi justamente a expansão do ensino primário e a criação de escolas públicas e gratuitas que geraram a necessidade de professores habilitados para atender esse nível de ensino, com isso, ocorre um processo de ampliação das universidades no Brasil. Essa nova demanda da sociedade brasileira modificou a formação pedagógica, especialmente das licenciaturas, através dos pareceres: Parecer 292/62; Parecer 283/62, que regulamentavam o currículo mínimo; Parecer 236/65, que trata sobre o currículo mínimo; Parecer 187/66; Parecer 672/69 e o Decreto Lei nº 547/69, que autoriza a organização de cursos superiores de curta duração.

No período da ditadura, iniciada ao final da década de 1960, também são promulgadas as seguintes leis: a Lei 5.540/68, que trata sobre as reformas do ensino superior, o que modificou o cenário acadêmico brasileiro, devido a adequação ao sistema universal de ensino e a segunda LDB 5.692/71, que propõe mudanças nas estruturas do ensino superior; no ensino de 1º e 2º graus e a regularização da expedição dos diplomas. Destaca-se o Movimento de Educação de Base e os programas do Sistema Paulo Freire, como exemplos dessa fase; o segundo está diretamente relacionado às produções sobre educação popular. Para Gohn (2005), os movimentos sociais populares são formas renovadas da educação popular. Ainda com base nos dados relatados anteriormente, através da entrevista com o professor Luís Alves, percebe-se o quanto a Igreja estava ligada a esse processo, e de que forma a Universidade Federal do Maranhão tem suas bases de formação vinculadas a ela.

Em meados do ano de 1966, é possível perceber que a influência da Igreja ainda é muito consistente nas políticas educacionais brasileiras, determinando ações e direcionando os destinos do país juntamente com os políticos da época. Para entender esse processo, é importante destacar que a Igreja Católica, desde o período colonial, era responsável pela educação brasileira. Mesmo com a separação entre Estado e Igreja, com a Proclamação da República, essa relação não se alterou abruptamente. A rede de ensino privada era toda praticamente de sua responsabilidade e, de acordo com Azevedo (s/d), foi acusada de se dedicar apenas à educação das elites.

A Igreja Católica não se conformou com a laicidade do Estado brasileiro, acreditava que as ideias liberais e a ascensão da burguesia estavam ocasionando os males da sociedade. Era necessário recristianizar as elites. Por conta disso, colocava-se contra as ideias renovadoras propagadas pela ABE (Associação Brasileira de Educação), especialmente no período do Presidente Getúlio Vargas, que não se animava com as agitações trazidas por esses

novos ideais de liberdade. Não é de se surpreender que mesmo em tempos posteriores, na década de 1960 a 1970, ela é extremamente eficaz ao Estado, inclusive na tentativa de conter os avanços dos ideais comunistas, os quais defendiam a laicidade do Estado e dos renovadores que propagavam a expansão da educação pública e gestão dos serviços educacionais aos especialistas da educação.

É importante destacar que a Igreja, nesse período, também estava dividida em facções e ideologias diferentes, por isso, nesse trabalho, ela também aparecerá lutando pela educação básica. Esse movimento da Igreja, também conhecido como Movimento de Educação de Base (MEB) representa a “esquerda” católica brasileira, ligada à Teologia da Libertação e fortemente aos movimentos sociais.

2.4. O que dizem as teorias sobre o “populismo” e a manipulação das massas

Para controlar e manipular as massas, o governo brasileiro lançou mão de várias estratégias de ação. Dentre as formas mais comuns de governar, destaca-se o que a historiografia denomina como as expressões do populismo, já citadas anteriormente. A sua primeira geração foi fortemente idealizada pela teoria da modernização, que passou a ser objeto de estudo das universidades, quando as mesmas desejavam compreender de que forma se configurava essa política no Brasil nas décadas de 1950/1960.

Nesse período, vivencia-se a transição de uma sociedade tradicional rural, de participação política restrita da população, para uma sociedade urbana moderna, de economia de mercado e participação política ampliada, caracterizada por um processo rápido de urbanização, industrialização, mobilização e manipulação das “massas populares” por líderes oriundos da classe média. Dessa forma, destacam-se duas categorias básicas de análise, “os movimentos camponeses”, ou rurais, e “os movimentos urbanos”, cabe aqui destacar, como exemplo de movimento urbano, os movimentos sindicais docentes.

Todo esse cenário é visto através do deslocamento do homem do campo para a cidade. Nesse sentido, os camponeses, ao migrarem para a cidade em busca de melhores condições de vida, logo se deixam seduzir pelos valores e ideais da classe média em ascensão. Os camponeses, apesar de relativamente presos à sua cultura rural, são facilmente arregimentados pelos líderes populistas – perfeitos substitutos dos Coronéis do campo. Desse modo:

[...] os trabalhadores originários do campo e das pequenas comunidades do interior, quando instalados nas cidades, não se identificariam completamente como operários

industriais, tendendo a se comportar de acordo com seus 'interesses pessoais'. Não conseguiriam, dessa maneira, explicitar a consciência de sua identidade coletiva devido à falta de experiências cooperativas, próprias do mundo urbano e industrial. Os outros operários, qualificados e mais antigos nas cidades, por sua vez, demonstrariam satisfação com suas profissões, mas, por sua situação vantajosa no mercado de trabalho e pela 'falta de tradição industrial', tornaram-se pouco sensíveis para ações coletivas através do sindicato". (FERREIRA, 2001, p.71).

Seguindo as diretrizes teóricas baseadas nessa perspectiva, ter-se-ia a inserção do homem no campo, em atividades assalariadas nas cidades, além de funcionários qualificados satisfeitos com a posição e os ganhos, classificados como um dos motivos para a dispersão do movimento sindical operário, na década de 1930. Associado a um sindicalismo burocrático, que tem nos movimentos sociais os reflexos das variáveis socioeconômicas do populismo, a partir da estrutura social, seguindo o percurso histórico, a propagação e amadurecimento dessas relações de luta entre Estado e sociedade civil, é que se destaca como uma das facetas para o enfraquecimento da classe operária.

O cenário político propício para o golpe militar de 1964, baseado nos estudos de Ferreira (2001), que faz uma crítica à historiografia tradicional, analisando-a como uma justificativa sem muita consistência e bastante imbuída de pré-conceitos, posto que, se a mobilização popular fosse tão incipiente, não haveria a necessidade de um golpe militar, medida extrema de controle e ordenamento político.

Pensa-se que essa ideia é um reducionismo, visão eurocêntrica que acredita na manipulação da classe operária brasileira. A outra justificativa, que representa a realidade que se tenta trazer à "baila" durante todo esse trabalho, é que o populismo não foi apenas uma imposição de "cima para baixo", mas uma representação da interlocução entre Estado e classe trabalhadora. Partindo dessa premissa, infere-se que o golpe militar de 1964 foi a "incapacidade" do Estado em continuar negociando com a classe trabalhadora, como a exemplo das medidas adotadas pelo governo do Presidente Getúlio Vargas. A falência da ideia populista é justamente a crítica que Ferreira (2001) faz ao apresentar as diversas concepções teóricas sobre o populismo.

A segunda fase do populismo (1970-1980), denominada por Ferreira (2001) como segunda geração, é caracterizada pelo descrédito das teorias que colocam a migração dos camponeses para a cidade como responsável pela não mobilização da classe operária. É justamente o período em que as divergências entre sociólogos, cientistas políticos e historiadores se acentuam, pois os historiadores estavam voltados para as relações entre Estado e Sociedade, relativas à primeira geração do populismo. Já os sociólogos e cientistas políticos foram fortemente influenciados pelo marxismo, que na década de 1970 se

caracterizou como um importante estudo para que os intelectuais revissem essas questões de classe e entre classes. Como pode ser observada na declaração da professora Maria de Fátima Félix Rosar, quando descreve a sua inserção em vários espaços políticos e de que forma foi apresentada ao materialismo histórico dialético:

Professora: Desde que eu fiz o Mestrado, na Unicamp, e isso entre 1979 e 1982, eu me aproximei de um campo de conhecimento que era bastante novo, embora eu tivesse uma certa intuição, **mas eu fiz a graduação na época da ditadura**, eu não tive contatos com teorias críticas na época da ditadura, no Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão, mas, quando eu fui para o Mestrado eu tinha tido três anos de prática de docente na Universidade Estadual do Maranhão aqui em Caxias. Como professora do Curso de Pedagogia aqui, como coordenadora acadêmica das licenciaturas aqui e, ao mesmo tempo como Diretora do Aluísio Azevedo, primeira escola pública de ensino médio da cidade de Caxias, que foi criada em 1976, e eu fui selecionada para ser diretora dessa escola, eu vivi então aqui na cidade, após a minha graduação, um primeiro movimento, que era muito intuitivo, de que eu deveria fazer algumas coisas, que deveria ser diferente o cenário da educação aqui na cidade. Passei três anos experimentando essa prática, com muitas conquistas, com muitos erros, com muitos acertos, a escola Aluísio Azevedo acabou se destacando muito no cenário do Estado, mesmo em nível nacional e na universidade eu me comprometi com o processo de reconhecimento das licenciaturas e fui a pessoa encarregada desse processo junto com uma equipe, então eu me dediquei bastante a promover processos que seria de aperfeiçoamento das instituições que já tava iniciada e outras iniciando como a escola, como Aluisio Azevedo. **Ao chegar em Campinas, eu chego levando uma questão para minha dissertação de Mestrado, a minha preocupação era como se podia admitir que para a administração de escolas, se utilizava um referencial de administração de empresas**, porque como eu tinha sido aqui na cidade professora de educação de administração escolar, e ao mesmo tempo tinha dirigido uma escola de segundo grau, estava claro para mim que não se aplicava, a teoria de administração de empresa a uma escola, e eu mesmo sem ter um aporte teórico crítico sobre isso, quando administrava a disciplina, já administrava fazendo críticas à teoria que existia. **Chegando em Campinas eu me aproximo de fontes que me levariam a compreender justamente porque era proposto esse modelo para educação, aí é quando realmente eu consigo adentrar o campo de conhecimento que para mim é totalmente desconhecido, da produção do pensamento marxista eu me aproximo aí durante o Mestrado**. Eu tive professores que foram bastante definidores dessa trajetória como Maurício Tragtenberg, como Demerval Saviani? Também eu fiz uma disciplina com Otávio Ianni, na PUC de São Paulo. **Nessa época, me aproximando dessa referência, eu consegui compreender que era muito importante que eu justamente a níveis mais profundos a fazer a crítica à teoria de administração proposta para educação, tendo me aproximado desse conteúdo, tendo feito uma elaboração mais profunda, tendo o resultado desse processo a dissertação que veio a ser publicada em livro, administração escolar um problema educativo ou empresarial? [...]** (grifos nossos).

A professora Fátima Félix descreveu toda a sua trajetória acadêmica e de que forma se sentiu influenciada pelas leituras apresentadas a ela no período que fez o Mestrado em Campinas-SP, com isso, justificou o que foi para ela a possibilidade de conhecer o método do materialismo histórico dialético e de que forma ela compreendeu que a teoria marxista transformou sua prática pedagógica em uma prática política. Apresentou-nos a sua produção, resultado do Mestrado, narrou a sua experiência na educação e sua prática e continua a

entrevista transcrevendo o seu retorno ao Estado do Maranhão e de que maneira se articulou com a APRUMA e outros sindicatos:

Professora: [...] Eu volto para Caxias, em 1982, cada vez mais comprometida com uma prática que agora não era mais só no sentido da prática pedagógica, questionadora, crítica, mas, uma prática política, porque eu tinha agora um aporte teórico que me permitia fazer a ligação entre educação, política e economia. É, quando eu me dedico aqui à organização de Sindicato aqui, com um grupo de companheiros aqui em Caxias, quando eu vou para o doutorado em 1986, e retorno do doutorado em 1989, tudo isso já tinha sido ampliado no meu próprio processo de elaboração e de produção, de conhecimento. Chegando a São Luís, não havia dúvida, eu estava disponível a me dedicar à luta política em prol da educação pública e penso que deveria ser feito nesses espaços, tanto criando um núcleo do CEDES de Campinas, eu era sócia do CEDES, como também fazendo no âmbito da APRUMA, que se destaca a questão da educação, não só a questão do mundo sindical, as questões trabalhistas, as questões mais ligadas à carreira docente, mas, também que se destaca o debate sobre a LDB, aí um grupo de companheiros, entre muitos estava a Évila, Manira, Beatriz Sabóia, nós fomos justamente nos reunindo, nos articulando e coordenando esse processo de debate sobre a LDB, aí veio o primeiro evento em novembro de 1989 e daí para frente eu tive com um grupo de pessoas, tanto dentro da universidade como fora da Universidade, sempre coordenando eventos, seminários, levando grandes temáticas a serem debatidas em São Luís. (grifos nossos).

A professora Fátima Félix atribuiu ao Mestrado e às leituras que fez o motivo pelo qual procurou articular-se em torno de movimentos e ações políticas que representassem a luta pela educação acerca do debate sobre a LDB e as questões trabalhistas, além de melhorias das condições de trabalho nas universidades brasileiras. Assim, filiou-se à APRUMA, já na década de 1990, quando entra na UFMA:

Professora: [...] Porque eu sempre apostei na ideia de que socializar o conhecimento é uma prática política, não é só uma prática pedagógica, é uma prática política. Socializar o conhecimento, como nós temos certas condicionalidades na história do Maranhão, que nos torna, de certa forma, um tanto afastados de um centro de produção de conhecimento mais dinâmico. A minha ideia era sempre: vamos levar ao debate tal tema, vamos levar conferencistas de fora, vamos promover eventos, no sentido de tentar ao máximo disseminar novas ideias, talvez essas ideias pudessem fermentar processos de luta prática no âmbito do movimento docente. Então daí para frente, de 1989 em diante, nós tivemos sempre esse compromisso, e estive com outros companheiros também na coordenação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, e fui para Brasília várias vezes como representante do núcleo do CEDES no Maranhão, e depois como representante da APRUMA, para debates no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e debates no âmbito da Comissão de Educação da Câmara Federal. (grifos nossos).

A professora Fátima Félix entende como prática política também a articulação para a realização de conferências e congressos como forma de socialização do conhecimento. Descreve o seu papel como representante da APRUMA e os debates que foram articulados em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública:

Professora: [...] Fui várias vezes como representante, levando sempre o resultado de um debate que se dava em nível local, porque para mim era

critério básico que poderia me assegurar legitimidade. Eu não ia me representando em nenhum espaço, eu ia representando as organizações e para isto era necessário que houvesse um debate na base. Então quando eu ia eu ia levando uma posição de base, e isso foi se dando, o que me permitiu contato com pessoas importantes como Florestan Fernandes, que estava na comissão da educação, e aí ter a chance de dialogar com ele, **com o deputado tive contato com representantes de várias organizações em âmbito nacional, os que representavam os vários sindicatos, os que representavam também o setor empresarial, os que representavam outras organizações como a ANDES, que existia em São Paulo,** o CEDES, nem sempre a posição que nós levamos do Maranhão era uma posição que ali recebia apoio da maioria, às vezes, nossa posição foi uma posição de dissidência lá dentro, até promovendo certos debates mais acalorados, e até certos atritos, porque um dos problemas que foi gerado no âmbito do Fórum Nacional foi que nós levamos de São Luís a proposta que na LDB, a instância que estava sugerida para ser permanente, o Fórum nacional de educação, nós entendíamos que deveria ser de caráter normativo e deliberativo, consultivo, chegando no debate com as outras organizações, essa posição foi considerada absurda, foi considerado que o Fórum Nacional deveria ser apenas de caráter consultivo, e aí inventamos esse debate, foi bastante polêmico, eu tenho até registrado essa polêmica toda em fita gravada, que eu não publiquei, não cheguei a publicar nunca, mas que gerou até certa medida algum mal-estar com setores mais conservadores, que viam uma ameaça ter um Fórum Nacional, não sendo tutelado pelo Ministério da Educação, seria uma instância máxima de participação social dos educadores, tendo inclusive força de definir diretrizes para a educação. Então isso foi considerado absurdo porque o Ministério teria que está acima do Fórum, e sob a minha ótica seria o contrário, o Ministério deveria tá abaixo do Fórum, então essas questões foram interessantes porque levaram também aqui a liderança que representávamos, não fosse apenas de uma participação mais passiva, era mais ativa, que gerava debate. (grifos nossos).

Percebemos que o discurso da professora Fátima Félix é alicerçado em discussões acerca do debate em torno da LDB, na década de 1990, e se vê como representante das organizações de que faz parte. As lutas de que participava giravam em torno da maneira e caminhos que permitissem a transformação da sociedade. Nesse período, os movimentos defendiam que os trabalhadores deveriam alcançar a “verdadeira” consciência de classe e somente essa consciência os motivaria a compreender quais os seus “reais” interesses e permitiria vê que os mesmos se mobilizariam em torno de um ideal comum. O entendimento de ideologia estava presente nas pesquisas dos principais Programas de Pós-graduação na área das ciências humanas e sociais no Brasil nesse período também.

Para compreender melhor as discussões sobre a LDB, destaca-se que na década de 1970 eram crescentes, no Brasil, as associações e movimentos comunitários impulsionados inicialmente pelas práticas de “esquerda” da Igreja Católica, em uma ala denominada Teologia da Libertação, movimento distinto do integralismo, assessorados também pelas universidades, partidos políticos, sindicatos, instituições governamentais nacionais e internacionais. A educação popular surge como uma forma de contestação ao regime militar autoritário. É uma alternativa política possível em que os oprimidos eram respeitados em seu saber e podiam ser ouvidos. Com isso, o caráter pedagógico dos movimentos sociais de

instrumentalização transformou-se em assessoria. Sendo assim, a produção dos materiais pedagógicos, as cartilhas dos movimentos populares passaram a ser de responsabilidade da própria comunidade.

Na década de 1980, os estudos teóricos concluíram que na década de 1930-1945, o sucesso do Estado popular foi resultado da eliminação dos operários mais combativos pela polícia, e manipulação do restante da população, a partir dos meios de comunicação. Além de alguns estudos também desse período, que comparavam o Estado Novo de Getúlio ao totalitarismo de Hitler e Mussolini, para demonstrar o terror vivenciado por parte da população brasileira, em destaque, os anarquistas e revolucionários daquele período.

Enfatiza-se, com isso, que os referenciais dos autores são importantes na medida em que compreendemos que se trata de uma leitura, de um discurso produzido em um “campo intelectual”, marcado por posicionamentos políticos e ideológicos que, dependendo da forma como é interpretado, poderá marcar a pesquisa desenvolvida dentro de uma análise discursiva baseada em um método teórico específico – o que dificultaria a exposição da análise, uma vez que é a leitura desses métodos tão contraditórios que constrói as observações sobre o tema abordado.

Por isso, também trago para fundamentar, em algumas linhas do presente trabalho, Foucault, Bourdieu, Benedict Anderson, dentre outros, que ainda na década de 1980, na história e sociologia ganham espaço entre esses profissionais. Não admitiam que as ideias e as produções culturais fossem produto apenas das classes dominantes e impostas, sem mediações de cima para baixo. Essa teoria é contrária a ideia do populismo porque esses teóricos crêem que a classe trabalhadora buscava meios de negociação, e isso não significava exatamente aceitação das políticas governamentais. Entender de que forma acontece essa negociação é o que diverge dos ideais marxistas mais ortodoxos que creem que a mobilização social só acontece através do rompimento brusco e da luta de classes.

Na verdade, esses estudos baseados na biopolítica de Foucault, na teoria da reprodução de Bourdieu vêm demonstrar que “os pobres”, ou “proletários” não são tão fáceis de iludir ou manipular como fazem crer outras teorias, mas que foram, na verdade, oprimidos e coagidos com grande força em suas ações. Exemplo mais claro e preciso dessas formas de negociação entre classe trabalhadora e Estado estão presentes nas práticas dos movimentos sociais docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

2.5 Entendendo o capitalismo: políticas neoliberais e as universidades

Para Harvey (2001), o período de 1965 a 1973 evidenciou de modo preciso a incapacidade do fordismo e keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Os problemas tinham relação com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, e toda tentativa de romper com essa rigidez era contida pela força da classe trabalhadora através das greves e pelos problemas trabalhistas evidenciados nos anos de 1968-1972.

De acordo com Silva Jr. (2001), a mudança do modelo de acumulação fordista para a acumulação flexível apresenta uma relação entre as linhas de produção e as crises nos diversos setores da economia que se articulam com a crise do bem-estar social. Na década de 1980 e início de 1990, após o Consenso de Washington, os organismos multilaterais demonstraram a preocupação no controle dos gastos dos países de terceiro mundo, suas ações estão definidas a partir do equilíbrio orçamentário; redução dos gastos públicos; abertura comercial, com a redução das tarifas de importação; eliminação das barreiras não-tarifárias; liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; *privatização das empresas e dos serviços públicos*. (Silva Jr., 2001, p. 26 apud Soares, 1996, p. 23, grifo nosso).

A primeira preocupação da pesquisa é tentar entender de que forma as reformas de Estado interferem na educação superior especialmente a pública, e como a reestruturação produtiva interfere nas bases legais, estruturais, sistema de gestão e autonomia universitária como consequência das políticas de minimização do Estado e valorização do não-estatal como garantia de ampliação do setor privado.

O processo de liberalização econômica, diminuição do papel do Estado inicia-se nos governos de Thatcher na Grã-Bretanha; Reagan, nos Estados Unidos da América (EUA); e Kohl na Alemanha. Na América Latina, o seu auge acontece no início da década de 1980, e no Brasil, começa na década de 1990, com o fim da ditadura e a reconstrução do Estado no mundo globalizado.

Para a concretização dessas medidas, a Reforma do Estado entrou nas linhas de atuação do Governo, cabendo ressaltar o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação, em 1995, do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado –

MARE, comandado por Bresser Pereira. E as reformas para a educação do ensino superior são gestadas justamente após as reformulações e reformas do Estado.

A Reforma do Estado condena quase todas as conquistas da Constituição Federal de 1988, pois para os reformistas significava um excesso de burocracia. As principais condenações estão relacionadas à administração estatal em Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal (Lei 8.112/1990) e transformação de Celetistas em Estatutários. Dessa forma, Silva Jr. (2001) informa que a proposta da MARE foi dividir o Estado moderno, social democrata em duas esferas fundamentais: **núcleo burocrático**, responsável pelas funções exclusivas do Estado, que corresponde aos Poderes Legislativo, Judiciário e, no Executivo, apenas às forças armadas, à polícia, à diplomacia, à arrecadação de impostos, à administração do Tesouro Público e à administração do pessoal do Estado; e um **setor de serviços sociais**, que seria parte do Estado, mas não seria Governo, que corresponde aos serviços de saúde, educação, pesquisa, seguridade social e cultura.

Para Silva Jr. (2001), a intenção do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nesse período, era transferir a responsabilidade da gestão das universidades públicas para o setor privado, com o objetivo de descentralizar a administração pública, instituindo “agências executivas” e “organizações sociais” controladas por contratos de gestão. As universidades seriam geridas a partir da criação de organizações sociais, dentro do que denomina como “Programa de publicização”, em que o Estado deixa de ser o prestador desses serviços e passa a ser o regulador, provedor e promotor.

Para atender todas essas propostas de reformas do Estado, o Governo precisou aprovar muitas medidas provisórias e emendas parlamentares, dentre as quais, é interessante destacar:

- a) O fim da obrigatoriedade do regime jurídico único e a permissão de contratos de servidores pela CLT;
- b) A flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários, permitindo-se a demissão, além de por falta grave, também por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros;
- c) Possibilidade de se colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, como alternativa à exoneração por excesso de quadros;
- d) Limitação rígida dos proventos da aposentadoria e das pensões ao valor equivalente percebido na ativa;
- e) Eliminação da isonomia³⁰ como direito subjetivo, embora mantenha, implicitamente, o princípio, que é básico para qualquer boa administração. (SILVA JR., 2001, p. 44).

³⁰ Outra emenda que complementa essa idéia de isonomia como direito subjetivo é o equilíbrio entre os três poderes na organização administrativa e a fixação de vencimentos dos servidores através do projeto de lei, por iniciativa de cada um dos poderes respectivos, mas todos dependendo de sanção presidencial (SILVA JR., 2001, p.44)

Como medida complementar, também tenta dissociar o que é indissociável, que é o princípio de associação entre o ensino, pesquisa e extensão, pois para os reformistas apenas algumas instituições deveriam se dedicar à pesquisa e à extensão. Em sua maioria, deveriam ofertar apenas o ensino, proposta essa já pensada pelo Grupo de Estudos para a Reformulação do Ensino Superior – GERES (1986), formado pelo MEC (Ministério da Educação).

Contudo, as reformas do Ensino Superior estão traduzidas no documento legal de maior importância para o sistema educacional brasileiro, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, em especial no CAPÍTULO IV, *Da Educação Superior: artigos 43³¹; 44³²; 45³³; 46³⁴; 47³⁵; 48³⁶; 49³⁷; 50³⁸; 51³⁹; 52⁴⁰; 53⁴¹; 54⁴²; 55⁴³; 56⁴⁴ e 57⁴⁵* que tratam da finalidade; dos cursos e programas; dos graus de abrangência, funcionamento e classificação; autorização, reconhecimento e credenciamento dos cursos; mínimo de dias letivos;

³¹ LDB nº 9.394/96: Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (...)

³² LDB nº 9.394/96: Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I – cursos seqüenciais por campo de saber (...); II – de graduação, (...); III – de pós-graduação, (...); IV – de extensão, (...).

³³ LDB nº 9.394/96: Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

³⁴ LDB nº 9.394/96: Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação (...)

³⁵ LDB nº 9.394/96: Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (...)

³⁶ LDB nº 9.394/96: Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular (...)

³⁷ LDB nº 9.394/96: Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo. Parágrafo único – As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei.

³⁸ LDB nº 9.394/96: Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

³⁹ LDB nº 9.394/96: Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre os critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

⁴⁰ LDB nº 9.394/96: Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual (...)

⁴¹ LDB nº 9.394/96: Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I – criar, organizar (...)

⁴² LDB nº 9.394/96: Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal (...)

⁴³ LDB nº 9.394/96: Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

⁴⁴ LDB nº 9.394/96: Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo Único – Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

⁴⁵ LDB nº 9.394/96: Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aula.

informação sobre os programas dos cursos, componentes curriculares, duração, requisito; qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação; reconhecimento de diplomas; transferência de alunos; demonstrativo da ocorrência de vagas; ingresso de discentes; ensino, pesquisa e extensão; autonomia universitária; recursos garantidos pela União; princípio da gestão democrática e mínimo de horas de trabalho obrigatório ao docente.

Na leitura desses artigos, é possível observar o diálogo do Estado, iniciativa privada e movimentos sociais com clareza. O Estado ficou a cargo dos dispositivos de regulação; a iniciativa privada à abertura do espaço para que pudesse ofertar seus serviços; e aos movimentos sociais a garantia ao orçamento público, à gestão democrática, à autonomia e ao regime de horas de trabalho. É importante entender essa interlocução para se perceber de que forma o ANDES/SN e suas Seções Sindicais, com destaque aqui para a APRUMA, atuaram em cada espaço na luta pela garantia dos direitos sociais e políticas públicas.

Em suma, todos esses pontos apontados pela LDB nº 9.394/96, como garantia dos Direitos Sociais prescritos pela Constituição Brasileira de 1988, do Título II, CAPÍTULO II, art. 6º⁴⁶, que também trata dos direitos dos trabalhadores; art. 7º⁴⁷, da associação profissional; art. 8º⁴⁸, da greve; art. 9º⁴⁹, e gestão democrática a partir da participação em colegiados; art. 10º⁵⁰, são o retrato da luta dos movimentos sindicais, que na atualidade procuram se rearticular para continuar a garantir esses direitos, cabendo destacar aqui a APRUMA, como Seção Sindical do ANDES/SN, como outras entidades de classe e associações de trabalhadores.

Foram acrescidos ao texto pela emenda Constitucional nº 64 de 2010, as palavras alimentação e moradia, o que destaca a ação do Governo Federal através de seus dispositivos na implantação de políticas públicas tais como: a bolsa família, bolsa escola, o PAC, o que caracteriza ações afirmativas de cunho assistencialista e paternalista não são as políticas em si que são classificadas de cunho populista, mas o seu uso, e a alteração dessa redação em pleno

⁴⁶ Constituição Federal de 1988, Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Emenda Constitucional nº 64 de 2010: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁴⁷ Constituição Federal de 1988, Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I – relação de emprego (...)

⁴⁸ Constituição Federal de 1988, Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, (...)

⁴⁹ Constituição Federal de 1988, Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender (...)

⁵⁰ Constituição Federal de 1988, Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 10. - É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. E, Art. 11 (...)

período eleitoral para Presidente, Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais no Brasil, ainda nesse ano.

2.6. Combate ao capitalismo e a criação de um presidente popular: uma eleição democrática?

Será que o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva: o “Lula” é a verdadeira descrição do que seja um processo democrático na sociedade brasileira? Para enfatizar essa ideia e entender por que Lula chegou a ser Presidente é interessante antes entender a criação da “figura” Lula: o filho do Brasil⁵¹.

O Presidente Lula inicia a sua trajetória com o movimento operário no ABC paulista⁵², na década de 1970. Nesse período, a grande efervescência do movimento sindical se concentrava em São Bernardo do Campo, orquestrado pela categoria dos metalúrgicos, e tinha como uma das principais reivindicações o aumento de salário.

O movimento grevista liderado por Lula era fortemente contido através de políticas administrativas de coerção e violência simbólica. Como exemplo, os métodos disciplinares da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que para conter o movimento grevista - Antunes (1988) - passou uma circular com instruções aos empresários para o enfrentamento da greve, dentre essas: a demissão e perseguição aos grevistas, não permitindo que façam paralisações dentro das fábricas, além de realizarem a contratação de novos funcionários para substituí-los.

O movimento grevista reagia com piquetes, que impedia a entrada dos trabalhadores para o interior das fábricas. Com receio da pressão dos movimentos sindicais, os empresários tiveram que recuar e chamar o líder sindical “Lula” para negociar, isso aconteceu em 1978, e teve como resultado a vitória dos metalúrgicos e o fortalecimento político-organizacional da categoria, além da consagração de Lula como figura representativa do movimento dos metalúrgicos do interior de São Paulo.

Em 1979, os sindicatos do ABC começaram outra luta e estruturaram uma comissão de salários, realizaram grandes assembleias no sindicato e organizaram a greve geral metalúrgica. A paralisação foi decretada em assembleia geral e não pelo sindicato, muitas fábricas pararam suas atividades completa ou parcialmente.

⁵¹ Referência ao filme que fala sobre a biografia do Presidente.

⁵² Expressão que define as cidades industrializadas do interior do estado de São Paulo, Santo André; São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

As assembleias gerais em São Bernardo do Campo chegavam a contar com mais de 60 mil operários. À frente do movimento estava Lula que, ao ver a greve sendo contestada como ilegal, falou em Assembleia Geral para mais de 80 mil operários: “A greve pode ser considerada ilegal, porém, ela é justa e legítima, pois sua ilegalidade é baseada em leis que não foram feitas por nós ou por nossos representantes” (Antunes, 1988 apud Folha de São Paulo, 15/03). Diante dessa frase de Lula, pensa-se no papel que os movimentos sindicais exercem hoje, no seu governo, pois, no caso específico do movimento docente, não temos quadros expressivos de greves nas universidades, desde sua posse em 2003, e, se greve for sinônimo pra pressão popular, já faz alguns anos que ela perdeu sua força, tornando-se cada vez mais escassa, para ser mais específica, desde que o Presidente Lula assumiu o Governo. O professor Luís Alves pensa que:

Professor: Eu acho que o Governo Lula, ele cooptou muitas coisas que foi: cooptou o sindicato, os movimentos sindicais que inibiu, o sindical que levantou a questão da greve foi a ANDES, que andou tentando, **eles tentaram destruir o sindicato no Governo Lula. A ANDES nacional foi uma luta para recontar a carta sindical, porque a ANDES era filiado a CUT, se afastou, se afastou porquê? Porque não concordava com as coisas da CUT, então eles tentaram bloquear e o sindicato é independente, crítico e tudo isso**, a sociedade é isso, essa é a discussão. Então eles tentaram e, foi uma luta para reconquistar a carta sindical, porque é um embate político. É um sindicato que colocava as fragilidades do Governo? Aí eu te pergunto. Nós somos um país neocolonizado, focado no capital, incentivando mais o agronegócio, deslocando a população, afastou, fez quatorze (14) universidades e é um resultado positivo? É, não vou dizer que não, porque tem uns companheiros da ANDES que começaram a criticar, tudo bem, têm erros, não vou dizer que não, mas, vai na comunidade, eu dizia aqui na reunião, vão lá dizer que é contra o curso lá na coisa, que vocês levam pancada, tem que lutar de outra maneira para poder melhorar as coisas. Então é isso, eu ontem fui numa comunidade do Vale do Jequitinhonha, com dificuldade ou não, avançou. Isso é que o pessoal não percebe, agora com dificuldade, com fragilidade eu concordo. Com falta de professor, eu concordo, com salário baixo, eu concordo, com alguma falta de consumo, concordo, porque o país tem dinheiro, mas deixar de criar o curso, né? (grifos nossos).

O professor Luís Alves nos chama a atenção à forma de governar praticada pelo Presidente Lula, que inibiu os movimentos sindicais, levando o ANDES/SN a afastar-se da CUT. De acordo com o próprio professor, a ANDES sentiu-se obrigada a reconstruir sua carta sindical, pois precisava conquistar novamente a sua autonomia. Mas, também destaca os aspectos positivos dos programas sociais do Governo, e enfatiza a ampliação do número de vagas nas universidades e interiorização dos campi.

O poder⁵³ soberano e disciplinar do sindicalista Lula, à frente do movimento grevista, era crescente a cada nova Assembleia Geral. Contaram até mesmo com o apoio da

⁵³ Referência às categorias trabalhadas por Foucault (1979), em *Microfísica do Poder*, onde o autor trabalha a circularidade do poder através do discurso.

Igreja, através da Pastoral Operária do ABC, dirigida por D. Cláudio Hummes. De acordo com Antunes (1988), os trabalhadores clamavam a presença de Lula na liderança do movimento sindical, somente ele conseguia se fazer ouvir pela enorme massa de trabalhadores. Não se pode negar que o Presidente Lula foi um grande líder sindical que baseava suas ações de luta contra a exploração dos empresários e contra as intervenções e apoio do Estado ao capital. Na condição de Chefe de Estado, o Presidente como grande articulador político que sempre foi, consegue desarticular os movimentos sociais e sindicais, não somente por conhecê-los a fundo, mas porque passou a manter com os mesmos uma relação de irmandade. Destaca-se agora o depoimento do professor Raimundo Renato Patrício (vide TCLE, anexo 06), professor aposentado do Departamento de Matemática da UFMA, um dos fundadores do Curso e associado da APRUMA, o mesmo narra o que pensa do papel de Lula e como ele o percebe enquanto um sindicalista muito atuante na década de 1970, o qual surgiu no cenário nacional como grande liderança sindical, articulado na criação do PT e da CUT e de outros sindicatos, em que se encontra até o próprio ANDES. Ressalta-se de que forma o professor Patrício vê essa posição do Lula enquanto sindicalista e, hoje, como Presidente; e ainda como foi possível ao Governo do Presidente Lula desarticular os movimentos de uma maneira geral:

Professor: Mas é uma coisa chocante, o Lula esteve aqui nesse palco e uma das coisas que lembro do Lula ter dito é: - **nós precisamos acabar com esses estados, com essa situação que o estado pertence a uma família, nós vamos ser eleito Presidente e combater fortemente a idéia dessas famílias que são donas e isso e aquilo. Aqui no Maranhão, ele dizia claramente que era a família Sarney. Uma vez eleito, e nem espaço para dizer, houve uma transformação, ele estava de braços dados e protegendo.** Dizem que quando o Sarney disse: - vou tirar licença do Senado para terminar de escrever um livro, ele estava pressionando o Lula para que o Lobão fosse Ministro das Minas e Energia, porque a Dilma queria outra pessoa. Mas, como ele disse que tiraria licença do Senado e o Lula precisava dele, ele nomeou o Lobão. Isso é tão verdade que ele continua no Governo Dilma, mesmo a Dilma sendo Presidente. Então, a gente que ouviu o Lula dizer isso, que essas famílias dominantes dos estados, que isso deveria mudar, e não sei o que, era prejudicial ao estado e a gente sabe que é, com muito pouco tempo eles estavam de mãos dadas, então isso não foi necessidade e nem foi o tempo, eu preciso de uma oportunidade para ficar bem, e para ficar bem eu preciso ficar com aqueles que estão então. **Ele se aliou a essas pessoas, se por falta de formação e caráter eu não posso identificar. Mas, ele se alinhou, para livrar a pele, porque ele já estava queimado com quem sentiu que ele era um aproveitador.** Ele começou a enganar com bolsa família, bolsa salário, hoje nas famílias, tem um cidadão que recebe isso aqui do filho, não paga energia, nem isso e aquilo, e vai escapando, não melhora nada, cria crise na família, vive na miserabilidade, mas, uma miserabilidade gratuita. Aceita isso, porque não tem esclarecimento e acha que o homem é uma grande coisa. E aí ele ganha os percentuais de aceitação toda. Quer dizer, se eu tivesse certeza de que não vai acontecer nada comigo eu diria que é falta de caráter, falta de formação e falta de compromisso porque foi uma mudança muito radical do sindicalista Lula para o Presidente Lula. (grifos nossos).

Como infere o Professor Patrício, o Presidente Lula, quando era sindicalista e candidato a Presidente, combatia abertamente o mando e poder de grupos políticos e famílias que comandavam o Estado do Maranhão, para tanto, relembra a visita dele ao estado e seu discurso do período. Ressalta e descreve as alianças que o Presidente fez com esses mesmos grupos que tanto combatia e criticava no passado.

Na Presidência, como grande líder sindical de outrora, Lula se coloca na condição de aliado da classe trabalhadora e legítimo representante do povo no Governo, a sua eleição de acordo com os meios de comunicação do período, foi vista pelo mundo, por todos os brasileiros como a representação de um processo democrático legítimo. Lula chegou ao poder depois de 15 anos de aprovação da Constituição de 1988 – eleito em 2002 e empossado em janeiro de 2003 –, em meio à comoção popular, afinal a “Esperança vencia o Medo” – seu *slogan* depois de eleito.

Lula foi candidato a Presidente por três vezes consecutivas, era observado com desconfiança pela elite brasileira, pelos empresários que o qualificavam como: comunista, “vagabundo”, desordeiro e analfabeto, dentre tantos outros adjetivos que associavam a sua imagem ao “medo”. Mas, eis que subia a rampa do Palácio, no dia 1º de janeiro de 2003, o legítimo representante do povo, “o salvador”. Mas, ao passo que o herói se tornava Estado, o país perdia sua principal oposição. Para o professor Patrício, a relação entre o sindicato e o partido político no governo do Presidente Lula pode ser definida da seguinte maneira:

Professor: O Lula era um líder sindical, tinham as pessoas que abraçavam e acreditavam nele e quando ele foi para Presidente da República ele pegou uma corriola daqueles que sabiam dele, que sabiam da linha dele, do comportamento, e **não é burro, puxou o sindicato todo, como a CUT**, para dentro do Governo dele. Eu vou e levo os meus. Mateus primeiro os teus. Bíblico. (grifos nossos).

O Professor Patrício, assim como o professor Luís Alves, também destaca a problemática relação do Governo com a CUT, enfatizando a existência de um acordo não muito claro, mas bem entendido pelo conjunto da sociedade. Essa articulação reporta-se à história na tentativa de ilustrar o início da vida política do Presidente Lula.

De acordo com Antunes (1988), o movimento dos metalúrgicos surgiu sem a presença de partidos políticos, a questão salarial era a principal causa das greves e só ganhou uma dimensão política quando o sindicato mudou sua forma de negociar, quando surgiu o “novo sindicalismo” atuando combativamente para representar os interesses dos operários, até que, em 1979 emergia o Partido dos Trabalhadores – PT, tendo Lula como um de seus membros fundadores.

Entende-se que o momento ímpar do “novo sindicato”, que despontou com tanto vigor e veemência, desencadeando processos de negociação que, conseqüentemente, resultaram em respostas a conflitos decorrentes de interesses diferenciados de classe, findou no dia em que esse movimento se constituiu em um Partido Político. Não se nega a importância desse momento, posto que os trabalhadores sentiram a necessidade de também serem representados nas bancadas do Congresso Nacional, na tentativa de ver os seus interesses, como classe trabalhadora, atendidos e garantidos legalmente. Mas, a “distinção” se extingue, uma vez que, compondo o “Estado”, os representantes do partido que estão no Congresso, geralmente perdem o foco de quem representam e, muitas vezes, passam a lutar pelos seus próprios interesses, ou pelos de um pequeno grupo que compõe o partido. Isso acontece porque, embora o Estado se classifique como público, ligado ao interesse geral, ele não está isento de conflitos de interesse e contradições, não sendo, assim, um espaço neutro.

A professora Fátima Félix descreve sobre como entende a conjuntura política para a eleição de Lula e as expectativas da “esquerda” sobre o seu governo, quando interpelada sobre o papel da esquerda, no momento que a CUT, o PT e o próprio ANDES/SN foi criado (vide relação entre ANDES e CUT, na década de 1985, anexo 07), e como vislumbra hoje essa relação entre o governo com os sindicatos:

Professora: Dado o enfrentamento que os setores de esquerda tiveram com a ditadura, construiu-se uma expectativa muito grande naquilo que seria uma alternativa de poder para assumir a direção de um país. Acho que essa expectativa pode ter levado a uma idealização do Lula como um grande líder que nos levaria inclusive a fazer uma transição para o socialismo, porque, na realidade, **o programa original do PT tinha como objetivo mesmo, lutar pelo socialismo, a ANDES também, a CUT também, mas talvez essa posição fosse uma posição idealizada sem levar em conta todos os dados da realidade concreta.** Então disso resulta que acaba se fazendo imaginar possibilidades que não são possíveis historicamente falando, e a eleição do Lula, penso que deu a medida dessa realidade concreta, a medida é o que um grande líder pode defender até um projeto de socialismo, mas ele não é capaz de implementar um projeto de socialismo, se as forças existentes no cenário não forem muito bem avaliadas, identificadas, se não houver mesmo uma compreensão da conjuntura para além da idealização no sentido mesmo de que como que eu posso contar para fazer um processo de transformação do país, efetivamente. Acho que então todos nós tivemos grandes frustrações, eu lembro bem que estava em Campinas em 2001 e 2002, eu lia um artigo do Pierre Anderson, que já fazia, parecia uma avaliação meio profética, mas na realidade ele fazia uma análise de conjuntura muito bem feita, para mostrar os limites que estavam dados, que não era possível esperar do Governo Lula tudo aquilo que nós tanto desejávamos ver realizado. Então, eu diria que é muito menos daquilo que poderia ser só a contradição dele, mas, é muito mais daquilo que resulta de uma idealização que se faz nos movimentos. Aconteceram essas situações no passado no Brasil também, quando a coluna Prestes pretendeu fazer toda a transformação do país através de uma revolução armada, não tinha noção do limite que estava dado na história daquele momento, quando se pretende cobrar do Lula que ele não fez aquilo que desejávamos tanto, que era fazer a transição para o socialismo, se esquece que o Brasil tá dentro da América Latina, a América Latina tá dentro do continente americano né? E, o continente americano ainda está sob controle de forças

extremamente conservadoras e poderosas. Então, eu sempre penso que a gente esquece as lições de Gramsci, no que diz respeito à avaliação das conjunturas, e penso assim, que talvez um salto na prática da política que se precisa realizar pudesse ser dado através de uma avaliação mais profunda. Talvez seja um equívoco meu, mas vamos analisar cientificamente esse cenário? Vamos analisar de uma forma bem objetiva? Eu conto com que forças? O que significam essas forças no cenário? Isso está articulado a que, em nível local, regional, nacional, e internacional? É aquilo mesmo, é aquela colocação feita por Gramsci, ele está lá mostrando aquilo que parece até óbvio né? Como eu vou fazer uma luta política quando eu não sei com que forças eu posso contar? E, eu penso que a gente em alguns momentos idealiza, parece escapar a noção do método né? E parece justamente sair do ponto de vista de uma perspectiva materialista e histórica, dialética para uma perspectiva idealista. Isso seria um erro nosso? Não, isso é próprio da nossa constituição de sujeitos históricos no Brasil, não é só eu, eu erro ao fazer isso, é próprio da nossa constituição como sujeito. É contraditório, não somos mais marxistas que Marx, nós somos frutos de uma constituição e de uma cultura completamente mesclada por todas as visões, no mundo da academia, por exemplo, eu lembro de um texto que eu produzi recentemente que eu resgato uma crítica do Michel Debrin feita ao Álvaro Vieira Pinto, que ele mostra no livro do Álvaro Vieira Pinto que ele se diz adepto de várias perspectivas ao mesmo tempo, do funcionalismo, do materialismo, da fenomenologia. Então nós sofremos, eu acho, de um processo que se reproduz ainda na academia, que eu denominei nesse texto que me refiro agora de sincretismo, nós temos um sincretismo que tá incrustado na nossa forma de construir o nosso pensamento educacional, o pensamento científico. Nós acabamos de fato optando pelo ecletismo, pelo sincretismo, e isso vem da constituição do país, da constituição da cultura, da constituição da academia, exatamente porque nós não fomos tradicionalmente levados a internalizar perspectivas críticas, muito pelo contrário, o Brasil sempre foi predominantemente um país reproduzindo uma ideologia das mais conservadoras que existe, seja pela atuação da igreja, seja pela atuação do Estado, seja pela atuação da escola, o pensamento crítico, ele é vinculado ainda em pequenos círculos se nós considerarmos todo o país. (grifo nosso).

Para a professora Fátima Félix, o Presidente Lula, fez o que era possível quando assumiu a Presidência. Ela acredita realmente que não seria possível a mudança de um regime capitalista para um socialista de forma tão fácil assim, questiona o sincretismo como método de estudo para se explicar a política e comenta sobre o que isso significa para a construção das políticas educacionais.

Destaca-se, no entanto que, quando o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista desponta no cenário nacional como um espaço de discussões de interesses de um grupo de trabalhadores, isso acontece justamente porque estava dissociada a sua ação social da figura do Estado, ali, naquele momento, era um legítimo movimento da sociedade civil, sem qualquer interferência do Governo, ou de qualquer outro grupo. No entanto, quando parte de seus integrantes, ou melhor, seus líderes criam o Partido dos Trabalhadores, e se constitui como parte integrante do Estado, ele sofre influência, mesmo que indireta, do próprio Estado.

Longe de um pensamento ingênuo e romântico, pensa-se que é impossível um movimento livre de qualquer influência e interesses externos ao mesmo, até porque as contradições existentes na própria sociedade permitem a mobilização, o que passa a ser um

importante indicativo de constituição de políticas públicas. E será justamente esse o enfoque, sobre como um movimento que não se pretende “puro” pode ser autor de políticas públicas que irão beneficiar a sua categoria, ou classe.

Costa (1998) informa-nos que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também surge em meio a esse entusiasmo do movimento sindical e operário e desponta como representante do novo perfil da classe trabalhadora. Denominado de “novo sindicalismo”, exigia liberdade e autonomia sindical. Foi quando, em 1980, articulou-se para a criação da Central Sindical, por meio da aproximação de dois setores sindicais, no Encontro das Oposições Sindicais e no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, que reuniram as oposições sindicais e dirigentes.

Na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT – foi eleita uma comissão com sindicalistas das duas correntes, a comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores, para que em 1982 fosse organizado o congresso de fundação da CUT. Existiam nessa comissão grupos distintos e divergentes, tendo representantes do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista Brasileiro – PCB e do Partido Comunista do Brasil – PC do B, dos sindicalistas autênticos, dentre tantos outros. No entanto, esses conflitos e divergências impediram que a convocação para o Congresso acontecesse em 1982. Em agosto de 1983, nasce a CUT, o Congresso deliberou pela sua criação e reuniu 5.059 delegados de 912 entidades. Constituiu-se como o órgão de representação máxima da classe trabalhadora.

Procura-se, aqui, demonstrar de que forma surge o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores para tentar explicar a relação existente entre eles e o Presidente Lula desde a criação de ambos. Lula faz parte da história dos dois, foi membro fundador e articulador dos dois. Nesse sentido, pensa-se de que forma a CUT poderia contestar o Governo de um dos seus principais “fundadores”. A CUT hoje sofre as consequências e as contradições de sua história. O próprio ANDES/SN rompeu com ela, além de tantos outros sindicatos, que não se veem mais representados em suas principais reivindicações.

Nos primeiros anos de Governo, o Presidente Lula convidou seus principais companheiros e aliados do PT para compor as Pastas de alguns Ministérios, mas muitos deles se viram envolvidos em denúncias de corrupção. Para conter as denúncias e se manter no poder, o Presidente Lula se aliou a importantes líderes do Congresso, especialmente, aos do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O Governo Lula se alia às formas tradicionais de dominação social. Herda, dos coronéis da Guarda Nacional, a sistemática de controle. Como chefes, caciques do povo

(Touraine, 1989), conquista uma preponderância econômica e social que permite colocá-lo acima de outros políticos, que não podem ser detidos nem mesmo pela autoridade do Governo Central, posto que é o próprio poder central. Diante do seu poder, ele se vale do governo, das prefeituras, para distribuir cargos aos que dependem dele, concede favores aos seus cabos eleitorais e arruína seus adversários⁵⁴. A professora Denise Bessa Léda (vide TCLE, anexo 08), do departamento de psicologia da UFMA e filiada à APRUMA, observa esse período histórico e a relação entre o governo do Presidente Lula e a articulação do movimento sindical do seguinte modo:

Professora: É uma grande contradição e, também percebi vivendo esse movimento, que foi uma grande frustração. Alguns dizem que não e que já sabiam de tudo, mas, no fundo acho que todo mundo ficou muito frustrado, quem participava de movimento, que via nele a oportunidade de Governo diferente, mesmo com as alianças que ele fez. Mas, a gente sempre achava e, no final das contas foi muito frustrante, a gente vê primeiro. Ele, de diversas formas, tentou fragmentar o movimento, e também colegas que faziam parte de movimento de esquerda e acabaram sendo levados para o Governo, participando nas próprias centrais sindicais. O racha que teve então esse movimento foi muito complicado no Governo Lula, houve a frustração e as dificuldades, por incrível que pareça, aumentaram né? Tanto de mobilização e sindicalização, e também a própria situação de que é um Governo que tá investindo mais no Ensino Superior. Essa é a bandeira, **mas claro se você fizer um contraponto com o Governo FHC, o antecessor, em termo de recursos financeiros, ele abriu mais concursos, mas isso veio junto com outras coisas que não favoreceram e não favorecem a nossa atuação aqui dentro da forma como nós do ANDES, o próprio caderno 2, do ANDES, que tem série de princípios de luta, ali tá longe, mesmo com o incentivo que eles falam da educação pública, tá muito longe do que a gente pretendia e pretende que seja a educação pública**, porque ao mesmo tempo que ele faz isso ele faz o PROUNI. Então foi mais difícil lutar contra um Governo que a princípio era um governo de esquerda. (grifos nossos).

A professora Denise reconhece que o sindicato durante o período do Governo Lula ficou fragmentado, e que essa tentativa dele de fragmentar o movimento foi muito frustrante para a maioria dos sindicatos, excluindo, é claro, as centrais sindicais que foram chamadas a compor o Governo. O Presidente Lula, organizou mais concursos, como a professora mesmo destaca, mas a questão central está ligada ao fato de um governo de “esquerda”, repleto de contradições, negando a si mesmo como a esquerda brasileira, criando políticas como o PROUNI – Programa Universidade para Todos – para a distribuição de recursos financeiros à iniciativa privada.

As alianças políticas se fazem presentes em todo processo democrático e tem ligação direta com a forma de governo – que no caso brasileiro, é presidencialista. Isso

⁵⁴ Exemplo do período em que Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo, exemplo do Ministro José Dirceu, envolvidos em escândalos no seu primeiro mandato, exemplo das alianças que fez com Sarney, exemplo da oposição que fazia a José Serra, PSDB, quando eleito Governador de São Paulo.

significa dizer que o Presidente, diante dos congressistas, tem um poder relativo. O Congresso Nacional é o responsável direto pela aprovação das leis, emendas, projetos, programas e orçamento do governo. Nenhum projeto orquestrado pelo Presidente acontece sem a aprovação prévia dos Congressistas.

O papel do Congresso Nacional e da composição dos diversos partidos é imprescindível para a gestão de um processo democrático. Dificilmente, o governo consegue ter suas leis, orçamentos, projetos e programas sem essas alianças entre os partidos. Mas, como é possível a gestão de um processo democrático em um país que ainda se vê sem opção de escolher entre os melhores representantes do país, em que ainda se presenciaram, nas suas eleições, votos de “cabresto”, submissão política, coligações dissociadas de relações ideológicas, em que prevalecem as relações por interesse e troca de favores entre os seus correligionários? Presenciamos a submissão do governo e as trocas de favores entre políticos, que negociam os seus votos para aprovarem medidas, emendas e projetos de leis.

Grande parte das reformas educacionais aqui estudadas foi gestada a partir das leis, decretos, pareceres e programas de gestão do governo vigente – PT. Nesse sentido, citam-se, como exemplo, para o entendimento das medidas de controle do Governo do Presidente Lula e do atual Ministro da Educação Fernando Haddad, as reformas curriculares e os seus impactos na formação da categoria docente e o papel dos movimentos sindicais docentes nacionais sobre tais dispositivos governamentais.

3 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL, O PÚBLICO E O PRIVADO

3.1 Categorias em análise

Para entender melhor essas relações, destaca-se, em poucas linhas, a concepção de Estado em Marx e Engels. De acordo com a interpretação de Luciano Gruppi (1985), as grandes concepções com que se depararam foram a liberal e a democrático-burguesa do Estado.

Gruppi (1985) define Estado como poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico, sendo esse a maior organização política conhecida pela humanidade, baseado em três elementos: poder político, povo e território.

O Estado moderno, unitário é dotado de um poder próprio, independente de quaisquer outros poderes, e começa a nascer na segunda metade do século XV na França, Inglaterra, Espanha; posteriormente, alastra-se por outros países europeus, dentre os quais, mais tardiamente, pela Itália. Algumas características peculiares ao Estado Moderno são:

1. Autonomia, essa plena soberania do Estado;
2. Distinção entre Estado e Sociedade Civil e;
3. Diferença entre o Estado da Idade Média (patrimonial) e o Estado Moderno (soberania estatal).

Ao longo da história, muitos teóricos tentaram explicar o significado de Estado, inferem-se alguns (que podem ser observados no Apêndice F). Contudo, as discussões presentes nesse trabalho se fundamentam a partir da interlocução entre Marx e uma visão crítica do Estado; e Foucault e sua visão sobre a biopolítica. Para a visão Marxista: “A sociedade política, o Estado é expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram”. (Gruppi, 1985, p.26). Não é o Estado que determina a estrutura econômica e sim o contrário. Estado e sociedade civil não são indissociáveis.

O Estado, na concepção de Marx, torna-se necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, como consequência da divisão da sociedade em classes, que se instauram quando surgem as classes e a luta de classes. Surge com a derrubada do antigo regime, ou melhor, do regime absolutista, transformando a sociedade burguesa em uma classe dominante, que fundamentada nos princípios do liberalismo, em grande parte em decorrência das ideias iluministas dos séculos XVIII e XIX, reconstrói o papel social do indivíduo. Essas ideias iluministas são inspiradoras da Revolução Francesa e independência dos Estados da América nos séculos XVIII, e os ideais liberais irão consolidar a classe

burguesa e seu modo de produção capitalista. Para essa teoria: [...] O Estado moderno é o instrumento para exploração do trabalho assalariado pelo capital. (GRUPPI, 1985, p.30).

3.2 O neoliberalismo e as crises do capital: não governar demais

Para Foucault (2008), os problemas do governo mínimo e da economia política estão interligados. Para o referido autor, o lugar de verdade que irá regular o Estado e as práticas governamentais não é a economia política como ciência, mas o mercado. Esse mercado não deveria ser regulado nem pelo Estado e nem pela economia política. É o mercado que deve dizer a verdade sobre a prática governamental. A importância política aqui diz respeito ao conceito de verdade das práticas governamentais no mundo contemporâneo.

A economia política é todo método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação. Foucault (2008) enfatiza que, para ele, a economia política foi o que possibilitou a autolimitação da razão governamental.

A arte de governar a partir da economia política determina que o Estado deva se autolimitar e preocupar-se com a subsistência e o ajustamento da população para garantir a concorrência entre os Estados. É o que será conhecido nos séculos XVIII e XIX e meados do XX como liberalismo econômico. Entender as relações entre os sujeitos de direito e as questões relacionadas às liberdades baseadas em uma política liberal somadas à razão governamental, cujo pilar é a verdade econômica, é a base para entender a biopolítica em Foucault (2008):

[...] Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas têm como núcleo central, claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte é a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental -, e por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que podemos, parece-me, aprender o que é a biopolítica. (FOUCAULT, 2008, p.29-30).

Agora, analisando as peculiaridades da biopolítica a partir da primeira nota de rodapé apresentada por Foucault (2008), no Nascimento da Biopolítica. Trata-se da seguinte frase: “Flectere si nequeo Superior, Acheronte movebo”, que quer dizer: “Se eu não posso dobrar os deuses de cima, moverei o Aqueronte”. Nesse caso específico, entenderemos o

Aqueronte como os movimentos sociais, posto que serão eles que irão se contrapor à arte de governar das políticas neoliberais. Mas, antes de apresentar a função reguladora desses movimentos sobre o mesmo Estado, é preciso entender o que é neoliberalismo. O que está em pauta é de que forma os movimentos sociais, sindicais estão movendo o Aqueronte. De que modo e quais estratégias usam a partir das novas formas de governar do Estado.

O papel do direito público e do direito do homem do século XVIII se modifica. A autolimitação do governo regula as práticas do soberano. A questão gira em torno de limitar o poder público, ideia oriunda dos princípios da Revolução Francesa, pautados justamente nessa questão. Foucault (2008) fala sobre o conceito de liberdade baseado no naturalismo:

[...] Não é o 'seja livre' que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês vêem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. O liberalismo, no sentido em que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade [...]**. É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles e coerções, obrigações apoiadas em ameaça etc. (FOUCAULT, 2008, p. 87).

Para Foucault (2008), é necessário ao liberalismo partir em defesa de duas frentes quando isso for conveniente ao governo. A primeira é o controle dos individuais sobre os coletivos e dos coletivos sobre os individuais. Nesse sentido, não é apenas o capitalismo que entra em crise, mas, o liberalismo também, que se liga às crises econômicas do capitalismo. É a crise do dispositivo de governabilidade.

Para compreender essa concepção sobre o liberalismo em Foucault, é interessante perceber que o mesmo faz através de suas análises uma crítica às ideias totalitárias sobre o tema, pois não entende o liberalismo apenas como faceta do capitalismo, mas como parte atuante, que tem seu próprio movimento e que pode ou não influenciar o capitalismo, pode ou não ter relação direta como ele, pode ser parte constituinte, mas também divergente dele. Por isso destaca a ideia de controle dos individuais sobre os coletivos e dos coletivos sobre os individuais.

Instaura-se a fobia do Estado, em que Foucault (2008) vê como causa, para esse sentimento antiestatismo, a dissidência política do século XX e o exílio político do final do século XIX. O liberalismo irá proporcionar uma crise de governabilidade. Nesse panorama, destacam-se duas crises originadas nos Estados Unidos: a crise de produção agrícola, no final

do século XIX; e a crise de 1929, com a queda da bolsa de valores de Nova York, com um adendo à crise da década de 1970. Na década de 2000, vivenciamos os resultados da crise imobiliária americana, em decorrência da especulação imobiliária e calotes dos credores, essa crise despertou uma nova crise do capital. A partir disso, pode-se supor que:

[...] o Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importam as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado nada mais é que o efeito de governamentalidades múltiplas. (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Com a globalização da economia, essas crises atingiram escala mundial, quebrando países e desestruturando suas economias, necessitando, pois, do Estado interventor para se reestruturarem. Um dos teóricos dessa política intervencionista é John M. Keynes, que irá adotar políticas sociais como forma de evitar a falência do sistema capitalista, como descrevemos alguns exemplos no primeiro capítulo. As políticas econômicas de Keynes, consoante Bianchetti (1996), é uma nova postura do Estado Benfeitor, que deverá intervir na economia com o objetivo de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção. É uma forma de diminuir as desigualdades para evitar a falta de consumo e paralisação das produções.

[...] Em particular, a política neoliberal em relação ao desemprego é perfeitamente clara. Não se deve de maneira nenhuma, numa situação de desemprego, intervir diretamente ou em primeiro lugar sobre o desemprego, como se o pleno emprego devesse ser um ideal político e um princípio econômico a ser salvo, e salvo em qualquer circunstância. O que deve ser salvo, e salvo primeiro e antes de tudo, é a estabilidade dos preços. Essa estabilidade dos preços possibilitará efetivamente, sem dúvida, na sequência, tanto a manutenção do poder aquisitivo como a existência de um nível de emprego mais elevado do que na crise de desemprego, mas o pleno emprego não é um objetivo, pode ser até possível que um *quantum* de desemprego seja absolutamente necessário para a economia. Como diz, creio eu, Ropke, o que é um desempregado? Não é um deficiente econômico. O desempregado não é uma vítima da sociedade. O que é um desempregado? É um trabalhador em trânsito. É um trabalhador em trânsito entre uma atividade não rentável e uma atividade mais rentável. Eis quanto às ações reguladoras. (FOUCAULT, 2008, p. 191).

Para compreender todo esse processo, Foucault (2008) faz uma análise sobre o Estado e a sociedade civil a partir dos estudos do neoliberalismo Alemão (Abril de 1948) durante a República de Weimar; desenvolvimento do Nazismo e a reconstrução pós-guerra – quando a Alemanha foi dividida no período da guerra fria. Faz uma breve explanação também sobre o neoliberalismo Americano a partir da política do *New Deal*, bem como uma crítica à

política de Roosevelt, sendo contra o intervencionismo federal e contra programas de assistência.

A economia produz o consenso permanente porque é prática. O enriquecimento econômico permite a adesão dos indivíduos ao Estado. Com isso, pode-se dizer que a sociedade civil, tendo como exemplo os movimentos sociais, sindicais, só irá se manifestar no dissenso, quando a crise econômica se instaurar no seio da sociedade. Portanto, infere-se, a partir dessa concepção que são as crises econômicas que alimentam os movimentos sindicais, que movem o Aqueronte.

A Alemanha socialista, no período da Guerra Fria, propõe medidas governamentais que propiciem a concorrência, o que, para os ideais marxistas, podem ser vistas como abandono pelas lutas de classe. No socialismo, o Estado que viola a liberdade dos indivíduos perde seus direitos. Diante desse pensamento foucaultiano, e analisando as propostas políticas da “esquerda brasileira”, além dos dispositivos governamentais da década de 1980 e, anos depois, quando essa mesma “esquerda” assume a Presidência da República em 2003, tendo como representante o Presidente Lula, a mesma que adota como arte de governar a preocupação de manter o consenso entre as práticas neoliberais a partir das políticas de investimento na economia, mantendo o controle através de programas sociais como o PAC, bolsa família, dentre outros. A pergunta que todos os brasileiros fazem é que forma de governar passou a ser adotada a partir de 2003 pelos representantes legítimos das teorias socialistas, dos marxistas da década de 1980.

[...] Enfim, se há ou não há uma teoria do Estado em Marx, repito: cabe aos marxistas decidir. Mas eu, o que vou dizer é que o que falta ao socialismo não é tanto uma teoria do Estado, é uma razão governamental, é a definição do que seria no socialismo uma racionalidade governamental, isto é, uma medida razoável e calculável da extensão das modalidades e dos objetivos da ação governamental. O socialismo tem ou, em todo caso, propõe uma racionalidade histórica. (...) Ele propõe uma racionalidade econômica. (...) Digamos que o problema da racionalidade econômica do socialismo é uma questão que se pode discutir. Em todo caso, o socialismo se propõe uma racionalidade econômica do mesmo modo que propõe uma racionalidade histórica. Pode-se dizer também que ele detém, mostrou que detinha, técnicas racionais de intervenção, de intervenção administrativa em áreas como a da saúde, a da seguridade social etc. Racionalidade histórica, racionalidade econômica, racionalidade administrativa: todas essas racionalidades podem ser reconhecidas ao socialismo ou, em todo caso, digamos que o problema pode ser discutido e que não se pode eliminar com um só gesto essas formas de racionalidade. Creio, no entanto, que não há racionalidade governamental do socialismo. O socialismo, na verdade, como a história mostrou, só pode ser posto em prática se vinculado a diversos tipos de governamentalidade. Governamentalidade liberal e, nesse momento, o socialismo e suas formas de racionalidade desempenham o papel de contrapeso, de corretivo, de paliativo a perigos internos. (FOUCAULT, 2008, p. 123-124).

Nesse aspecto, arrisca-se a dizer que o que percebemos, por essa indefinição de formas racionais de governar do socialismo, é que no Brasil passou a ser adotado nos discursos políticos no Governo do Presidente Lula como um contrapeso à governamentalidade liberal, da mesma forma que o keynesianismo foi adotado nos Estados Unidos e por outros países do mundo no início do século XX.

Foucault (2008) ressalta que o Estado socialista previa um governo dos homens, da maioria. E a forma de governo dos Nazistas era baseada no mando e na obediência. Demarcam-se aqui duas políticas diferentes: a política social individual e a política social socialista. Os Nazistas pregavam a destruição do Estado burguês e capitalista. Para os nazistas, o capitalismo produzia a massa e destruía a comunidade natural entre os homens. São muito comuns as confusões que os liberais de direita fazem entre a arte de governar dos nazistas e dos socialistas. No entanto, essas diferenças são necessárias para que possamos compreender que forma de governar está sendo adotada no Brasil, na primeira década do século XXI, pelos líderes governistas.

Nesse sentido, se pensarmos no socialismo como forma de igualdade econômica, é interessante percebermos que a igualdade deve ser relativa, pois se for igualitária pode ser considerada antieconômica. Para tanto, a política social não deverá socializar consumo e renda, apenas permitir que a economia tenha rendimentos suficientemente elevados para garantir seu consumo individual. Para isso, o governo deverá garantir o crescimento econômico, a fim de que o próprio indivíduo possa manter o seu seguro individual, sua propriedade privada etc., garantindo, assim, a economia social de mercado.

Foucault (2008), para falar do neoliberalismo, tenta entender primeiramente o papel do Estado, seu crescimento e a relação que estabelecem com a sociedade civil. Demarca a fobia do Estado a partir de suas formas, quais sejam: O Estado administrativo, o Estado-providência, O Estado burocrático, o Estado fascista e o Estado totalitário. A partir das diferentes formas de Estado assumidas pela Alemanha, buscará compreender o “berço” das formas neoliberais e a arte de governar assumidas por muitos governos no mundo todo. Dentre elas, podemos citar a forma de governo totalitário e a essência de sua formação e manutenção:

[...] Em primeiro lugar, a tese de que o Estado-providência, o Estado de bem-estar não tem a mesma forma, claro, nem, parece-me, a mesma capa, a mesma origem do Estado totalitário, do Estado Nazista, fascista ou stalinista. Gostaria de lhes sugerir, também, que esse Estado que podemos dizer totalitário, longe de ser caracterizado pela intensificação e pela extensão endógenas dos mecanismos de Estado, esse Estado dito totalitário não é, em absoluto, a exaltação do Estado, mas constitui, ao

contrário, uma limitação, uma atenuação, uma subordinação da autonomia do Estado, da sua especificidade e do seu funcionamento próprio em relação a quê? Em relação a algo diferente, que é o partido. (...) Há que buscar seu princípio, não na governamentalidade estatizante ou estatizada que vemos nascer no século XVII e no século XVIII, há que buscá-lo numa governamentalidade não estatal, justamente no que se poderia chamar de governamentalidade de partido (FOUCAULT, 2008, p. 263-264).

Será que a forma política que começa a ser desenvolvida no país hoje é um modelo totalitário, na medida em que observamos, no cenário da política nacional, posicionamentos favoráveis a políticas partidárias, em que observamos o pleno poder exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante todo o Governo Lula, assim como de seus aliados no Congresso Nacional, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. É uma nova política baseada nas relações entre as esferas pública e privada da vida social dos principais representantes políticos do cenário nacional. Para entender essa relação entre o público e privado, é necessário compreender o direito como princípio de limitação externa da razão de Estado.

3.3 O Direito como princípio de limitação externa da razão de Estado

Com o surgimento do Estado e o advento da propriedade privada, o Direito legitimou-se como uma disciplina e, nesse aspecto, pode ser definido como um conjunto de princípios, regras e instituições que tem o poder de regular a vida humana em sociedade.

Como regulador da vida humana em sociedade, o Direito tem, por objetivo, estabelecer normas de conduta que são aplicadas a pessoas e instituições. O sistema jurídico regula as relações entre as pessoas. Para o Direito, as pessoas são as físicas ou jurídicas.

O Direito tem várias ramificações, dentre as quais, destacam-se aqui, o Direito Nacional público e privado. De acordo com Martins (2002), o Direito público organiza o Estado, estabelecendo as normas de ordem pública a partir do pagamento de tributos, e se divide em: constitucional, administrativo, penal, financeiro, tributário, processual e da seguridade social; e o Direito privado representa o interesse dos particulares, dividindo-se em: civil, comercial e trabalhista.

Qualquer intervenção do Estado junto ao Direito público afetará as pessoas, que irão recorrer ao Direito privado, e é esse jogo que irá determinar a sociedade dividida em classes e as mobilizações sociais. Para entender esse processo, precisamos lembrar o que é Estado e Sociedade Civil. Estado trata-se de “uma propriedade política e juridicamente organizada, dotada de soberania, dentro de um território, sob um governo, para a realização

do bem comum do povo”. (Martins, 2002, p. 60); e a Sociedade Civil abrange os movimentos sociais, entidades de classe, associações de moradores, dentre outros.

A Constituição Brasileira de 1988 propõe uma separação entre o econômico e o social. Mas, sendo neoliberalistas apresenta menor intervenção nas relações entre as pessoas. No que diz respeito à ordem econômica e financeira, o Estado deverá regular suas atividades econômicas, na forma da lei, através de funções, de fiscalização, incentivo e planejamento para o desenvolvimento nacional. Para o setor público, isso é um determinante e para o setor privado é um indicativo.

A separação dos três poderes é uma forma de organizar o Estado para melhor administrá-lo e baseia-se no princípio criado por Montesquieu e são eles: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Executivo é regido pela administração pública, que se divide em: Administração Pública Direta, que é o próprio Poder Executivo com seus Ministérios e secretarias; e Administração Pública indireta, composta pelas sociedades de economia mista, pelas empresas públicas que exploram atividade econômica, pelas fundações públicas e pelas autarquias (art. 4º, Decreto-Lei nº 200/67).

De acordo com Martins (2002), as autarquias são órgãos autônomos criados por lei, com personalidades jurídicas, patrimônio e receitas próprias, para executar atividades típicas da Administração Pública, possuem gestão administrativa e financeira descentralizada. No ensino, temos como exemplo a USP.

As fundações públicas são pessoas jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, desde que autorizadas por lei, compostas de patrimônio próprio e destacado do fundador visando à determinada finalidade específica (art. 5º, IV, do Decreto-Lei 200/67). Em que temos como exemplo a UFMA. No caso, a UFMA já surge no Maranhão como uma fundação, conforme destacado pelo professor Luís Alves no primeiro capítulo, quando narra o seu surgimento, e ainda nos informa sobre a primeira fundação brasileira, a UNB (Universidade de Brasília):

Professor: Não, aí, eu fiz o vestibular em janeiro de 1966, e, estudei pra faculdade de Medicina, faculdade de Ciências Médicas que era até 1966, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), que mantinha os outros cursos também. Quando foi em 1966, em outubro, foi criada a Universidade Federal do Maranhão, foi a primeira Universidade criada na ditadura, viu? Que foi em uma forma de fundação, que ela tava sendo pensada como fundação, antes da ditadura. Então houve o golpe de 1964, porque a forma de fundação veio a partir da fundação, da matriz das fundações, que foi a Universidade de Brasília, primeira Universidade criada no Governo de Juscelino e implantada no Governo de João Goulart. E, quem criou a Universidade? A cabeça principal, as cabeças principais da Universidade de Brasília, foi Darcy Ribeiro, Anízio Teixeira, Raimundo Jerônimo de Alencar, o Frei Matheus, mas, a cabeça que articulou tudo foi, Darcy Ribeiro, hum? Bom, fundação, em forma de fundação. O que é que se queria? Criar fundação, porque a

Universidade já era autarquia. E a fundação como foi criada. **Fundação de direito público tinha liberdade de ter tudo e dar salário. Você sabe, tanto que, na fundação aqui, eu ganhava quando eu entrei como assistente, como auxiliar de ensino, eu ganhava mais do que assistente nas federais públicas.** (grifos nossos).

E, continua:

Professor: Exatamente, mas sendo pública. A fundação da Universidade de Brasília era **pública**, mas nada de pagar, nada disso podia capitar recursos de empresas de economia mista. Podia receber doações, tudo isso. Era uma alegação diferente, viu? Então foi criada a partir da Universidade de Brasília. Foi criada a fundação da Universidade de Brasília. Foi criada a fundação do Amazonas, do Sergipe, todas as outras como forma de fundação. (grifo nosso).

O professor Luís chama a atenção para o fato de que o incentivo para a criação de fundações era uma forma de diminuir a burocracia na captação de recursos para as universidades, por isso, pode ser entendida como uma fundação de direito público.

No que se refere ao papel do sindicato e sua relação com as formas de articulação política, registra-se que as outras formas de organização sindical se enquadram no Direito Coletivo do Trabalho. Desse modo, podemos entender que sindicato é [...] a associação de pessoas físicas ou jurídicas que têm atividades econômicas ou profissionais, visando à defesa dos interesses coletivos e individuais de seus membros ou da categoria. É uma associação espontânea entre as pessoas. (Martins, 2002, p.290), como destaque, temos a APRUMA e o ANDES/SN.

3.4 Movendo o Aqueronte

Como já citado anteriormente, Foucault (2008) inicia o seu texto pela citação de Freud “*Acheronta movebo*”, que tem por significado e tradução: “*Movendo o Aqueronte*”. Aqueronte é um rio da mitologia grega que pode ser traduzido como rio do infortúnio. O barqueiro do rio chama-se Caronte. O referido autor continua seu pensamento quando cita o estadista inglês Walpole, do século XIX, e sua frase “*Quieta non movere*”, ou seja, “Não se deve tocar no que está quieto”. O estadista referia-se ao povo. Com essa frase, ele introduz a discussão sobre a arte de governar. Trata especificamente do governo dos homens, da prática governamental no exercício da soberania política.

Foucault (2008) enfatiza que pretende falar primeiro sobre a prática governamental, para depois entender os universais, o qual denomina de Estado, sociedade, soberania e súditos. A definição do seu método de análise permitirá compreender as particularidades presentes nas práticas governamentais regidas sob a égide do neoliberalismo.

Dessa forma, o Estado, então, surge pela necessidade de Governar, de se tornar forte e difícil de ser destruído. No século XVI, o Estado era definido como autônomo, deveria respeitar as leis divinas, morais e naturais. O soberano, aqui, não tem mais o poder divino.

O Estado em si deveria ter maneiras específicas de governar e deveria ter instituições relativas para exercer essa prática. Sendo assim, com o mercantilismo, o Estado deveria organizar a produção e os circuitos comerciais, o seu enriquecimento monetário, crescimento populacional e concorrência com as potências estrangeiras. Quanto à gestão interna, deveria ter uma prática de polícia e quanto às relações externas deveria proteger o país através de um aparelho diplomático-militar.

A arte de governar, portanto, é o problema apresentado pelo neoliberalismo no Estado Moderno. Nos séculos XVI e XVII, de regulação da sociedade, o Estado encontrou uma maneira de permitir, através do exercício da polícia, uma concorrência equilibrada com outros Estados. Essa maneira de governar é iniciada na Europa nos séculos XVII e XVIII com o fortalecimento do Direito. O Direito que garante o Estado de polícia e permite ao governo exercer suas práticas é o mesmo que permitirá à população regular as ações desse mesmo Estado.

No século XVIII, o governo limitou suas ações para bem exercer a sua arte de governar. O governo deveria se autorregular. Na contemporaneidade, a regulação do Estado não será mais feita pelo Direito, mas pela economia política.

As relações estabelecidas entre o público e o privado, ou entre o Estado e as políticas públicas adotadas no modelo econômico neoliberal, baseado em um sistema capitalista, irão mudar ao longo da história. Para Arendt (1997), o entendimento de público e privado é constituído pelo entendimento de que o homem é um animal social ou político e todas as atividades humanas são condicionadas ao fato de que os homens vivem juntos e que a ação exercida por eles é prerrogativa exclusiva desse mesmo homem que depende da presença de outros.

De acordo com Arendt (1987), o pensamento ocidental é formado a partir do pensamento greco-romano e ambos tinham diferenças acerca do que entendiam sobre o social. Na Grécia, a companhia naturalmente social da espécie humana era imposta pelas necessidades da vida biológica. Nesse sentido, a associação natural se diferenciava da organização política. Por associação natural, entende-se a esfera privada da casa e da família. E a organização política – a cidade-estado era a vida pública. Para os romanos, essa distinção entre o público e o privado não está presente.

Ainda tendo como respaldo o pensamento grego, em que tentamos identificar o lugar da *polis* e da família, percebemos que essa relação entre as esferas pública e privada é bastante difusa, posto que:

[...] o que nos interessa neste contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a esse fato novo, experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da *polis* e a esfera da família, (...). Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca. O pensamento científico que corresponde a essa nova concepção já não é a ciência política, e sim a <<economia nacional>> ou a <<economia social >> (...) todas as quais indicam uma espécie de <<administração doméstica coletiva>>; o que chamamos de <<sociedade>> é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada <<nação>>. (ARENDRT, 1997, p.37-38).

E, acrescenta: “[...] Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido à custa da esfera privada da família e do lar”. (Arendt, 1997, p.38).

A relação econômica e a formação com o Estado Moderno irão determinar as formas de gerir desse mesmo governo, determinando as ações destinadas entre as esferas públicas e privadas. Mas, adianta-se que, no Brasil, a esfera privada determina as ações da esfera pública e esta, por sua vez, é influenciada pelas ações da esfera privada. Isso acontece devido ao poder econômico pertencente a um pequeno grupo de particulares – detentores do poder econômico e político. Em decorrência do poder que exercem na política, o Estado interventor de políticas públicas passa a ser o Estado interventor dos interesses privados da pequena burguesia dominante, que se apropria do público como se particular fosse.

4 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

4.1 A emergência e sobrevivência das universidades públicas brasileiras

Em decorrência do estudo acerca das reformas educacionais⁵⁵, leis, decretos, pareceres e resoluções, sentiu-se a necessidade de entender de que forma esses dispositivos e normas poderiam interferir no processo de dispersão do movimento docente.

Retorna-se à história do século XIX, pois o Brasil só passa a se preocupar nesse período com o ensino após a vinda da família real. A proposta educacional de D. João VI tinha por objetivo preencher demandas para a educação profissional, o que influenciará a evolução da educação superior brasileira.

Nesse século, surgem também as primeiras instituições culturais - como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real horto e o Museu Real. Com a volta de D. João VI a Portugal, Dom Pedro, seu filho, após a independência, como Imperador, apoia a criação de novas instituições de saber, a exemplo estão as Escolas de Direito. Para Schwarcz, L. (1993), inicia-se no Brasil uma história institucional local com D. João VI e, com Pedro I, a preocupação de uma independência da tutela de Portugal e a formação de uma elite intelectual nacional mais autônoma.

Para construir o sentimento de nação brasileira, é criado o primeiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, para que fosse criada a história e a memória do país, já livre da colônia portuguesa.

No segundo reinado, com D. Pedro II, na década de 1870, já se observa, segundo Schwarcz, L. (1993), um amadurecimento de grupos de intelectuais distintos. As formações eram diversas e as aspirações profissionais também. O país, em contrapartida, vivia um processo profundo de mudanças nos seus modos de produção e relações de trabalho, com fortes pressões internas e externas para o fim da escravidão. A migração das áreas rurais para as urbanas aumentou, os modos de vida das pessoas também se transformaram. Ideias novas surgiam por todos os cantos. O discurso científico evolucionista era recorrente, até mesmo para as análises sociais. Com D. Pedro II, o país tenta construir a imagem de modernidade, industrialização, civilização e cientificidade.

⁵⁵ A professora Diana Vidal (2009) apresenta um estudo da arte sobre as reformas educativas e analisa o trabalho de diversos autores que estudam esse tema. Dentre estes se destaca Popkewitz que: “acolhe a possibilidade de múltiplos significados para reforma, reintegrando ao termo sua condição de categoria histórica. Mas é profícua também porque permite reconhecer a reforma como parte de um movimento mais amplo que envolve a compreensão das condições de emergência do texto reformista, a análise dos dispositivos inscritos na norma e dos mecanismos de imposição utilizados para governamentalidade das populações”. (VIDAL, 2009 apud POPKEWITZ, 1997).

Já no Estado Republicano, surgido envolto a ideais liberais, os republicanos acreditavam na perspectiva evolucionista que, para Schwarcz, L. (1993), servia como fonte de legitimação desse Estado. Conforme Fiorin (2006), somente na década de 1920, com as concepções de superação do atraso brasileiro, começa-se a pensar em criar universidades. Apontam-se, nesse período, três concepções pedagógicas distintas para as universidades: a liberal democrática (Universidade do Distrito Federal – Rio de Janeiro), a liberal elitista (Universidade de São Paulo) e a autoritária (reorganização da Universidade do Rio de Janeiro).

A difusão dos ideais evolucionistas fragmentou o trabalho pedagógico e deu início à proletarização docente, no sentido, de ter que se submeter às novas técnicas de ensino, seleção de conteúdos e divisão do trabalho escolar. O modelo fabril adentra os currículos escolares e universitários de forma a atender a nova divisão social do trabalho.

Acredita-se que, a emergência das ideias evolucionistas no Brasil está relacionada à divisão do trabalho docente do final do século XIX. A prioridade pelos cursos de formação técnica, na modalidade do magistério, de acordo com Fiorin (2006), está ligada a esses ideais republicanos, positivistas, que tinham restrições à criação das universidades por considerá-las reacionárias e retrógradas, por isso, somente na década de 1920, com as concepções de superação do atraso brasileiro, começa-se a pensar em criar universidades.

Como as primeiras universidades brasileiras surgem no sul e sudeste do país, no final da década de 1920 e final de 1930, não é difícil imaginar que, no norte e nordeste, iriam se concentrar apenas a criação de algumas poucas faculdades.

No caso do Maranhão, enfatizamos a Universidade Federal do Maranhão na estruturação dos seus cursos, especialmente nas áreas técnicas e tecnológicas, na década de 1960. De acordo com o depoimento do professor Raimundo Patrício, é possível tentar compreender de que modo eram pensadas as políticas de formação para essas áreas, na Universidade Federal, nesse período. O professor entrevistado foi um dos professores que ajudou a organizar o que hoje conhecemos por CT (Centro Tecnológico). A criação desses cursos demonstra a carência do setor como um local para ocupar espaços laborais que não existiam, para sanar carências de formações inexistentes, até o período, no Estado do Maranhão. O que também marca o desenvolvimento local nas áreas técnicas e tecnológicas e as conquistas e dificuldades encontradas para se formar o que hoje todos conhecem como a Universidade Federal do Maranhão.

Professor: Eu comecei no Departamento de Matemática que nessa época na Universidade era chamado subárea de Ciências Exatas, e, acumulava num setor só: Matemática, Física e Química. Posteriormente, Química se separou porque adquiriu número de professores suficientes para compor um departamento e, ficou então, Matemática e Física, só. Durante muito tempo permaneceu com essa estrutura, porque Física nós tínhamos enorme dificuldade de arranjar professores para isso. Só, muito depois, quando já existia o Curso de Elétrica e Engenharia Elétrica, e, dentro do departamento de Matemática. Na ocasião eu era o Chefe do Departamento. Criamos uma Comissão constituída por professor de Matemática, de Elétrica e de Física. E, o departamento houve uma explosão, e, do departamento de Matemática saíram os outros dois departamentos, que hoje existem, o departamento de Matemática continua com sua estrutura, o de Engenharia Elétrica foi montado inicialmente. Muita gente de Campina Grande da Paraíba, eu mesmo tinha feito contato com eles e, os Professores de Física com uma qualidade muito pequena, mas já formava a exigência da época que era de dez professores e, deu pra formar o departamento de Física. Então, de um fez três, os três departamentos funcionaram separadamente. Não me lembro precisamente a data, mas foi bom para os três departamentos porque podiam progredir, sem se achar que tudo para eles eram grande (...)

Entender as dificuldades vivenciadas pelos professores da Universidade Federal do Maranhão, no processo de sua formação, é uma forma ímpar para se pensar o que foi, para as cidades e regiões do nordeste brasileiro, a possibilidade de uma formação superior. É o relato de professores somado à lembrança da autora quando estudante da universidade, do Curso de Pedagogia, no final da década de 1990 e início de 2000, quando teve aula com professores que, na época de formação da universidade, eram estudantes. Diziam eles, em depoimentos em sala de aula, que o acesso para o campus da UFMA era extremamente difícil, então, pra funcionar, precisou de pessoas, docentes e discentes, realmente empenhados naquilo que queriam. Esses atores históricos fizeram enorme diferença, pois como partes atuantes do processo, professores e alunos devem ser lembrados pela dedicação diante da dificuldade, pois se não tivessem ido adiante, o que hoje conhecemos como um Centro Tecnológico ou como UFMA não existiria. Para complementar, o professor segue a entrevista dizendo:

[Pensativo]

Como estava falando sobre os departamentos, na ocasião, a gente atendia cento e seis (106) disciplinas de Matemática, Física e Química, e de Engenharia. Matemática na época tinha em todos os Cursos. Éramos muito bem de disciplina. Nós éramos capazes de oferecer, no período de férias, mais disciplinas que muitos departamentos ofereciam no período normal. Porque o número de professores era enorme. Para você vê, a gente tinha em torno de setenta e oito (78) professores, maior número que essas Universidades particulares têm aqui, hoje, no Maranhão. E, assim, ficou o departamento. Eu fiquei no departamento durante algum tempo. Na Gestão Cabral, eu fui chefe de departamento que abusei. Fui indicado para participar de uma Comissão que criaria o Curso de Ciência da Computação. Éramos duas pessoas apenas, eu e Zé Gomes, pegamos o trabalho do Professor Pantoja, de saudosa memória, e trabalhamos esse projeto. Foi para o Conselho, foi aprovado. E, nesse momento, cria-se o Curso de Ciência da Computação, e precisava de um

Coordenador. O reitor chama a mim e ao Zê Gomes, do departamento de Engenharia Elétrica, e daí, nenhum dos dois queríamos uma Coordenação. Saindo de lá, o Reitor nos chutou do gabinete, dizendo: sai! Todo mundo briga por uma Coordenação e vocês não querem ser Coordenadores. E, no outro dia, chegava uma portaria com o meu nome. Fiquei Coordenador no Curso de Ciência da Computação, depois já na minha gestão, criamos o departamento, saindo definitivamente de Matemática, que é de onde tinha sido originado o Curso, e daí se criou o departamento de T.I (Departamento de Tecnologia da Informação) que eu também fui o primeiro Chefe, daí eu me aposentei aí. Hoje eu sou aposentado.

A dificuldade para formar esses cursos é perceptível durante a explanação do professor, como também são perceptíveis as relações de poder que estavam em jogo. A reitoria pressionava-os a maiores responsabilidades e eles, mesmo não querendo os cargos de chefia e poder, não tinham como escolha a recusa. A autoridade do reitor nesse período está descrita na narrativa do professor, que embora demonstre a relação de cordialidade, é empossado como coordenador de curso mesmo contra a sua vontade, ou interesse. É interessante destacar que mesmo sendo difícil encontrar profissionais qualificados para trabalhar aqui no Maranhão e, ministrar essas disciplinas das áreas exatas, o departamento foi felizado em poder suprir com mais de 106 (cento e seis) disciplinas de matemática, física e química. Muitos professores vieram de outros estados e ainda viviam a lembrança de uma vida longe de casa, distante do seu local de formação, mas aproveitando a oportunidade que estavam tendo em suas vidas. Lembra-se ainda que, nem o ANDES/SN e nem a APRUMA nessa época, década de 1960, existiam. Para entender melhor todas as questões levantadas, continua o discurso do professor.

Professor: A década. Olha! Matemática, Física e Química quando era subárea de ciências exatas, 1964 ou 1969. Quando eu vim pro Maranhão, 1964 eu acho. Eu era graduado pela Universidade Federal do Ceará, e só tinha graduação em Matemática. É, 1964, porque quando eu vim me aposentar foi 1994, então era 1964. Pois bem, naquela época, as Universidades tinham uma enorme dificuldade de arranjar uma pessoa que fosse graduada em Matemática para vir para o Maranhão, para trabalhar. Na verdade, os professores de matemática que existiam aqui, que trabalhavam nos cursos de economia, era o Professor Antônio Orlando Bandeira de Melo, chamado na intimidade de Orlando Furioso, era um arquiteto, que, portanto, tornou-se professor de Matemática, e o professor José Arias Guimarães, que tratava com estatística, era Engenheiro Civil e trabalhava na Refesa. Então, graduado em Matemática não tinha ninguém. A gente até que foi esperto, porque tinha muita responsabilidade, porque, naquela época, a gente não tinha nem texto em português, e pra não impor aos nossos alunos essa dificuldade, toda semana, nós traduzíamos livros americanos em português, e toda semana saía uma apostila, com capítulos traduzidos em álgebra, teoria analítica, cálculo etc. Mas eu já era graduado em Matemática.

E acrescenta:

[...] Dentro do departamento nós fizemos uma coisa que merece destaque. É que eu fiz graduação no Ceará, e nós fizemos convênio com a Universidade Federal do Ceará, UFC. Nessa época tinha CED, Centro de Estudos de Dados, e com isso saiu

um curso de especialização de Matemática, que nossos professores de Matemática, na grande maioria ex-alunos, puderam fazer. Não foi sucesso em termo de resultado, pelo número de professores que concluíram o Curso, mas foi uma motivação. Dois anos depois, retornamos esse convênio e fizemos novas especializações. Naquela época, ser especializado em Matemática, pela Universidade de fora, já era uma coisa extraordinária. Pra você ter uma idéia, a gente fazia uma prova, que era uma carga horária de 360 horas, se fazia uma prova numa língua estrangeira. A minha foi de inglês, e se apresentava o Trabalho de Conclusão de Curso, que eu acho que é semelhante a esse que você se propõe a apresentar no Mestrado em Educação. Depois do Departamento de Matemática, eu incentivei demais o Mestrado dos nossos alunos, porque durante muito tempo, nenhum departamento da Universidade aproveitou tantos seus ex-alunos quanto o nosso Departamento de Matemática, se eu fosse nomear os professores do Departamento de Matemática hoje, que já são até aposentados, que foram alunos do Curso. É ter feito um trabalho brilhante e exemplar na Universidade. Porque é encarar da seguinte maneira: se eu que trabalho no Curso, e conheço meus alunos, não reconhecer, QUEM vai reconhecer meus alunos? Aí, saíram alunos brilhantes pro Ceará, pra Brasília, pra São Paulo. A grande maioria, e voltaram pro Mestrado e continuam hoje, alguns até fizeram o Doutorado e foi um sucesso muito bom, aquela base, do Curso de Matemática inicial, traduzindo livros e fazendo NTI e NTC, Trabalho de Notas Individuais e Trabalho de Notas Coletivas, que era um ‘Deus nos acuda’ que os alunos sempre tinham uma lista de trabalhos. Tinha sempre um trabalho ou dois para entregar num calendário previamente estabelecido. Isso deu um grau de responsabilidade, diga-se de passagem, dos nossos primeiros alunos, todos eram professores da rede estadual e particular de São Luís. Com um Curso que existia antigamente chamado CADES, que era um aperfeiçoamento do ensino de 2º grau, você tinha uma tendência, fazia este Curso, e ficava professor de colégio.

Tendo por base o que o professor descreve, pensa-se sobre o que é importante para os docentes que estavam na Universidade naquele período e os que estão na atualidade, seus anseios e vontades e o que está além daquilo que eles desejam ou imaginam para os seus alunos. Supõe-se quais interesses existiam quando foram criados os cursos de matemática, física, química e engenharia elétrica na UFMA, e por que foram criados. Posto que, na época que o professor descreve, década de 1960 a 1970, não existiam, no Estado, fábricas ou áreas de empregabilidade para esses cursos que não fossem as relatadas pelo próprio professor, como as escolas secundaristas e, mais tarde, a própria universidade. A Vale, conhecida por Vale do Rio Doce, só surgiu no Maranhão no final da década de 1979; e a ALUMAR, em 1983, as duas, atualmente no Estado, são as maiores empregadoras dessas áreas. Ou ainda pode-se imaginar que não se pensava na empregabilidade dos estudantes, mas apenas em criar cursos voltados para as áreas industriais, já que o país precisava se desenvolver, crescer economicamente e, para isso, também precisaria de mão-de-obra especializada.

Ao procurar entender o que leva à criação de cursos e especialidades no Brasil, pensa-se que também é interessante analisar como a universidade brasileira absorve e exprime as práticas neoliberais e de que forma, e que ambiente foi palco e cenário propício para a criação dos Sindicatos dos Docentes do Ensino Superior e o que motivou a sua criação. Para Chauí (2001), é interessante entender que as universidades brasileiras estão envoltas em um

emaranhado de situações, que têm como temas a ser destacados: a aceitação da ideia de avaliação universitária; aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir de “linhas de pesquisa”, aceitação da ideia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, aceitação da regulação da CAPES junto aos Programas de Pós-Graduação.

Destaca-se, então, o que foi a proposta de universidade na década de 1960 e o que tem sido na atualidade. Como na tentativa de baixar os custos de sua formação, o Estado privatiza a universidade pública, diminui o nível da graduação, como está fazendo com as formações para as licenciaturas pela Universidade Federal do Maranhão.

As licenciaturas no Brasil estão sendo elaboradas através das propostas e do processo de expansão do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) articulado pelo MEC, criado pelo decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, induzindo às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Dentre suas principais ações estão: reestruturações da arquitetura acadêmica, a fim de melhorar os espaços para a realização das atividades acadêmicas e o processo formativo das graduações; ampliar o acesso e a permanência na educação superior como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE lançado pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 24 de abril de 2007. Em resumo, o REUNI cria bacharelados interdisciplinares com o objetivo de criar uma mão-de-obra generalista de forma rápida, que atue com o encurtamento das formações de nível superior. De acordo com documento oficial do MEC foi:

[...] inspirada na organização da formação superior proposta por Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, no início da década de 1960, no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses, mas incorporando um desenho inovador necessário para responder às nossas próprias e atuais demandas de formação acadêmica, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares constitui uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades européias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem. Implantar o regime de ciclos no Ensino Superior brasileiro amplia as opções de formação no interior das nossas instituições universitárias. (REFERENCIAIS ORIENTADORES PARA OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES E SIMILARES, p. 3)

Para entender melhor essa proposta, pode-se dizer que os bacharelados interdisciplinares conferem diplomas nas grandes áreas do conhecimento, quais sejam: Artes; Ciências da Vida; Ciência e Tecnologia; Ciências Naturais e Matemáticas; Ciências Sociais; Humanidades e outras, baseando-se em uma alta flexibilidade curricular. A fim de compreender como esse modelo está sendo organizado na Universidade Federal do Maranhão

– UFMA, é interessante dizer como a universidade adotou o plano do REUNI e de que forma foi recebida pela comunidade acadêmica e negociada, junto à Seção Sindical APRUMA, a sua implantação – o que pode ser visualizado a partir do depoimento dos professores da APRUMA; aproveitando o ensejo, destaca-se a opinião de cada um sobre a expansão. Primeiro o professor Luís Alves define o assunto:

Professor: Olha! O processo de expansão do REUNI. No ponto de vista da política nacional macro é pra atender as demandas ligadas ao Banco Mundial. Isso é um ponto. As demandas do centro do capital. Então, vamos melhorar aqui. Formar só técnicos. Isso é minha visão. Pra poder preencher, não vai longe, pra poder fazer frente aos interesses do capital. Por que, o que é que ocorre. A gente. REUNI. Por outro lado, o Governo aprovou no Congresso. APRUMA, o Sindicato no início foi contra. Por quê? Na minha opinião, tem muito equívoco. Eu acho que tem discriminação. Porque do ponto de vista ideológico, eu discuti isso na APRUMA, essa é minha visão, quer dizer. Há um pouco na própria formação das estruturas das esquerdas no Brasil, que é um pouco do sindicato. O que é que ocorre. Eles, na minha opinião, ah! e, eu não sou contra, sou a favor, da questão de classe. Mas, há uma supervalorização da classe pela classe, sem constar, sem questionar outras questões traumáticas, questões culturais, questões da diferença, que isso não foi colocado aqui, até pela formação do país. E, na minha visão como militante. Aí eu posso até, aí eu posso, como representante do movimento negro e, do movimento plural da sociedade. Eu acho que há equívocos no movimento, e, eu digo isso publicamente pra eles. Tem gente preconceituosa e racista na esquerda dentro do movimento pela educação na Universidade. Essa é minha visão. É claro que a Universidade tem que ter todas as posições. No próprio sindicato. E aí tá avançando quem que criou o grupo de trabalho, tá avançando. E, aí chega o momento que eles vão ter que perceber que não pode ser. É claro que, a questão de classe, etnia e raça tem que tá no meio disso, porque as pessoas pensam só a questão de classe. Não é só uma questão de classe. É uma questão de construir uma sociedade plural. Então, a luta no início não era isso, porque quando a esquerda discutia, não discutia a questão de classe e raça. Não existe raça biológica, mas, existe o racismo contra o índio, contra o negro, contra o cigano. E, essa é uma questão de educação e a educação precisa vê isso. Por exemplo, na saúde tá mudando, preconceito e racismo. Na educação onde você trabalha. É preciso avançar, pouca gente avançou. Eu converso muito com minhas colegas, minhas amigas, não avançaram nada sobre o assunto. As questões étnico-raciais da sociedade; ninguém explica qual é a filosofia da tribo indígena, africana, quilombola, do cigano que faz parte da sociedade brasileira. Claro, nós somos. Mas, agora é que tá na Constituição. É um processo muito de aprendizagem. Não é um processo, não, porque tem gente que diz. Isso é um favor. Não, não é favor. É um estar descontente e, uma parte da esquerda promove a exclusão. E, eu coloco isso, porque eu tou lá no meio. Eu vejo isso. Então, como a sociedade é plural, do ponto de vista da sua formação, daí a Constituição dizer que nós estamos numa sociedade pluriétnica. Está lá escrito na Constituição. É basicamente isto. Então vamos trabalhar isso, não vamos só ter a visão européia da vida. Então, tudo passa pela formação, pela construção que a gente teve desse país, da educação. Então, a educação para ser democrática, ela tem que ter. Não digo, nem inclusão, mas respeitar, o direito de cada membro e, de cada povo que constrói esse país. E, a universidade é isso, entendeu? Por exemplo. Estou lendo, ontem no jornal, o Sarkozy tá expulsando os ciganos na França. A união européia tem uma cláusula permitindo a circulação do desacompanhado. Então, a universidade ainda é isto, veja que quando eu saí daqui, em 71, quando eu me formei, fui direto para São Paulo, eu podia pagar passagem. Primeiro eu fui de ônibus, depois eu vinha de avião, pegava o voo na Vasp. Só tinha eu de negro daqui de São Luís até São Paulo, anteontem mesmo eu fui conversar, hoje você vê mais gente diferente, mais plural, de várias coisas dentro do avião, mas tem gente da classe média, tem gente que acha que o

povo não tem direito, claro que eu não concordo com muitas coisas. É claro que, do ponto de vista, eu acho que o Brasil é um país neocolonizado, essa é minha visão.

[...]

Professor: Em partes, pela concepção de classe, na minha opinião, é claro que estão avançando, mas tem a concepção de classe e na minha visão existe racismo e preconceito dentro da (inaudível) [...] Além só da classe, eles privilegiaram mais a exclusão de classe, que eu não concordo com isso.

O professor Luís enfatiza a grande discussão em torno das concepções teóricas presentes neste trabalho, em que pese destacar a eterna divergência entre as ideias totalitárias ou universais, ou particulares e individuais. Na verdade, o professor alerta que existe uma questão de classe presente nas discussões do sindicato, mas existe também a negação dos interesses de outros grupos que compõem essa classe, que representam o interesse das minorias que se aglutinam em torno de um movimento comum, que é o de ser professor da universidade. Em geral, ele defende o REUNI, por entender que irá favorecer as minorias de negros, índios e pobres que não teriam acesso à universidade se essa não fosse até eles.

Alerta para o fato de colegas que fazem parte e compõe o sindicato não atentarem para essas divergências. Posto isso, pode-se inferir que a APRUMA retrata a sociedade de classe dividida em subclasses também, ou melhor, em subgrupos e precisa lidar com essas diferenças, para que possa compor e expor as reivindicações desses interesses plurais dos atores que compõem a universidade, para não correr o risco também de expressar apenas a ideia dos grupos dominantes ou dirigentes do próprio movimento, para que seu discurso não se torne repleto de contradição, para que não sejam apenas a cópia dos órgãos dirigentes e políticos que tanto contestam. A questão abordada dizia respeito ao REUNI e, através do professor Luís, foi possível perceber a dificuldade para todos analisarem o que estava acontecendo.

A UFMA fez uma adequação da proposta do REUNI e lançou as licenciaturas interdisciplinares. Mas, o que convém destacar é que, de certa forma, tanto o REUNI como os bacharelados ou licenciaturas interdisciplinares propõem uma aceitação da separação entre docência e pesquisa, ou melhor, entre ensino, pesquisa e extensão, apresentando os títulos universitários como graus hierárquicos de separação entre graduação e pós-graduação, reduzindo a graduação a um simples processo de escolarização e aquisição de diplomas. Não se discute apenas o acesso ao ensino superior, mas a qualidade desse ensino que será ofertado. O professor Raimundo Patrício também fala o que pensa do REUNI:

Professor: O REUNI eu considero que é uma enxurrada de medidas feitas com autoridade, com autoritarismo, impostas para os alunos e, quando diz duplicar as

vagas das universidades e todo mundo ir pra universidades, uma determinada camada achou que isso era uma beleza, sabe como é? É, o joio pelo trigo.

[...]

Professor: Olha moça, se você tiver contato com um professor do campus você fica triste. Eu estive uma vez em Chapadinha, num determinado ano, e, assim o idoso parece que tem mais facilidade de se articular de conversar com as pessoas. E, eu ouvi de professor dizendo, eu não sei o que eu faço, eu vim pra cá, passei numa seleção, estou ganhando, mas, não estou fazendo coisas que me realizem e que me agradem, quer dizer estava ali por necessidade, por ter investido naquilo, mas, estava completamente arrependido. Teve um rapaz que me disse o seguinte: Professor aqui não tem uma fazenda, nessa região, aqui se cria galinha, aqui tem um curso de zootecnia, de veterinária e estão falando até de um Mestrado nisso, aqui não precisa nada disso.

[...]

Professor: Lá ele me disse o seguinte, tem aluno que vem aqui e não tem casa para morar, fica com uma vida caríssima, com pai pobre do interior, quando ele volta primeira vez, primeiro feriado para a cidade dele, ele largou o Curso. A evasão aqui é pior que escola primária e municipal de qualquer cidade, porque o aluno não tem condições nenhuma de se manter aqui. O campus veio pra cá, pra esse pessoal do campo, veio para atender o pessoal do campo. Mas, não é possível atender, porque ele oferece é o professor e, o professor é desmotivado. Foi isso que eu ouvi de professores de Chapadinha. Eu fiquei triste demais, porque começou em 1964 e, você sabe e, eu era muito entusiasmado, maluco. Eu passava parte da noite e ia pela manhã, vinha para o almoço e voltava duas horas da tarde. Se tivesse aula e se não, também voltava, e vinha de lá dez horas da noite. Era uma dedicação exclusiva. Eu nunca pensei e, naquela época era uma carência danada de professores de Matemática em São Luís. Eu nunca pensei em ter um bico, em uma escola técnica, em UEMA, em escola particular. Eu nunca tive nada, sempre dedicado a universidade, uma feira de ciências eu ia ser juiz da feira de ciências. Numa colação de grau em homenagem ao professor de Matemática, lá ia o Patrício, representando o Departamento de Matemática. Essa era minha profissão e, nunca tive outra e poderia e, não tinha dificuldade nenhuma em arranjar um emprego. Além da universidade daqui, mas me dedicava naquela época. Hoje, o professor é forçado a ter outra atividade lá fora.

O professor Raimundo Patrício, em sua definição sobre o assunto, alerta para duas questões distintas, que são: a criação de cursos para áreas que, *a priori*, parecem distantes do seu arranjo produtivo local, como na região de Chapadinha, com grande potencial para a agricultura, cultivo de grãos e beneficiamento da soja e, por isso mesmo, com pouco perfil e espaço para a criação de gados e fazendas. Outra questão diz respeito à adaptação e motivação dos professores à vida nas cidades do interior do Estado do Maranhão. Cidades com graves problemas de saúde, educação e segurança pública, além de poucas opções de lazer, importantes aspectos para a garantia da qualidade de vida dos servidores.

De acordo com Chauí (2001), as universidades federais brasileiras precisam vencer a aceitação acrítica do modo como foram criadas para servir aos interesses e prestígios de oligarquias locais que as transformaram em cabides de emprego para clientes e parentes.

Deverão vencer também a aceitação acrítica da privatização⁵⁶ das pesquisas, que como consequência aumenta o desprestígio crescente das humanidades, impõe para os pesquisadores prazos determinados para teses e dissertações, o que fere os princípios de autonomia universitária. E, nesse caso específico, o que percebemos é o papel ativo da CAPES e CNPQ como órgãos públicos de financiamento e sua interferência no processo de gestão e autonomia das universidades públicas brasileiras.

Para compreender melhor a estrutura organizacional das universidades, institutos e faculdades, Chauí (2000b) as divide em três tipos, que determina como: a) a que dá prestígio ao docente; b) a que oferece complementação salarial ao docente pesquisador e a c) universidade pública propriamente dita. A letra a) destaca o docente que tem a universidade como um *marketing* para o exercício de sua profissão em outros locais. Apresenta o currículo de professor universitário como uma forma para conseguir clientes ricos, ou aumentar o seu poder de troca no mundo do trabalho. A letra b) São os recursos de organismos privados que financiam laboratórios, bibliotecas, viagens, congressos, como troca, o resultado dos trabalhos não são públicos e os financiadores podem fazer uso privado dos seus resultados, vê a universidade como prestadora de serviços e “produtiva”. A letra c) é a universidade pública propriamente dita, que estabelece em suas práticas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Tragtenberg (1982), a universidade, quando controlada em sua função pedagógica pela burocracia administrativa do Estado, tem a pesquisa redefinida fora de seu seio, do seu “poder” de julgar e definir, através das agências de financiamento nacionais e internacionais. Sendo assim:

[...] Na medida em que o Estado irá definir o que seja hierarquia, eficiência e especialização universitárias diretamente ou indiretamente pelas agências financiadoras, converte a ciência num pressuposto do capital, onde a eficácia da ideologia do poder burocrático se constituirá no principal meio de reprodução. (TRAGTENBERG, 1982, p. 86).

Infere-se sobre esse processo de reestruturação das universidades, vista outrora como via de acesso à promoção social que, à medida que o sistema universitário se expande e se torna “democrático”, os mecanismos administrativos e de mercado passam a escolher os critérios de seleção. Como consequência, vivenciamos um processo de desvalorização dos

⁵⁶ Inserção do capital privado especialmente das grandes indústrias que estruturam e equipam as Universidades, especialmente nas áreas de farmácia e biotecnologia para atender às necessidades da indústria e não exatamente para beneficiar a sociedade. Nesse caso a pesquisa passa a atender aos interesses dos empresários que procuram melhorar seus processos de produção. Síntese de artigo sobre: Avanços nas pesquisas clínicas com humanos exigem revisão da Resolução 196 do CNS (Conselho Nacional de Saúde). Jornal da Ciência Junho de 2011.

diplomas, diminuição do salário dos professores universitários e aumento do desemprego e reserva de mão-de-obra. A Universidade nesse contexto perde sua funcionalidade cultural e prática, na medida em que deixa de produzir conhecimento e se torna inadequada ao mundo do trabalho, passando a ser onerosa e desnecessária para o Estado.

É claro que essa questão da expansão das universidades, em que se percebe até mesmo desperdício do dinheiro público, por não se preocuparem com as demandas da região em que estão ocupando, apresenta outras questões que também devem ser avaliadas e que são discutidas pela professora Fátima Félix:

Professora: Eu tenho uma certa crítica ao sindicato, e eu já fazia essa crítica quando eu fazia parte da direção dos sindicatos, que era o fato de nós não conseguirmos nos antecipar, pautando debates na área da educação. Muitas vezes, às vezes quase sempre nos deixando a reboque das iniciativas do Governo. Quando nós estávamos discutindo ainda a LDB eu dizia: é preciso a gente discutir já o Plano Nacional da Educação. Vamos nos antecipar ao Governo porque aí nós vamos colocar nossas marcas, nossas referências, e, o Governo é que terá que fazer um movimento no sentido ou da convergência ou divergência. Ele é que vai ter que fazer um movimento já a partir das referências criadas por nós. Mas, isso também não é muito fácil de fazer, porque é preciso ter muita dinâmica nesse processo. Fazer a discussão daquilo que está em pauta, daquilo que virá, daquilo que se desdobrará e, isso exige uma dedicação integral de todos os militantes. A luta pela educação pública. Mas, além de fazer a prática da militância, as pessoas vivem né? Precisam viver as suas vidas pessoais, essas questões particulares, e nem sempre é possível dar essa dedicação integral ao sindicato. Então, nesse sentido. Eu acho que nós continuamos perdendo terreno, porque nós continuamos a reboque. Nós não conseguimos pautar o debate, e, quando ele está dado nós começamos a fazer a crítica, e eu acho que essa posição não é uma posição completamente adequada do ponto de vista da estratégia política, porque o sindicato acaba perdendo a legitimidade, no próprio debate junto à sociedade, porque às políticas que são materializadas, do ponto de vista mais crítico dos segmentos que pensam a educação no Brasil, a partir de uma perspectiva crítica do sindicato, trazem uma série de desdobramentos que são bastante problemáticos, mas do ponto de vista da sociedade, e da sociedade leia-se do segmento que nunca teve acesso ao ensino superior. Essas políticas significam para esse segmento, avanços e veja, estamos numa situação de impasse, como é que fica? Nós temos uma visão crítica que nos diz que essa política não é a melhor. Entretanto dos que dela se beneficiam dizem que essa é minha única chance e, essa é a oportunidade que eu tive, e você que tá fazendo a crítica já teve sua oportunidade que foi numa posição muito mais privilegiada do que a minha, ou seja, o sindicato teria que ter feito antes das iniciativas governamentais, debates de como é que se ampliaria a formação de professores no Brasil. Então, a expansão tá se dando, sem levar em conta, nenhuma organização dos docentes, quer sejam os sindicatos, quer seja a própria ANFOP [...]

A Professora Fátima Félix alerta para um problema de organização política que os sindicatos precisam resolver para se tornarem mais fortes e se legitimarem no seio da sociedade, para tanto, é preciso uma militância política com dedicação exclusiva, o que no caso dos professores é muito difícil, ainda mais com as exigências trabalhistas postas pelos modelos universitários de agora, como destaque para a produtividade. Ela também alerta para

que os sindicatos se antecipem aos dispositivos governamentais, não esperando as medidas, mas antecipando-se a elas. E acrescenta:

[...] Não interessa, simplesmente a política foi implementada sem que se fizesse o debate em âmbito das organizações, sem que se fizesse o debate com a sociedade, porque ela estava dentro de um outro quadro, de uma conjuntura de materialização de uma política que tem em grande parte um *caráter populista*. E, essa iniciativa, ela cumpre esse papel ideológico, de fortalecimento de um tipo de prática política, de um tipo de Governo que justamente pretendeu fortalecer a sua hegemonia através da adesão dos setores que são majoritários. Mas, que sempre foram marginalizados. Então, incluir os excluídos através dessas práticas, dessas políticas é justamente ganhar uma adesão de setores que são muito numerosos, que se beneficiam de algum modo dessas medidas, mesmo que elas possam ser completamente questionadas, criticadas, desqualificadas em certa medida e etc. [...]

Aqui a professora Fátima Félix, faz uma crítica à política do governo atual que, mesmo tendo, entre os seus principais líderes, representantes de esquerda, foi um dos maiores responsáveis pela perda de direitos dos docentes de modo geral. Em boa parte, trata das alianças que fez. E continua:

[...] Então, quando o governo cria licenciaturas interdisciplinares, como isso é possível? Como isso se viabiliza? Quem aderiu a que? Ah! foi a administração das universidades, foi o reitor, foram os pró-reitores que admitiram realizar essa política que o governo induziu através de um repasse de recursos. É verdade, mas não tem uma cumplicidade dos professores nesse processo? Como é que fica essa situação? Existe uma cumplicidade, de um segmento de professores, porque nesse mesmo trilho está, também, a possibilidade de ampliação da remuneração dos professores, e, aí nós vamos bater de frente com as contradições que estão colocadas dentro das universidades, que é: os professores que não se dedicam a militância sindical para fazer uma luta política, pela valorização do magistério, inclusive pela redefinição da carreira com salários e etc, vão resolvendo em âmbito pessoal e particulares suas questões relativas a uma remuneração que não é suficiente, admitindo serem aqueles que concretizam essa política. Política esta questionada por uma parte da universidade, que é a parte dos professores que tem uma visão crítica e, que tem uma militância política e sindical. Veja, estamos diante de uma contradição que é forte porque a maior parte dos professores aderiu a essas práticas, aceitou fazer os cursos, aceitou ministrar as disciplinas, e sem isto a política do governo não se materializaria. Então, a visão que eu tenho é uma visão mais dialética no sentido de avaliar que o governo tem o seu papel de desencadear uma política populista. Mas, por outro lado o governo não concretiza essa política se não tiver os professores aderindo a essa política, por que os professores aderem a essa política? Por que acreditam nessa política? Não, acho que eles aderem porque eles querem justamente ter a chance de ampliar os seus salários, e aí nós caímos numa questão que é de natureza sindical. É quando os professores ao invés de justamente se colocarem naquele âmbito de luta política, se restringem a luta mais econômica. E, a luta econômica corporativa ela não ultrapassa aquilo que é próprio da estratégia de como o capitalismo consegue envolver a todos, envolver a tudo.

A professora Fátima Félix, chama a atenção para a realidade vivenciada pelos professores, sua perda salarial e falta de engajamento político, alicerçadas as oportunidades vividas pela comunidade que passa a ter acesso ao Ensino Superior nas cidades do interior do Maranhão. Retrata que os movimentos sindicais nem sempre conseguem se antecipar aos

dispositivos governamentais e acabam agindo como os bombeiros, “apagando os incêndios” ocasionados pela expansão universitária através do REUNI. Alerta para a luta econômica que distancia os docentes da luta sindical, por estarem envolvidos em resolver os seus problemas particulares em vez de tentarem unir-se em torno de uma luta mais ampla que beneficiaria a todos.

De acordo com a professora, percebe-se que a luta econômica faz parte do movimento sindical, mas que, em âmbito geral, ela é antes de tudo ideológica. É necessário crer na coletividade para fazer parte dela. Mas, hoje, os professores já adentram as universidades com títulos de mestres e doutores. Já entram com seus direitos negados, repletos por uma luta cotidiana pela sobrevivência, acostumados à luta econômica, não encontram mais espaços de luta, já formados pelo mundo, na individualidade. A coletividade requer uma formação política que represente não apenas os interesses dos que estão na ativa, mas dos que irão entrar nas universidades.

É importante que o professor que chega à universidade perceba que o sindicato e a luta dele se comprometem com sua condição atual de trabalho também. É necessário recepcionar aos professores novatos, mas não cerceá-los com um discurso político ostensivo e vazio de sentido. É preciso se apresentar como pares, para ser visto como tal. É preciso conhecer e, acima de tudo, confiar em quem nos representa para sentir necessidade de fazer parte de um movimento sindical. Mas, o movimento sindical está enfraquecido em número de professores, descontextualizado da real luta econômica dos “novatos”. É preciso entender as particularidades dos recém-concursados para convidá-los a fazer parte de um cotidiano de discussões e problemas, não se pode negar o que vivenciaram antes da sua chegada à universidade.

Acredita-se que é necessário ao sindicato procurar conhecer as histórias de lutas individuais dos novos professores para que possam entender de que forma se apresenta a “nova” realidade da vida acadêmica a eles. A universidade hoje é formada por uma diversidade infinita de credos e ideologias. Marx não é mais o autor predileto dos recém-concursados. O sindicato precisa entender a nova realidade que se processa para que consiga unir e mover o Aqueronte. É preciso o sindicato analisar e entender o novo contexto dos que estão chegando, com o que se identificam, como se identificam, de que forma entendem a perda de direitos, ao saberem que não têm mais incentivos à qualificação, retribuição por titulação, bons salários de acordo com a titularidade, afinal, alguns adentram as universidades com pós-doutorado, cansados de uma vida de muitos sacrifícios, posto que imaginar um pós-doutor no Brasil, que precisou enfrentar na sua formação a falta de incentivos à pesquisa,

certamente não teve a vida fácil. Entende-se que esses pesquisadores ocupam as universidades com vontade de realizar o trabalho, de pesquisar. Mas, certamente não estão sendo devidamente recompensados por tal caminhada. A universidade precisa conhecer a si mesma, saber quem é, como está sendo vista, quais os seus valores, que papel ocupa nesse mundo de resultados.

4.2 Entendendo a Universidade hoje

A crise hegemônica da universidade em parte é sentida através da dualidade entre a produção de uma alta cultura erudita⁵⁷, conhecimento crítico, científico e o papel secular em que se ocupou desde a Idade Média européia; da formação das elites, até a função mais recente, século XX, de formação de mão-de-obra qualificada.

Para Boaventura de Sousa Santos (2004), a universidade vivencia, no século XXI, três grandes crises, quais sejam: *de hegemonia, de legitimidade e institucional*. A crise de *hegemonia* surge em decorrência da dualidade entre a oferta de uma formação culta para as elites e de uma formação de mão-de-obra qualificada para grande parte da população. A crise de *legitimidade*, que é o resultado dessa luta contraditória e democrática de um ensino igualitário para as elites e para a população menos abastada, sem distinções. E a crise *institucional* em que a universidade luta pela manutenção da autonomia, valores e objetivos e, ao mesmo tempo, para garantir a eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Para atender essa grande demanda em torno da democratização da educação, ao acesso da população ao ensino superior, houve um comprometimento da dependência financeira das universidades ao Estado:

[...] Pode-se dizer que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela conseqüente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. As causas e a sua seqüência variaram de país para país. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2004, p. 13).

O Estado afirmava não ser mais possível arcar com os custos dessa formação e permite a ampliação de um capital privado para suprir as demandas sociais, posto que como bem público não precise ser necessariamente mantido e assegurado pelo Estado. De acordo

⁵⁷ Entende-se aqui por cultura erudita, o gosto representado pela elite econômica, que garante através de seu poder, a legitimação e a prevalência de uma cultura sobre outra.

com Boavetura Sousa Santos (2004), o Brasil viveu uma grave crise financeira de 1968 a 1979, tendo seu auge em 1975. Somado à crise, o país vivia fortes momentos de repressão exercidos pela ditadura militar, que tinha um grande interesse de diminuir a autonomia universitária. A intervenção do Estado permitiria o controle de um pensamento crítico e facilitaria a abertura da oferta desse segmento de ensino para a iniciativa privada.

As pressões populares também se faziam presentes e, no ano de 1978, Cattani (1997, p. 670) aponta como o período de reestruturação das massas, ele chama a atenção para o fato de que: “A ‘abertura’ política não foi obra das elites (...) mas, sim, o resultado da pressão exercida por milhões de trabalhadores (...). O desabafo do General (...): “(...) esquerdistas nós colocamos na cadeia, mas 100.000 operários não tem maneira”.

Cattani (1997) informa que o Governo Sarney, em 1986, tentara conter os gastos, a inflação, lançando o Plano Cruzado com o objetivo de neutralizar, até mesmo ideologicamente, a ação sindical (vide moção de repúdio, anexo 09). Por não conseguir conter as greves nesse período, reprime essa ação, através da intervenção da Polícia Federal e da Polícia Militar. É, portanto, na década de 1980 que o neoliberalismo se impõe como um modelo global do capitalismo, ditando a “arte de governar” para todos os países do globo.

A mercantilização da educação para fins comerciais são gestados nesse mesmo contexto de políticas neoliberais. À medida que a oferta do ensino superior era suprida pela iniciativa privada, as universidades públicas se descapitalizavam. Para sobreviver, muitas universidades públicas tiveram que buscar outras formas de angariar recursos, que vão desde parcerias com a iniciativa privada, empresários e órgãos de fomento, comprometendo cada vez mais a sua autonomia e gestão.

As universidades públicas começam privatizando parte dos seus serviços. Na Europa, as bolsas de estudo, de acordo com Boavetura Sousa Santos (2004) foram aos poucos sendo substituídas por empréstimos e os estudantes cidadãos se transformaram em consumidores, tendo como mercadoria o ensino. O Tratado de Bolonha é um exemplo típico desse processo, em que prevalece a massificação do ensino, alteração de currículos e a mobilidade e circularidade de pessoas entre mundos, o que permite maior flexibilidade no ensino.

Para compreender melhor essa questão relacionada à crise de legitimidade da universidade e compreender de que forma foi promovida pelos dispositivos governamentais. Destaca-se o entendimento da professora Fátima Félix sobre a relação entre o movimento sindical docente e o paradigma público e o privado, no que se refere à expansão de instituições privadas de ensino superior versus a descapitalização das públicas:

Professora: Veja bem, a ANDES, ela se constituiu como um sindicato de docentes, da rede de universidades públicas federais e depois ele foi ampliando a sua área de abrangência até chegar e incorporar, no âmbito do sindicato, docentes que são professores em escolas e instituições privadas de ensino superior. Quando a ANDES tomou essa atitude, tomou dada a necessidade de compreender que esse setor não deveria ser deixado à margem e, que também, se os professores dessas instituições privadas, pudessem estar em um sindicato com o perfil do ANDES, seria melhor até para a discussão que eles fariam nas suas instituições sobre as questões, sobre a exploração do trabalho docente. Então, a ANDES tinha uma visão política estratégica nesse sentido, trazê-los para poder ser fortalecidos na própria luta que teria que empreender, nas suas instituições. Isso é justo, mas, o problema do ANDES, e, nosso problema enquanto militantes da educação pública no Brasil é: termos sido colocados numa situação bastante crítica, pelo volume de instituições privadas que foi se constituindo no sistema de ensino superior do país, a ponto de nos colocar hoje, como tendo um número menor de instituições de ensino superior no setor público e um número maior no setor privado. Nós não podemos esquecer que essa era mesmo uma estratégia que acabaria por se concretizar, dado que nós estávamos lidando com governos que após a ditadura, nem de longe pretendiam que se pudesse fortalecer o sistema público, porque na realidade os seus compromissos já estavam dados, e o seu perfil era mesmo de governos que têm compromisso com o fortalecimento do setor privado, e, mais do que isso, não é só fortalecer uma área que pode produzir bons negócios, como se sabe que é o setor privado na área da educação, mas, se pode produzir uma ideologia que pode ser mais hegemônica. No sentido da reprodução, no âmbito da formação de profissionais em todas as áreas. Então, é uma estratégia real de governos que têm como seu princípio básico, fortalecer a sociedade capitalista. Nenhum governo depois da ditadura pretendeu implantar um regime socialista no Brasil, portanto, eles teriam que fazer o seu trabalho, que é construir políticas públicas que prometem. Mas, não realizam exatamente, o que anunciam. Mas, por outro lado subtraem que faz o discurso na defesa do direito do público, mas que fortalecem o setor privado. Então nessa linha de atuação estratégica dos governantes que sucederam os militares, o que nós tivemos foi uma ampliação galopante do setor privado em nível da educação superior e eu me lembro bem de um diálogo. Eu estava no gabinete do Ministro Murilo Ringer, eu estava na condição de representante da direção do ANDES junto com o Presidente do ANDES, porque eu acabei assumindo a Secretaria do ANDES, por força de uma situação que foi inesperada, o Secretário Geral faleceu, e eu acabei na condição de 3ª secretária subindo para condição de 1ª secretária, porque os que me antecediam não desejaram assumir e, eu já acabei indo para Secretaria Geral do ANDES. Assim, numa situação absolutamente inesperada, eu estava no Gabinete do Ministro, nós estávamos num momento de greve, e uma das reivindicações nossas é que o Ministério pudesse justamente parar de fazer evasão de recursos, através da compra de vagas no setor privado, e, o Ministro na ocasião era Ministro do Governo Itamar, e disse que: a nossa posição era uma posição ideológica que não faz sentido, porque se existem vagas ociosas num sistema que já está em funcionamento não há razão nenhuma para que se faça construção de novas universidades, fazendo um investimento que será muito mais custoso do ponto de vista do recurso que o Governo vai investir. Então não faz sentido isso, vocês tem uma posição ideológica que é contrária àquilo que a gente acha que deve ser. Nós vamos continuar sim, fazendo a compra de vagas e concedendo bolsas através do sistema de bolsas para o setor privado. Então é muito claro que, os governos que têm esse perfil não farão uma política diferente, não precisamos esperar isso até essa expectativa, seria uma tolice, assim, seria até ingenuidade nossa esperar que, o Governo que tem um perfil deste bastante explicitado, faça uma política que seja de retração, no sentido do fortalecimento do setor privado. Isso não vai acontecer, é uma política de educação, mas, é uma política econômica, ao mesmo tempo.

A narrativa da professora infere sobre o retrato real das universidades públicas brasileiras. Elas não são mais a maioria, elas estão pouco competitivas às lógicas do mercado

se comparadas às instituições privadas, e os docentes das instituições privadas estão envolvidos em mais uma pressão, que é a da perda iminente do emprego, o que diverge da realidade do setor público, salvo os docentes que se encontram em estágio probatório, e não estáveis. O ANDES/SN representa os interesses dos professores dos dois setores: público e privado.

Enfocam-se ainda as políticas neoliberais propostas pelo Banco Mundial – um dos principais agentes reformistas; responsável por identificar as deficiências da universidade pública, ditando regras e modelos de gestão para que procurem a própria autonomia financeira. Dentre as melhorias que a universidade pública precisa alcançar, de acordo com os organismos financeiros internacionais, aponta-se a diminuição o poder dos docentes, que são acusados pelo atraso e empecilho à eficiência e eficácia da gestão pública. Por isso mesmo, entende-se que:

[...] a liberdade acadêmica é vista como um obstáculo à empresarialização da universidade e a responsabilização da universidade ante as empresas que pretendem os seus serviços. O poder na universidade deve deslocar-se dos docentes para os administradores treinados para promover parcerias com agentes privados. Aliás, o Banco Mundial prevê que, o poder dos docentes e, a centralidade da sala de aula declinará inexoravelmente à medida que se for generalizando o uso de tecnologias pedagógicas *on line*. Em consonância com isto, os países periféricos e semiperiféricos podem contar com a ajuda financeira do Banco, dirigida prioritariamente para a promoção da educação superior privada, desde que reduzam o seu financiamento ao setor público e criem quadros legais que facilitem a expansão da educação superior privada enquanto complemento essencial da educação superior. (BOAVENTURA SOUSA SANTOS, 2004, p. 31).

A mudança de foco dos professores, para o administrativo, destacado na citação de Boaventura, trata-se da inspiração de um novo modelo de gestão, e o papel regulador dessas práticas está a cabo do Banco Mundial, CAPES/CNPQ, dentre outros órgãos de fomento, o que tem gerado dispersão entre os docentes que ocupam funções gratificadas, encontrando-se na condição de gestores de seus pares, deixando de se reconhecerem como pertencentes a uma mesma categoria profissional. Essas formas e modelos de gestão ocasionam divergências, concorrência e lutas entre os colegas de trabalho, ou pela remuneração dos cargos, ou pelo poder que proporciona.

Para entender melhor como ocorre esse processo, remete-se à formação da identidade docente a partir de Hall. S. (2000), quando o mesmo alerta para o deslocamento do paradigma da relação entre os sujeitos e suas práticas discursivas, como uma questão de identidade ou identificação. No caso do sindicato dos docentes, do ANDES, Seção Sindical APRUMA, entende-se que o mais correto seria procurar entender o que identifica os sujeitos que compõem o movimento sindical, muito embora:

[...] trata-se de um campo semântico demasiadamente complexo para ser deslindado aqui, mas é útil estabelecer, pelo menos indicativamente, sua relevância para a tarefa que temos a mão. Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, S., 2000, p. 105-106).

Nesse sentido, a APRUMA, como Seção sindical, não pode ser vista a partir de uma visão tradicional do conceito de identidade, mas a partir da identificação em torno de um ideal comum. Sendo assim, não se trata de uma comunidade imaginada, construída pelo sentimento de pertença, construída por laços afetivos, ou consangüíneos, posto que a APRUMA é uma associação política que luta por ideais comuns ao grupo de professores da UFMA, que dentro de um mesmo espaço podem ou não fazer parte de uma mesma classe ou grupo.

Essa definição precisa ficar clara até mesmo para entendermos por que, atualmente, os movimentos estão passando por um momento de crise. A questão central aqui é se os movimentos, em um governo de esquerda, conseguem ser a esquerda deles, ou se se identificam com eles, tornando-se apenas um sindicalismo de Estado, pleiteando cargos e posições na esfera pública brasileira?

A princípio, pode-se dizer que a identificação está sempre em processo de construção e, como processo, deve buscar sempre a articulação – que é sua base de sustentação. Nesse esteio, o conceito de identidade não poderá ser usado para entender a base de união dos movimentos sindicais, porque para isso, de acordo com HALL, S. (2000), eles precisariam ser um núcleo estável, que passa pela história sem qualquer mudança.

Não se definirão, também, a identidade, ou identificação como elos de união entre os membros do sindicato apenas por uma questão ideológica, porque nesse aspecto se cairia em um reducionismo acerca da dimensão das particularidades de todos os membros que compõem o sindicato. [...] *Isso, por sua vez, coloca, com toda a força, a identificação, se não as identidades, na pauta teórica.* (HALL, S. 2000, p. 112). Mas, também não se negará a eficácia da ideologia, na medida em que, conforme Hall, S. (2000), ela pode agir na articulação, tanto no campo das práticas discursivas, como nos níveis mais rudimentares da identidade e dos impulsos psíquicos.

Essa questão de identidade e identificação é levantada para poder entender quem são os membros filiados da APRUMA que se identificam com ela, e quem é filiado, mas não

assume a sua posição. Em que medida a identificação pode ser uma justificativa para a crise dos movimentos sindicais? Essa seria a questão central do problema, uma vez que, no governo do Presidente Lula, a identificação da CUT e a sua aproximação com o governo possibilitou a desarticulação dos movimentos sindicais.

O movimento, nesse exato período histórico, precisa se rearticular, tentar entender onde se posiciona no cenário político brasileiro. Entende-se, com isso, que a crise possa ser um fator “positivo” para a afirmação de novas e renovadas “identidades” sindicais. Para tanto, é importante ao sindicato voltar-se para a sua história, entendendo de que forma as lendas, mitos e ideologias precisam ser resgatados ou banidos. A pergunta é: quem sustenta teoricamente os sindicatos hoje? Isso justificaria:

[...] As crises globais da identidade têm a ver com aquilo que Ernesto Laclau chamou de *deslocamento*. As sociedades modernas, ele argumenta, não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros. Houve um deslocamento dos centros. Pode-se argumentar que um dos centros que foi deslocado é o da classe social, não a classe como uma simples função da organização econômica e dos processos de produção, mas a classe como um determinante de todas as outras relações sociais: a classe como a categoria ‘mestra’, que é como ela é descrita nas análises marxistas da estrutura social. Laclau argumenta que não existe mais uma única força, determinante e totalizante, tal como a classe no paradigma marxista, que molde todas as relações sociais, mas, em vez disso, uma multiplicidade de centros. Ele sugere não somente que a luta de classes não é inevitável, mas que não é mais possível argumentar que a emancipação social esteja nas mãos de uma única classe. Laclau argumenta que isso tem implicações positivas porque esse deslocamento indica que há muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar (LACLAU, 1990, p. 40, grifo nosso). As vantagens desse deslocamento da classe social podem ser ilustradas pela relativa diminuição da importância das afiliações baseadas na classe, tais como os sindicatos operários e o surgimento de outras arenas de conflito social, tais como as baseadas no gênero, na ‘raça’, na etnia ou na sexualidade. (WOODWARD, K., 2000, p. 29).

É sobre esse deslocamento das discussões da esfera econômica para a social que precisamos entender e dialogar. O cuidado que se deve ter com essa afirmação de Woodward (2000) é sobre a cega afirmativa dos universais *versus* os particulares. Na realidade, a sociedade como um todo, em suas particularidades, com o advento da “liberdade” alcançada pela globalização, neoliberalismo, começou a reivindicar todas as suas aspirações que antes eram negadas, no entanto, isso não significa dizer que esses sujeitos, em algum momento, não farão parte de discussões mais amplas. Como exemplo, os professores do sindicato que fazem parte de outros movimentos, mas que no momento em que estão no sindicato se propõem a entender e discutir sobre as suas demandas e discussões.

Não se pode dizer, a partir disso, que a justificativa para a dispersão do movimento sindical seja a mobilização de outras demandas que não sejam apenas as econômicas, na medida em que os movimentos das “minorias”, étnicos, raciais, de gênero, também lutam e se articulam para ter melhores condições de vida e trabalho para si mesmos. Não se pode deslocar a crise dos movimentos sindicais pelo advento de outros movimentos.

Embora os movimentos das “minorias” surjam engajados essencialmente na construção de uma identidade comum, foi a mesma condicionante, segundo Woodward (2000), para a mobilização política deles. Cabe destacar que estes não se constituem no mundo apenas como sujeitos particulares, mas também como universais, e isso dependerá do lugar e condições econômicas e sociais que ocupam em determinado espaço e tempo, como foi possível perceber no discurso dos professores entrevistados, posto que eles não são das mesmas áreas, e ainda integram grupos e pontos de vista diferenciados dentro da universidade, mas não sendo isso um impeditivo para que se aproximassem de um ideal comum, aqui representado pela APRUMA.

4.3 A Universidade, a CAPES e o CNPQ

A CAPES e o CNPQ, atualmente nas universidades públicas, especialmente nos Programas de Pós-graduação, exercem um controle, regulam e estabelecem regras de gestão, determinando desde a carga horária a ser cumprida pelos professores até mesmo o limite de suas produções.

Uma das novas ações da CAPES (vide Carta dos Programas de Pós-graduação à CAPES, anexo 10) em destaque deste estudo que, em resumo, apresenta as relações políticas em torno dos cargos de Coordenação dos Programas de Pós-graduação que devem ser escolhidos pelos reitores, ferindo o princípio de autonomia e gestão democrática das universidades.

Para entender a ação da CAPES e do CNPQ, é necessário mais conhecimento em torno deles, e saber quando a CAPES ganha espaço no Brasil, e por que hoje exerce tanto poder junto às universidades, passando a ser um ditador de regras.

4.3.1 História da CAPES e do CNPQ

A história da CAPES é iniciada com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) e criada pelo Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951 (vide anexo 11), durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas.

De acordo com informações coletadas no *site* da própria CAPES, a Comissão atendia às exigências do segundo mandato do Presidente Vargas, na tentativa de investir na industrialização pesada. As mudanças que ocorriam na administração pública apontavam para a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores nas diversas áreas e ramos de atividades, quais sejam: cientistas qualificados em física, matemática e química e os técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Cabe destacar que, apesar dos seus 60 anos de fundação, a CAPES ainda se debruça sobre as mesmas demandas, problemas e carências do período de sua criação. A respeito disso, reporta-se a entrevista do matemático Jacob Palis, nas páginas amarelas da Revista VEJA, quando interpelado sobre a ciência no Brasil:

Veja: Formaram-se 12.000 doutores no Brasil ano passado. O país precisa de mais cientistas?

Jacob: Sem dúvida. Esse problema se manifesta de forma mais aguda nas ciências exatas, justamente de onde deveria estar saindo mais gente para produzir tecnologia e inovação. A situação da matemática é ilustrativa. Todo ano, formam-se no Brasil algo como 150 doutores na área. É a metade do que precisamos. Para se ter uma idéia, isso não dá para preencher as vagas de professor nas universidades, tampouco aquelas oferecidas pelo setor privado, que se expandem à medida que a economia avança. Há escassez de matemáticos para tarefas tão distintas quanto traçar o perfil financeiro de um cliente ou aprimorar o desempenho do país na extração do petróleo, uma questão central. Mas atenção: quando afirmo que o Brasil precisa dobrar seu número de doutores na área, refiro-me, evidentemente, àqueles de elevado padrão intelectual, capazes de fazer diferença no panorama não só brasileiro, mas mundial. É crucial para a nação. Existe uma correlação direta entre base científica sólida e desenvolvimento econômico. (Revista Veja. p. 19-22, 18 de maio de 2011).

O problema da falta de professores para as áreas exatas no Brasil é bastante antigo; oportunamente, lembre-se da citação do professor Patrício em capítulos anteriores. O seu incentivo está relacionado às tentativas de desenvolver o país através da área industrial. O professor Jacob explica por que não é atraente para os profissionais das áreas técnicas e tecnologias a pesquisa, e destaca a formação dos mesmos como excludente e voltada para o controle de uma formação complexa e de uma reserva de mercado.

Quanto à complexidade das ciências exatas, pensa-se sobre que estímulos pedagógicos são garantidos para que seja possível aos brasileiros, além de terem o interesse

nessa área, compreender e aprender as especificidades das ciências exatas. A ciência, de acordo com o entrevistado, é responsável pela consolidação do econômico. O discurso de Jacob Palis, além de priorizar uma determinada área do saber, como ponto crucial para o desenvolvimento econômico do país, ainda a caracteriza a partir de um alto padrão intelectual. Com isso, presume-se que é através dessas áreas que deverão ser destinadas a maior quantidade de recursos para as pesquisas, pois são as que gerarão mais divisas ao país. Contudo, para entender melhor a relação que essa questão tem com a CAPES, faremos um retorno à própria história da instituição.

Iniciada com o professor Anísio Teixeira, designado como Secretário Geral da Comissão, a CAPES teve, como uma de suas principais ações, a implantação do Programa Universitário. Em 1953, contratou professores estrangeiros e estimulou atividades de intercâmbio e cooperação entre as instituições, passando a apoiar eventos de natureza científica e concedendo bolsas de estudo para estudantes brasileiros.

No ano de 1961, a CAPES se subordina à Presidência da República; e com o golpe militar de 1964, Anísio Teixeira deixa o cargo que, com nova diretoria, volta a se subordinar ao Ministério de Educação e Cultura. Esse impasse político e a falta de entendimento acerca da pesquisa, além dos critérios de prioridades para os governos, atrapalham o processo de desenvolvimento da ciência no Brasil.

Com o objetivo de propor uma distinção e reconhecimento aos cursos de pós-graduação, especialmente aos de Mestrado e Doutorado, o Conselho de Ensino Superior foi convocado pelo Ministro de Educação no ano de 1965, do Governo Castelo Branco, para definir e regulamentar os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Os principais representantes do Conselho foram: Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Clóvis Salgado, Dumerval Trigueiro, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Newton Sucupira (relator), Rubens Maciel e Valnir Chagas.

Conforme o Parecer 977/1965, o Conselho deveria indicar os “pontos básicos em função dos quais seria disciplinada a pós-graduação”, fixando o Conselho “as exigências mínimas para sua realização e expedição dos respectivos diplomas”. Em suma, o Conselho passa a ter o papel ativo de regulamentar a pós-graduação no Brasil.

O parecer 977/1965 é um documento histórico importante, pois em sua essência e justificativa resgata o sentido das universidades e os modelos de “distinção” que devem estar presentes nos Programas de Pós-graduação. Inspirados no modelo germânico e na formação específica dos norte-americanos trouxeram como justificativa aos Programas de Pós-graduação a possibilidade de se graduarem como mestres e doutores em suas áreas de

especificidade, sendo, portanto, a graduação um caminho de acesso. Tendo por nota o parecer 977/1965 pode-se dizer que:

[...] a pós-graduação torna-se, assim na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigidos pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional; impossível de adquirir no âmbito de graduação.

O Conselho também apresenta distinções básicas entre os cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, em 1970, com o Decreto 74.299 (vide, anexo 12) que dispõe sobre a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* e dá outras providências, dentre as quais, as finalidades; a estrutura básica de funcionamento; a competência dos órgãos e o fundo especial de manutenção da Coordenação.

A CAPES muda sua sede também nesse período, quando é transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Destaca-se, pois, que o seu fundo especial de manutenção, como um dos principais entraves e problemas para a pesquisa na atualidade, inclusive no que diz respeito ao valor, é-lhe destinado de acordo com as demandas e retorno econômico para cada campo do saber.

É importante enfatizar ainda que, no ano de 1981, com o Decreto nº 86.791, o qual extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação, instituído pelo Decreto nº 73.411, de 04 de janeiro de 1974, que transfere a competência do órgão para a CAPES, a qual passa a ser reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* e como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. A CAPES terá, dentre suas atribuições, as de elaborar; avaliar; acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

No ano de 1990, com o avanço das medidas neoliberais, e a proposta de diminuição do Estado, a CAPES é extinta, no Governo do Presidente Fernando Collor de Melo, pela Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, sendo recriada pela Lei 8.028, em 12 de abril do mesmo ano, devido à grande mobilização das pró-reitorias das universidades que, ao sentirem-se descapitalizadas, solicitaram o apoio do MEC. Diante das pressões, o Estado cria a CAPES, no ano de 1992, quando é instituída através da Lei 8.405/1992 como Fundação Pública⁵⁸.

⁵⁸ (Vide ANEXO 13). Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. (Redação dada pela Lei nº 11.502, de 2007).

Atualmente, a CAPES é regida pela Lei 11.502/2007⁵⁹, que é consolidada pelo Decreto nº 6.755/2009⁶⁰. De acordo com dados coletados no *site* ([http:// www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)), foi possível compreender um pouco sobre a sua história e missão. Ressalta-se que, atualmente, a sua principal missão está relacionada ao processo de expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros. No ano de 2007, assumiu a responsabilidade de atuar na formação de professores da educação básica, qualificando profissionais no Brasil e no exterior. É esse um dos seus maiores desafios, na medida em que propõe essa qualificação a partir de programas de educação a distância.

Diante dessa realidade, reforça-se que muitos professores são formados ou mal formados em programas acelerados, repletos de deficiências básicas advindas do ensino secundário. Com uma formação deficiente, deverão aprender, por meio de uma nova técnica de ensino, a ensinar. A democratização das técnicas de ensino ocorrerá, contudo, entende-se que, antes disso, é imprescindível uma distribuição justa e igualitária do ensino, da educação propriamente dita a esses professores.

As principais atividades da CAPES estão organizadas em cinco grandes linhas de trabalho, distribuídas nos seguintes programas:

1. Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*

No que se refere a essa atividade, destaca-se a enorme pressão e exigência pela produção desmedida que a CAPES exerce sobre professores e alunos dos Programas de Pós-

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007).

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e, exclusivamente, mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte: (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007).

I - na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância; (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007).

II - na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007).

⁵⁹ (Vide ANEXO 14): Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

⁶⁰ (Vide ANEXO 15): Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

graduação, impondo um ritmo à pesquisa que só gera resultados quantitativos ao invés de qualitativos.

2. Acesso à divulgação da produção científica

A divulgação para a produção científica no Brasil e fora do país ainda é muito pequena. São escassas as revistas especializadas e a comunidade acadêmica se mostra muito fechada em si mesma, tornando-se pouco acessível à sociedade e, por isso, diminuindo as chances de encontrar maior número de jovens interessados em pesquisa. Relate-se, oportunamente, que a iniciativa privada é muito focada na distribuição dos diplomas e pouco interessada na produção de conhecimento científico.

A criação de patentes e a defesa nacional acerca do que se produz no país e dos bens minerais e florestais também é uma questão a ser discutida e defendida com maior rigor no campo das ciências.

3. Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior

Para ser possível concorrer no mercado internacional e ser conhecido como um país autossuficiente, o Brasil precisa exportar menos produtos primários e exportar mais tecnologia, lição básica da geopolítica aprendida no ensino secundário.

4. Promoção da cooperação científica internacional

A cooperação científica internacional é importante para que ocorra a circularidade do conhecimento, mas o Brasil perde muitos cientistas brasileiros todos os anos, porque não é capaz de oferecer a eles as mesmas condições de trabalho dos Estados Unidos e Europa, como um todo, isso sem contar com a Coreia do Sul e o Japão.

5. Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância

As bolsas de fomento hoje são conhecidas, vulgarmente e popularmente no meio acadêmico, como a mais-valia dos professores universitários que se submetem a esses formatos aligeirados de educação para complementar a sua renda. Isso sem precisar descrever as reais condições do público que é beneficiado pelo programa.

O Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) nasceu em 15 de janeiro de 1951, pensado por um militar da Marinha, gestado como estratégia no jogo político internacional. O motivo real para a sua criação foi a explosão das bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, que decretou o fim da segunda guerra mundial em 1945. Os cientistas do mundo todo passaram a ver que a bomba refletia um novo estágio do conhecimento que não era possível ignorar.

De acordo com Cunha (2011), em matéria publicada na Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o CNPQ foi, por décadas, órgão central na política nacional de ciência e tecnologia, mas que nesses 60 anos perdeu centralidade nas tomadas de decisões e fortaleceu o foco na formação de pesquisadores, com o crescimento contínuo do número de bolsas, consolidando-se como executor de programas federais de financiamento à pesquisa.

Cunha (2011) destaca que o CNPQ, na sua primeira fase, foi responsável pela criação de institutos e intenso intercâmbio com pesquisadores no exterior, cita-se o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (atual Ict) e do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (atual Inpe).

No ano de 1955, o CNPQ enfrenta uma crise e passa a se subordinar à Presidência da República, iniciando nos anos de 1956 a 1961 uma aproximação com as universidades, para tentar incrementar a formação de cientistas e técnicos. Em 1963, fecha um contrato de cooperação junto à Fundação Ford e se fixa na formação do pessoal de nível superior. Em 1970, é apontado pelo seu papel na reforma universitária. Em 1985, quando o governo do Presidente Sarney cria o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o CNPQ e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) são absorvidos por ele, transformando-se em uma agência do sistema de C&T (Ciência & Tecnologia).

Para entender a atuação da CAPES e do CNPQ, hoje, nas universidades, a partir da dinâmica e rotina dos professores, observa-se a entrevista da professora Denise, quando descreve as suas atividades diárias como docente do ensino superior:

Professora: Eu terminei meu mestrado em 1998 e passei alguns anos para criar coragem para entrar numa seleção de doutorado. Então assim. Eu, até a época do mestrado, antes de finalizar o mestrado, não tinha conhecimento do que era CAPES, do que era seleção CNPq. Eu entrei aqui como graduada e na época ainda podia, e nem especialização eu tinha, logo depois que assumi é que finalizei a minha primeira especialização.

É interessante perceber na narrativa da professora, quando entra na universidade no ano de 1992, apenas como graduada, e as exigências de pós-graduação nos concursos públicos, atualmente, em decorrência da expansão dos cursos superiores, aumento da competitividade no mundo do trabalho. Diante da entrevista da referida docente, percebe-se como essa lógica foi inserida no meio acadêmico e como isso vem afetando significativamente os meios de produção acadêmicos. A professora Denise continua sua narrativa:

Professora: [...] Depois eu fiz o CEMES, e por uma necessidade de conhecer um pouco mais a área de educação, de ter um pouco mais de base nessa área. Eu vim de uma área que a gente é carente dessa discussão, de um pouco de licenciatura, base mesmo para a questão de dar aula, de autores da área de educação. Então, eu fui procurar o CEMES, muito por conta disso, mas eu já tinha uma especialização né?! Então, eu fiquei com a segunda, e no mestrado foi que eu comecei meu processo de formação enquanto pesquisadora, terminando o mestrado. Você sabe que, quando a gente vai avançando nos títulos há ônus e bônus e acho que o ônus é você ter que ser produtivo. Então terminando o mestrado, voltei pro departamento, criei um grupo de pesquisa e cadastrei no CNPq. Não foi logo que voltei, pois engravidei. Então em 2002, eu criei o grupo de pesquisa, fiz pesquisa, e, na época, o meu departamento também teve a história de muito pouco envolvimento com pesquisa. Eu fui a primeira professora que pediu bolsa de iniciação científica para aluno, e foi em 2002. Tinha pesquisa, mas não existia envolvimento com pesquisa. Mas, também antigamente a inserção da CAPES e CNPq era bem menor, e na época eu estava muito motivada para mostrar produção, e daí fui para o doutorado e fui com bolsa da CAPES. Fiquei 04 anos com bolsa da CAPES, e depois que você tem um título de doutor, a pressão aumenta. Eu acho que a gente tem que ser muito crítico com essas pressões que a gente sofre, e hoje estou vivendo um drama, porque estou trabalhando na construção para o projeto de mestrado da psicologia. Nós vamos ter provavelmente em 2012, e, estou trabalhando no projeto com meus colegas, mas, acho que estou criando cobra pra me comer, porque o depoimento que tenho dos colegas que são inseridos no projeto de pós-graduação é a pressão imensa da CAPES e CNPq para produção. Então ao mesmo tempo em que eu estou muito motivada, mas, também estou com muito receio do que vem pela frente, porque sei que essas agências de financiamento tão vindo com tudo.

A professora Denise em sua narrativa nos apresenta com riquezas de detalhes a relação entre a CAPES, os programas de pós-graduação e a realidade acadêmica. Com a sua entrevista, é possível entender a dinâmica do processo de produção e o quanto, em algumas áreas, é muito recente o interesse pela pesquisa, conforme ela mesma cita que, somente em 2002, foi iniciado o primeiro projeto de pesquisa em sua área, do qual ela foi pioneira. Para entender melhor essa relação entre o serviço público e as agências de fomento, perguntou-se a ela como observava a privatização do serviço público, as bolsas, e o sistema de regulação propostos por esses órgãos de fomento. Ela respondeu que:

Professora: Eu acho que pode ser privatização, forma de controle, de mostrar números, porque o governo, o órgão que a gente é vinculado no setor federal quer mostrar números, quer mostrar que o país tá crescendo, tá evoluindo em pesquisa, só que a gente fica sempre com aquela crítica, quantidade não é qualidade, o fato de o sujeito ter publicado não sei quantas coisas; será que realmente o trabalho é um trabalho de qualidade? Então, a gente sabe que o produtivismo não é necessariamente sinônimo de qualidade, acho preocupante a forma que essas agências entram e dominam a vida do professor e, muitas vezes, o professor até crítico, com postura interessante, como eu vi outro dia numa discussão sem nenhuma crítica. Minha aluna de iniciação científica tava apresentando discussão sobre produtivismo, no encontro humanístico, falando sobre o sofrimento do professor também, quando têm que se submeter a esses prazos essas produções, daí um professor aqui do CCH falou que não via como sofrimento, falou que sofrimento maior era na área tecnológica, porque eles são mais cobrados para criar coisas, eles são mais vinculados à área empresarial, são mais cobrados, com prazos, com inovação tecnológica. Então como na área de ciências humanas, a gente não tem essa inovação tecnológica, a gente não tem esse sofrimento, o professor gosta, tem prazer, vendo seu livro publicado, seu nome sendo

citado, seu artigo circulando, sem nenhuma crítica ao impacto desse produtivismo na sua vida. A CAPES e o CNPq ditando as normas das nossas vidas. Então eu tenho muito preocupação com relação a isso.

Após esse depoimento da professora Denise, e pensando na realidade vivenciada pelos professores das universidades brasileiras, conectando políticas, é impossível não correr o risco de comparar os cursos de pós-graduação brasileiros com os melhores do mundo, a exemplo do *Cóllege de France*.

No Brasil, a CAPES/CNPQ apresenta uma série de exigências com relação à produção, como é possível observar na entrevista, mas, não oferece as mesmas condições de trabalho dos professores titulares da França, como é possível observar no exemplo do livro: *Nascimento da Biopolítica*, de Michael Foucault (2008). No referido texto, em notas sobre o autor e o livro, o editor profere que o ensino no *Cóllege de France* tem algumas regras específicas, como aquela que denota a obrigação de os professores ministrarem 26 horas de aula por ano, sendo que metade deverá ser dada na forma de seminários. Os mesmos devem expor, a cada ano, uma pesquisa original, e a frequência dos alunos às aulas é inteiramente livre. Não há diplomação e nem os professores conferem certificados aos participantes. A pergunta feita é: como concorrer com tamanho diferencial? Como as universidades brasileiras conseguirão esse nível de excelência, com as condições de trabalho vivenciadas pelos seus professores e alunos para realizarem pesquisas no Brasil?

A começar pelo valor das bolsas-auxílio à pesquisa, nota-se que não estão de acordo com o custo real, com as reais condições para se desenvolver pesquisas no Brasil, posto que são mínimas; assim, a participação de estudantes e professores em programas de qualificação é menor do que se precisa, uma vez que é muito difícil viver como pesquisador apenas com o auxílio da CAPES, ou de outros órgãos de fomento, sem que isso se caracterize como uma subsistência. À bolsa do pesquisador brasileiro, não se acrescentam as suas reais necessidades básicas, ou seja, o fato de que, além de comprar livros, e de participar de Congressos, o estudante precisa pagar para ter moradia, alimentação, saúde, lazer, transporte, vestimenta, além de outras despesas. A dedicação exclusiva a um programa de Mestrado com uma bolsa de R\$ 1.200,00 e uma de doutorado no valor de R\$ 1.800,00 não é atrativo para a média brasileira, que entra nesses programas na faixa etária de 24 a 55 anos, que em sua maioria já são casados ou ajudam nas despesas da família. Ser pesquisador no Brasil não é atraente nem do ponto de vista econômico e nem pelas condições de trabalho para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

4.4 Modelos de gestão

De acordo com Tragtenberg (1982), as universidades e escolas são organizadas por meio de um sistema burocrático sustentado pelos modelos de gestão pedagógica inspirados, em sua maioria, no taylorismo/fordismo. De maneira geral, na área da administração pública, o papel essencial do sistema burocrático é a organização, planejamento e estímulo. Assinala-se, desse modo que:

[...] o sistema burocrático estrutura-se em nível de cargos, que por sua vez articulam-se na forma de ‘carreira’, onde o diploma acreditativo, tempo de serviço e conformidade às regras constituem pré-condições de ascensão. Seu modo de recrutamento e sistema de promoção são definidos por ela como sigilo, como mecanismo de comunicação intraburocrático, diluído nas diversas áreas de competência. (TRAGTENBERG, 1982, p. 102).

A estrutura burocrática, o modelo de gestão dos sistemas escolares e universitários públicos brasileiros, divide-se em três níveis distintos, quais sejam: organização de pessoal; programas de trabalho; inspeções e exames. Nesse modelo de organização, existe uma diferença clara entre o fazer e o pensar, inspirado no modelo de gestão taylorista/fordista. Dessa forma, nós teremos, nas universidades, um grupo de “gestores” – técnico-administrativos que pensam; e os professores, ou “peões”, que executam. Esse modelo de gestão nas universidades é extremamente conflituoso, posto que os professores como detentores “legítimos do saber” não conseguem, em sua maioria, dissociar o fazer do saber e do pensar. Para Tragtenberg (1982, p.103):

[...] o diretor, por sua vez, funciona como mediador entre o poder burocrático da secretaria e a escola, como conjunto; sofre pressão dos professores no sentido de alinhar-se com eles, dos alunos para satisfazer reclames racionais ou não, dos pais para manter a Escola no nível desejável pela ‘comunidade’. Tem que possuir as qualidades de um político, ter algum senso administrativo, ser especialista em relações humanas e relatórios oficiais.

A figura do diretor, nas universidades, é representada pelo reitor que, muitas vezes, carrega consigo o *status* da sua hierarquia, demarcando uma distinção entre os demais professores, posto que ele, dentre todos, está em um posto hierárquico de mando. Foi o escolhido pela comunidade acadêmica ou pelo Presidente da República como representante da universidade, em qualquer das duas escolhas, atesta a relação de poder que passa a exercer sobre os demais; ilude-se ou tenta iludir-se que é mais capacitado do que os demais, por isso, foi escolhido a exercer tal função, parece ser o mais produtivo, o mais ocupado, pois a ele cabe a responsabilidade de pensar e resolver os problemas, mesmo compondo o corpo

docente, ao assumir o cargo de “Rei – tor” abandona a sua posição, pois caberá agora a ele o exercício máximo do poder.

Na ocasião, o reitor ficará dividido entre a pressão dos colegas e das imposições da função que passa a exercer diante da comunidade acadêmica, por vezes, posicionando-se contra os próprios interesses de sua classe de origem – professor. Isso acontece, de acordo com Tragtenberg (1982), porque administrar no Brasil é, acima de tudo, vigiar e punir; é poder. As universidades, como aparelhos supremos de ideologia e inculcação, estão ligadas à dominação, pois são elas que difundem o conhecimento. Por isso mesmo deve ser a instância máxima de controle do conhecimento.

A contratação dos docentes ocorre através do concurso de provas e títulos e a verificação da sua eficiência hoje se dá através da avaliação de desempenho, podendo os mesmos ser descartados ou exonerados durante o período do estágio probatório. Esse novo modelo de avaliação do funcionalismo público é uma das novas formas de controle da gestão pública, as quais são inspiradas nas reformas propostas por Bresser Pereira, descritas no 2º capítulo da dissertação.

Para Tragtenberg (1982), a ênfase dada à carreira docente nas universidades, com o pretexto de qualificação docente, por meio das formações continuadas, é, na realidade, um instrumento de disciplinarização da mão-de-obra. Nesse ínterim, também acontecem no seio das universidades a cooptação, através das relações pessoais e afinidades emocionais ou afetivas, na distribuição de cargos e, até mesmo, no cumprimento da burocracia, na realização de concurso com candidatos já pré-selecionados.

4.5 Condições de trabalho e saúde docente

Sobre as condições e pressões que, atualmente, o trabalho exerce sobre a vida das pessoas, podemos citar muitos exemplos, tais como: o desemprego, a imposição do uso e domínio das novas tecnologias, a violência, medidas de controle baseadas no sofrimento psíquico dos empregados, busca excessiva pela excelência na atividade laboral como forma de garantir e manter seus empregos. No caso específico dos docentes das instituições de ensino superior públicas, o senso comum, focado na ideia da estabilidade do funcionalismo público, pode pensar que essas questões não atingem tais profissionais. No entanto, com as mudanças ocorridas na gestão pública, o estágio probatório, a avaliação de desempenho e a exigência pelo uso de novas tecnologias também passaram a fazer parte do ambiente universitário como

forte fator de pressão, além, é claro, da perda salarial que os docentes desse nível de ensino passaram a sentir desde 1990.

De acordo com Guimarães (2000), as relações de trabalho são o ponto mais tênue de pressão do trabalho, posto que, para muitos, o trabalho representa relacionamento social, identificação com um grupo e não só desempenho de uma atividade laboral, por isso, às vezes, quando submetidos a ambientes de trabalho hostis, em que imperam a agressividade, a competição e o individualismo – em regra, devido a relações de chefia e pelos cargos comissionados – em detrimento da solidariedade e da coletividade, muitos trabalhadores adoecem, apresentando quadros depressivos não diagnosticados, com manifestações de dificuldade para concentração, comprometimento da rapidez de execução das tarefas e da qualidade, apresentando redução da sua produtividade.

Esse quadro não está ligado exatamente ao fato de gostar do trabalho que faz ou não. O sofrimento no trabalho, muitas vezes, é ocasionado devido às pressões por maior produção, pela imposição de novas tarefas, pelas mudanças bruscas no trabalho e por conflitos com os colegas e chefias. Em alguns momentos, o trabalhador se vê obrigado a realizar atividades de que não gosta ou que ferem seus princípios éticos e morais, para manter seus empregos ou postos de trabalho.

A ausência de prevenção das psicopatologias no trabalho está ligada ao pré-conceito e desinformação sobre os desgastes que o trabalho pode acarretar ao indivíduo na sua subjetividade, através de sintomas relacionados à ansiedade, tristeza, medo, e tédio insuportável que, se não cuidados, de acordo com Guimarães (2000 apud SELIGMANN SILVA, 1995), podem ser somatizados, evoluindo para quadros de doenças graves. Para entender de que forma esse sofrimento se apresenta no ambiente de trabalho, observe-se quadro exposto no APÊNDICE G.

Outras doenças que surgem em decorrência das pressões vividas no ambiente de trabalho e o estresse ocupacional são observadas, segundo Guimarães (2000), em dois quadros clínicos, os quais são: o Karoshi, quadro orgânico e Burnout, quadro mental.

O Karoshi acontece em decorrência de problemas coronarianos que podem ocasionar a morte súbita e isquemias, em decorrência de um ritmo de atividades intensas e estressantes. Em geral, afetam os trabalhadores de quadros gerenciais e administrativos, dentre os principais fatores, está ascensão na carreira profissional, numerosas viagens de negócios, obediência a normas rígidas e mudanças de local de trabalho. Conforme Guimarães (2000), no Brasil, não é diagnosticado esse quadro, talvez pelo fato de não possuir registros de pesquisas sobre os fatores que ocasionaram óbitos em doentes coronarianos.

O Burnout, conhecido como síndrome de desgaste, que acomete especialmente as profissões ditas “sociais”, como de profissionais de hospitais, serviços sociais, ensino, educação, formação e outros, geralmente, costuma aparecer depois de certo tempo de atividade. Está relacionado com fatores endógenos semelhante à depressão, com a diminuição da autoestima e a alienação.

Esses problemas ocasionados no ambiente de trabalho são apenas alguns exemplos para se entender as questões relacionadas às dinâmicas de trabalho conturbadas e as doenças correlatas. A fim de compreender um pouco a Qualidade de Vida no Trabalho Walton, R. (1975) construiu uma tabela que pode ser visualizada no ANEXO 16.

Em geral, o sofrimento psíquico no trabalho tem relações profundas com a história singular de todo indivíduo, e a sua classificação incorpora conceitos sociológicos, psicanalíticos e ergonômicos. Os destinos para esse sofrimento são diferentes, e vão desde: o adoecimento; estratégias coletivas de defesa e mobilização subjetiva. Trata-se do “[...] processo que se caracteriza pelo uso da inteligência operária e pelo espaço público de discussões sobre o trabalho”. (DEJOURS, 1999, p. 75).

De acordo com o exposto, é interessante dizer que o Sindicato dos Docentes do Ensino Superior, representado na UFMA pela APRUMA e, nacionalmente pelo ANDES/SN, tem demonstrado bastante preocupação com os vários processos relacionados às atividades dos professores e os que estão diretamente ligados à saúde desses profissionais da educação, sendo esse, portanto, um ponto de discussão que vem sendo levantado em Congressos do ANDES, mas que ainda não foi contemplado em um Grupo de Trabalho (GT). No caso da UFMA, já vem sendo estudado, como é o caso da pesquisa da professora Denise Bessa. No entanto, os estudos ainda não contemplam uma discussão ligada à APRUMA ou ao ANDES. A professora realiza pesquisa sobre sofrimento psíquico em professores de universidades particulares e destaca que:

Professora: Na verdade eu fiz uma discussão sobre prazer e sofrimento no trabalho, de professores vinculados a instituições privadas do ensino superior, então eu fiz na tese uma discussão sobre essa questão da privatização da educação, tanto a privatização fora das instituições públicas, quanto a privatização dentro, então essa tese ela foi ver exatamente essa relação prazer e sofrimento no trabalho, a coerção que professores sofrem, assédio moral, fiz entrevista, parte teórica e discussões sobre essas questões, apesar do foco principal ser o trabalhador na iniciativa privada, eu não esqueci o ensino público, e para minha tristeza a conclusão que eu cheguei durante esses quatro anos é que a nossa vida aqui dentro tá cada vez mais próxima à vida dos professores nas instituições privadas, por conta dessas formas de controle, pressão dos prazos, existem diferenças, é claro, o professor da instituição particular não é pressionado a produzir como a gente é pressionado com a produtividade que a gente tem aqui, é mais a produção de entrega de caderneta aqui, bater ponto, ao ensino, são diferenças mas no fundo a gente acaba ficando muito parecido.

A professora Denise relata o resultado de sua pesquisa relacionando as condições de trabalho do docente do ensino superior e o adoecimento psíquico. Pensar a questão do prazer-sofrimento no trabalho está muito ligado à forma de organização do mesmo nas instituições, a partir da cultura organizacional e à subjetividade dos indivíduos que fazem parte desse processo. Essa organização do trabalho nas IES públicas é medida pela cultura do desempenho, da excelência, da competição, da produtividade e pelo atendimento das demandas da comunidade externa e interna.

De acordo com Dejours & Abdoucheli (1990 apud Mendes; Morrone, 2002), o sofrimento no trabalho leva a várias formas de enfrentamento, como negação ou minimização da percepção da realidade que faz sofrer. Uma das características de enfrentamento é o isolamento psicoafetivo e profissional do grupo de trabalho, de resignação, de descrença, de renúncia à participação, de indiferença e de apatia. Para suavizar os efeitos desse sofrimento, é possível, a partir da mobilização subjetiva do indivíduo, transformar as operações simbólicas, o sofrimento em prazer, resgatando o sentido do trabalho em sua vida. Ele precisará reconstruir a sua história, respeitando a sua subjetividade e personalidade, permitindo acesso à identidade que é construída no coletivo. Em regra, é importante se ter clareza de que as defesas são essenciais para se manter a saúde mental do indivíduo, mas é necessário ficar atento quando essa passa a ser motivo de sofrimento e adoecimento, e um impeditivo a relações interpessoais prazerosas. O sofrimento faz parte da vida humana, o que faz adoecer é seu excesso.

5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

5.1 Do movimento docente ao sindical

Ao trabalhar a categoria movimentos sindicais, reporto-me anteriormente aos movimentos sociais, etimologicamente posso dizer que movimento tem relação com a física e a filosofia clássica. Para a física, trata-se de uma variação espacial de um objeto no decorrer do tempo. Para a filosofia clássica, tem relação com a cosmologia; a palavra significa, desde os pré-socráticos, mudança na realidade. A grande discussão que os filósofos fazem em torno do seu significado é especular se a realidade é mutável ou não.

Podemos, assim, arriscar dizer que essas concepções, tanto da física, como da filosofia, coexistem em diferentes campos do saber, e podem ser utilizadas para designar uma nova forma de organização do seu significado ao longo do tempo e do espaço percorrido, sendo influenciados nas ações que geram esses movimentos, os princípios, práticas e, até mesmo, os valores morais, ideológicos e religiosos dos indivíduos que a eles estejam ligados. Nesse aspecto, o termo movimentos sociais pode ser usado para designar um ato político, na medida em que seus agentes tentam alterar, contrapor e até propor mudanças à ordem social vigente em determinado período ou momento histórico.

Seguindo esse raciocínio, iniciamos esse tópico apresentando as diferentes abordagens sobre a categoria movimentos sociais, destacando os principais autores que tratam sobre o tema e os pontos de análise a partir de diferenciados momentos históricos para, em seguida, trabalhar a realidade atual.

Começamos o estudo sobre as lideranças políticas, intelectuais, trabalhadores urbanos traçando uma relação a partir do campo de intervenção dessas lideranças junto ao movimento sindical docente das Instituições de Ensino Superior. Procuramos, a princípio, trabalhar a categoria movimento sindical com o sutil objetivo de tentar fazer um desenho da sociedade, buscando, na história, a gênese, indícios que relacionem a estruturação política, econômica, cultural do sistema educacional brasileiro no Ensino Superior e o que pode ser denominado de movimento sindical docente.

Pensamos na unidade qualitativa do político, do econômico e do cultural na contemporaneidade. Perquirimos sobre a relação entre os movimentos sociais e o papel político e ideológico dos mesmos, do ANDES-SN e sua Seção Sindical APRUMA. Devemos confessar que, diante do processo de expansão e interiorização da UFMA, através do REUNI, algumas questões ficaram em suspenso, pois o modo como está sendo realizado o processo de

interiorização formaliza-se, *a priori*, como a “precarização, proletarização” do trabalho docente, “desvalorização” da categoria e um reducionismo da formação universitária e acadêmica, resgatando, no âmbito da universidade, uma dualidade vivenciada na educação básica das décadas de 1960 a 1990 – formação diferenciada para as elites e para a classe trabalhadora. Dualidade essa extremamente combatida pelos ideólogos de esquerda do Brasil nos movimentos sociais pela educação da década de 1980.

A dualidade pode ser observada com a criação das licenciaturas interdisciplinares nos *campi* da UFMA, nos interiores do Estado do Maranhão, como já relatado anteriormente, voltando-se para uma formação generalista, baseada nos códigos e linguagens das áreas de ciências, linguagens e tecnológicas, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e tendo, como sua principal via de acesso, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Os currículos de formação desses professores são diferentes dos currículos dos professores na capital do Estado, da própria universidade. Nesse aspecto, a universidade forma profissionais distintos, criando um grupo intelectual docente de pesquisadores nas capitais; e de professores “tarefeiros” nos interiores do Estado.

Entendemos essas medidas, como dispositivos governamentais, ao criar categorias profissionais distintas, fragmentando o trabalho docente e criando distinções salariais, regimes de trabalho diferenciados, tais como: professores D.E (Dedicação Exclusiva), 40 horas, 20 horas, substitutos, dentre outros, o que vem interferindo de forma direta nas relações de trabalho e no processo de construção de uma identidade coletiva docente. Nesse sentido, abordamos como hipótese que estas divergências trabalhistas podem ter como consequências a dispersão da categoria docente/professores universitários. É a partir dessa perspectiva de controle e dispersão que procuramos entender o processo de mobilização da APRUMA no atual contexto político, e em que grau essa dispersão interfere na sua forma de ação, ou se são esses os problemas que levam a uma identificação da comunidade de professores em busca de melhorias das suas reais condições de trabalho.

Para Alain Touraine (1989), na América Latina, a ação social é mobilizada pelos líderes, pois os agentes sociais não se identificam com as causas, mas com a figura de um líder e de um sentimento de comunidade criado em torno desse líder. Então, como pensar em uma democracia associada a um controle político e ideológico. Essa maneira de liderar não compromete o processo democrático? Diante dessa afirmativa de Touraine (1989), pensa-se no modo como os líderes desse movimento observam a política econômica do governo do Presidente Lula e como se posicionam diante das reformas educacionais propostas pelo referido governo.

Touraine (1989) estuda as categorias da ação social e defende a hipótese de que a natureza do modo de desenvolvimento da América Latina explica a forma que, nesse continente, assumem as categorias: operários, camponeses, classes médias e, mais ainda, classe, partido, sindicato e, principalmente, ditadura e democracia. De acordo com o referido autor:

[...] É sempre impossível separar estrutura social e processo de desenvolvimento na América Latina, de modo que as categorias de análise da ação social devem ser sempre *mistas*, combinar as referências a uma estrutura social e a um processo de mudança histórica. (TOURAINÉ, 1989. p. 54, grifo nosso).

Para Touraine (1989), a fragilidade da classe operária é acentuada por sua dualização, e eis aqui um grande problema para a categoria docente que, até a década de 1960, representava e se identificava como parte da elite brasileira. Situação que se modifica com a expansão do ensino público.

A categoria docente passa a ser então marcada pela heterogeneidade estrutural da economia, constituindo-se a partir das contradições presentes nas diversas áreas do conhecimento; tanto que, na década de 1980, passa a se organizar como movimento sindical, porque seus integrantes começam a se perceber e a serem tratados como representantes da classe operária. Na medida em que a sociedade e a economia tratam a educação como mercadoria, os docentes passam a vender suas habilidades intelectuais, pois sua força de trabalho é intelectual.

Os professores universitários começaram a vivenciar as dificuldades da classe média, e ao se identificarem com a classe operária, com a perda do *status quo* e salarial, unem-se em torno de um movimento nacional mais amplo, de um movimento de classe. No entanto, Touraine (1989) destaca que a noção de classe operária é enfraquecida por uma heterogeneidade que impele alguns a se identificarem mais com o povo do que com a classe operária. Para configurar essa identificação e essa luta, podemos dizer que, no Brasil de 1962 a 1974, a progressão salarial dos operários sindicalizados foi mais positiva do que a do salário mínimo, o que de certa forma incentiva a criação de outras entidades de classe.

Ao falar da realidade brasileira na década de 1980, Touraine (1989) enfatiza o papel da oligarquia brasileira e seu poder econômico frente às decisões políticas do país chegando à seguinte conclusão:

[...] O Brasil e o Cone Sul viram a formação de grupos dirigentes muito diferentes que não constituem mais, nem uns nem outros, uma oligarquia. No Brasil, depois do enfraquecimento e desaparecimento do regime autoritário, os empresários paulistas desempenharam um papel político cada vez mais definido. A importância do mercado interno, apesar da extrema concentração de renda, levou-os a se afastarem

da política clássica demais, proposta por Dornelles, e, sobretudo, a aprenderem a negociar com sindicatos que se libertavam da tutela do Estado. No Brasil, mas somente no Brasil, pode-se falar hoje de uma classe econômica dirigente e de sindicatos, atores principais de uma sociedade industrial, entrando em conflito ou em negociação diretamente, sem serem controlados, nem uns e nem outros, por um estado nacional-popular. Em São Paulo, o grande partido de oposição democrática ao regime militar, o PMDB, dominado por objetivos democráticos e sociais, recebeu também, cada vez mais claramente de 1983 a 1986, o apoio de grupos econômicos modernizadores. (TOURAINÉ, 1989, p.89-90).

Os meios econômicos dirigentes passaram a impor uma política exportadora que diminuiu os salários reais e o mercado interno, com o apoio do FMI, que tinha como interesse garantir o pagamento da dívida externa. Isso demonstra que a oligarquia representava a oposição, mas não na ação política em torno da sociedade e do governo que queriam estabelecer, e sim, na garantia de atender seus interesses pessoais e familiares. A taxa de crescimento econômico elevada é sempre associada a um baixo nível de formação de atores de classe, tanto no caso da burguesia quanto da classe operária. O que podemos constatar no movimento sindical dos dias atuais.

Em decorrência dessa mudança – de um grupo intelectual docente para uma classe média docente – especialmente devido à expansão de uma classe docente assalariada, sendo essa a categoria que mais tem crescido na América Latina, no setor público, o interesse dos professores no setor público passa a ser reforçado pela criação de um sistema de previdência social mais favorável do que para outras categorias da população, somada à conquista pela estabilidade e identificação na construção de uma identidade nacional.

Mas, a questão principal aqui é definir a formação da classe operária, e desde quando os professores começaram a fazer parte dessa classe no Brasil. Primeiro é interessante se desfazer o mito de que, no sul e sudeste do país, o movimento operário foi mais forte por causa da imigração. Para Batalha (2003), o maior número de imigrantes que veio para o Brasil era proveniente do campo e desprovido de experiência sindical no seu país de origem, salvo alguns que vieram para trabalhar nas fábricas. Inclusive, uma das causas que dificultou a organização sindical no Brasil está relacionada às divisões étnicas, em decorrência da imigração e conflitos que dela foram originados. Os imigrantes, em geral, vinham para o Brasil com o objetivo de ganhar dinheiro e voltar ao seu país de origem, o que para alguns historiadores era visto como um fator de impedimento para a organização sindical.

Ao citar essas diferenças, penso também no atual contexto político e ideológico brasileiro, em que se ressalta o enfraquecimento dos movimentos sociais de classe e ampliam-se os movimentos sociais dos segmentos excluídos. A identificação não está voltada a uma visão corporativista e cooperativista baseada numa ideia de integralização entre os

pertencentes a um mesmo núcleo profissional. Hoje se observa a união dos diversos segmentos excluídos em torno de causas que beneficiam os grupos em geral. No entanto, o que, de fato, percebemos é uma inexpressividade dos movimentos de classe e uma ampliação de movimentos de grupos.

É interessante, agora, tornarmos a falar sobre a construção de uma identidade operária para, em seguida, entender como os professores passaram de grupo intelectual a operariado, ou melhor, quando passaram a se identificar com o movimento operário e uniram-se em torno de um movimento sindical:

[...] No seio das sociedades mais ricas, esse dualismo repousa, em grande parte, na distribuição desigual do capital cultural que, além de continuar a determinar imensamente a divisão do trabalho, constitui um instrumento bastante poderoso de *sociodicéia*. A classe dirigente deve provavelmente sua extraordinária arrogância ao fato de que, sendo dotada de fortíssimo capital cultural, de origem escolar, evidentemente, mas também não escolar, sente-se perfeitamente justificada de viver como vive (o paradigma do novo burguês conquistador poderia ser Bill Gates). O diploma não é apenas um título de nobreza escolar; é percebido como uma garantia de *inteligência natural*, de dom. É assim que a ‘nova economia’ tem todas as propriedades para parecer o melhor dos mundos (no sentido de Huxley): ela é global – e aqueles que a dominam são internacionais, políglotas e policulturais (por oposição aos locais, ‘nacionais’ ou ‘provincianos’); é ‘*imaterial*’, produz e faz circular objetos imateriais, da informação, produtos culturais. Pode assim parecer uma *economia da inteligência*, reservada às pessoas ‘inteligentes’ (o que lhe atrai a simpatia dos jornalistas e dos profissionais “ramificados”). A sociodicéia assume aqui a forma de um *racismo da inteligência*. Doravante, os pobres não são pobres, como no século XIX porque são imprevidentes, perdulários, intempestivos etc. (por oposição ao *deserving poor*), mas porque são imbecis, incapazes, intelectualmente idiotas. Em suma, ‘têm apenas o que merecem’ escolarmente. Certos economistas, como Gary Becker, podem encontrar num neodarwinismo que faz da racionalidade postulada pela tória econômica o produto da seleção natural dos melhores, a justificativa indefensável do reino do *the Best and the brightest*. E o anel é fechado quando a economia exige da matemática (transformada a propósito em um dos instrumentos principais da seleção social) a justificação *epistemocrática* mais indiscutível da ordem estabelecida. As vítimas de um modo de dominação tão poderoso podem reivindicar para si um princípio de dominação e de legitimação tão universal como a racionalidade (substituída pelo sistema escolar); são atingidas, muito profundamente, em sua auto-imagem. (BOURDIEU, 2001, p. 54).

Bourdieu (2001) chama a atenção para a ideia de que o diploma escolar já foi concebido como um processo de distinção social. À medida que a oferta desses diplomas aumenta, deduzimos que o seu poder de troca e, portanto, a sua distinção também perdem valor. O “intelectual” não pode mais custear a sua própria formação a partir da aquisição de um capital cultural além da escola, ou seja, através de viagens nacionais e internacionais, participação em eventos da área e em eventos culturais de maneira ampla.

Identificar-se como uma categoria profissional que é exposta a uma extensa carga horária de trabalho e de resultados a partir da produção científica são situações e questões passíveis de união para a formação de um sindicato.

Atesta-se a isso que os movimentos sindicais mais atuantes, geralmente, eram compostos por profissionais qualificados, bem pagos e filiados aos trabalhadores de ofício que, com a introdução de novas técnicas de produção, viram-se ameaçados e mobilizaram a luta em torno da organização de classe para se fortalecerem e defenderem seus postos de trabalho. Vamos tentar detalhar melhor essas questões, esmiuçando a história por suas entranhas, pensemos, então, por que essas contradições estão presentes dentro da corrente que hoje se denomina marxista e, que de alguma forma, foi a base ideológica da maioria dos movimentos sociais no Brasil e demais países do mundo em meados da década de 1970.

No intuito de tentar desvendar a essência dos movimentos sindicais no Brasil, buscamos a História para tentar compreender o momento atual. Nas discussões contemporâneas, podemos citar E.P Thompson e Raymond Willians que, nos seus estudos, buscam a essência do movimento operário inglês a partir do resgate histórico da “voz” desses operários, através de uma pesquisa minuciosa sobre a memória oral dos segmentos excluídos e marginalizados da Grã-Bretanha.

Portanto, para ir além da essência desses movimentos, tenta-se, ainda, relatar a emergência deles aqui no Brasil e, mais pretensiosamente, procura-se demonstrar que, no país, devido à histórica disparidade regional, crescimento econômico e social desarticulado, os movimentos sociais são diferenciados. É preciso trazer a lume a discussão acerca do que, a princípio, poderíamos chamar de divergências e congruências entre o movimento operário e o movimento docente, tendo como critério de análise que essas histórias estão conectadas⁶¹.

Ao estudarmos elementos do populismo no Brasil, deparamo-nos com algumas semelhanças entre eles e as políticas implantadas no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quais sejam elas: as políticas de crédito para habitação, realização de concursos públicos e, como aspecto negativo, a articulação com os líderes sindicais e dos movimentos sociais de modo geral. Nesse caso, o que mais chama a atenção não são as medidas populistas de distribuição de renda e diminuição da pobreza, mas o fato de ele ter sido um líder bastante expressivo nos movimentos sindicais dos metalúrgicos na década de 1970, um dos principais líderes e fundadores do Partido dos Trabalhadores – PT que, durante, aproximadamente, vinte anos representou a esquerda brasileira.

⁶¹ Referência a *Sanjay Subrahmanyam in Connected Histories: notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*, hoje é professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. O autor, a partir dos seus estudos, desconstrói a visão eurocêntrica que esmaga as particularidades históricas dos outros países de menor expressão política e econômica da Europa e circunvizinhanças. Nesse trabalho, ele vai mostrar de que forma as histórias dos diversos países se encontram e como os mitos Fundacionais e histórias se conectam. Propõe a expressão *histórias conectadas*, e desmonta a visão da historiografia europeia sobre o mundo asiático, considerando-a como uma "visão tradicional".

Em 2002, ao tornar-se líder do governo, “abre mão” da herança dos ideais comunistas, do socialismo no Brasil. Seu governo tem forte apelo aos ideais nacionalistas, aliado ao seu perfil carismático, desponta como mais um exemplo da ressurreição do “populismo”, alusão essa que se faz pela sua forma de relacionar-se com a classe trabalhadora, fazendo crer a todos, através de seus discursos, que atendem a seus interesses.

O governo do Presidente “Lula”, como assim é conhecido mundialmente, conseguiu desarticular os movimentos sociais a tal ponto que destacamos a completa dispersão desses, uma vez que seus principais líderes passam a compor o governo, ao assumirem cargos públicos que, outrora, juntamente com ele, faziam oposição à chamada “direita” brasileira.

O Brasil, após “Lula”, ficou sem uma oposição efetiva que lhe faça frente, por vários fatores. O primeiro diz respeito à própria oposição ao PT (partido do Presidente), basicamente representada pela elite brasileira, empresários e representantes de organismos internacionais, como é o caso do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e do DEM (Democratas), levando a crer que não se preocupam em representar os interesses da classe trabalhadora.

Dada a articulação do governo com os principais líderes dos sindicatos, e no ensejo, ressalte-se a CUT, o movimento operário fica completamente disperso e o governo do Presidente Lula passa a assumir o papel de representante de todas as classes sociais. A classe operária, ao fazer parte do governo, esquece-se de si mesma.

5.2 Permanências e mudanças na organização docente a partir da década de 1980

Na década de 1980, existe o ressurgimento de novas formas de educação informal, trabalhos na área de educação popular a partir das práticas dos movimentos, associações populares e grupos sociais organizados. Para Gohn (2005), é o desenho do assistencialismo recuperando práticas capitalistas de conteúdo neoliberal. A política de bem-estar social está presente na distribuição de tickets de leite, passes gratuitos, vale refeições etc. O foco dos estudos sobre os movimentos sociais, nesse período, voltaram-se aos movimentos populares urbanos, em suas variadas formas, tais como a representação das mulheres, negros, populares de periferia, pacifistas, político-partidários, sindicais e religiosos.

Os movimentos populares da década de 1980 têm sua importância pelos avanços democráticos obtidos pela sociedade civil, permitindo que as relações sociais conflituosas e autoritárias do período da ditadura fossem perdendo sua força coercitiva. Apesar dos

problemas econômicos graves enfrentados pela população brasileira, foi um período marcante de organização dos movimentos sociais no campo político, pois a sociedade aprendeu a reivindicar seus direitos, o movimento em torno das “Diretas Já”, que se contrapunha ao regime político vigente, mobilizou diversas categorias trabalhistas representantes de vários movimentos, todos tinham por objetivo a luta pelo direito de exercerem a sua cidadania.

O corpo docente, de acordo com Chauí (2001) tende a imitar os procedimentos de organização e a luta dos trabalhadores industriais e dos serviços, assumindo a luta corporativa por empregos, cargos e salários. Esse posicionamento dos movimentos docentes, segundo a referida autora, faz a categoria perder de vista o verdadeiro campo de batalha, que é a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

A sociedade civil e as demandas pela educação estão relacionadas a essa luta e articuladas para a resolução dos problemas de ordem estrutural e política pelos quais o país atravessava. O quadro composto no APÊNDICE H foi elaborado por Gonh (2005) a partir de um esboço dessas demandas. Apresenta-se esse quadro porque ele é um indicativo importante para que nós possamos analisar e refletir quão ricos são os estudos dos movimentos sociais, urbanos e populares das décadas de 1970 e 1980, pois as demandas pela educação estudadas e gestadas junto às comunidades naquele período, ainda no ano de 2010, estão em pauta, e tais demandas se encontram presentes na própria LDB 9.394/96, nos parâmetros curriculares nacionais e em outras tantas leis específicas que atendam a cada caso de modo particularizado, com programas e projetos dedicados a realidades específicas. No entanto, neste estudo, tentaremos nos ater mais às análises referentes às demandas pela educação, principalmente, àquelas do ensino superior.

Na década de 1980, em decorrência da própria crise do capitalismo, há uma diminuição do poder aquisitivo dos professores e servidores públicos, os quais passam a se organizar em torno de associações e sindicatos corporativos. Entre as principais reivindicações está a demanda dos estudantes pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em universidades públicas, gratuitas e de qualidade.

Destacaremos o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública – FNDEP, movimento social que atuou durante o processo de elaboração da Constituição Brasileira de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A diferença desse movimento para o das pioneiras sociais da década de 1930 é que esse foi composto por vários representantes da sociedade civil, com destaque para as entidades ligadas à área da educação e as organizações de classe. (vide tabela, anexo 17).

As quinze entidades tinham como propósito a defesa da escola pública e a oposição ao regime militar. O FNDEP ampliou-se em torno das propostas de elaboração da nova LDB nacional e, com isso, outras entidades se articularam em torno desse movimento.

Em um primeiro momento, o Fórum exercia influência nas etapas iniciais da Constituinte de 1988, mas, à medida que esse projeto foi se ampliando, os interesses privados começaram a entrar em choque com as propostas do Fórum, até mesmo o MEC exerceu pressão. Posto isso, o que se tem a dizer é que apenas algumas dessas propostas foram contempladas. Após a promulgação da Constituinte de 1988, o Fórum volta a sua atenção para a nova LDB.

De acordo com Chauí (2001), a reforma universitária realizada a partir de 1968 foi uma alternativa para resolver a “crise estudantil” em que se refutava a ideia de autonomia universitária e se pensava em um novo modelo administrativo. Uma das primeiras medidas da reforma foi a departamentalização que, para seus idealizadores, tinha o objetivo de democratizar a universidade, eliminando o poder das cátedras e transferindo para o corpo docente o direito às decisões. No entanto, na reforma, a departamentalização significou a reunião de todas as disciplinas afins, de modo a oferecer cursos num mesmo ambiente, com menor gasto material e sem aumentar o número de professores, além, é claro, de permitir à administração um controle ideológico e político dos professores e alunos.

Para Chauí (2001) as ideias que nortearam as reformas sempre tiveram como foco a vinculação entre a educação e a segurança nacional, a integração nacional e o desenvolvimento econômico nacional. Sendo assim, a primeira tem um papel ideológico, enquanto a segunda e a terceira determinam a forma, o conteúdo, a duração, a quantidade e a qualidade de todo o processo educacional, no qual está inserido a universidade que, com as reformas da educação, é vista como um adestramento da mão-de-obra.

No que concerne ao processo de democratização universitária, é fato que têm surgido entre professores, estudantes e funcionários esforços para o fortalecimento das associações docentes como poder de pressão; e o veto diante da burocracia universitária, reivindicando o aumento da representação docente, discente e funcional nos órgãos colegiados e nos centros de decisão.

5.3 A UNE e a História do movimento estudantil

Por ser difícil uma delimitação precisa sobre o posicionamento político da União Nacional dos Estudantes – UNE, e tendo como referência para a construção dessa história o

trabalho do Professor Sanfelice (2008), inicialmente, dar-se-á atenção ao pensamento estruturante do movimento nos anos de 1960, posto que o mesmo sofrerá grandes influências durante todo o seu processo de existência.

De acordo com (Castilho s/d apud Sanfelice, 2008), o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes foi realizado em São Paulo, mas só em 1937 foi fundada a União Nacional dos Estudantes. Surge como órgão e representante do CEB (Conselho Nacional de Estudantes). Não sendo muito atuante até meados da década de 1960, quando foi palco para o exercício político, como ideologicamente de esquerda, combatia os ideais de direita.

A UNE tinha, nesse período, como principal característica, posicionar-se e resistir contra as articulações e estratégias políticas da classe dominante, da burguesia industrial. Assume uma postura combativa na Campanha de defesa da escola pública, pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ideologicamente, a UNE, durante essa década, sofreu influências do comunismo, socialismo, catolicismo e da ação popular, em alternâncias de gestão, vivenciou cada uma dessas fases.

Durante a renúncia do Presidente Jânio Quadros e do governo do Presidente João Goulart de 1961 a 1964, a UNE se coloca a favor da Constituição e garantia de seus direitos, pronunciava-se como representante dos interesses da população, reivindicando ações do governo junto às classes populares e, primeiramente, pela reforma universitária.

Com o golpe de 1964, uma das medidas do governo Castelo Branco, dado o projeto da Lei Suplicy Lacerda, foi normalizar e definir as eleições do movimento estudantil nas universidades, sendo que seus membros passaram a ser sumariamente fiscalizados pelos órgãos oficiais. Os confrontos no período da ditadura foram muitos e o movimento estudantil foi bastante atuante na tentativa de garantir a democracia do país.

O movimento estudantil é a representação da sociedade, denota as divergências e discrepâncias da política, os posicionamentos ideológicos dos diversos grupos sociais, pois: “[...] Na medida em que o movimento estudantil é parte da sociedade global em movimento, diferenciada em classes e propostas ideológicas, ele tende a refletir em seu seio essa pluralidade de propostas político-sociais”. (Tragtenberg, 1982, p. 58).

O movimento estudantil também reflete as dificuldades de se criar uma política pura, com ideais democráticos concretos e possíveis; ao contrário, muitos são cooptados e até mesmo coagidos à representação de uma política nacional mais ampla, não raras vezes, são ligados a partidos políticos e até mesmo financiados por eles.

Na década de 1980, a UNE (União Nacional dos Estudantes) teve sua sede em processo de demolição, de acordo com Tragtenberg (1982), seria uma forma de o Estado

tentar eliminar o “grande inimigo”, por ser vista como um símbolo material de “danação”. O movimento estudantil passa a ser visto como um assunto de Estado, por ter forte poder de negociação e cidadania, pois fazia frente e representava as demandas da sociedade, apoiando os diversos movimentos sociais que lutavam por um regime democrático. Na década de 1980, o país estava submetido a um regime de governo ditatorial. Consegue, nesse período, exercer uma pressão organizada em relação aos detentores do poder econômico, social e político; luta pelos direitos humanos.

O movimento estudantil, nessa época, por meio da UNE, significava o caminho pela unificação dos estudantes em nível nacional. Segundo Tragtenberg (1982), a tentativa do governo na década de 1980, em demolir o prédio da sede central dos estudantes, seria uma forma de conter a emergência de novas lideranças políticas e destruir o seu ponto de articulação.

Na década de 1990, o papel mais atuante do movimento estudantil foi nas eleições e *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Desde então, perde o seu poder de liderança sobre os jovens, tornando-se inexpressiva durante quase todo o governo do Presidente Lula.

Para Sanfelice (2008), é notória a falta de articulação do movimento estudantil e da atuação da UNE nos últimos anos. Para completar essa informação, a Carta Capital faz um traçado do novo perfil dos estudantes da década de 2010, como apartidários e apolíticos, engajados no meio virtual através do *twitter*, *facebook* e de outras redes sociais. Começam a fazer desse ambiente um local para discussões e articulação de mobilização social. Uma de suas principais características é não ter um vínculo com partidos políticos ou sindicatos, aparentemente não possuem lideranças. O artigo da Carta Capital atesta que:

[...] antiga propulsora de movimentos de rua, a União Nacional dos Estudantes começa a sentir os ventos da mudança. Luís Felipe Maciel, diretor jurídico da UNE, admite que as novas mídias mudaram o perfil das manifestações e contrariam a impressão de que os jovens brasileiros não lutam. Por enquanto, a UNE, diz ele, se limita a acompanhar a onda divulgando seus eventos pelo *Facebook* e pelo *Twitter*. Segundo Gustavo Petta, ex-presidente da UNE, os novos líderes estudantis ainda precisam identificar as bandeiras que mobilizam os jovens e procurar dar um caráter ‘mais político’ a essas manifestações. Sem isso, alerta, as ações não ganharão força para serem reconhecidas pelo Estado. (PICHONELLI, M.; MARTINS, 2011, p. 17).

A juventude de hoje não está ligada aos ideais de uma coletividade, busca seus próprios interesses, os quais, se coincidirem com os dos grupos sociais que encontram nas redes sociais, poderão ou não levar a uma mobilização; juntos conseguem fazer bastante barulho, mas de fato, não farão pressão por muito tempo, porque desligados de um ideal

político são alvos fáceis e frágeis. O próprio governo já acionou a criação de “um portal de participação social” para atender às demandas dos “movimentos sociais” desorganizados, se é que se pode denominá-los assim. Por outro lado, o fato de não quererem estar ligados a partidos e sindicatos também é significativo à política nacional.

É que esses mesmos jovens não querem mais ser manipulados, não querem ser usados como escudo para atender aos interesses de um pequeno grupo de políticos. Difícil classificá-los ou compreendê-los no momento de sua criação, aqui é o retrato da história em ação, mas já traz um indicativo: a juventude não está disposta a aguentar abusos e, se dispersa, pode ser um grande problema para o Estado. Os representantes mais ilustres do PSDB e do PT, nas figuras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, já estão de olho nesse grupo, procurando aliar seus interesses aos dos jovens “desarticulados”, como exemplo, pode-se citar a discussão levantada por FHC pela legalização da maconha.

6. A CONFIGURAÇÃO DA SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN, APRUMA, E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: retrato do papel dos movimentos sindicais docentes das instituições de ensino superior

6.1 A proletarização do trabalho docente

Para entender o processo de proletarização do trabalho docente, deve-se entender que os resultados de objetivos, se assim podemos dizer, desse trabalho se constituem em produto, mercadoria, no sentido de ser possuidor de um valor de uso, de um valor de troca.

Para se considerar o trabalho docente, a partir de um enfoque baseado na produtividade, deve-se então entender que a mercadoria determina o valor de uso, o valor de troca seria a educação e o produto final desse processo seriam os alunos.

Os meios de produção envolvidos nesse processo teriam relação direta com a transformação desses alunos. O docente mais produtivo e eficiente seria aquele capaz de transformar (qualificar, preparar), a maior quantidade de alunos, utilizando cada vez menos tempo, tendo um maior domínio das tecnologias e meios de produção. Tendo o seu conhecimento como mercadoria, o valor de uso e o valor de troca da mesma será a possibilidade de ganhos reais dos professores – o dinheiro – que é a parte do capital gasto pelo capitalista para adquirir a sua capacidade de trabalho.

O dinheiro é o meio de subsistência dos docentes, adquirido em decorrência da “força de trabalho” e do seu valor de uso. Entende-se que são os meios de produção oferecidos pelo empregador que vão garantir ao docente a possibilidade de se manter empregado.

A proletarização do trabalho docente é iniciada no momento em que o mesmo “permite com seu trabalho a autovalorização do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário, que ao criar o valor que produz, produ-lo ao mesmo tempo como um valor que lhe é alheio”. (Marx, 1969, p.54). Para entender melhor essa proletarização a partir das práticas de produção dos docentes que hoje estão diluídos entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, pode-se dizer que, no ensino, o professor tem uma demanda cada vez mais acirrada, dividida nos cursos de graduação, pós-graduação, formações pedagógicas e docentes, educação a distância, assessorias, como complementação da renda. O espaço para a pesquisa e extensão nessa lógica quase não existem mais. Em resumo:

[...] O processo de produção é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização, assim como o seu resultado, o resultado imediato, a mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca. Mas, o

processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, enquanto tal, é essencialmente *produção de mais valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Desta maneira, encontra-se especificamente determinado o caráter global do processo de produção. (MARX, 1969, p. 57, grifo do autor).

Aliado ao processo de produção, o professor deverá investir nas melhorias da sua “força de trabalho”, por meio de formações continuadas (especializações, mestrados e doutorados), aumento do seu capital cultural e aumento do seu valor de uso e de troca, a mesma lógica se aplica a capacidade de realizar pesquisas e extensão através de convênios que gerem retorno para o próprio local de trabalho, melhorando, assim, os meios de produção.

As universidades públicas e privadas, cada vez querem investir menos na qualificação de sua “força de trabalho”, o que gera uma diminuição do salário real do professor, que passa a dividir o dinheiro, meio de sobrevivência, investindo mais no seu valor de uso e valor de troca, gerando um novo valor de troca, como no caso dos Concursos Públicos para professor, em que nos editais se priorizam os professores doutores.

A contradição presente nesse processo é que o professor, ao tentar aumentar o seu valor de uso e o seu valor de troca, ele se desvaloriza enquanto “força de trabalho”, diminuindo os custos do capitalista nos meios de produção. As formações continuadas passam a ser novas mercadorias, os programas de pós-graduação, quando ampliados e com oferta mais substancial, passam a ser desvalorizados. Os títulos diminuem o seu valor e o professor, devido à concorrência, passa a receber menos por eles.

A necessidade de garantir a sua sobrevivência enfraquece a categoria de docentes que se dispersa. Ocupada em se manter produtiva, diminui sua capacidade de negociar melhores salários e passa a ser vítima de um sistema que retira deles todos os benefícios adquiridos em anos de luta dos movimentos sindicais. Portanto, entende-se que:

[...] o processo de produção capitalista é unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização. Para transformar o dinheiro em capital transforma-se esse dinheiro em mercadorias, as quais constituem fatores do *processo de trabalho*. Com o dinheiro tem que se adquirir, em 1º lugar, *capacidade de trabalho* e, em 2º, *objetos* sem os quais não se pode *consumir* a capacidade de trabalho, quer dizer, esta não pode trabalhar. No interior do processo de trabalho esses objetos não têm outro sentido que não seja o de servirem como *meios de subsistência do trabalho*, *valores de uso do trabalho* - em relação ao próprio trabalho vivo, como material e seus meios; em relação ao fato de estes meios de produção, já de si serem produtos, como produtos enquanto meios para produzir um produto novo. (MARX, 1969, p.61-62, grifos do autor).

As universidades têm então, no trabalho do professor e nas formas de explorar esse trabalho a produção de sua mais-valia. A produtividade do professor está justamente associada à capacidade que o seu trabalho tem de produzir mais-valia. Com isso, sofrem influências múltiplas dos capitalistas. Somado a essas influências e com a diminuição dos seus salários reais, o professor sente o peso de não poder usufruir seus gostos. Com isso, posso dizer que *a distinção cultural*, para Bourdieu (2007), é refletida através do julgamento do gosto, em que determina os espaços ocupados pela classe dominante quanto da produção cultural. A produção cultural é legitimada por intelectuais e burgueses e o gosto está diretamente relacionado a uma aquisição cultural vasta e refinada, a qual determina os bens consumidos e a maneira de consumi-los.

Os burgueses vivenciam esse gosto por estarem envolvidos nessa cultura desde o nascimento. Já os intelectuais, que não necessariamente são burgueses, adquirem esse gosto através da escolarização. Como intelectuais, consideramos os professores universitários, posto que, o seu ofício, muitas vezes, exige-lhe o conhecimento da cultura erudita, além do aprendizado de outras línguas estrangeiras, tradução de pesquisas científicas e artigos internacionais. Nesse caso, o gosto é modificado ou adquirido pela escolaridade; nem sempre pode ser mantido pelos professores universitários, posto que, em geral, são por demais dispendiosos para serem adquiridos.

A frustração de não poder usufruir desse gosto tão requintado, e de nem sempre poder transmiti-lo aos seus alunos, motiva os professores em torno da luta de classes. Ideologicamente, percebem injusta a distribuição de renda no país, permitindo a tão poucos usufruir dessa cultura erudita, propõem uma política igualitária a todos, para que todos possam ter acesso aos gostos da elite, pelo menos, usufruir desse gosto.

No Brasil, devido à pressão dos movimentos sociais e da necessidade de expansão das redes universitárias e faculdades públicas e privadas, com a massificação desse grau de escolaridade, o aligeiramento dos cursos superiores, e com o modelo específico voltado para a formação mão-de-obra, foi possível perceber também o declínio da escolaridade e titulação como um espaço e momento de aquisição de um gosto diferenciado, o que de certa forma também compromete a qualidade e a distinção proferida por esse grau de escolaridade – que são os cursos superiores. Com isso:

[...] quanto maior for o reconhecimento das competências avaliadas pelo sistema escolar, e quanto mais ‘escolares’ forem as técnicas utilizadas para avaliá-las, tanto mais forte será a relação entre o desempenho e o diploma que, ao servir de indicadores, mais ou menos adequado ao número de anos de inculcação escolar, garante o capital cultural, quase completamente, conforme ele é herdado da família

ou adquirido na escola; por conseguinte, trata-se de um indicador desigualmente adequado deste capital. A correlação mais forte entre o desempenho e o capital escolar como capital cultural reconhecido e garantido pela instituição escolar (responsável, de modo desigual, por sua aquisição) observa-se quando, ao formular a pergunta sobre o nome dos compositores de uma série de obras musicais, a questão assume a forma de um exercício bastante escolar² sobre os saberes muito semelhantes aos que são ensinados pela instituição escolar e reconhecidos, fortemente, no mercado escolar. (BOURDIEU, 2007, p. 19).

A aquisição do gosto engloba uma série de variantes, tais como a gastronomia, as artes, as músicas, as obras literárias, os lugares e a própria instrução escolar. Como herança familiar, é legítimo representante de uma classe social, tem um valor ligado a sua posição. Como capital escolar, é legítimo de um grupo específico de pessoas que possam adquirir o gosto através da educação repassada pela escola, mas, que não lhe é acrescido valor. Os títulos acadêmicos têm um peso legal e social específico, uma distinção se relacionados aos colegas que não os possuem, aos autodidatas e aos colegas com menor titulação. A retribuição por titulação é um valor “simbólico” se comparado aos herdeiros de uma cultura familiar, que são o próprio valor da sua distinção, com base de uma cultura erudita.

O *status* social é influenciado pelas diferenças econômicas impostas às diferentes áreas do saber e que são legitimadas pelas próprias escolas e universidades, tanto quanto pela sociedade de modo geral. Com isso, a academia é responsável pela formação dessas distintas áreas do conhecimento que se constituem no mundo do trabalho como diferenças de classe.

As condições de trabalho dos professores do ensino superior também demarcam a distinção do processo de proletarização docente que, somadas à carga horária cumprida e às exigências dos órgãos de fomento e à cobrança pela produção, determinam o seu estado de saúde e a classe social a que pertencem.

Diante da perspectiva de que nos dias atuais temos uma categoria docente dispersa e, portanto desmobilizada, é que tento estabelecer relações entre as avaliações do governo, tendo como hipótese que as reformas curriculares educacionais podem ser entendidas como um constructo de proletarização e despolitização docente. Buscarei, para demonstrar essa análise, a Lei de Diretrizes e Bases, as reformas curriculares e universitárias e os instrumentos de avaliação do MEC, como um processo de formação e identidade dos profissionais dessa área.

Desde o início do século XIX, quando foram criados os primeiros grupos escolares, a educação era vista, e idealizada pelos republicanos, como uma esperança de consolidação do novo regime. Ela se constituiu como um dos principais elementos de divulgação das ideias republicanas. Para Rosa Fátima (1998), quando os grupos escolares em

São Paulo se constituíram, representavam, para a sociedade, a máxima das inovações do ensino no país, enquadrava-se numa organização administrativa e pedagógica baseada na racionalidade científica e na divisão do trabalho. Nesse período, difundia-se, mundialmente, o modelo das escolas graduadas que classificavam o aluno de forma homogênea e unificada.

Em busca desse modelo, o espaço escolar, através da sua arquitetura, e o tempo na divisão das atividades escolares foram planejados de modo a construir uma cultura que organizasse os ritmos, atividades e aprendizagens cognitivas temporais baseadas na exatidão, aplicação e regularidades, o tempo deveria ser aproveitado ao máximo, e os corpos disciplinados para cumprirem a rotina a ser vivenciada na escola. Segundo Rosa Fátima (1998), esse processo pode ser compreendido como a difusão de uma gramática espaço-temporal, gramática espacial, ou gramática educativa⁶², categoria trabalhada também por José Alberto Correia⁶³.

A cultura escolar nesse período estava baseada na racionalidade pedagógica, padronizava o ensino, uniformizando-o, o que para os republicanos atendia às necessidades de divulgação dos seus ideais e o controle da educação popular. Para isso, era necessário formar profissionais que atendessem a esses interesses, ou melhor, professores que dominassem esses novos métodos de ensino.

Cada professor se dedicaria a uma turma, teria uma sala e seria preparado para atender o novo modelo de ensino que fragmentou o trabalho pedagógico. Entende-se essa fragmentação como o início da proletarização docente, no sentido de ter que se submeter a técnicas de ensino, seleção de conteúdos e divisão do trabalho docente.

O trabalho das escolas deveria ser pensado e organizado no intuito de atender o trabalho das fábricas, e dessa forma idealizada para tal fim. A adequação do professor às novas técnicas de ensino significou a retirada gradual e crescente da sua autonomia de pensar e selecionar os conteúdos que deveria ensinar aos seus alunos. Para se adequar ao novo tempo

⁶² De acordo com José Alberto Correia e Rosa Fátima (1998), a gramática educativa, ou espacial pode ser entendida como uma forma de organização escolar e territorialização das políticas educativas. José Alberto Correia estuda a gramática educativa após o Salazarismo que, em Portugal, ganhou maior expressão em meados dos anos noventa, originando um novo modelo organizacional da escola e alterando o tipo de relação que estabelece com o local. Com recurso a uma nova gramática, o território educativo tem-se assumido, nos últimos anos, como um operador simbólico de grande força, com uma linguagem específica e com códigos próprios, que geram múltiplos sentidos positivos e aproximam o território e a escola. Rosa Fátima (1998) estuda a história da gramática espacial e sua importância para consolidação dos grupos escolares no final do século XIX nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo.

⁶³ Citação ao texto ainda em processo de construção apresentado pela Professora Dra. Manuela Terrasêca na disciplina Avaliação: perspectivas para um debate em torno da Escola Pública, na Universidade de São Paulo – USP, no 1º semestre de 2010. Título do texto: Paradigmas e cognições no campo da administração educacional.

escolar, o professor precisou fazer recortes de áreas científicas e passou a preocupar-se com o que poderia ensinar e como deveria ensinar.

Na realidade, entendo que a divisão do trabalho docente é uma forma de controle das suas atividades e da sua forma de pensar, quanto mais se preocupa com a técnica, menos tempo terá para pensar, para ser “subversivo”. Acredita-se que, a politização e proletariado docente emergem aqui, no Brasil, com a divisão do trabalho docente no final do século XIX. Nesse sentido, há um fortalecimento e valorização da didática e do magistério dedicado ao ensino primário, formado pelas escolas de magistério.

A prioridade pelos cursos de formação técnica, na modalidade do magistério, de acordo com Fiorin (2006), está ligada aos ideais republicanos, positivistas, os quais tinham restrições à criação das universidades por considerá-las reacionárias e retrógradas. Somente na década de 1920, com as concepções de superação do atraso brasileiro, começa-se a pensar em criar universidades.

Os grupos escolares foram extintos na década de 1970, mas, a sua forma de organização persiste até os nossos dias. Na realidade, à medida que foram aumentando as divergências entre escolas primárias e ginasiais, proporcionalmente, foram pensadas estratégias para diminuir essas divergências, voltando-as para um único ensino, hoje denominado de ensino fundamental; o mesmo aconteceu com o ensino médio e o superior.

Dado o exposto, compreende-se que, ao passo que os interesses dos nossos dirigentes modificam-se, a escola, as universidades que são vistas como um dos principais agentes de reprodução⁶⁴ dessa cultura escolar, através da formação dos seus professores, também modificam as suas práticas. O governo, os agentes reguladores e controladores do sistema de ensino também investem na formação de uma gramática educativa para os profissionais que atuam no ensino superior.

6.2 A História da formação do ANDES/SN e da APRUMA

Antes de iniciar a pesquisa e coleta de dados na APRUMA, fez-se um caminho avesso ao que comumente fazemos ao começar um trabalho de campo. Assim, inicialmente foi-se a Brasília, à sede do ANDES-SN, em setembro de 2010, com o objetivo de tentar

⁶⁴ Bourdieu e Passeron (1978) explicam que o sistema de ensino é um espaço da reprodução social e que a escola reproduz a cultura da classe hegemônica como legítima, ignora o espaço das lutas simbólicas entre as classes e perpetua essas diferenças na medida em que torna homogênea e classifica os alunos de acordo com a cultura de um grupo em detrimento de outro.

compreender o movimento docente nacional a partir de sua emergência, para que, em seguida fosse possível compreender a história de fundação da APRUMA.

Ao iniciar a pesquisa no ANDES-SN, coletando dados junto aos arquivos, no Centro de Documentação – CEDOC – do acervo da Secretaria Geral. No setor de referência: Grupo Nordeste I, regional, na qual o Maranhão é catalogado, juntamente com o Piauí e Ceará, verificaram-se e coletaram-se todos os materiais e correspondências entre a APRUMA e a ANDES/SN que tivessem relacionados às ações do movimento sindical docente.

Foi possível perceber o movimento sindical docente em âmbito nacional e de que forma a APRUMA fez e faz parte desse movimento. *A priori*, pode-se dizer que o movimento sindical docente nacional foi influenciado pelo “novo sindicalismo”. É o período em que os professores universitários, exemplo típico de uma elite intelectual privilegiada, foram duramente atingidos pelas novas conjunturas políticas, econômicas e nacionais, em decorrência da reforma da previdência.

Como os mais novos representantes do “proletariado”, e com a precarização do trabalho docente, em decorrência da negociação da sua força de trabalho intelectual e, conscientes do seu papel na sociedade como parte integrante da enorme classe de trabalhadores, uniram-se, inicialmente, em 1981, em torno de uma associação nacional. Para Ridente (1995), são as novas classes médias com tendências à esquerda, reivindicando o caráter particular, corporativo, de legitimidade, com tendências ao corporativismo. Moacir Gadotti (1997) apresenta, em uma edição especial da Revista ADUSP, um resgate sobre as relações entre o Estado e o Sindicalismo Docente no Brasil, conforme se pode observar no APÊNDICE I.

A ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi constituída durante o Congresso Nacional de Campinas, no período de 17 a 20 de fevereiro de 1981, que aprovou: “a ANDES é uma Associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores das IES de todo o Brasil, e não apenas das diretorias de Associações de Docentes”. (Bol. ANDES, 1981 apud Coelho, 1992).

De acordo com Ridenti (1995), desde meados dos anos 1970, especialmente nas universidades públicas, vêm surgindo as Associações de Docentes (ADs) que tinham como ponto de encontro as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Inclusive as universidades que não tinham ADs passaram a agendar encontros durante a SBPC. As mobilizações eram crescentes e foi a partir do I; II e III Encontro

Nacional de Associações Docentes (ENAD), do Congresso Nacional dos Docentes Universitários (CNDU) que resultou na criação das ANDES.

No entanto, a Associação Nacional surge em torno dos embates entre os diversos grupos que divergiam quanto à natureza sindical do ANDES, posto que um grupo era a favor da criação de uma federação; outro grupo defendia que fosse uma associação ligada à ideia do “novo sindicalismo”. Até que a decisão tomada foi que esta se constituiria da relação entre as Associações Docentes (ADS) de Instituições de Ensino Superior (IES): Federais Autárquicas; Fundacionais; Estaduais e Particulares. No quadro do ANEXO 18, baseado em Coelho (1992), é possível visualizar as Instituições que passaram a compor essa Associação em âmbito nacional.

O objetivo inicial da ANDES foi organizar os docentes das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas para o fortalecimento da categoria em uma Associação. O caráter sindical da ANDES é construído aos poucos, pois como já nasceu uma entidade forte, sua inserção no cenário político nacional foi decisiva para a sua gradual transformação em Sindicato Nacional. De fato, foi a partir do II Congresso Extraordinário, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1988 que a ANDES se tornou um Sindicato Nacional.

Diante dos sucessivos ganhos políticos obtidos a partir de novas práticas democráticas, a ANDES foi levada ao Superior Tribunal Federal – STF, acusada de ferir o princípio constitucional da unicidade sindical. A audiência estava discutindo a legalidade da entidade e os antagonistas da ANDES eram representantes do sindicalismo tradicional e outros membros detentores do poder político. Após o julgamento do STF, a ANDES passou a ser representante dos professores de terceiro grau e constituiu-se como sindicato, criando o Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional (vide anexo 19), que define o local da sede, do que entende por universidade, determina as finalidades e a defesa do direito dos associados, sua forma de gestão e participação política dos associados.

Como movimento sindical, a ANDES procura novos aliados, com o objetivo de fortalecer o movimento docente. Nesse sentido, entra nas pautas do movimento a filiação a uma Central Sindical. Essa filiação é a tentativa de ampliar as forças e obter avanços significativos em relação às novas reivindicações. A ANDES engajou-se na luta dos trabalhadores brasileiros.

Como as práticas, lutas de ambos os movimentos, ANDES e CUT, eram similares, a ANDES discutiu os prós e contras da filiação a uma Central (vide anexo 20), por temer que suas ações fossem acusadas de instrumentalização partidária (ligada ao PT). Essa decisão foi discutida em cada AD e o relatório dessas discussões e as decisões deveriam ser

encaminhadas à diretoria do Sindicato Nacional do movimento docente. Para Ridenti (1995), a preocupação do sindicato era necessária e estava relacionada à sua posição como movimento autônomo, independente e apartidário, o que era contraditório à filiação partidária dos professores, muitos deles vinculados ao PT. Mesmo com todas as discussões, as duas caminharam juntas por algum tempo.

De acordo com o levantamento feito pela ANDES, foram muitas as perdas dos trabalhadores de um modo geral e, conseqüentemente, da educação. Dentre elas, destaca-se a autonomia para a administração da carreira devido ao papel assertivo do Ministério do Planejamento sobre as carreiras; a extinção dos anuênios; evolução na carreira em decorrência da formação continuada, pois os concursos são feitos em sua maioria para professor adjunto; a isonomia salarial, o vencimento básico disposto na tabela foi reduzido a menor parcela do salário; a estabilidade para percorrer a carreira em cargo único até o final; mesmo plano de carreira para os professores do terceiro grau e dos professores do 1º e 2º graus, pois foi criada uma nova carreira para o ensino básico, técnico e tecnológico; compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como atividade acadêmica própria do pessoal docente; a aplicação da Medida Provisória nº 431, transformada em Lei e tem como objetivo critérios gerais para a avaliação de todos os servidores públicos; o padrão salarial na aposentadoria; o nível salarial diferenciado com outras categorias do serviço público “típicas do Estado”.

No ano de 2010, no mês de julho os professores receberam o reajuste referente à correção salarial prevista pela Lei 11.784, de 2008, resultado do acordo entre o governo federal e PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, em 2007. A tabela (vide anexo 21) não corresponde ao justo, mas apresenta o reajuste financeiro dos docentes ativos, em regime de Dedicação Exclusiva, bem como a proposta da ANDES-SN para os professores das Instituições de Ensino Superior.

As principais lutas do ANDES-SN estão pautadas na conquista:

- da carreira única para todos os docentes das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior);
- de estabilidade nas regras da carreira para toda a vida profissional;
- na perspectiva de desenvolvimento na carreira que valorize o tempo de serviço, a formação continuada e o regime de trabalho de dedicação exclusiva;

- de uma linha só no contracheque, que significa direito permanente à remuneração global justa;
- da recuperação de condições de trabalho adequadas para o exercício pleno do ensino, da pesquisa e da extensão;
- da reconstrução do espaço público e do trabalho coletivo para a produção acadêmica nas IFES;
- da aposentadoria digna com integralidade e paridade.

Em virtude da pretensão do governo federal de levar ao Congresso um projeto de lei (PL) que tem como objetivo modificar muitas conquistas dos professores desde a Constituição de 1988, a ANDES/SN passou a mobilizar os docentes das universidades do país com a perspectiva de construir uma nova proposta de carreira para a categoria. O Ministério do Planejamento (MP) encaminha ao Congresso propostas de mudanças na carreira do Magistério Superior. Os principais pontos a serem discutidos no PL são: a regulamentação da dedicação exclusiva; a instituição da retribuição por projetos institucionais de pesquisa e extensão; o ingresso na carreira no primeiro nível da primeira classe, mediante concurso público de provas e títulos; a redução no interstício para progressão funcional; hipótese de aceleração de progressão funcional para contemplar docentes que tiveram ministrado mais duas disciplinas, com a exigência mínima de horas-aula; criação da classe professor sênior; criação da gratificação de encargo preceptorial aos docentes de programas de residência médica multiprofissional; e criação da gratificação para a atividade de coordenação de cursos.

Sendo assim, de acordo com o caderno informativo do sindicato, foi deliberada no 55º CONAD (Congresso Nacional das Associações dos Docentes), realizado no período de 24 a 27/06/2010, em Fortaleza – CE, a intenção de forçar uma negociação efetiva sobre a PL e reverter as perdas da carreira docente criada em 1987. Para isso, o grupo de trabalho – GT Carreira da ANDES/SN, em reunião conjunta nos dias 17 e 18/07/2010, apresentou um levantamento de questões que estão sendo discutidas pelos professores até novembro de 2010. Os eixos temáticos propostos para o debate são:

1. pressupostos sobre o ambiente em que o trabalho docente deve ser exercido;
2. fatores que devem incidir no desenvolvimento do docente na carreira;
3. carreira única – cargo único;
4. estrutura;
5. isonomia em salário global – uma linha só no contracheque;

6. transposição da situação anterior para a situação nova;
7. mobilização – Trabalho de Base.

A APRUMA⁶⁵ surge em um momento em que as associações no Brasil estão sendo organizadas pela necessidade de terem um instrumento que permitisse a expressão das opiniões e reivindicações do corpo docente, manifestadas na luta por melhores salários, na reformulação da carreira, na participação no processo decisório, fez com que se criasse a APRUMA em 1979 como organização dos professores em uma entidade de classe. Para entender esse processo, perguntou-se, ao professor Luís, o ano em que foi fundada, as pessoas que ajudaram nesse processo de articulação e de que forma aconteceu:

Professor: 78, 77 e 78 já começava a luta pelo direito, porque a APRUMA surgiu no bojo da luta contra a ditadura. Então, a gente já começava a se reunir por aqui. E, nessa luta algumas pessoas que contribuíram bastante. Egresso da luta política, era o professor Lino Raposo [...]

Para um melhor entendimento acerca da articulação docente, o professor Luís ressalta, também, um dos fatores externos que a estimularam – a ditadura militar. Muitos dos que participaram do processo de articulação já participavam da luta política. Dentre eles, destaca-se o professor:

Professor: É, participava da luta. Arlindo Raposo, que era da economia. Eu participava também, da área da saúde quem vinha participar mais era eu, Jackson Lago, Rafael. Eram os três que mais vinham participar, os três professores, pouca gente vinha [...]

O professor Luís também apresenta indícios sobre o quantitativo de pessoas e informa que eram poucos os que participavam, mas não deixa claro o motivo:

Professor: Havia outros professores, mas quem comparecia, participava da luta e discutia mais éramos nós três. Eu observava muito isso. Tanto que, na fundação da APRUMA, realmente nós fizemos parte do grupo que ajudou a construir e criar a primeira diretoria provisória. Essa coisa toda, pra conduzir, viu? [...]

Destaca-se aqui, o fato de ele ter sido um dos articuladores da fundação da APRUMA e tem como um de seus representantes Jackson, líder político articulado, um dos fundadores do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e um dos opositores políticos do grupo Sarney no Maranhão. Isso indica o fato de que os articuladores da APRUMA conheciam e pertenciam também a outros espaços políticos, como o próprio professor Luís Alves, que é

⁶⁵ Editorial da APRUMA Informa, Órgão da Associação dos Professores da Universidade do Maranhão. São Luís-MA. Março de 1979. Ano I – nº 01. GTS – Educação, Carreira e Fundações.

integrante e também um dos fundadores do CCN (Centro de Cultura Negra) do Estado do Maranhão.

Professor: Bom, articular a partir de 77, 78 no bojo da luta contra a ditadura. A minha visão é que a associação dos professores gira em torno dessa luta e da luta pela educação. Esse é um ponto pela educação pública e o direito à educação pública. Isso, esse é um ponto central. Além das lutas gerais do país, porque todo o grupo que vinha (inaudível) já vinha da luta pela educação.

O já referido docente relata em sua narrativa o que compreende como o ponto central para a criação da APRUMA, que seria a luta pela educação pública e contra o regime político ditatorial e a articulação entre a Associação e outras lutas gerais que já estavam acontecendo no país. A liberdade política e de expressão e a luta para que isso acontecesse precisavam de pessoas que realmente não tivessem medo de se expor, ou de serem fortemente combatidas pelo regime vigente, com processos de exoneração, perseguições políticas e entraves no cotidiano do seu ambiente de trabalho.

Antonio Cândido, em entrevista⁶⁶, informa-nos de que as associações docentes atuavam com eficácia no sentido de favorecer uma nova mentalidade de discussão de abertura e de combate ao regime de cochicho, recinto fechado e infalibilidade burocrática. O que pode ser também compreendido como uma resposta às reformas universitárias. A Associação é uma forma que as diversas categorias de professores encontraram para diminuir a dispersão ocasionada, em parte, pelo isolamento das áreas e em cursos organizados em departamentos. Entre as principais lutas do sindicato, destaco: as questões salariais; democratização do poder da universidade; promoção de estudos e debates sobre a cultura e a função da universidade; luta contra todas as formas de pressão ideológica, dentro e fora da universidade, que acabam lesando o trabalho intelectual.

No período de criação da ANDES e da APRUMA, Antônio Cândido fazia parte do grupo de Associações que aderiram à ideia de uma representação única nacional. Hoje é a única Associação do Estado ligada ao Sindicato Nacional. Moacir Gadotti (1997) faz uma proposição para analisar os sindicatos no Brasil e, baseado nos estudos de Max Weber, destaca três “tipos ideais” de sindicato, tendo como critério de análise a relação entre Estado e Sindicato docente.

1. Sindicalismo de contestação:

⁶⁶ Transcrição da APRUMA do jornal Em Tempo, 1979.

É o sindicato que se confronta diretamente com o Estado, apresenta dificuldade de dialogar, e foi bastante comum no período da ditadura militar. Em grande parte devido à hostilidade do governo da época aos professores.

2. Sindicalismo reivindicativo:

Sindicato corporativo em suas relações com partidos políticos e autoridades, facilmente tem seus líderes cooptados e as principais preocupações giram em torno de questões específicas a categorias, como salários e benefícios.

3. Sindicalismo autônomo:

Apresenta uma postura de independência diante dos partidos políticos e do Estado. Sindicalismo crítico ou “Sindicato Cidadão”, luta pela garantia dos direitos individuais e coletivos.

A luta do ANDES/SN sempre girou em torno de se manter como um Sindicalismo autônomo, para isso, destaca-se o seu receio inicial de se associar à CUT na década de 1980 e 1990, bem como o seu rompimento na década de 2000, como forma de garantir a sua identidade como representante de uma categoria de profissionais brasileiros, mas que, ainda assim, não foi suficiente para impedir a aprovação de leis e reformas que feriram e negaram direitos aos profissionais da educação das universidades públicas federais, o que atesta a crise que vivencia para se manter atuante e forte, para se contrapor a esse Estado autoritário e contraditório. No período de sua criação, a APRUMA foi o que se define como Sindicalismo de contestação. Na atualidade, junto com o ANDES/SN se une em busca de novas formas de articulação junto ao Conlutas, SINASEFE, dentre outros sindicatos que pretendem reconstruir sua central sindical em torno da defesa desses direitos perdidos.

De acordo com o ANDES/SN, as carreiras de pessoal das autarquias federais foram estruturadas durante a Ditadura Militar, em decorrência do decreto-lei 200, de 1967, com destaque para a carreira do Grupo Magistério do Serviço Civil da União, sob as diretrizes fixadas pela Lei 5.645/1970. A Cátedra Vitalícia foi deposta e foram criadas as classes de professor titular, professor adjunto, professor assistente e auxiliar de ensino. Com a Lei 6.182/74, foram criados os incentivos funcionais acrescidos ao vencimento básico, calculado para o regime de 20 horas. Eram gratificações por: I – desempenho de 40h; II – título de doutor; III – título de mestre; IV – curso de aperfeiçoamento; V – produção científica relevante; VI – dedicação integral. Também se criou a possibilidade de rompimento do regime estatutário na contratação de professores temporários, pauta de greves para a categoria, no início de 1980, devido ao abuso das reitorias nesse tipo de contrato (vide pauta de discussões do ANDES, na década de 1980, anexo 22).

Durante o regime militar, a Ministra Esther Figueiredo Ferraz, juntamente com o Conselho Federal da Educação e Caio Tácito, propõe o projeto de lei que pretendia desvencilhar o governo da responsabilidade de manutenção das universidades, estímulo ao capital privado, mas manutenção do controle. O objetivo principal seria impedir a existência de uma carreira docente nacional e isonômica, até esse período as universidades fundacionais contratavam os docentes pelo regime celetista. Em 1981, a ANDES é fundada como Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e em 1985 organiza uma greve nacional dos docentes pela carreira única das universidades fundacionais. Em 1986, o MEC baixa uma Portaria que cria o Grupo Executivo para reformulação da Educação Superior (GERES), que tinha, de acordo com a ANDES/SN, o objetivo de dividir as instituições federais em “centros de excelência” e “colegiões de terceiro grau”.

O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PURCE é aprovado em 1987. Os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior conquistam a carreira única, que serviria de base para a Constituição de 1988, com destaque para: autonomia universitária; democracia; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; financiamento público; regime jurídico único; isonomia com salário integral; estabilidade; paridade na aposentadoria; regime preferencial de dedicação exclusiva; espaço público institucional identificado com sua função de Estado.

Com o fim do período ditatorial no Brasil, já na década de 1990 (vide pauta de discussões da APRUMA nesse período, anexo 23), surgem outros mandatários, o país vivencia a expansão das políticas neoliberais, proponentes de mudanças nos campos da saúde, educação, segurança, previdência e engendradas com o auxílio de organismos de controle financeiro internacional, FMI, Banco Mundial e seus respectivos agentes integradores.

A educação, no Brasil, apresenta projetos e programas inspirados em modelos educacionais, planejados e gestados pelos organismos internacionais, tanto que, no ano de 1996 é lançada a primeira e até então atual LDB – 9.394/96. Tal lei emerge como agente regulamentador e impulsionador das reformas de ensino no Brasil na década de 1990. As demandas para a educação, de acordo com o projeto de lei da LDB, de autoria do então deputado federal Jorge Hage, foram divididas em duas etapas: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o ensino superior.

Tudo isso em decorrência de ajustes em escala mundial por demandas para a nova divisão mundial do trabalho. A primeira mudança que afeta as estruturas e organização dos currículos diz respeito a sua estruturação, que passa a ser nuclear, baseada no desenvolvimento de competências profissionais. A educação se normaliza centralizada ao

MEC, de caráter nacional e gerida pelas diretrizes curriculares nacionais. Nesse período, o Fórum enfrenta outra conjuntura política e perde alguns de seus aliados no Congresso Nacional que não foram reeleitos. No entanto, atuou no processo do Projeto da LDB, na Comissão de Educação, sempre se manifestando junto ao Congresso Nacional sobre as medidas provisórias, no entanto, sua representação nessa etapa não teve muita expressividade.

De acordo com dados do ANDES/SN, no ano de 1997, é realizado o Acordo MEC/ANDIFES, que resultou em 35% a mais de estudantes nas IFES, sem aumento de orçamento, sem novas vagas docentes, com conseqüente aumento de professores substitutos. Em 1998, é criada a Lei 9.678 que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED), que dividiu o salário condicionado à obtenção de pontuação.

Após a aprovação da LDB, as reformas educacionais foram intensas, em torno de projetos de lei, pareceres, decretos que estivessem relacionados a cada uma das demandas apresentadas na lei máxima da educação nacional. Para o Ensino Superior, foram expedidos dentre tantos, o Parecer nº 492/2001 e a Resolução 01/2002. Parecer do CNE/CES nº 67/2003 que eliminou a exigência dos currículos mínimos nacionais. O Decreto nº 3927/2001 estabelece a cooperação e consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa (vide pauta de discussões da APRUMA, nesse período, anexo 24).

Em 2003, a Reforma da Previdência impõe cobrança previdenciária aos aposentados e extingue a aposentadoria com vencimento integral para servidores públicos. De acordo com a ANDES/SN, no ano de 2007, o PLP 01 é enviado para o Congresso pelo governo, que congela por dez anos os gastos com os servidores públicos e edita o Decreto nº 6.096, que criou o REUNI, para a duplicação do número de alunos por professor nas IFES.

Em 2010, a Medida Provisória nº 431 criou a carreira da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, criou o professor associado, retirou do corpo do salário o diferencial correspondente à retribuição por titulação – RT e generalizou no serviço público federal um sistema de avaliação vinculado ao salário no atendimento de metas quantitativas. Sobre esse período, percebe-se que a força do coletivo esvaziou-se com a ocupação da “esquerda” no poder, pois essa, ao se tornar Estado, reproduziu as novas versões, as formas de poder que repudiava no passado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A APRUMA congrega em si uma história de luta pelos ideais de uma educação justa e igualitária. Tendo sido, desde sua fundação, em 1979, um lugar em que os professores puderam falar sem serem cerceados ou punidos, em que podiam afirmar os seus desejos pela redemocratização do país e pela afirmação de direitos sociais e políticos. Buscou um debate político com a reitoria, com o Estado, uniu-se com outras associações nacionais na articulação para a fundação da ANDES no ano de 1981.

O Sindicato das IES pensou e repensou os seus locais de trabalho, discutiu as conjunturas políticas e econômicas que alterou o mundo laboral e modificou os seus meios de produção, alterando as condições de trabalho e poder aquisitivo.

A preocupação com as reformas administrativas, previdenciárias, com a reestruturação política e econômica ainda se faz presente em suas lutas, pois traz como consequências e exigências novos trabalhadores – o que pressiona a reforma universitária a suprir a realocação e criação de novos postos de trabalho, transformando o campus universitário em um celeiro de mão-de-obra. Ao sindicalismo é exigida uma atuação que paralise ou, pelo menos, seja um intermediário na negociação entre o Estado e a classe de trabalhadores.

Nesse ínterim, o sindicalismo ainda enfrenta o desinteresse dos docentes do ensino superior que hoje entram nas universidades após um longo período de luta para se adequar às exigências do mundo do trabalho, já mestres e doutores, descrentes na política como forma de garantia de direitos. Além de lutar em torno de uma formação de consciência política dos trabalhadores da educação, o sindicato precisa ser forte o suficiente para intervir junto ao Estado, garantindo o cumprimento do seu papel social, como gestor e regulador de políticas públicas para as áreas de educação, saúde, segurança, previdência, lazer, dentre outras.

Tornam-se um grande desafio ao sindicalismo as políticas públicas desenvolvidas pelo PT, posto que aparenta garantir essas políticas, muito embora as entenda como de cunho assistencialista e paternalista à gestão da coisa pública, perpetuando, em suas ações, discursos contestados outrora – o que marca e denuncia o seu padrão autoritário de governar.

O mesmo sindicalismo que na década de 1970, 1980 e até 1990 teve que se opor ao Estado autoritário do regime militar e primeiros anos de ajustes a uma “democracia” recém-implantada, que fez greves, denunciou os planos econômicos, contribuiu com a elaboração da Constituição de 1988, discutiu e redefiniu a relação público/privado, viu-se

perdido durante o governo de esquerda. Os primeiros golpes ao sindicalismo foram ocasionados pelas denúncias de corrupção de membros do Ministério e pela própria relação de muitos sindicalistas que, em sua maioria, eram filiados ao PT ou a outros partidos ditos de esquerda, como PC do B, PSTU e representantes da CUT.

Nos quatro anos do primeiro mandato do Chefe de Estado Lula, os sindicatos pararam. Muitos já pertencentes a quadros de comando e cargos de confiança dentro do próprio governo. O segundo mandato do governo do Presidente Lula foi fortalecido pelo crescimento econômico, pela euforia e pela luta em reeleger o seu sucessor, muito embora já fosse possível ver ruídos de insatisfação de alguns poucos sindicalistas com a relação estabelecida entre Estado e Sindicato, a exemplo, cita-se a CUT, grande aliada do governo. O novo sindicalismo da década de 1980 parece que envelheceu e passou a contar o “vil metal” em casa, a CUT faz acordos com o governo e entra em conflitos com outros sindicatos.

A CUT da década de 1980, que lutava pelo direito à cidadania, que agiu fortemente para garantir os direitos sociais dos trabalhadores, que discutia as questões raciais, de gênero e de práticas democráticas, conforme relata Costa (1998), hoje é combatida pelos sindicalistas que tentam se reconstruir como Sindicato e representantes de uma classe que tenta resgatar o seu espaço de diálogo junto ao governo. A CUT virou o sindicato que tanto combateu. A CUT hoje é o Sindicato de Estado.

O ANDES/SN rompeu com a CUT por não vê-la mais como uma Central que pudesse representar os interesses dos trabalhadores. A CUT, que lutava pela democratização e moralização do serviço público, que combatia o clientelismo e a corrupção, que era contra a privatização, desmontou todas as suas bandeiras diante da sua fragilidade de negociação junto ao Estado, adotando as mesmas práticas que tanto criticava.

Diante do exposto, considera-se, a partir do estudo sobre a Seção Sindical do ANDES/SN, a APRUMA, que representa a Universidade Federal do Maranhão – UFMA sob dois aspectos, quais sejam eles: as dificuldades e problemas ocasionados pelos dispositivos governamentais e a disputa política por um espaço de decisão junto à administração universitária.

Diante da fala dos professores entrevistados, percebe-se que todos estão muito envolvidos em suas atividades diárias, como docentes, no mundo da pesquisa, do ensino e da extensão; e se encontram na APRUMA justamente para discutir essa realidade, que é tão comum a todos. Dada a explanação dos docentes, não é possível perceber que o movimento sindical seja parte essencial para suas lutas, mas que em algum momento ecoa como voz para relatar e compartilhar, com os colegas do campus da UFMA e de outras universidades, o

andamento dos processos universitários, com destaque para os Grupos de Trabalho – GT, que representam, na realidade, as relações além fronteiras da universidade. Os grupos de trabalho, em geral, discutem questões relacionadas à previdência; condições de trabalho do docente; questões relacionadas a gênero e etnia; expansão universitária e política universitária.

No que se refere ao campo da política, acredita-se ser esse o ponto mais crítico que vivenciam os movimentos sociais e sindicais no Brasil, posto que, durante o governo do Presidente Lula, os mesmos vivenciaram um momento de completa desarticulação, os movimentos paralisaram diante do Chefe de Estado Lula. E, atualmente, durante os sete meses do governo da Presidente Dilma, é possível perceber o quanto essa articulação política com os movimentos está mudando de foco, que contém gastos, o que, somado aos salários congelados e ao aumento da inflação, mobiliza os movimentos sindicais em busca de garantir seus direitos conquistados desde a Constituição de 1988. Os movimentos buscam na sociedade resgatar o apoio de seus pares.

Os brasileiros vivenciam um movimento diferente no que concerne àquilo que consideram como representação política, no que é possível constatar a partir de artigos publicados em revistas de grande circulação no país, que chamam a atenção para o fato de que as manifestações estão voltando a invadir as ruas das grandes cidades, através de convocações pela *internet*, mas, sem a intervenção de partidos ou sindicatos.

Muitas manifestações têm em comum o fato de serem organizadas por meios eletrônicos, sem a tutela de partidos, sindicatos ou entidades estudantis e sem uma hierarquia que permita identificar lideranças. De acordo com essa informação, são os jovens, em geral, que, nas ruas, mostram a sua indignação. Movimentos motivados por mensagens de texto, *twitter* e *facebook*, além de outras redes sociais. O encontro de grupos e guetos possibilitados pela *internet* e meios de comunicação cria outro cenário na política brasileira, ocorre uma manifestação que não quer ser destacada como sujeito de políticas, partidos políticos e sindicatos; as manifestações são uma realidade mundial, como assim destacam os meios de comunicação. Sendo uma auto-organização da população, as manifestações reivindicam a ampliação de postos de trabalho, direito a lazer, reclamam o aumento de preço dos combustíveis, garantia de direitos já conquistados, equiparação salarial, resgate do seu poder de compra e assim sucessivamente. Pensando nessa nova realidade vivenciada a partir dos meios eletrônicos, é possível destacar que os movimentos sindicais e partidos políticos estão a par e a parte de tudo isso. Movimentam-se paralelo às mobilizações multimídias e caminham a reboque ou “tomando carona” de tudo isso.

Os movimentos “desarticulados”, como assim são conhecidos pelo governo, é parte de um movimento que é político, mas é preciso destacar quem os motiva, pois é difícil crer que não exista um motivador. Talvez seja interessante a grande mídia não destacar os grupos políticos que estão por trás desse movimento que, cabe enfatizar, é mundial. Os grupos de jovens são conectados mundialmente, apoiam o fim de governos ditatoriais do Oriente médio, denunciam as relações de trabalho na China e lutam por justiça social. Tratá-los como desarticulados pode ser uma forma de não reconhecer novas lideranças políticas que surgem. Deixá-los na clandestinidade é uma forma de conter as mudanças que possam estar surgindo de um mais “novo” sindicalismo, com novos atores sociais. Para Melucci (2001), não é o sindicalismo que se renova, são seus atores que mudam.

A organização da política brasileira após a ascensão ao poder pelos líderes conhecidos como de “esquerda”, na década de 1970 a 1990, leva-nos a pensar sobre a práxis e o discurso sobre a práxis proferida pelos movimentos sociais. Será que pensar em uma sociedade socialista ainda é uma utopia? Por que quando a “esquerda” assume o poder não consegue sair de um discurso, se alia aos coronéis que tanto execrava? Será que conseguiriam governar sem as alianças, ou elas foram um mal necessário para o exercício da governabilidade? São muitos os questionamentos, mas dentre os mais intrigantes está a fundamentação da política de “esquerda”, e de que forma ainda podem ser sustentadas pelos ideais marxistas. Será que este falhou como método, ou o método não atendia ao exercício de governar.

Essa condição política assumida pela esquerda brasileira lembra-nos Adorno; Theodor W.; Horkheimer; Max (1985) quando, ao retratar a dialética do esclarecimento, apresenta o cenário possível para o exercício do nazismo na Alemanha. Os autores tentam explicar o porquê do ódio aos judeus, o que representava esse ódio. Falam que a destruição do mito, seja ele qual for, poderá levar ao esclarecimento. Pensando na “esquerda” de décadas atrás, podemos inferir que eles conseguiram, ao assumir o poder, derrubar o mito de um Estado liberal, de direita, perfeito. A “esquerda” socialista conseguiu chegar ao poder e alcançar o esclarecimento sobre o real funcionamento do Estado, mas cometeram um grave erro com a derrubada do mito, pois, ao invés de se tornarem emancipados, criaram outro mito. No caso do PT e da CUT, eles conseguiram deixar de ser esquerda e nos fazem questionar onde hoje ela está e se se encontra dentro do cenário político brasileiro.

Diante da postura adotada pela “esquerda” brasileira da década de 1970, de se aliar ao PMDB e a outras bases, quando assumiu o poder em 2002, nas eleições dos Presidentes Lula e Dilma, podemos perceber que eles até conseguiram derrubar o mito do

“Estado Mínimo”, buscaram atender as demandas de políticas públicas, o diálogo com a sociedade civil, mas, no geral, só conseguiram substituir um mito por outro, e não garantir a sua emancipação. Por que não conseguiram se libertar dos modelos políticos vigentes desde os primórdios da formação da política brasileira, com fortes heranças e formas de governar que lembram as adotadas pelo Estado Novo, como o populismo? O governo da “esquerda” brasileira não conseguiu, apesar da mudança dos seus atores sociais, libertar-se dos ditames da classe dominante como almejava; ao contrário, seus integrantes foram fortemente cooptados por ela, posto que hoje seja parte constituinte dela, da “elite” brasileira.

O mito socialista, diante do poder constituído da elite brasileira, arraigado à máquina do Estado, a partir de seus dispositivos e relações de poder, naufragou. A política brasileira não conseguiu se tornar emancipada, simplesmente se transformou em outro mito – o de que estamos sendo governados pela “classe trabalhadora”, quando, na realidade, estamos vivenciando uma crise dos movimentos sindicais no Brasil.

A morte do marxismo foi anunciada após a derrubada do muro de Berlim e a reunificação das duas Alemanhas; restava ao mundo viver sob a égide do capitalismo, absorto no trabalho alienado de cada dia, vivendo todos os dias uma vida fadada à completa falta de sentido. Todos condenados a viver como Sísifo que, castigado pelos deuses, via-se obrigado a empurrar uma pedra de uma montanha até o topo, reiniciando sempre a mesma atividade por toda a eternidade. Camus (s/d) descreve esse mito para retratar a vida moderna e a desesperança que segue com ela. O autor chama a atenção para o absurdo da vida e nos faz pensar que ele não pode ser aceito. A não aceitação do absurdo é a revolta. O homem não pode aceitar o absurdo de que a história findou e de que não existem mais possibilidades. A questão não é se o marxismo morreu, mas quem ficará no seu lugar, na tentativa de fundamentar o homem acerca do mundo em que vive, que permitirá a Sísifo se libertar desse castigo. É necessário aos movimentos, rever suas leituras sobre o marxismo, abandonar os teóricos e intérpretes consagrados, como assim convida González (2006). É preciso rever o marxismo como método que questionava o cientificismo positivista, compreender de que forma o relativismo separou o sujeito cognoscente do objeto conhecido, o governo de esquerda da própria esquerda.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Raízes culturais**. In: _____. Comunidades imaginárias. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p.35-70.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980**. São Paulo: Ensaio: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. ALMEIDA. Guido A. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1985.

_____. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Maar. 3. ed. Paz e terra. São Paulo, 2003.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985.

ARDOINO, Jacques; BERGER, Guy (1986) **“L'évaluation comme interpretation”**. In Pour, n. 107, jun./ jul./ ago. p. 120-127. [Tradução: Manuela Terrasêca].

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

AZEVEDO, Janete; FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). **Gestão da Educação – impasses, perspectivas e compromissos: o Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, s/d.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 7. ed. rev./ ampl. Editora UNB. Editora Revan, s/d.

BORON, Atílio; A. AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2006.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. (1978): **A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa, Vega.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. Tradução: André Telles. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001.

_____. Tradução: Fernando Tomaz. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Escritos de educação**. 9. ed. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2007a.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. K. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

BRASIL. **Constituição 1988**: texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n°s 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/94. – Ed. atual. Em 1998. – São Luís: EdiCEUMA, 1999. xiv, 211p.

CATTANI, Antônio David. **Movimento Sindical**: o permanente desafio da renovação. Ensaio FEC, Porto Alegre, (14) 2: 667-686, 1993. IF. 00002819-1.

CHAGAS, Valnir. **Didática especial de línguas modernas**. 3. ed. rev. – São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Atualidades Pedagógicas). v. 68.

_____. **Formação do magistério**: novo sistema. São Paulo: Atlas, 1976.

CHAUÍ, Marilena Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

CHAUÍ, Marilena S; OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Célia (Orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Ideologia neoliberal e universidade. FAPESP. NEDIC. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2000b.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Pedro Rabelo. **A questão político-sindical na Universidade brasileira**. Porto Alegre. UFRGS, 1992. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CORREIA, José Alberto. Paradigmas e cognições no campo da administração educacional 2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 45, p.456-467, dez. 2010.

COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e Cidadania**: análise da relação entre Central Única dos Trabalhadores e Estado na construção da esfera pública no Brasil. São Luís, 1998. 261f. Tese (doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

CUNHA, Caroline de Souza. **A representação de Educação e Escola pelos agentes sociais da Comunidade de Frechal**: uma análise sócio-histórica das relações educacionais. 2003. 145f. Monografia (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

_____. **A prática social da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e a ACONERUQ junto às denominadas comunidades negras rurais remanescentes de Quilombo**: um olhar dos seus agentes sociais. São Luís, 2005. 80f. Monografia (Especialização em Psicologia Social) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CUNHA, Rodrigo. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Ciência & Cultura: Temas e Tendências: Dor*. Ano 63, número 02, abr./maio/jun. de 2011.

DELEUZE, Gilles. **Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. [Tradução de Wanderson Flor do Nascimento].

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

DURHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). BATALHA, Cláudio H. M. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva. Livro1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil**. História oral, n.1, 1998, p. 19-30.

FIORIN, José Luiz. **A Criação dos Cursos de Letras no Brasil e as primeiras Orientações da Pesquisa Linguística Universitária**. e-
revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/887/752 acesso: 18:27 de 12 de junho de 2010. Revista Línguas e Letras. ISSN. 1517:7238. Vol. 7. Nº12. 1º sem. 2006. p.11-25.

FONSECA, Cláudio Luiz Abreu (UERJ/UFGA). **Ensino de Língua Portuguesa. Novos Paradigmas nos Cursos de Letras e a Formação do Professor de Língua Portuguesa**. Cadernos do CNLF, Vol XII, nº 04. <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/04/08.pdf>. Acesso: 20h:53min de 12 de junho de 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução: Eduardo Brandão. rev. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Sindicalismo Docente**. Revista ADUSP, SP, 1997.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélio Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1997.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época). v.5.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPI, Luciano: **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 5 ed. Porto Alegre: LP&M, 1985.

GUIMARÃES, L. & GRUBITS, S. (Orgs). **Saúde Mental e Trabalho: saúde em tempos de desemprego**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. v.2.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In. Silva, T (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, R.J: Vozes. 2000, cap. 3, p.103-133.

HANNAH, Arendt. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

<http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm>: acesso às 10h:00min de 12 de julho de 2010.
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf

http://www.apufsc.ufsc.br/media/arquivos/10.08.11_SISTEMATIZACAO_PL_CARREIRA_VI_encontro2__2_.pdf : acesso às 15h:50min de 12 de outubro de 2010.

<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html> . Acesso 18/06/2011 às 22h:00min.

<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso: 19/06/2011 às 10h:00min.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm. Acesso: 19/06/2011 às 12h:12min.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso: 28/07/2011 às 12h:03min.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8405.htm. Acesso: 19/06/2011, às 12h:00min.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203709>. Acesso: 19/06/2011 às 10h:43min.

Ilari, Rodolfo. Lingüística e ensino da língua portuguesa como Língua materna. http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_3.pdf. Acesso: 22h:00min/08/06/2010

JORNAL DA CIÊNCIA. Publicação da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, 24 de junho de 2011. Ano XXIV. Nº 692. ISSN 1414-655X.

LINHARES, Luiz Fernando do Rosário. “Comunidade negra rural: um velho tema, uma nova discussão”. **Palmares em Ação**, Ano I, n 1. Publicação da Fundação Cultural Palmares. ago./set. 2002.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDES, A.M.; BORGES, L.O.; FERREIRA, M.C. **Trabalho em transição, saúde em risco.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MESSEDER, Hamurabi. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996:** com mais de 500 questões de provas anteriores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva – FAPESP, s/d.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos:** da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

PARANHOS. A. **O Roubo da Fala:** Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PICHONELLI, M.; MARTINS. CARTA CAPITAL. **Protesto:** convocadas pela internet e sem a mediação de partidos ou sindicatos, manifestações explodem de Norte a Sul. EDITORA CONFIANÇA LTDA. Edição nº 652 – ano XVI - 29 de junho de 2011.

Portaria nº 808, de 18 de junho de 2010. <http://www.google.com.br/> acesso às 15h:00min de 30 de junho de 2010.

Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares: http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/bacharelados_interdisciplinares.pdf. Acesso às 23h:30min em 02 de novembro de 2010.

REVISTA VEJA. **Por que ler ainda é decisivo.** Editora Abril. Edição 2217 – ano 44 – nº 20. 18 de maio de 2011.

RIDENTE, Marcelo Siqueira. **ANDES: Representação Política e Sindical de Professores Universitários.** UNESP - Araraquara. Artigo, 25 de agosto de 1995.

RODRIGUES, Beatriz Gomes. **Breve Retrospectiva do Curso de Letras no Brasil.** http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT7_F_PROFESSORES/7/707.PDF . Acesso 21:03 de 12 de junho de 2010.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º grau - Série Formação Geral).

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil.** 2.ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SMDH & CCN-PVN (Org.). **FRECHAL terra de preto: quilombo reconhecido como Reserva Extrativista,** São Luís, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: EDUNESP, 1998.

SUBRAHMANYAM, S. **Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia.** In: LIEBERMAN, V. Beyond binary histories. The University of Michigan Press, 1999, p. 289-316.

TERRASÊCA, Manuela. (2002). **Tensão objectividade/subjectividade.** In Avaliação de Sistemas de Formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido. Porto: FPCE-UP. (Tese de Doutoramento) p.211-232.

TERRASÊCA, Manuela; CAMELO, João. **Contributos de um Modelo de Avaliação (“Avaliação Institucional”) para a Melhoria das Práticas de Formação.**

TERRAS DE PRETO NO MARANHÃO: **quebrando o mito do isolamento.** São Luís: Palmares, 2002. (Coleção Negro Cosme). v. 3.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina.** Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; [Campinas, SP]: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

WALTON, R. In DAVIS, L. **The Quality of Working Life.** New York. Free Press, 1975.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: Silva, T. (org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 1.

VIDAL, Diana G., ASCOLANI, Adrián (orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina:** ensaios de história comparada da educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do “nós”:** crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronograma 01

Ano 2009

Procedimentos	mai	jun	jul	Agos	set	out	nov	dez
Leitura de fundamentação	X	X	X	X	X	X		
Preparação para a pesquisa de campo					X	X	X	X
Levantamento e análise dos dados					X	X	X	X
Produção textual					X	X	X	X
Elaboração do relatório de Pesquisa					X	X	X	X

APÊNDICE D – Roteiro para entrevista com os filiados da APRUMA

- 1) Qual a origem do movimento sindical, no caso específico da APRUMA?
- 2) Como foi iniciada a sua composição interna e as forças sociais que o articulam?
- 3) Quando se institui como sindicato? Quais os seus principais antagonistas?
- 4) Quais foram e são as suas principais práticas cotidianas, reivindicações e suas bandeiras de luta desde sua constituição?
- 5) Nos dias atuais, como a APRUMA observa o processo de expansão da UFMA através do REUNI?
- 6) Qual o papel da APRUMA diante da criação dos Cursos de Humanidades na UFMA?
- 7) Como a APRUMA compreende o processo de contratação dos professores substitutos e a realização dos Concursos públicos na UFMA?
- 8) Qual a filiação partidária da APRUMA?
- 9) Como estão as relações políticas entre a APRUMA e a reitoria?
- 10) Que tipo de atividades são desenvolvidas pela APRUMA?
- 11) Como você definiria o perfil dos associados da APRUMA?
- 12) Como são constituídos os grupos de trabalho dentro do sindicato?
- 13) Para você, existe diferença entre a natureza política e a natureza educativa na luta sindical da categoria docente?
- 14) Você acha que existiria democracia sem os movimentos sociais?
- 15) Como descreveria o papel dos sindicatos nesses oito anos do Governo Lula?
- 16) Qual o período que você considera mais importante para o movimento sindical?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Este é apenas um exemplo. O pesquisador, de posse dos itens exigidos para o TCLE na Res. CNS 196/96 deverá, após refletir sobre as especificidades de sua pesquisa e elaborar um TCLE adequado)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o movimento sindical docente nas Instituições de Ensino Superior, através do estudo sobre a história da APRUMA. Você foi escolhido por ter sido indicado pelo grupo de diretores da APRUMA como membro fundador do Sindicato. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam e exercem as suas lideranças.

Sua participação nesta pesquisa será significativa, pois se constitui como memória oral, fonte viva para a compreensão dos fatos históricos coletados.

Ao participar, os riscos para você são demonstradas as formas de sua contribuição no processo de elaboração da história do movimento sindical docente de Instituições do Ensino Superior.

Os benefícios da sua participação são de suma importância para o sucesso dessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação, os depoimentos coletados serão enumerados e o nome será substituído por códigos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Para tanto, solicito a autorização para a utilização de seu nome, sua fala e do conteúdo da entrevista que foram concedidas.

Nome e assinatura do pesquisador: Caroline de Souza Cunha
Endereço: Rua Alpha Crucis, nº 39, Recanto dos Vinhais
Telefone: (098) 32366317 ou (098) 99039677
CEP: 65070-030

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa (ou responsável)

APÊNDICE F – Descrição histórica sobre o Estado e os seus principais defensores

É importante citar Nicolau Maquiavel (1469 -1527), como o primeiro a refletir sobre Estado, a partir da Constituição do Estado Moderno: “o estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis”. (GRUPPI, 1985, p. 10). Propõe ainda a ideia de um Estado absoluto, unitário baseado na coerção.

Já Jean Bodin (1530 – 1596) vai nos dizer que é o poder que define o Estado. Trata, principalmente, o problema do consenso e da hegemonia. Thomas Hobbes (1588-1679) relata que o Estado constitui-se através do contrato social, que cria um Estado absoluto, de poder absoluto: “A noção do estado como contrato revela o caráter mercantil, comercial das relações sociais burguesas”. (GRUPPI, 1985, p. 13).

John Locke (1632-1704) via o Estado como garantia da propriedade privada – Estado soberano – contrato absoluto x contrato temporário. A partir desse conceito, surge o nascimento da ideia de cidadão, o *habeas corpus*. Presença do individualismo – a liberdade de iniciativa econômica – típico individualismo burguês, em que pese citar que a sociedade política e civil obedecem a normas e leis diferentes.

Emmanuel Kant (1724-1804) faz uma separação formal entre Estado e sociedade civil, em que retrata os cidadãos como dependentes e independentes. A soberania pertence ao povo, mas nega ao povo o efetivo exercício da cidadania, restrito a uma pequena parcela da sociedade – os proprietários – “só é livre quem for proprietário” (GRUPPI, 1985, p. 17). “A relação indissociável entre propriedade e liberdade é justamente a essência do liberalismo” (GRUPPI, 1985, p. 17).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) diz que: “A civilização perturba as relações humanas que violentam a humanidade, pois os homens nascem livres e iguais, mas em todo o lugar estão acorrentados”. (GRUPPI, 1985, p.18). A sociedade nasce de um contrato: mentalidade comercial e individualismo burguês. Concepção da naturalidade do Estado e criação da sociedade civil como concepção humana.

Benjamim Constant de Rebecque (1767-1830) separa o Estado da Sociedade Civil. O Estado limita o poder particular. Na vida privada, o indivíduo tem liberdade; mas na pública, o Estado é soberano.

A realização da igualdade jurídica, para Charles Tocqueville (1805-1859), apresenta duas diferentes concepções progressistas de Estado: concepção liberal – correlação entre propriedade e liberdade; concepção democrática – a liberdade baseia-se na igualdade jurídica.

Benedetto Croce (1866-1952) reitera as diferenças entre liberalismo e democracia. Estas diferenças estão presentes nas concepções de indivíduo, igualdade, soberania e povo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) assinala a distinção entre Estado e sociedade civil, denotando que o Estado é o fundamento da sociedade civil e da família: “O Estado funda o povo e a soberania é do Estado, portanto, a sociedade civil é incorporada pelo Estado e de certa forma aniquila-se neste”. (GRUPPI, 1985, p. 24).

APÊNDICE G – Quadro 01 – Formas de apresentação do sofrimento no ambiente de trabalho

Expressões diretas do sofrimento e as reações defensivas;	Defesas contra o sofrimento;
Atitudes agressivas para com as chefias;	Desvencilhar-se das responsabilidades, não tomar iniciativas, cercar-se de proteção em caso de dificuldades, remeter-se sempre aos escalões superiores e ater-se estritamente às consignes de execução;
Preocupação em relação a certas condições de trabalho particularmente penosas e perigosas;	Atitude de fechamento em autonomia máxima: a ideologia do “cada um por si”;
Tensões geradas por esperas, causadas por atividades de outros, necessárias para dar continuidade aos próprios trabalhos;	Desconfiança sistemática com tendências interpretativas;
Rarefação e até desaparecimento das festinhas e de manifestações nos locais de trabalho;	Curto circuito hierárquico;
Medo de boatos e desconfiança em relação aos outros;	Verbalização só em consultório médico;
Morosidade, desânimo, desencorajamento, até a resignação;	Proteger de maneira “ciumenta” seu domínio de trabalho; outra forma é dar aos outros o trabalho que causa pressão;
Sentimento de não reconhecimento dos méritos específicos de cada trabalhador; vivência de injustiça em face dos níveis de remuneração e reconhecimento dos serviços prestados;	Recusar a cumprimentar os colegas;
Tensões entre equipes. Crises no interior de equipes;	Denunciar outros grupos, outros coletivos, outras equipes, como incompetentes, até mesmo como inimigos jurados;
Destruição da confiança recíproca;	Formação de equipes de trabalho fortemente diferenciadas;
Desenvolvimento de um individualismo e de	Evitar todas as ocasiões de discussão, e fora

fechamento de cada um em sua esfera privada.	desses espaços, trabalhar muito (ativismo defensivo) – ruptura de comportamentos e atitudes.
--	--

Fonte: GUIMARÃES (2000 apud SELIGMANN SILVA, 1995).

APÊNDICE H – Quadro 02 – Demandas pela educação

I – Demandas educacionais na sociedade	II – Demandas por educação escolar
<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação ambiental; 2. Educação sobre o patrimônio histórico cultural; 3. Educação para a cidadania; 4. Educação sanitária e de saúde pública; 5. Educação popular; 6. Educação de menores adolescentes; 7. Educação de minorias étnicas: índios; 8. Educação contra discriminações: sexo, idade, cor, nacionalidade; 9. Educação para deficientes; 10. Educação para o trânsito e de convivência em locais públicos; 11. Educação contra uso de drogas; 12. Educação sexual; 13. Educação contra o uso da violência e pela segurança pública; 14. Educação para geração de novas tecnologias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação infantil: creches e pré-escolas; 2. Ensino de 1º e 2º graus; 3. As demandas da Universidade *; 4. As demandas por novas leis educacionais do ensino *; 5. Ensino noturno.

Fonte: GOHN (2005, p. 59).

APÊNDICE I – Relações entre o Estado e o Sindicalismo Docente no Brasil

No que faz referência ao percurso que vai do movimento docente ao sindical, observemos a seguinte proposição:

1. A primeira reunião de professores no Brasil – data de 1873 – na cidade do Rio de Janeiro – participavam professores das municipais – convocados pelo Governo.
2. A segunda reunião de professores – data de 1883 – Rio de Janeiro – Conferência Pedagógica – participavam professores de escolas públicas e particulares da região.
3. Após 1889 – Proclamação da República – o Governo se retraiu acerca das discussões sobre educação e deixaram de convidar os professores para dialogar.
4. Em 1924, foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação) – participavam os professores interessados em assuntos relacionados à Educação.
5. Em 1927 a ABE organizou conferências nacionais em diversas cidades brasileiras, ao todo foram treze, até 1967, e tinha como pauta questões relacionadas à educação nacional.
6. Após o Golpe de 1964 – grandes lideranças consolidadas nas áreas de educação, ciências, tecnologia e artes foram afastadas do país.
7. Em 1970, através da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) teve grande importância no processo de reorganização dos trabalhadores da educação, por ampliar as discussões realizadas nos encontros anuais.
8. Na segunda metade da década de 1970, surgem outras associações e é exatamente nesse período que surge uma multiplicação das associações de docentes do ensino superior e ensino fundamental.
9. Em 1977, surge o CEP (Centro Estadual de Professores) – Rio de Janeiro.
10. Em 1978, é reestruturada a APEOESP (Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).
11. É também em meados de 1970 que surge a CPB (Confederação dos Professores do Brasil) que, em 1987, transformar-se-á em CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). É justamente nesse período que os professores começam a se identificarem enquanto categoria de trabalhadores.
12. Em 1978, surge a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, atualmente, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).
13. Em 1979, é criada a ANDE (Associação Nacional de Educação).
14. Em 1979, começam a se articular CEDES, ANPED e ANDE e prepararam a CEB (Conferência Brasileira de Educação). O tema de interesse era “política educacional” apoiado pelo CEDEC (Centro de Estudo de Cultura Contemporânea).
15. Em 1980, com sede na PUC – SP é realizada a I Conferência Brasileira de Educação.

Diante desse quadro, GADOTTI (1997) faz um percurso do movimento docente no Brasil da criação das Associações, mas a criação dos sindicatos de professores, somente a partir da década de 1960:

1. Em 1960 – Recife – PE – Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB).
2. Em 1962 – CPPB filiou-se à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE), com sede na Suíça, que passa a apoiar financeiramente a Confederação brasileira.
3. De 1973 a 1978, a entidade é ampliada e passa a ser chamada de CPBC (Confederação de Professores do Brasil). Com o crescimento das entidades de classe, começa a ocorrer a dispersão da categoria em outras entidades de classe nacionais.
4. Em 1989, a CPBC muda de estatuto e de nome e passa a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), unindo-se a Federação Nacional de Supervisores do Ensino (FENASA) e Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE), na atualidade, a CNTE é filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores).
5. Em 1981, surge a ANDES como Associação dos Docentes do Ensino Superior e, somente em 1988, tornou-se Sindicato Nacional. Atualmente, é filiado à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Confederação Mundial de Sindicatos Profissionais de Ensino (CEMOP) e à Confederação de Professores da América (CEA).

ANEXOS

ANEXO 01 – Solicitação de autorização para realizar pesquisas na sede do ANDES.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

OFÍCIO N.º 180/2010-PPGE

Em 01 de setembro de 2010

AO PROF. CESAR MINTO
2º SECRETÁRIO
ANDES-SN – CEDOC

Prezado Secretário,

Apresentamos a V.Sª a mestranda Caroline de Souza Cunha, aluna regularmente matriculada na 10ª turma do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

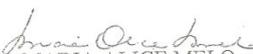
Esclarecemos que a mesma realiza a pesquisa – “Os movimentos sindicais docentes no Estado do Maranhão” sob orientação do Prof. Dr. Antonio Paulino Sousa – objetivando reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes no Estado do Maranhão e o papel que exercem as suas lideranças na década de 1970 aos dias atuais.

O trabalho será desenvolvido através de pesquisas documentais na sede da ANDES-SN - CEDOC.

Na oportunidade, solicitamos a V.Sª que disponibilize as informações necessárias à realização da pesquisa.

Na certeza de contar com a colaboração de V.Sª colocamos o Mestrado em Educação a sua disposição.

Atenciosamente


Prof.ª Dr.ª MARIA ALICE MELO
Coordenadora

*Recebi original em
21/9/2010
Gabinete
Secretaria do ANDES-SN*

ANEXO 02 - Solicitação de autorização para realizar pesquisas na sede da APRUMA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

OFÍCIO N.º 190/2010-PPGE

Em 16 de setembro de 2010

Para
JOSÉ POLICARPO COSTA NETO
Presidente da APRUMA
LOCAL

Senhor Presidente,

Apresentamos a V.S^a a mestranda Caroline de Souza Cunha, aluna regularmente matriculada na 10^a turma do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

Esclarecemos que a mesma realiza a pesquisa – “Os movimentos sindicais docentes no Estado do Maranhão” sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa – objetivando reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes no Estado do Maranhão e o papel que exercem as suas lideranças na década de 1970 aos dias atuais.

O trabalho será desenvolvido através de pesquisas documentais na sede da APRUMA.

Na oportunidade, solicitamos a V.S^a que disponibilize as informações necessárias à realização da pesquisa.

Na certeza de contar com a colaboração de V.S^a colocamos o Mestrado em Educação a sua disposição.

Atenciosamente,

Prof^a Dr.^a *Maria Alice Melo*
MARIA ALICE MELO
Coordenadora

Campus Universitário do Bacanga
Av. dos Portugueses, s/n – • 65085-550 - São Luis - MA
Fone: (98) 3301-8660 – Site: www.educacao.ufma.br – E-mail: meducacao@ufma.br

APRUMA-SS

RECEBIDO

EM, 28/09/2010

[Assinatura]
Assinatura

ANEXO 03 – Relação entre o sindicato e o Governo FHC

Apruma, 19:07 05/07/2000 , ato público

Reply-To: "Apruma" <apruma@elo.com.br>
 From: "Apruma" <apruma@elo.com.br>
 To: "ADs" <adufpa@amazon.com.br>,
 "AGRIPINO JÚNIOR" <agpjr@cds.ufsc.br>,
 "ALCIONE MIRANDA DOS SANTOS" <amiranda@pep.ufrj.br>,
 "ALEXANDRE CESÁ MUNIZ DE OLIVEIRA" <acmo@deinf.ufma.br>,
 "ANDES - SECRETARIA" <secretaria@andes.org.br>,
 "ANDREA MARQUES DA SILVA PIRES" <ananelo@usp.br>,
 "ANTONIO AUGUSTO MOURA DA SILVA" <aasilva@elo.com.br>,
 "ANTONIO BENEDITO DA SILVA" <anbs@elo.com.br>,
 "ANTONIO CARLOS PEREIRA" <acarlos@ufma.br>,
 "ANTONIO JOSÉ SILVA OLIVEIRA" <oliva@ufma.br>,
 "ARÃO NOUGUEIRA PARANAGUA DE SANTANA" <zarpar@spider.usp.br>,
 "AREOLINO DE ALMEIDA NETO" <areolino@dsc.ufma.com.br>,
 "ARIONIVIO SIQUEIRA FREIRE" <asfreire@zaz.com.br>,
 "ANA EMÍLIA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA" <emiliao@elo.com.br>,
 "MARIA INOCÊNCIA ROCHA DE ANDRADE" <ino@elo.com.br>,
 "JOSÉ MENEZES GOMES" <menezesgomes@uol.com.br>,
 "ANSELMO CARDOSO DE PAIVA" <paiva@elo.com.br>,
 "CANDIDA DA COSTA" <candida@prof.elo.com.br>,
 "CARLOS ALBERTO BRANDÃO BARBOSA LEITE" <cbrandao@dee.ufma.br>,
 "CARLOS ANTONIO VANDERLEI GONÇALVES" <cav@ufma.br>,
 "CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA" <karlao@uol.com.br>,
 "CESAR AUGUSTO CASTRO" <castro@elo.com.br>,
 "CONCEIÇÃO DE MARIA DE ARAÚJO RAMOS" <comendos@elo.com.br>,
 "CRISTIANO LEONARPO CAPOVILLA LUZ" <cristianocapovilla@zipmail.com.br>,
 "BENITO NEIVA" <benito@mirante.com.br>,
 "CHICO VIANA" <fviana@elo.com.br>,
 "CNESF" <cn esf@yawl.com.br>,
 "CNTS" <cntssdf@terra.com.br>,
 "COLUNAS" <ph@mirante.com.br>,
 "CONDSEF" <condsef@uol.com.br>,
 "CPT" <cptma@elo.com.br>,
 "DIOMAR DAS GRAÇAS MOTTA" <diomar@elo.com.br>,
 "ALDINAR MARTINS BOTENTUIT" <aldinar@elo.com.br>,
 "ANSELMO CARDOSO DE PAIVA" <paiva@elo.com.br>,
 "CESAR AUGUSTO CASTRO" <castro@elo.com.br>

Subject: ato público
 Date: Wed, 5 Jul 2000 19:07:01 -0300
 X-MSMail-Priority: Normal
 X-Mailer: Microsoft Outlook Express 4.72.3110.5
 X-MimeOLE: Produced By Microsoft MimeOLE V4.72.3110.3

APRUMA CONVOCA

Diante da intransigência e da perversidade do governo Fernando Henrique, que se nega a negociar com os Servidores Públicos Federais em greve há 56 dias e face as últimas mentiras desse governo sobre o reajuste salarial, a APRUMA convoca professores, estudantes, funcionários públicos e a população em geral para o ato em defesa dos serviços públicos e por negociação já!

Amanhã dia 06, às 16 horas, concentração na Praça Deodoro.

Chega de desemprego e salários indignos!

Abaixo a demissão "voluntária"!

Negociação JÁ!

19:07 05/07/2000 , ato público

Associação dos Professores da Universidade Federal do
Maranhão - APRUMA

ANEXO 04 – TCLE – LUÍS ALVES FERREIRA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Este é apenas um exemplo. O pesquisador, de posse dos itens exigidos para o TCLE na Res. CNS 196/96 deverá, após refletir sobre as especificidades de sua pesquisa e elaborar um TCLE adequado)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o movimento sindical docente nas Instituições de Ensino Superior, através do estudo sobre a história da APRUMA. Você foi escolhido por ter sido indicado pelo grupo de diretores da APRUMA como membro fundador do Sindicato. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam e exercem as suas lideranças.

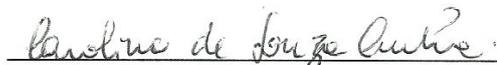
Sua participação nesta pesquisa será significativa, pois se constitui como memória oral, fonte viva para a compreensão dos fatos históricos coletados.

Ao participar, os riscos para você são demonstradas as formas de sua contribuição no processo de elaboração da história do movimento sindical docente de Instituições do Ensino Superior.

Os benefícios da sua participação são de suma importância para o sucesso dessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação, os depoimentos coletados serão enumerados e o nome será substituído por códigos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Para tanto, solicito a autorização para a utilização de seu nome, sua fala e do conteúdo da entrevista que foram concedidas.



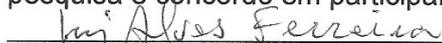
Nome e assinatura do pesquisador: Caroline de Souza Cunha

Endereço: Rua Alpha Crucis, nº 39, Recanto dos Vinhais

Telefone: (098) 32366317 ou (098) 99039677

CEP: 65070-030

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.



Sujeito da pesquisa (ou responsável)

ANEXO 05 – TCLE – MARIA DE FÁTIMA FÉLIX ROSAR

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Este é apenas um exemplo. O pesquisador, de posse dos itens exigidos para o TCLE na Res. CNS 196/96 deverá, após refletir sobre as especificidades de sua pesquisa e elaborar um TCLE adequado)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o movimento sindical docente nas Instituições de Ensino Superior, através do estudo sobre a história da APRUMA. Você foi escolhido por ter sido indicado pelo grupo de diretores da APRUMA como membro fundador do Sindicato. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam e exercem as suas lideranças.

Sua participação nesta pesquisa será significativa, pois se constitui como memória oral, fonte viva para a compreensão dos fatos históricos coletados.

Ao participar, os riscos para você são demonstradas as formas de sua contribuição no processo de elaboração da história do movimento sindical docente de Instituições do Ensino Superior.

Os benefícios da sua participação são de suma importância para o sucesso dessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação, os depoimentos coletados serão enumerados e o nome será substituído por códigos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Para tanto, solicito a autorização para a utilização de seu nome, sua fala e do conteúdo da entrevista que foram concedidas.

Caroline de Souza Cunha

Nome e assinatura do pesquisador: Caroline de Souza Cunha

Endereço: Rua Alpha Crucis, nº 39, Recanto dos Vinhais

Telefone: (098) 32366317 ou (098) 99039677

CEP: 65070-030

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Maria de Fátima Félix Rosar

Sujeito da pesquisa (ou responsável)

ANEXO 06 – TCLE – RAIMUNDO RENATO PATRÍCIO.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Este é apenas um exemplo. O pesquisador, de posse dos itens exigidos para o TCLE na Res. CNS 196/96 deverá, após refletir sobre as especificidades de sua pesquisa e elaborar um TCLE adequado)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o movimento sindical docente nas Instituições de Ensino Superior, através do estudo sobre a história da APRUMA. Você foi escolhido por ter sido indicado pelo grupo de diretores da APRUMA como membro fundador do Sindicato. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam e exercem as suas lideranças.

Sua participação nesta pesquisa será significativa, pois se constitui como memória oral, fonte viva para a compreensão dos fatos históricos coletados.

Ao participar, os riscos para você são demonstradas as formas de sua contribuição no processo de elaboração da história do movimento sindical docente de Instituições do Ensino Superior.

Os benefícios da sua participação são de suma importância para o sucesso dessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação, os depoimentos coletados serão enumerados e o nome será substituído por códigos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Para tanto, solicito a autorização para a utilização de seu nome, sua fala e do conteúdo da entrevista que foram concedidas.

Caroline de Souza Cunha
Nome e assinatura do pesquisador: Caroline de Souza Cunha
Endereço: Rua Alpha Crucis, nº 39, Recanto dos Vinhais
Telefone: (098) 32366317 ou (098) 99039677
CEP: 65070-030

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Raimundo Renato Patrício
Sujeito da pesquisa (ou responsável)

ANEXO 07 – Relação ANDES e CUT, na década de 1980.



COMISSÃO NACIONAL PRÓ-CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES)

A Executiva Nacional da Comissão Pró-CUT, reunida no Rio de Janeiro em 10.12.82, para estabelecer um Plano de Lutas a fim de barrar as investidas do governo contra algumas conquistas salariais da classe trabalhadora, entende que a ameaça iminente do governo de reajustar os salários do funcionalismo público federal abaixo do INPC se constitui numa demonstração inequívoca de aplicação desta política.

A mobilização dos funcionários públicos se expressa neste momento, entre outras manifestações, pela greve de 80 mil funcionários e professores das universidades federais autárquicas em todo o país, que lutam por reposição do poder aquisitivo perdido nos últimos anos, por reajuste salarial no mínimo igual ao INPC, por reajuste semestral e pelo 13º salário para os servidores públicos que ainda não têm sequer este direito.

Enquanto o governo nega as evidentes medidas em preparação para piorar a atual lei salarial, inclusive retirar de todos os trabalhadores o reajuste semestral, no bojo da greve foram descobertos documentos do governo, mantidos até então em sigilo, que suprimem o reajuste semestral dos servidores das fundações universitárias federais.

Estas medidas e a intransigência do governo em não atender às reivindicações dos funcionários e professores em greve são o fruto de uma política de arrocho salarial ditada pela submissão às imposições do FMI e aos credores estrangeiros por causa de uma dívida externa que os assalariados não assumiram mas que o governo quer fazê-los pagar.

Neste sentido apelamos a todas as Intersindicais, Sindicatos e Associações de Classe para que já no início da próxima semana se manifestem publicamente e enviem telegramas ao Presidente da República, exigindo que o reajuste salarial em vias de ser decretado seja no mínimo igual ao INPC.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1982.

Executiva Nacional da Comissão Pró-CUT

10/12

RESULTADO DA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL
PRÓ-CUT/ANDES/CSPB.

Como resultado desta reunião foram tirados os seguintes encaminhamentos:

- 1 - Nota conjunta Pró-CUT/ANDES/CSPB que ressalta a gravidade do momento, e a importância da greve nacional dos docentes e funcionários das IES autárquicas frente a política de arrocho salarial do governo. Além disto, conclama as intersindicais, sindicatos e outras entidades de classe a darem mostras concretas de apoio ao movimento grevista e a participar de atos públicos convocados pelas AD's e AF's.
- 2 - José Francisco da Silva (CONTAG) e Armando Holleberg (Sindicato dos Jornalistas de Brasília), membros da Comissão Nacional Pró-CUT e o Presidente da CSPB, Archimedes Franco, comparecerão ao Comando Nacional de Greve para aceitar a solicitação de audiência e ida à SEPLAN.
- 3 - Será concedida uma coletiva a imprensa pela ANDES e CSPB no sentido de divulgar a greve como uma manifestação de todo o funcionalismo público.

10/12/82



M O Ç A O D E A P O I O

A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT, manifesta todo seu apoio aos docentes das Universidades Federais Fundacionais que estão em greve nacional reivindicando condições dignas de trabalho e salário.

A valorização da educação e da universidade públicas deve ser uma prioridade nacional. Neste sentido, impõe-se a imediata aplicação da Emenda João Calmon que prevê 13% do orçamento fiscal da União aplicada em educação.

A CUT dirige-se à opinião pública, à sociedade civil para que apoie o movimento docente exigindo do Poder Público as medidas urgentes que solucionem a grave crise da Universidade.

São Paulo, 23 de agosto de 1985.


JAIR ANTONIO MENEGUELLI
Presidente Nacional da CUT.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Este é apenas um exemplo. O pesquisador, de posse dos itens exigidos para o TCLE na Res. CNS 196/96 deverá, após refletir sobre as especificidades de sua pesquisa e elaborar um TCLE adequado)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o movimento sindical docente nas Instituições de Ensino Superior, através do estudo sobre a história da APRUMA. Você foi escolhido por ter sido indicado pelo grupo de diretores da APRUMA como membro fundador do Sindicato. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos desta pesquisa são reconstruir a história das práticas dos movimentos sindicais docentes e o papel que exerciam e exercem as suas lideranças.

Sua participação nesta pesquisa será significativa, pois se constitui como memória oral, fonte viva para a compreensão dos fatos históricos coletados.

Ao participar, os riscos para você são demonstradas as formas de sua contribuição no processo de elaboração da história do movimento sindical docente de Instituições do Ensino Superior.

Os benefícios da sua participação são de suma importância para o sucesso dessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação, os depoimentos coletados serão enumerados e o nome será substituído por códigos. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Para tanto, solicito a autorização para a utilização de seu nome, sua fala e do conteúdo da entrevista que foram concedidas.

Caroline de Souza Cunha

Nome e assinatura do pesquisador: Caroline de Souza Cunha

Endereço: Rua Alpha Crucis, nº 39, Recanto dos Vinhais

Telefone: (098) 32366317 ou (098) 99039677

CEP: 65070-030

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Denise Bessa Léda

Sujeito da pesquisa (ou responsável)

ANEXO 09 – Moção de Repúdio

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES E DE FUNCIONÁRIOS DA UNIVERSIDADE
FUNDADA EM 1962 - 1963 - 1964 - 1965 - 1966 - 1967 - 1968 - 1969 - 1970
CASA ESCOLAR, 670
RUA LUIZ DE ALMEIDA

MOÇÃO DE REPÚDIO À PORTARIA 474/67 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Os professores do Departamento de Sociologia e Antropologia, em Assembleia Geral, de 20.10.87, repudiou, em sua íntegra a portaria 474/87 que, submetida a Assembleia Geral da APRUMA e alterada no seu item dois, fora aprovada como documento de repúdio não só daquele Departamento, mas de todo o Movimento Docente da UFMA, considerando os seguintes aspectos:

- 1 - o caráter arbitrário desta portaria, que não contou com a inclusão da ANDES na comissão que propôs o texto sobre funções de confiança, assinado como pela assinatura da portaria pelo então ministro sem a necessária discussão e posicionamento da comunidade universitária;
- 2 - a opção do ministério da Educação pelo privilégio às funções comissionadas da Universidade em detrimento de suas atividades fins: ensino, pesquisa e extensão;
- 3 - os parâmetros escolhidos para determinação dos salários dos funcionários comissionados que são definidos a partir de critérios relativos à carreira do magistério, quando o provimento das referidas funções não presume titulação acadêmica.

Na oportunidade, tanto na Assembleia do Departamento de Sociologia e Antropologia como na Assembleia Geral da APRUMA, os professores deliberaram o encaminhamento desta moção à ANDES e ao MEC.

ANEXO 10 - Carta Aberta dos Programas de Pós-graduação das IFES à CAPES⁶⁷

Rio de Janeiro, 29 de março de 2011

ILMO.SR. Presidente da CAPES
Dr. Jorge Almeida Guimarães
C/C Prof. Dr. Lívio Amaral

Diretor de Avaliação – CAPES

Tendo em vista a recente decisão do Conselho Superior da CAPES, divulgada amplamente em 23 de março de 2011, de não definir a lista tríplice para coordenador da área de Educação e, em contrapartida, instaurar comitê de assessoramento para subsidiar a escolha do coordenador pela Presidência, os coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação vêm por meio desta carta-aberta **ênfatizar a necessidade de que a escolha dos coordenadores de área respeite as indicações majoritárias de nossa comunidade acadêmica.**

Salientamos que nossa escolha não expressa nenhuma posição corporativista. Ao contrário, as indicações realizadas refletem uma ação coletiva de nossa área no sentido de buscar a indicação majoritária de nomes de grande expressão acadêmica que possam dar continuidade à proposta de trabalho em curso, sempre em sintonia com os mais altos interesses acadêmico-científicos. Ressaltamos que a decisão foi motivada pelos avanços da área de Educação durante o último triênio, no sentido de discutir mais amplamente um perfil de área comprometido com a formação de recursos humanos e a pesquisa, assim como com o desenvolvimento social e com uma Educação Básica de qualidade. Como ações nesse sentido, destacamos a ampliação das vagas na pós-graduação, acadêmica e profissional, e o efetivo trabalho de acompanhamento para que tal ampliação se fizesse sem perda de qualidade.

Tendo em vista o debate proposto sobre a possível reestruturação da área, esclarecemos que algumas temáticas de ensino de áreas específicas já são abordadas em linhas de pesquisa nos Programas de Pós-graduação em Educação. Mas permanecem como prioritárias as discussões que são específicas de um campo teórico educacional, as quais justificam os vários Programas específicos nessa área. Não nos furtamos, contudo, a colaborar nesse debate e entendemos que sob a liderança da **Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa** a área de Educação pode repensar com muito mais maturidade e consistência a temática proposta.

Colocando-nos à disposição para fornecer qualquer outra informação requerida por V.Sa. e pela comissão de assessoramento, bem como para dialogar visando à construção dos rumos político-acadêmicos da referida área, subscrevemo-nos.

Alice Casimiro Lopes

Representando os Programas de Pós-graduação em Educação
credenciados na Capes
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁶⁷ A fonte do documento pertence ao grupo <http://groups.google.com/group/ceppianas?hl=pt-BR>.

ANEXO 11 – Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951



Senado **Federal**
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951.

Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, I, da Constituição, decreta:

Art.1º Fica instituída, sob a Presidência do Ministro da Educação e Saúde, uma Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil, Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Art. 2º A Campanha terá por objetivos:

- a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.
- b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a tôdas as oportunidades de aperfeiçoamentos.

Art. 3º Para a consecução dêsses objetivos a Comissão deverá:

- a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;
- b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas, competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;
- c) Promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das

Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Govêrno brasileiro;

d) Promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) Coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por ógãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) Promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados.

Art. 4º Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, o qual será constituído de:

a) contribuições de entidades públicas e privadas;

b) donativos, contribuições e legados de particulares;

c) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades para-estatais e sociedades de economia mista;

d) Renda eventual do patrimônio da Campanha;

e) Renda eventual dos serviços da Campanha.

Art. 5º As contribuições de entidades públicas ou privadas serão utilizadas no mínimo de 50% de seu valor, em programas de interêsse direto para os ramos de atividades das instituições contribuintes.

Art. 6º Os programas de aperfeiçoamento mantido pelos governos locais e entidades privadas que atenderem aos objetivos da Campanha serão considerados como integrantes do plano nacional de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Nesta hipótese, êsses programas poderão ser auxiliados pela Campanha, na forma em que ficar determinado e segundo os critérios que forem estabelecidos pela Comissão instituída no art. 1º.

Art. 7º A Comissão proporá ao Presidente da República, até 31 de dezembro de 1951, a forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha.

Parágrafo único. A Comissão proporá igualmente tôdas as medidas julgadas indispensáveis ao desempenho de suas funções, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º O Presidente da Comissão baixará as instruções necessárias à organização e execução da campanha.

Art. 9º Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e sociedade de economia mista deverão facilitar o afastamento dos seus servidores selecionados para o programa de aperfeiçoamento instituído neste Decreto.

Art. 10. O Banco do Brasil facilitará cambiais para as bolsas concedidas, e, na medida das possibilidades, a transferência dos salários e vencimentos dos beneficiários do programa de aperfeiçoamento.

Art. 11. Os membros da Comissão não perceberão remuneração especial pelos seus trabalhos, mas serão considerados como tendo prestado relevantes serviços do país.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

Francisco Negrão de Lima

Danton Coelho

ANEXO 12 – Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 74.299 - DE 18 DE JULHO DE 1974.

Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

decreta:

Capítulo I

Denominação e Finalidades

Art. 1º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, criada pelo Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964, e reformulada pelo Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970, tem as seguintes finalidades:

I - Colaborar com a Direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na implementação da Política Nacional de Pós-Graduação;

II - Promover a execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas no plano Nacional de Pós-Graduação;

III - Gerir a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, destinados à implantação e desenvolvimento da pós-graduação em geral, na área do Ministério da Educação e Cultura;

IV - Analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) e do DAU, os programas das instituições de ensino superior, relativos a bolsa de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando principalmente ao magistérios superior;

V - Assessorar as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere o item anterior;

VI - Administrar projetos especiais aprovados pelo DAU, que visem à pós-graduação em geral;

VII - Promover ou apoiar a realização de seminários e reuniões em geral para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

VIII - Promover a realização de estudos e pesquisas das necessidades nacionais ou regionais de capacitação de pessoal de nível superior, ou realizá-los diretamente quando constada a conveniência;

IX - Participar da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação a que se refere o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, mediante a identificação das necessidades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e demais condições de funcionamento das instituições de ensino superior relativas ao ensino de pós-graduação;

X - Manter intercâmbio e contatos com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas inclusive internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes, relativos ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

CAPÍTULO II

Estrutura Básica

Art. 2º A CAPES tem a seguinte estrutura:

I - Órgão Deliberativo

Conselho Técnico-Administrativo

II - Órgãos Executivos

a) Diretoria;

b) Divisão Técnica;

c) Divisão de Atividades Auxiliares.

Art. 3º O Conselho Técnico-Administrativo será constituído de 9 (nove) membros.

§ 1º O Diretor da CAPES é membro nato do Conselho Técnico-Administrativo e seu Presidente.

§ 2º Os demais membros do Conselho Técnico-Administrativo serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura, sendo:

a) cinco representantes do Ministério da Educação e Cultura, preferentemente professores de nível superior de áreas distintas do conhecimento e de diferentes regiões do País;

b) um representante do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores;

c) um representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

d) um representante do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

§ 3º Os membros do Conselho Técnico-Administrativo mencionados nas alíneas "b" , "c" e "d" são indicados pelos respectivos Ministros de Estado.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Técnico-Administrativo será de dois anos, renovável por igual período.

Art. 4º O Conselho Técnico-Administrativo, órgão de deliberação coletiva, reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por dois terços de seus membros, até o máximo de oito reuniões anuais, entre ordinárias e extraordinárias.

Art. 5º O Conselho Técnico-Administrativo da CAPES reger-se-á por Regimento Interno próprio aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 6º A CAPES será dirigida por um Diretor, nomeado em Comissão pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições o Diretor da CAPES contará com o apoio de Assessores e Assistentes.

Art. 7º A organização, a competência e o funcionamento dos órgãos mencionados neste Decreto serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura, na forma do artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971.

CAPÍTULO III

Competência dos Órgãos

Art. 8º ao Conselho Técnico-Administrativo compete:

I - Aprovar, para encaminhamento ao DAU, a programação das atividades da CAPES;

II - Manifestar-se antes do encaminhamento, ao Diretor-Geral do DAU, sobre:

a) a proposta orçamentária e o plano anual de aplicação de recursos;

b) a prestação de contas e o relatório anual;

c) o quadro de pessoal e tabelas provisórias.

III - Emitir parecer sobre matéria de sua competência;

IV - Autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos e ajustes;

V - Propor a realização e elaboração de estudos, pesquisas e programas necessários ao funcionamento da CAPES;

VI - Homologar os pareceres relativos à concessão de bolsa de estudo e auxílios individuais ou outros apresentados pela Divisão Técnica.

Art. 9º A Diretoria compete:

I - Promover a execução das medidas emanadas da Direção-Geral do DAU e do Conselho Técnico-Administrativo e adotar as demais providências necessárias ao funcionamento da CAPES;

II - Gerir o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de que trata o artigo 12 deste Decreto, observado Plano de Aplicação aprovado pelo Diretor-Geral do DAU;

III - Administrar programas e projetos de pós-graduação, de âmbito nacional e regional;

IV - Requisitar servidores da Administração Pública Federal direta e indireta, observada a legislação pertinente;

V - Convocar o Conselho Técnico-Administrativo;

VI - Firmar convênios, contratos, acordo e ajustes com órgãos da Administração Pública ou com entidades privadas, inclusive nacionais ou estrangeiras, obedecida a legislação específica e aprovados pelo Conselho Técnico-Administrativo;

VII - Conceder auxílios e bolsas de estudos homologados pelo Conselho Técnico-Administrativo;

VIII - Praticar todos os demais atos que estiverem na sua área de competência.

Art. 10. A Divisão Técnica compete:

I - Elaborar a programação das atividades da CAPES;

II - promover a realização de levantamentos, estudos e pesquisa das necessidades nacionais ou regionais da capacitação de pessoal de ensino superior ou desenvolvê-los diretamente, quando constatada a conveniência;

III - Coordenar e avaliar as atividades de capacitação de pessoal de nível superior promovidas pela CAPES;

IV - Prestar assistência técnica às instituições de ensino superior na elaboração e execução de programas e projetos de pós-graduação;

V - orientar as instituições de ensino superior na elaboração e execução de programas e projetos de bolsa de estudo;

VI - Analisar a viabilidade dos programas e projetos de pós-graduação e de bolsa de estudos, inclusive quanto à compatibilização com o Plano Nacional de Pós-Graduação;

VII - Coordenar programas e projetos de bolsas de estudos reembolsáveis;

VIII - analisar e emitir parecer sobre pedidos de bolsas de estudos e auxílios individuais;

IX - emitir parecer sobre a conveniência do oferecimento de auxílios solicitados para a realização de cursos de atualização, aperfeiçoamento ou especialização, bem como de congressos, simpósios ou reuniões equivalentes;

X - Emitir parecer sobre convênios contratos, acordos e ajustes a serem assinados pela CAPES.

Art. 11. À Divisão de Atividades Auxiliares compete:

I - Centralizar, coordenar e executar as atividades relativas à:

- a) Administração de Pessoal;
- b) Administração de Material e Patrimônio;
- c) Administração de Serviços Auxiliares;
- d) Administração Financeira e Contábil.

II - Propor medidas que visem a melhorar os serviços que lhe estão afetos.

CAPÍTULO IV

Fundo Especial

Art. 12. Para assegurar a autonomia financeira da CAPES nos termos do artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, fica mantido o Fundo Especial instituído pelo artigo 9º do Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970, com a denominação de Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (FAPES).

Parágrafo único. Constituem recursos do FAPES:

- a) as dotações consignadas no orçamento da União;
- b) os recursos extra-orçamentários de fontes internas e externas;
- c) os recursos diretamente arrecadados pela CAPES;
- d) as doações e auxílios;
- e) os repasses de outros fundos;
- f) o saldo verificado no final de cada exercício que constituirá receita do exercício seguinte;
- g) as importâncias revertidas pela anulação de bolsas de estudo e auxílios individuais.

CAPITULO V

Disposições Finais

Art. 13. A CAPES desenvolverá estudos objetivando a implantação de uma sistemática de concessão de bolsas de estudo reembolsáveis.

Art. 14. O Conselho Técnico-Administrativo da CAPES é órgão de deliberação coletiva de 3º grau, de acordo com alínea "c" do artigo 1º do Decreto nº 69.382 de 19 de outubro de 1971.

Art. 15. A implantação da estrutura estabelecida neste Decreto ocorrerá gradativamente, considerando-se implantados os novos órgãos quando publicado o Regimento Interno.

Art. 16. Fica o Ministro da Educação e Cultura autorizado a expedir os atos que se fizerem necessários à execução do presente Decreto.

Art. 17. A tabela discriminativa dos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro de Pessoal resultante das medidas de que trata este Decreto será submetida ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), para posterior aprovação.

Art. 18. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970, e demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ERNESTO GEISEL

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Ney Braga

João Paulo dos Reis Velloso

ANEXO 13 – Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 8.405, DE 9 DE JANEIRO DE 1992.

Texto compilado

Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

~~Art. 2º A fundação Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado.~~

Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. (Redação dada pela Lei nº 11.502, de 2007)

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade

acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte: (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

I - na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância; (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

II - na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

§ 3º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

Art. 3º À fundação Capes serão transferidas as competências, o acervo, as obrigações, os direitos, as receitas e as dotações orçamentárias do órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1º É o Poder Executivo autorizado a transferir para a fundação Capes os imóveis disponíveis da União que sejam necessários ao exercício e ao desenvolvimento das suas atividades.

2º O patrimônio da fundação Capes será ainda constituído pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, inclusive mediante doações e legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 4º Constituem receita da fundação Capes:

I - as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

II - os auxílios e as subvenções concedidas por entidades de direito público ou de direito privado;

III - as rendas de quaisquer espécies produzidas por seus bens ou atividades;

IV - as contribuições provenientes de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - os saldos financeiros dos exercícios;

VI - outras rendas eventuais.

Art. 5º No caso de dissolução da fundação Capes, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União.

Art. 6º São órgãos de direção da fundação Capes:

I - o Conselho Superior;

II - a Diretoria, composta pelo Presidente e pelos Diretores;

~~III - o Conselho Técnico-Científico. Parágrafo único. O Estatuto da fundação Capes disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de que trata este artigo.~~

III - o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior; (Redação dada pela Lei nº 11.502, de 2007)

IV - o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

§ 1º O estatuto da fundação Capes disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de que trata este artigo e sobre a revisão anual das atividades relativas à educação básica. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.502, de 2007)

§ 2º As reuniões deliberativas dos Conselhos Técnico-Científicos serão públicas, ressalvadas as sessões para a apreciação de matéria cujo sigilo seja imprescindível ao interesse privado e da coletividade, previamente justificado. (Incluído pela Lei nº 11.502, de 2007)

Art. 7º São criados os cargos de provimento efetivo e em comissão e as funções de confiança da fundação Capes, na conformidade dos Anexos I e II desta lei.

1º Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo da fundação Capes são os constantes do Anexo III desta lei, vigentes em 1º de novembro de 1991, sobre os quais incidirão as antecipações e os reajustes posteriormente concedidos.

2º As descrições dos cargos de provimento efetivo do quadro da fundação Capes são os constantes do Anexo IV desta lei.

Art. 8º Os servidores atualmente em exercício no órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior poderão optar pela sua integração à fundação Capes, no prazo de trinta dias da data de sua constituição.

Parágrafo único. Aos servidores que não manifestarem a opção referida neste artigo aplicar-se-á o disposto no § 2º do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 9º Os servidores que manifestarem a opção referida no artigo anterior serão enquadrados nos cargos criados por esta lei, com atribuições iguais ou assemelhadas aos que atualmente ocupam, observada a sua qualificação profissional.

Parágrafo único. O enquadramento a que se refere este artigo somente terá validade após homologado pela Secretaria da Administração Federal e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 10. Encerrado o enquadramento previsto nos arts. 8º e 9º desta lei, ficará a fundação Capes autorizada a requisitar servidores da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, em igual número ao de vagas remanescentes de seu Quadro de Lotação.

Art. 11. O Ministro de Estado da Educação, no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação desta lei, adotará as providências necessárias para a constituição da fundação Capes, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. Constituída a fundação Capes, mediante aprovação do seu estatuto, extinguir-se-á o órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a remanejar os créditos orçamentários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para atender às despesas de constituição, instalação e manutenção da fundação Capes.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

José Goldemberg

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.1992

ANEXO 14 – Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.502, DE 11 DE JULHO DE 2007.

Mensagem de Veto

Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 2º e 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2o A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte:

I - na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância;

II - na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.” (NR)

“Art. 6º

III - o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior;

IV - o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

§ 1º O estatuto da fundação Capes disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de que trata este artigo e sobre a revisão anual das atividades relativas à educação básica.

§ 2º As reuniões deliberativas dos Conselhos Técnico-Científicos serão públicas, ressalvadas as sessões para a apreciação de matéria cujo sigilo seja imprescindível ao interesse privado e da coletividade, previamente justificado.” (NR)

Art. 2º São criados, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, os seguintes cargos de provimento efetivo:

I - 140 (cento e quarenta) cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e

II - 270 (duzentos e setenta) cargos de Analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º São criados, no âmbito do Poder Executivo federal, para fins de estruturação da Capes, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS:

I - 3 (três) DAS-5;

II - 13 (treze) DAS-4;

III - 26 (vinte e seis) DAS-3;

IV - 8 (oito) DAS-2; e

V - 2 (dois) DAS-1.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º

I - estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; ou

.....

§ 3º É vedada a acumulação de mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa nos programas de que trata esta Lei.” (NR)

“Art. 2º

III - até o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I do caput deste artigo, inclusive apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério ou a vinculação à programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado; e

.....” (NR)

Art. 5º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva
José Henrique Paim Fernandes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.7.2007

ANEXO 15 – Decreto nº6755, de 29 de janeiro de 2009



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009.

Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 211, **caput** e § 1º, ambos da Constituição, nos arts. 3º, incisos VII e IX, e 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no art. 2º da Lei nº 8.405 de 9 de janeiro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Parágrafo único. O disposto no caput será realizado na forma dos arts. 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e abrangerá as diferentes modalidades da educação básica.

Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;

II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento da escola e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

VIII - a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

IX - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;

X - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

XI - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente; e

XII - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;

II - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;

III - promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;

IV - identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;

V - promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;

VI - ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;

VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;

VIII - promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;

IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e

X - promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

Art. 4º A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação.

§ 1º O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal, e neles terão assento garantido:

I - o Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal;

II - um representante do Ministério da Educação;

III - dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

IV - o dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no Distrito Federal, ou seu representante;

V - um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

VI - um representante do Conselho Estadual de Educação;

VII - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME;

e

VIII - um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.

§ 2º A participação nos Fóruns dar-se-á por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidos no § 1º.

§ 3º A falta da adesão a que refere o § 2º não impede o funcionamento dos fóruns.

§ 4º Poderão integrar os fóruns representantes de outros órgãos, instituições ou entidades locais que solicitarem formalmente sua adesão.

§ 5º Os Fóruns serão presididos pelos Secretários de Educação dos Estados ou do Distrito Federal, cabendo ao plenário dos colegiados indicar substitutos, no caso de ausência ou na falta de adesão de ente da federação.

§ 6º O Fórum acompanhará a execução do plano estratégico e promoverá sua revisão periódica.

§ 7º O Fórum deverá elaborar suas normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais a serem fixados pelo Ministério da Educação, e reunir-se-á, no mínimo, semestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que necessário, em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente.

Art. 5º O plano estratégico a que se refere o § 1º do art. 4º deverá contemplar:

I - diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas;

II - definição de ações a serem desenvolvidas para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; e

III - atribuições e responsabilidades de cada partícipe, com especificação dos compromissos assumidos, inclusive financeiros.

§ 1º O diagnóstico das necessidades de profissionais do magistério basear-se-á nos dados do censo escolar da educação básica, de que trata o art. 2º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, e discriminará:

I - os cursos de formação inicial;

II - os cursos e atividades de formação continuada;

III - a quantidade, o regime de trabalho, o campo ou a área de atuação dos profissionais do magistério a serem atendidos; e

IV - outros dados relevantes que complementem a demanda formulada.

§ 2º O planejamento e a organização do atendimento das necessidades de formação de profissionais do magistério deverão considerar os dados do censo da educação superior, de que trata o art. 3º do Decreto nº 6.425, de 2008, de forma a promover a plena utilização da capacidade instalada das instituições públicas de educação superior.

Art. 6º O Ministério da Educação analisará e aprovará os planos estratégicos apresentados e atuará na forma do art. 9º, considerando as etapas, modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:

I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e

II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.

Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.

§ 3º Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização serão fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e serão ofertados por instituições públicas de educação superior, preferencialmente por aquelas envolvidas no plano estratégico de que tratam os arts. 4º e 5º.

§ 4º Os cursos de formação continuada homologados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES integrarão o acervo de cursos e tecnologias educacionais do Ministério da Educação.

§ 5º Caso a necessidade por formação continuada não possa ser atendida por cursos já homologados na forma do § 4º, a CAPES deverá promover o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos específicos, em articulação com as instituições públicas de educação superior.

§ 6º A CAPES disporá sobre requisitos, condições de participação e critérios de seleção de instituições e de projetos pedagógicos específicos a serem apoiados.

Art. 9º O Ministério da Educação apoiará as ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério ofertadas ao amparo deste Decreto, mediante:

I - concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para professores, na forma da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como auxílio a projetos relativos às ações referidas no caput; e

II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições públicas para implementação de programas, projetos e cursos de formação.

II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições de educação superior previstas nos arts. 19 e 20 da Lei nº 9.394, de 1996, selecionadas para participar da implementação de programas, projetos e cursos de formação inicial e continuada, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992. (Redação dada pelo Decreto nº 7.219, de 2010)

Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de

bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.

§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever:

I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e

II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.

§ 2º Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Art. 11. A CAPES fomentará, ainda:

I - projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais do magistério;

II - projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da educação do campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:

a) graduados não licenciados;

b) licenciados em área diversa da atuação docente; e

c) de nível médio, na modalidade Normal;

IV - projetos de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura;

V - pesquisas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais do magistério;

VI - programas de apoio a projetos educacionais e de pesquisa propostos por instituições e por profissionais do magistério das escolas públicas que contribuam para sua formação continuada e para a melhoria da escola; e

VII - programas que promovam a articulação das ações de formação continuada com espaços de educação não-formal e com outras iniciativas educacionais e culturais.

Art. 12. O Ministério da Educação, ao implementar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, deverá assegurar sua coerência com os processos de avaliação da educação básica e superior, os programas de livro didático, os programas de desenvolvimento da educação, além dos currículos da educação básica e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, à CAPES e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar o apoio financeiro da União com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho, bem como os limites de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.1.2009

ANEXO 16 - Tabela sobre os critérios e indicadores de qualidade de vida no trabalho⁶⁸

Item	Critério	Indicadores
1.	Compensação justa e adequada.	Equidade interna e externa. Justiça na compensação.
2.	Condições de trabalho.	Ambiente físico seguro e saudável. Ausência de insalubridade. Jornada de trabalho razoável.
3.	Uso e desenvolvimento das capacidades pessoais.	Autonomia/estima. Capacitação múltipla. Informações sobre o processo total de trabalho.
4.	Oportunidade de crescimento e segurança.	Possibilidade de carreira. Desenvolvimento pessoal. Estabilidade no emprego.
5.	Integração social na organização	Ausência de preconceitos. Igualdade. Relacionamento. Senso Comunitário.
6.	Cidadania	Direitos garantidos. Privacidade. Tratamento imparcial.
7.	Trabalho e espaço total de vida.	Papel balanceado do trabalho. Estabilidade de horários. Poucas mudanças geográficas. Tempo para lazer e família.
8.	Relevância Social do trabalho	Imagem da empresa. Responsabilidade social da empresa.

⁶⁸ Adaptado pela professora Carla Vaz dos Santos Ribeiro, de WALTON, R. In Davis (1975), durante o Curso de Especialização em Psicologia Social, apresentado durante a disciplina de Psicologia do Trabalho.

ANEXO 17 – Quadro 02 – Organizações de classe

SIGLA	NOME DA ENTIDADE
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior. *
ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. *
ANDE	Associação Nacional de Educação.
ANPAE	Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação.
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *
CPB	Confederação dos Professores do Brasil.
CEDES	Centro de Estudos de Educação e Sociedade.
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores.
CUT	Central Única dos Trabalhadores. *
FENOE	Federação Nacional dos Orientadores Educacionais.
FASUBRA	Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras. *
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
SEAF	Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas.
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas.
UNE	União Nacional dos Estudantes.

Fonte: Gohn (2005, p. 78-79).

Quadro 03 – Outras organizações sociais

SIGLA	NOME DA ENTIDADE
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores.
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação.
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação.
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. *
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Fonte: Gohn (2005, p. 80).

ANEXO 18 – Associações de Professores que integraram a criação da ANDES

ADS de IES Autárquicas:

NOME DA ASSOCIAÇÃO	SIGLA
A.D. da Universidade Federal do Pará	ADUFPA
A.D. da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	ADFCAP
A.D. da Universidade Federal do Ceará	ADUFCE
A.D. da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa	ADUFPB-JP
A.D. da Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande	ADUFPB-CG
A.D. da Universidade Federal da Paraíba – Patos	ADUFPB-Pat
A.D. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	ADURN
A.D. da Escola Superior de Agricultura de Mossoró	ASDESAM
A.D. da Universidade Federal de Pernambuco	ADUFEPE
A.D. da Universidade Federal Rural de Pernambuco	ADUFERPE
A.D. da Universidade Federal Rural de Alagoas	ADUFAL
Associação dos Professores Universitários da Bahia	APUB
Associação dos Professores Universitários de Cajazeiras	ASPEC
Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte	APUBH
Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora	APES-JF
A.D. da Universidade Federal do Espírito Santo	ADUFES
A.D. da Universidade Federal de Goiás	ADUFG
A.D. da Universidade Federal do Rio de Janeiro	ADUFRJ
A.D. da Universidade Federal Fluminense	ADUFF
A.D. da Escola Paulista de Medicina	ADEPM
Associação dos Professores da Univ. Federal de S. Catarina	APUFPR
A.D. da universidade Federal do Rio G. do Sul	ADUFRGS
Associação dos Professores Universitários de Santa Maria	APUSM

ADS de IES Federais Fundacionais:

NOME DA ASSOCIAÇÃO	SIGLA
A.D. da Universidade do Amazonas	ADUA
A.D. da Fundação Univ. Federal do Acre	ADUFAC
Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão *	APRUMA

A.D. da Universidade Federal do Piauí	ADUFPI
A.D.da Universidade Federal de Sergipe	ADUFS
A.D. da Universidade Federal de Uberlândia	ADUFU
Associação dos Professores da Univ. Federal de Viçosa	ASPUV
A.D.da Universidade de Brasília	ADUnB
A.D.da Universidade Federal de Mato Grosso	ADUFMAT
A.D.da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	ADUFMS
A.D.da Fundação Uni.do Rio de Janeiro	ADUNI-RIO
A.D.da Universidade Fed. de São Carlos	ADUFSCar
Associação dos Professores da Fund. Univ.de Rio Grande	APROFURG
A.D.da Univ. Federal de Pelotas	ADUFPel

ADs de IES Estaduais:

NOME DA ASSOCIAÇÃO	SIGLA
A.D. da Fundação Univ. regional do Nordeste	ADURNE
A.D. da Fund. Univ. Regional do Rio G. do Norte	ADFURRN
A.D. da Univ. Estadual de Feira de Santana-BA	ADUFS-BA
A.D. da Universidade Estadual do Rio de Janeiro	ASDUERJ
A.D. da Universidade de Campinas	ADUNICAMP
A.D. da Universidade de São Paulo	ADUSP
A.D. da Universidade Estadual Paulista	ADUNESP
A.D. da Universidade Estadual de Londrina	ADUEL
A.D. do Hospital da Universidade Estadual de Londrina	ADHUEL
A.D. da Universidade Estadual de Maringá	ADUEM

ADs de IES Particulares:

NOME DA ASSOCIAÇÃO	SIGLA
Associação Docente da Universidade Católica de Pernambuco	ADUCAPE
Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás	APUC-GO
Associação Docente da Universidade Santa Úrsula (RJ)	ADUSU
Associação Docente do Centro Unificado Profissional (RJ)	ADCUP
Associação Docente da PUC do Rio de Janeiro	ADPUC-RJ
DOCEND – Associação Docente da Faculdade Notre Dame (RJ)	DOCEND

Associação Docente da Universidade Metodista de Piracicaba	ADUNIMEP
Associação dos Professores da Fac. Osvaldo Cruz (SP)	APROFOC
Associação Docente da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo	ADESP
Associação dos Professores da PUC de Campinas	APROPUC
Associação dos Professores da PUC de São Paulo	APROCUP-SP
Associação Docente da Universidade de Mogi das Cruzes	ADUMC
Associação dos Professores da Fundação Armando Álvares Penteado (SP)	APROFAAP
Associação dos Professores da Escola de Administração de Empresas de SP (FGV)	APEASP
Associação dos Professores da Fundação Educacional de Joinville	APROFEJ
Associação dos Docentes e Pesquisadores da PUC do RS	ADPPUC-RS
Associação Docente da Universidade Federal de Caxias do Sul	ADUCS
Associação Docente da Universidade do Rio dos Sinos (RS)	ADUNISINOS

ANEXO 19 – Estatuto da ANDES

O Estatuto, datado de 1989, encontra-se nos arquivos da ANDES-SINDICATO NACIONAL no Centro de documentação CEDOC, no Grupo de Trabalho História do Movimento docente: GTHMD – Série subsídios teóricos e pode ser visualizado no site do ANDES/SN:

Art. 1º - A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se a partir do II Congresso Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, por prazo indeterminado, em *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, com a denominação de ANDES – Sindicato Nacional*.

Parágrafo único – Por Instituição de Ensino Superior entende-se toda Universidade, conjunto de Faculdades, Faculdade isolada ou ainda Campus Universitário, sempre definido de acordo com a vontade dos docentes diretamente interessados.

Art. 2º - A ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Art. 3º - A ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por finalidades precípuas a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus associados.

Art. 4º - A ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Art. 5º - A ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos:

I – Congregar e representar os docentes das IES de todo o país;

II – Expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES nos planos educacional, econômico, social, cultural e político;

III – Defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

IV – Incentivar a participação dos associados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade;

V – Fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia, nos limites deste Estatuto;

VI – Coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais;

VII – Buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;

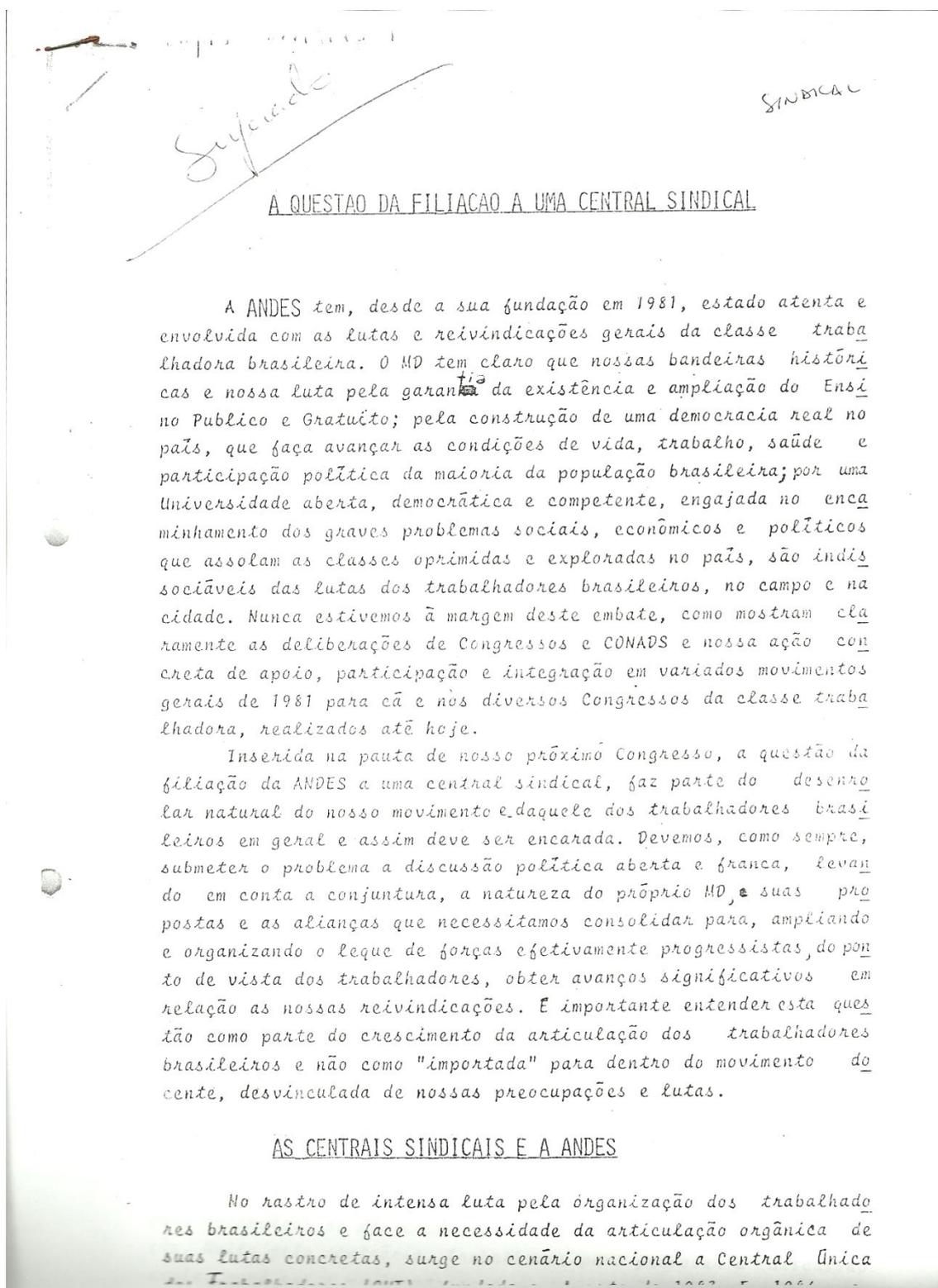
VIII – Buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

IX – Defender a educação enquanto um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares, o direito ao ensino público, gratuito, democrático e laico e de qualidade para todos;

X – Defender a democratização, a autonomia e um padrão de qualidade para as IES do país.

[...].

ANEXO 20 – Filiação a uma Central Sindical



propostas e história.

Desde a sua fundação, baseada na construção de um movimento sindical livre e autônomo, organizado democraticamente a partir da base, com sindicatos desatrelados do governo, sustentados pelos próprios trabalhadores e com eleições livres, diretas e democráticas, e defendendo a unidade da classe trabalhadora na luta contra a exploração e por uma democracia política, social e econômica, a CUT tem, pela sua prática e objetivos, enorme proximidade com aquilo em que se constitui hoje o Movimento Docente a nível nacional. As posturas de denúncia do Colégio Eleitoral, da Constituinte Congressual, da real natureza do pacote econômico, e o apoio a aprovação da convenção OIT 87, são exemplos mais recentes de atitudes semelhantes por parte da CUT e da ANDES. Fri-se-se ainda a combatividade característica das duas organizações na defesa intransigente, sem conchavos, tergiversações ou acordos de gabinete, dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares de seus representados e das parcelas exploradas do povo brasileiro.

Por outro lado, embora inclua setores combativos do movimento sindical e congrege ~~que~~ hoje, parcela significativa de trabalhadores brasileiros (ex CONTAG), a CGT representa de um lado, a tentativa de sobrevivência de uma direção sindical dependente dos patrões, quando não pelega ou o resultado da intervenção da ditadura Vargas na vida sindical brasileira; e de outro, a possibilidade de manter viável o estabelecimento de um "pacto social", um acordo de classes, que proporcione trajeto mais tranquilo ao capital financeiro, em sua busca de manter a hegemonia política e econômica no país durante e após a chamada "transição democrática". O eventual discurso mais radical hoje, contrasta, frequentemente, com a prática de anos a fio de uma parcela ampla e politicamente importante de dirigentes sindicais ligados a CGT e expressa apenas a necessidade conjuntural da sobrevivência política. Esta mesma parcela prefere os caminhos da conversa e conchavo de gabinetes, de acordos de cúpula com empresários e governos, de eleições violentas, antidemocráticas e que com frequência, significam, sem reação da diretoria do sindicato, o desemprego, a lista negra e conseqüente exclusão da categoria, de militantes sindicais de oposição a este estado de coisas. Não é do feitio do HD "administrar" movimentos massivos que surgem quando não dá mais para escamotear as más condições de vida e trabalho e a exploração. Muito pelo contrário. Trabalhamos para promover a discussão ampla, para que o movimento...

formações e propostas, para que cada docente tenha possibilidade real de participação e avaliação política. Em que pese o fato de haver lideranças sindicais autênticas ligadas a CGT, a ANDES tem reiteradas vezes se manifestado e lutado pela extinção completa daquele tipo de prática e proposta de atuação política. Articular-se, organizadamente, na CGT, seria endossar estas práticas, que se não são de todos, o são de uma parcela politicamente significativa. Devemos, por outro lado, estar sempre abertos ao diálogo, propondo e participando de ações conjuntas na defesa e encaminhamento de propostas de interesse comum.

TEMOS UM PAPEL A CUMPRIR

Embora permanentemente dispostos ao diálogo e à negociação, o MD nada tem de dócil. Aprendemos que são a luta e a organização autônoma e democrática as garantias de nossas conquistas e entendemos o valor político da ação conjunta e unitária. Como trabalhadores assalariados da cultura, ciência e tecnologia temos um papel na construção da unidade, na luta e na prática, da classe trabalhadora brasileira, contra a exploração econômica e a dominação política. Neste momento, quando são dadas as últimas cartas políticas para o controle da Constituinte Congressual; quando se desenham sérias ameaças ao Ensino Público e Gratuito e à produção científica e tecnológica no interesse da soberania nacional e da ampla maioria da população brasileira; quando o governo e os grandes interesses bancários e industriais, nacionais e internacionais, planejam a continuidade da exploração com mais legitimidade política e institucional, necessitamos de toda nossa força, organização e unidade para, propondo e apoiando alternativas democráticas, resistir e avançar, na luta renhida que virá a frente. Seremos, efetivamente, tanto mais orgânicos com os interesses da classe trabalhadora brasileira, e da imensa massa de explorados do país, quanto mais desenvolvermos e defendermos políticas para o Ensino, Ciência, Tecnologia, Cultura e Arte que sejam democráticas e do interesse público, nos contrapondo intransigentemente aquelas que favoreçam seu uso para a dominação e a exploração; quanto mais mantivermos o MD unido na perspectiva de uma atuação combativa pautada na democracia a partir de sua base e local de trabalho e na autonomia em relação a partidos e governos; quanto mais aprofundarmos, na prática e coletivamente, como são indissociáveis os objetivos do MD nacional o

FILIAR, JÁ, A UMA CENTRAL ?

Embora reconhecendo a importância política de uma filiação da ANDES a uma das centrais sindicais hoje, necessitamos refletir sobre os eventuais riscos e vantagens que isto acarretaria à nossa capacidade de atuação na conjuntura que temos logo a frente.

De início está claro que o MD tem capacidade de luta e articulação política interna e externa, que não aumentaria significativamente e de imediato, através de uma filiação a uma central. Isto longe de significar ^{ser} isolacionismo, representa algo desejável e uma vitória da nossa organização. De outro lado, a filiação sem dúvida permitiria uma articulação mais orgânica da ANDES com parcelas significativas do movimento sindical, oferecendo a possibilidade de influência ^{político-moral} por dentro da estrutura da Central.

A filiação agora, no entanto, traz também riscos.

Embora este boletim especial represente um esforço da Diretoria de divulgação e discussão da questão, devemos perguntar quão bem e amplamente discutido foi todo este tema em cada local de trabalho, em cada AD. Sem uma discussão de boa qualidade, abrem-se toda uma gama de possibilidades, despolitizantes, de manipulação das opiniões de base que vão desde um retrógrado conservadorismo (o que professores universitários estão fazendo em Centrais operárias?) passando por acusações de instrumentalização partidária da ANDES (isto é coisa do PT!), indo até críticas, supostamente progressistas, de que o Congresso descolou da base, é mera reunião de massa avançada tentando tutelar o MD, passa horas discutindo temas que não são do interesse dos docentes, não representa, enfim, os professores. Claro que este tipo de ação despolitizante tem, frequentemente, origens estritamente partidárias. Mas nem por isto poderá ser menos conturbadora e desagregadora. Nem por isto, deixarão de, eventualmente, complicar a unidade, na base, do MD, tão necessária nos momentos que seguirão a instalação da Constituinte Congressual, em nossas lutas contra o projeto do Genes e pela isonomia salarial em níveis mais dignos, só para citar alguns exemplos. Evidentemente, o risco de termos a tentativa de divisão e cisão no interior do movimento estará excluído, se tivermos ^{uma decisão baseada em} um debate aberto, ~~falso~~, com exame refletido e crítico de toda a questão.

Do ponto de vista da articulação com outros setores é ten-
do em vista o quadro conjuntural brasileiro hoje (apresentado

SBPC, como nosso principal instrumento para obter, a nível nacional e geral, alternativas democráticas às propostas do governo e empresários, e formas amplas e politicamente expressivas de mobilização e pressão. Não subestimamos o papel da ANDES como aglutinadora e intermediária no funcionamento e crescimento do Fórum. Aqui, de novo, a filiação da ANDES a uma das Centrais, se não for o resultado de opção amplamente discutida e amparada pela base, abre espaço para que se criem dificuldades, não só para o papel que nossa entidade tem no processo, como também para o próprio sucesso da iniciativa: toda máquina de propaganda oficial ou estabelecida deverá estar voltada para a tentativa de desmoralização e isolamento de setores combativos independentes como a ANDES e a CUT. Como no risco anteriormente apontado, a manifestação clara da base do movimento é sustentação política mais do que adequada para conformá-lo.

É fundamental, portanto, que estas questões, e outras, afins, sejam discutidas nas Assembléias de eleição de delegados para o próximo Congresso, sendo tiradas posições explícitas por cada IES. Estas posições propiciarão uma análise política por parte do plenário do Congresso, no sentido de mantermos vivas as nossas possibilidades de luta unitária e articulação política a curto e médio prazo. A diretoria da ANDES propõe que cada AD remeta para a coordenação de Relações Sindicais (VP regional S. Paulo, R. Cardoso de Almeida 990, Perdizes S. Paulo Capital), logo após a sua deliberação de Assembléia, um informe da sua decisão, juntamente com um relato do estado do problema naquela IES. Estes dados serão consolidados num relatório que deverá constar do material a ser entregue a cada representante de AD no início do Congresso.

Se a tentativa daqueles que buscam manter o controle político e ideológico do país será desencadear uma ofensiva contra o movimento sindical e as lutas e reivindicações dos trabalhadores, devemos estar constantemente dispostos a articulação e participação nestas lutas, que também são nossas. Não se trata aqui de redefinir, qualificar ou relativizar esta postura, deliberada com clareza no V Congresso e vivida pela ANDES desde o seu berço. Trata-se, isto sim, de cuidar para que o MD a nível nacional permaneça unido na sua trilha combativa, democrática e autônoma, afastando a possibilidade da divisão, despolitização, enfraquecimento e perda de espaço político pelo uso ^{indevido} dado a uma questão que, talvez - as Assembléias o dirão - não esteja suficientemente esclarecida.

Fora do texto

Na mesma linha, empresários e governo acertaram no último dia 4 de outubro em reunião realizada no Hotel Casagrande em Guarujá, com a presença do Ministro Chefe do Gabinete Civil o seu programa para depois das eleições.

São medidas combinadas que propõe o descongelamento e o retorno ao "controle administrativo e seletivo" dos preços; corte no deficit público, com privatização das estatais lucrativas, redução nos investimentos "não produtivos" (saúde e educação, entre outros) e aumento de impostos; acordo com o FMI, captação de novos investimentos multinacionais, desvalorização do cruzeiro, ~~enxugamento de impostos~~; arrocho no congelamento de salários e fim do gatilho de reajuste salarial; ofensiva contra o movimento sindical e as lutas dos trabalhadores.

3

** Temos, a partir do último CONAD,
uma plataforma educacional ampla
e progressista, precisando ainda ser
complementada por uma em relação a
Ciência e Tecnologia, Cultura e Arte.

Modificação na Anál. de Conj.

última página

ANEXO 21 - Tabela⁶⁹ 01 – Reajuste financeiro dos docentes das IFES ano de 2010

Regime de trabalho			Reajuste do Governo 2010	Proposta do ANDES-SN	
Titular	Classe	Nível	Remuneração	Reajuste Ref. 2009	Remuneração
GRADUAÇÃO	Titular	U	4.786,62	4,49%	9.754,99
		4	4.457,12	4,39%	9.255,21
		3	4.231,20	4,21%	9.029,46
		2	4.020,35	4,02%	8.800,65
	Associado	1	3.824,48	3,84%	8.569,27
		4	3.662,97	3,93%	7.651,14
		3	3.578,80	3,94%	7.321,67
		2	3.496,76	3,95%	7.006,37
	Adjunto	1	3.416,79	3,96%	6.704,65
		4	3.275,82	4,05%	6.151,05
		3	3.201,62	4,05%	5.886,19
		2	3.129,27	4,05%	5.632,70
	Assistente	1	3.058,69	4,00%	5.390,16
		4	2.935,45	4,02%	4.945,09
		3	2.869,86	3,96%	4.732,15
		2	2.807,26	3,94%	4.528,39
	Auxiliar	1	2.746,20	3,92%	4.333,40
		4	2.580,63	7,11%	11.510,88
		3	4.911,78	5,76%	10.654,77
		2	4.638,80	4,92%	10.384,77
	1	4.385,44	4,10%	10.111,74	
	4	4.180,44	6,19%	9.028,35	
	3	4.082,61	6,15%	8.639,57	
	2	3.987,27	6,11%	8.267,52	
	Adjunto	1	3.894,34	6,07%	7.911,49

⁶⁹ Tabela publicada no Jornal da ADUA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – Seção Sindical/ANDES – SN; nº 27 – jun./2010.

ESPECIALIZAÇÃO		4	3.730,17	6,08%	7.258,24
		3	3.643,99	6,03%	6.945,70
		2	3.561,37	6,02%	6.646,59
	Assistente	1	3.480,81	6,00%	6.360,38
		4	3.338,75	6,03%	5.835,21
		3	3.264,02	6,01%	5.583,94
		2	3.191,15	5,99%	5.343,50
	Auxiliar	1	3.120,08	5,96%	5.113,41
MESTRADO	Titular	U	7.654,33	15,46%	13.413,11
		4	7.235,20	16,10%	12.725,91
		3	6.852,44	15,98%	12.415,51
		2	6.470,88	15,38%	12.100,90
	Associado	1	6.227,87	16,86%	11.782,74
		4	5.793,14	18,77%	10.520,32
		3	5.623,72	17,93%	10.067,30
		2	5.481,13	17,56%	9.633,76
	Adjunto	1	5.341,47	17,16%	9.218,89
		4	4.985,00	13,93%	8.457,70
		3	4.874,54	13,90%	8.093,51
		2	4.759,71	13,70%	7.744,96
	Assistente	1	4.651,59	13,55%	7.411,46
	DOUTORADO	Titular	4	11.746,29	12,44%
		3	11.424,45	15,86%	16.196,61
		2	11.072,44	15,45%	15.801,56
		2	10.747,10	15,09%	15.401,14
Associado		1	10.446,12	14,77%	14.996,22
		4	7.913,30	10,53%	13.389,50
		3	7.714,90	10,56%	12.812,93
		2	7.521,73	10,59%	12.261,15
Adjunto		1	7.333,67	10,61%	11.733,14

ANEXO 22 – Pauta de discussões do ANDES, década de 1980.

Brasília, 14 de dezembro de 1983

Das Entidades abaixo assinadas

Ao: Exma. Sr. Dr. João Leitão de Abreu

DD. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: Encaminha Reivindicações Servidores Públicos Federais

Senhor Ministro,

A política econômica do Governo vem discriminando de uma forma desumana, de ano a ano, os servidores públicos federais, ao lhes negar reajustes salariais de acordo com a elevação do custo de vida.

Desta forma, os milhares de servidores públicos federais do Brasil e suas famílias estão numa situação insustentável pela deterioração das suas condições de vida e trabalho. Além disso, esta política tem levado a uma progressiva desvalorização do Serviço Público com graves conseqüências para o povo brasileiro.

Assim, pelo presente, apresentamos as reivindicações unitárias dos servidores públicos federais para 1984, que consideramos o mínimo de justiça, pois não contemplam os prejuízos e perdas impostas aos servidores durante todos estes anos:

1 - Reajuste Salarial em janeiro de 84 igual ao INPC anual, sem parcelamento;

2 - Reajuste Semestral igual ao INPC a partir de julho de 84;

3 - Direito à Sindicalização;

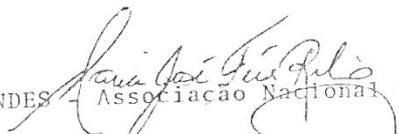
4 - Envio ao Congresso Nacional do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Brasil.

tários e quinquênio para os regidos pela CLT;

6 - Piso salarial de 3 salários mínimos;

A disposição dos servidores públicos federais é de lutar de todas as formas para reverter esta situação de discriminação e injustiça, não aceitando a continuidade desta política. Reafirmamos nosso compromisso com a recuperação da dignidade do trabalho do servidor público e do serviço público como patrimônio da nação brasileira.

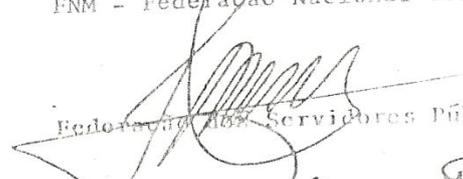
Esperando que o governo modifique sua postura de insensibilidade às nossas reivindicações e anseios, e que compreenda a dramática realidade que atravessamos, renovamos nossas cordiais saudações.

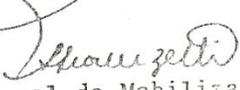

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior


FASUBRA - Fed. das Associações de Serv. das Universidades Brasileiras

UNSP - União Nacional dos Servidores Públicos


FNM - Federação Nacional dos Médicos


Federação dos Servidores Públicos de Brasília


Comissão Nacional de Mobilização dos Serv. Públicos Federais

16/12/83

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIORINFORME: AUDIÊNCIAS COM O DIRETOR GERAL DO DASP E O MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No dia 14 de dezembro próximo passado, os servidores públicos federais foram recebidos, em Brasília, pelo Diretor Geral do DASP, Dr. José Carlos Freire e pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Leitão de Abreu.

1. AUDIÊNCIA COM O DIRETOR GERAL DO DASP:

Estiveram presentes à audiência, as seguintes Entidades: ANDES, CSPB, UNSP, Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos, FASUBRA, Federação dos Servidores Públicos de Brasília, Federação dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, ADUFRJ e ADUFES.

Pela ANDES, estiveram presentes à audiência os diretores: Newton Lima Neto e Maria José Féres Ribeiro. Estavam também em Brasília e participaram da audiência o Presidente da ADUFRJ, Joel Teodósio e a Presidente da ADUFES, Eugênia Célia Raizer.

As várias entidades se manifestaram, colocando os seus problemas e preocupações.

A ANDES enfatizou a crescente insatisfação dos docentes das IES autárquicas no que diz respeito à questão salarial, deixando claro que nenhum dos índices veiculados pela imprensa até aquela data eram satisfatórios. Foi colocado também que os docentes se encontram em crescente processo de mobilização e que o não atendimento das reivindicações deve levar a uma crise sem precedentes na Universidade, no início do ano letivo.

Como o Ministro havia feito referência a "estudos realizados pelo DASP", a ANDES indagou sobre o significado desses estudos, bem como sobre o possível índice do funcionalismo público federal.

O Ministro alegou que não podia dar maiores detalhes sobre tais estudos, mas que o DASP não possuía nenhum índice até aquele momento. Todos os índices noticiados pela imprensa eram do seu total desconhecimento. Disse ainda que o índice, possivelmente, deve ser noticiado após o dia 20/12. "É preciso aguardar que o Ministro volte da Europa", complementou o Dr. José Carlos Freire.

Sobre a questão dos docentes, o diretor do DASP disse que "esse é um problema diferente, tendo em vista o hiato existente entre Autarquias e Fundações". Colocou ainda que há algum tempo, o MEC solicitou um parecer do DASP sobre a transformação das IES Autárquicas em Autarquias Especiais. Naquele momento, o DASP se manifestou contrariamente, "porque as Autarquias Especiais têm que ter ronda própria", o que não corresponde ao caso das IES Autárquicas.

Durante todo o tempo, a ANDES deixou claro que as reivindicações salariais dos docentes (reajuste em janeiro igual ao INFC anual, etc) são as mesmas do conjunto dos servidores.

Encerrando a audiência, o Dr. José Carlos Freire disse que nenhum dos problemas ali colocados eram do seu desconhecimento. Entendia ser importante que o quadro ali descrito fosse levado a outras autoridades, referindo-se, particularmente, à audiência com o Ministro Leitão de Abreu.

OBS.: A audiência com o Dr. José Carlos Freire não estava prevista, Ti

2. AUDIENCIA COM O MINISTRO LEITÃO DE ABREU:

Estiveram presentes à audiência, as seguintes Entidades: ANDES, CSPB, UNSP, Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos, FASUBRA, Federação dos Servidores Públicos de Brasília, Federação dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, ADUFRJ e ADUFES.

PeLa ANDES, esteve presente o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Presidente da Entidade. Estavam também em Brasília e participaram da audiência, o Presidente da ADUFRJ, Joel Teodósio e a Presidente da ADUFES, Eugênie Célia Raizer.

O clima foi de cordialidade e todas as entidades se manifestaram, não havendo muito tempo para que fossem discutidas questões específicas de cada categoria.

A ANDES entregou ao Ministro três ofícios. Um diz respeito às reivindicações salariais dos docentes das IES Autárquicas em conjunto com os servidores públicos federais. (segue cópia em anexo). Esse documento foi elaborado em conjunto com as Entidades de Servidores Públicos, na manhã do dia 14/12, em Brasília. Os outros dois ofícios foram elaborados pelo Prof. Newton Lima Neto, com a colaboração dos colegas da ADUNB e dizem respeito aos seguintes assuntos:

a) reivindicação de que a lei relativa à escolha de dirigentes nas Fundações Federais seja sancionada da forma como foi aprovada no Congresso Nacional;

b) protesto contra a transformação da Universidade de Campina Grande em Fundação, enfatizando que esta não é uma posição apenas dos professores de Campina Grande e sim, de todo o movimento docente.

A ANDES enfatizou que o problema salarial dos docentes das IES Autárquicas tem ligação estreita com a qualidade do ensino e da pesquisa. A crise que a Universidade atravessa é das mais sérias e espera-se que tal situação não contribua para a desagregação dos grupos de pesquisa, que demoram 10 a 15 anos para serem constituídos.

Ficou patente a grande insatisfação e disposição dos docentes em lutar pelo atendimento de suas reivindicações. Foi frisado que o reajuste salarial deve ser igual ao INPC do ano de 1983 e deve ser dado integralmente em janeiro.

Foi desmascarada a falácia de se tentar atribuir à divisão do reajuste salarial dos servidores públicos em duas parcelas, "o caráter do reajuste semestral". Enfaticamente, foi colocado que não aceitamos que o índice de janeiro seja igual ao INPC do semestre.

O Ministro Leitão de Abreu, tal como o Diretor do DASP, também se referiu ao hiato entre Autarquias e Fundações Federais, como um sério problema.

EM TEMPO: Nas duas audiências, esteve presente o Senador Chiarolli.

Juiz de Fora, 15 de dezembro de 1983

Marta José Feres Ribeiro
Marta José Feres Ribeiro
Diretora da ANDES

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES E DE FUNCIONÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 CENTRO DE ESTUDOS, CIÊNCIAS E SERVIÇOS
 QUARTA-COVAL, 670
 91201-900 - Porto Alegre, RS

MOÇÃO DE REPÓDIO À PORTARIA 474/67 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Os professores do Departamento de Sociologia e Antropologia, em Assembleia Geral, de 20.10.87, repudiou, em sua íntegra a portaria 474/87 que, submetida a Assembleia Geral da APRUMA e alterada no seu item dois, fora aprovada como documento de repúdio não só daquele Departamento, mas de todo o Movimento Docente da UFMA, considerando os seguintes aspectos:

- 1 - o caráter arbitrário desta portaria, que não contou com a inclusão da ANDES na comissão que propôs o texto sobre funções de confiança, assim como pela assinatura da portaria pelo então ministro sem a necessária discussão e posicionamento da comunidade universitária;
- 2 - a opção do Ministério da Educação pelo privilégio às funções comissionadas da Universidade em detrimento de suas atividades fins: ensino, pesquisa e extensão;
- 3 - os parâmetros escolhidos para determinação dos salários dos funcionários comissionados que são definidos a partir de critérios relativos à carreira do magistério, quando o provimento das referidas funções não presume titulação acadêmica.

Na oportunidade, tanto na Assembleia do Departamento de Sociologia e Antropologia como na Assembleia Geral da APRUMA, os professores deliberaram o encaminhamento desta moção à ANDES e ao MEC.

FROM : APRUMA

PHONE NO. : 00 55 098 222 4611



APRUMA
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CA. POSTAL-479
Fone: 222-4611
Área de Veneza
Campus Univ. Federal
do Maranhão

Conforme deliberação da Assembléia Geral da APRUMA em 27 de outubro de 1993 encaminhamos este documento com o intuito de apresentar à ANDES-SN e AD's-SS, as denúncias de perseguições políticas feitas por 06 militantes do Movimento Docente, inclusive uma diretora da APRUMA. Estes companheiros do Departamento de Educação Física da UFMA, vêm sofrendo todo tipo de represálias, desmandos, processos e cerceamento de seus direitos democráticos de liberdade de expressão e produção literária, por parte da Administração Superior desta IFES. Tais perseguições se agravaram nestes últimos oito meses e, culminaram num processo criminal por injúria e difamação, promovido pela assessoria jurídica da UFMA, com total anuência da Reitoria.

Os documentos que compõem este dossiê apresentam um breve histórico do caso, explicitando o caráter político das questões, que é velado pelo discurso oficial, bem como evidência uma série de arbitrariedades e punições sobre estes professores.

O fato que desencadeou estes ataques foi o enfrentamento que os companheiros efetuaram, ao encaminhar a deliberação de Assembléia Geral da APRUMA, que optou pela desobediência civil contra as eleições discriminatórias e antidemocráticas para Chefe de Departamento, Coordenador de Curso e Diretor de Centro, propostas pelos Conselhos Superiores e Reitoria da UFMA. Por ter sido o único departamento a cumprir a decisão tomada pelo Movimento Docente, estes professores passaram a representar uma ameaça ao projeto de Universidade, autoritário e despótico, dos dirigentes desta IFES. Foram submetidos a uma intervenção departamental e tiveram suspensas suas assembleias departamentais. Porque, na defesa da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propunham a facultatividade e redirecionamento da prática desportiva na UFMA.

A justificativa oficial para todas estas investidas, era a necessidade intransigente de restaurar a ordem no Deptº de Ed. Física, aliás, um discurso bem conhecido pelo Movimento Docente na época da ditadura militar.

Mesmo sob pressão e ameaças, os companheiros promoveram outras eleições, com parâmetros democráticos, num processo amplamente divulgado e participativo. Neste interim, os fatos se agudizaram, um dos professores foi processado e afastado de suas funções docentes durante a

FROM : APRUMA

PHONE NO. : 00 55 098 222 4611

PC



APRUMA
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CE. JORNAL-115 2241 DE VIVIANÇA
FONE: 222-1111 Campus Universitário
650 17-170

9

A Reitoria não reconheceu os resultados das eleições e apresentou um Parecer elaborado pela Assessoria Jurídica da UFMA civado de inverdades e agravos aos referidos docentes. A reação imediata dos companheiros, utilizando a prerrogativa constitucional do direito de resposta, foi a produção de um documento prolixo, contrapondo-se ao Parecer Jurídico, o que lhes coube um processo no Ministério Público Federal, com o testemunho do Reitor, da Vice-Reitora e do Procurador Geral da UFMA.

Todas as questões supracitadas foram acompanhadas pela APRUMA e o Movimento Docente em Assembléias Gerais, através de sua Assessoria Jurídica, envio de moções, e inclusão durante a greve, na pauta interna de reivindicações.

A guisa de conclusão, ficaram aprovados na última Assembléia Geral da APRUMA no dia 27 de outubro de 1993 algumas propostas na tentativa de reversão do quadro atual, por pressão do M.D. local e nacional:

- 1- Reiteração de assessoramento jurídico da APRUMA na defesa dos docentes;
- 2 - Resgate da dimensão política dos fatos, descaracterizando a esfera pessoal e criminal, indo à imprensa e envolvendo outras entidades;
- 3 - Envio de Dossiê para a ANDES-SN tomar conhecimento e providências;
- 4 - Solicitar moção de repúdio às perseguições políticas aos companheiros da Educação Física no XXVII CONAD.

Prof. Clássia Damiani
Secretária Geral da APRUMA

FAVOR ENTREGAR AO PROF. CAUBIDO AUGUSTO

O ESTADO DO MARANHÃO

CIDADES

São Luís-MA, 19 de agosto de 1994 - sexta-feira

A BRINDO O JOGO

Henrique Schuch
Presidente da Andes

“UFMA vive um contexto difícil”

A reitoria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) dará hoje o parecer conclusivo sobre o processo administrativo contra o professor Adriano Fortes Maia, que foi afastado de suas funções. O afastamento do professor gerou uma série de protestos de professores e alunos da universidade. Para discutir o assunto está em São Luís o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Luís Henrique Schuch.

No entendimento de Schuch, a demissão do professor foi injusta e fere a concepção de universidade. Ele esteve reunido com os professores e o reitor da UFMA, Alcy Melo de Araújo, discutindo questões gerais e internas das universidades. Em entrevista a O ESTADO, o presidente da Andes fez algumas observações sobre o caso Adriano, sobre as universidades brasileiras e sobre o processo de democracia e pluralidade nas instituições de ensino superior do Brasil.

O ESTADO — Qual a avaliação que o senhor faz da Andes neste pouco tempo de sua administração?

Luís Henrique — Nós assumimos a diretoria da Andes há um mês e dez dias. Há uma avaliação de

o desafio de ser um sindicato de base nacional. Neste sentido estamos presente junto às seções sindicais especialmente em momentos importantes.

O ESTADO — Alguma universidade de São Luís passa por algum momento importante?

Luís Henrique — Ontem houve uma assembleia onde discutimos as questões gerais e interna das universidades e estivemos no Cefet também. Estivemos em contato direto com os professores. Tivemos ainda ontem uma reunião na reitoria da UFMA para discutir questões internas, mais especificamente a questão de um professor que foi exonerado. Na perspectiva da Andes o professor foi injustamente demitido.

O ESTADO — O que pensa o Andes sobre a demissão?

Luís Henrique — Achamos injusto. Não se faz a coisa desta maneira. Ou garantimos, especialmente na universidade pública, condições de democracia e pluralidade ou estamos ferindo de morte a própria concepção de universidade. Para lidar com o saber exige-se rigor e este rigor

idade. As pessoas que muitas vezes deveriam defender a instituição, com atitudes imediatistas solapam as próprias condições de sobrevivência da universidade.

O ESTADO — Depois de tantas discussões o senhor poderia fazer um quadro da UFMA?

Luís Henrique — A UFMA se insere em um contexto que é comum a todas as universidades do Brasil. Um contexto de uma universidade que foi distorcida durante muito tempo. Houve uma avidez das forças políticas mais poderosas e usá-la para empreguismo, controle ideológico. Nós tivemos há pouco tempo intervenção militar nas universidades federais com exclusão de docentes e perseguição política. Tudo isso se reflete até hoje associada aos baixos salários e a distância imensa que existe entre a prioridade da retórica e o real oferecimento de condições para o funcionamento do ensino no país. A UFMA vive um contexto difícil da não priorização da educação, além de peculiaridades locais.

O ESTADO — E qual a proposta da Andes para mudar isso?

Luís Henrique — A Andes se organizou em um momento de fechamento político no país. Exatamente pelas pessoas que estavam indignadas pelos desserviços que as universidades vinham desempenhando. Se construiu pelas associações de docentes de todo o país um projeto de universidade que é distinto do projeto que foi implantado especialmente no regime militar, portanto há muita luta para que tenham condições internas e externas para a implantação

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO MARANHÃO – SEÇÃO SINDICAL –
APRUMA-SS, REALIZADA EM 10 DE JULHO
DE 2000

Aos dez dias do mês de julho do ano dois mil, às dezessete horas – após segunda chamada – realizou-se no auditório Cônego Ribamar Carvalho, no Campus Universitário do Bacanga, uma Assembléia Geral Extraordinária da APRUMA-SS, para tratar da seguinte pauta: 1- Avaliação sobre a continuidade da greve; 2- Ações políticas para garantir o cumprimento da decisão judicial de reincorporação dos 26,05 % da URP 3- Deliberar sobre ação judicial para devolução aos professores da UFMA, de diferença de Imposto de Renda, recolhida a mais durante o ano de 1999 e 4- Eleição de representante da APRUMA-SS para a plenária nacional dos SPF's , a se realizar em Brasília –DF no dia 12 de julho próximo. Os trabalhos da Assembléia foram abertos pela professora Rosilda Silva Dias, presidente da entidade, que colocou a proposta de pauta à apreciação. Nesse momento, o professor Vilemar Gomes da Silva propôs que fosse incluída na pauta a indicação de delegado(a) ao CNG-ANDES. Submetida à assembléia, a pauta foi aprovada com a inclusão proposta pelo professor Vilemar. Abertas as inscrições para o primeiro ponto da pauta, o professor Vilemar fez a seguinte proposta de encaminhamento: que fosse feita uma leitura de uma parte do comunicado 20 do CNG-ANDES, mais precisamente sobre o ponto “ **Posicionamento do movimento**”. Esta proposta foi aprovada e a leitura foi efetuada, ao final da qual foram feitas várias intervenções. A professora Cândida Costa Pinto colocou uma preocupação em relação às atividades de estágio no curso de Serviço Social neste período de greve, entendendo que tais atividades deveriam ser vistas como especiais, podendo inclusive contribuir com o conteúdo da greve; ponderou que devemos procurar uma saída unificada da greve para evitar uma saída individualista e/ou corporativista. Em seguida a professora Silvana Martins interviu colocando seu entendimento de que casos especiais ou atividades especiais (que não podem ser paralisadas) são consideradas aquelas que, uma vez interrompidas, traz prejuízos ou danos irreversíveis. Ela continua sua intervenção afirmando que somente o Departamento de Enfermagem encaminhou pedido à comissão de Casos Especiais da greve, no sentido de que as atividades de estágio daquele departamento fossem tratadas como atividades especiais diante da greve. Ainda sobre o primeiro ponto da pauta, os professores Vilemar Gomes, Welbson do Vale Madeira e Josefa Batista Lopes avaliaram que tivemos alguns ganhos com esta greve, tanto sob o ponto de vista político como sob o ponto de vista econômico. O professor Vilemar cita o aumento da “massa salarial” na LDO aprovada pelo Congresso Nacional no último dia 28 de junho e o “memorando de entendimento” aprovado na audiência com o ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e gestão, realizada no dia 06/07/00. Ele defendeu que devemos seguir a orientação do CNG-ANDES, que “**posicionou-se, por unanimidade, favorável à suspensão da greve unificada dos SPF's e de nossa participação nela, indicando, entretanto, que os docentes declarar-se-ão em estado de greve, sustentado por uma agenda de lutas voltada para fortalecer ainda mais o movimento, armando-o para: a) sustentar o embate com o governo/MPOG/MEC no sentido de abrir mesa de negociação com a categoria ou; b) caso isso não ocorra e a conjuntura indique a construção de outras condições objetivas que hoje não estão dadas, retome-se a análise das seguintes possibilidades: 1ª) a continuidade da luta**

sob a forma de greve específica dos docentes; 2ª) a continuidade da luta sob a forma de greve do setor da educação a ser construída em movimento conjunto com FASUBRA, SINASEFE E UNE". Terminada a avaliação sobre a greve, a professora Rosilda Silva Dias encaminhou a votação, na qual a proposta indicada pelo CNG-ANDES, transcrita acima foi aprovada com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis, 3 (três) votos contrários e 2 (duas) abstenções. Como desdobramento dessa votação foi aprovado que a APRUMA-SS deve participar da comissão que irá construir nova proposta de calendário acadêmico da UFMA; que o calendário seja único. Foi aprovado também que a APRUMA-SS deve apoiar os técnico-administrativos enquanto permanecerem em greve. Passando-se ao segundo ponto da pauta, após breve discussão foi aprovado que devemos cobrar da administração da UFMA, o cumprimento da decisão judicial de reincorporação dos 26,05 % relativos à URP e pressionar o judiciário para que sua decisão seja respeitada. Em seguida, considerando a constatação de um recolhimento de Imposto de renda no ano de 1999, acima do previsto em lei, foi aprovado por unanimidade dos presentes, que a APRUMA-SS entre com ação judicial contra a Universidade Federal do Maranhão, no sentido de que seja ressarcido a favor de cada professor dessa Instituição, a diferença de Imposto de Renda recolhida a mais do que o previsto em lei, durante o ano de 1999. Em seguida encaminhou-se a discussão em torno da indicação de representante da APRUMA-SS à plenária nacional dos SPF's (Servidores Públicos Federais) a ser realizada no próximo dia 12 de julho em Brasília-DF. Após breve discussão sobre este assunto, foi eleita a professora **CLÁUDIA ALVES DURANS** como delegada da APRUMA-SS à referida plenária. A professora **CLÁUDIA ALVES DURANS** foi indicada representante da APRUMA-SS também ao CNG-ANDES. Nada mais havendo a ser tratado e, portanto, nada mais havendo a ser registrado nesta, eu, Vilemar Gomes da Silva – Secretário Geral da APRUMA-SS – lavrei a presente ata que, será assinada por mim e por quem de direito queira. São Luís, 10 de julho de 2000.

Vilemar Gomes da Silva
(Secretário Geral da APRUMA-SS)

vilemar gomes da si, 20:40 27/07/2000 , RESPOSTA DE AG DA APRUMA AO IT

From: "vilemar gomes da silva" <vilena@uol.com.br>
 To: <andes-sn@server.andes.org.br>, <apruma@elo.com.br>, "Josefa Batista Lopes" <josefablopes@uol.com.br>
 Cc: <andes-sn@server.andes.org.br>
 Subject: RESPOSTA DE AG DA APRUMA AO ITEM- I I DA REUNIÃO DO SETO R- IFES
 Date: Thu, 27 Jul 2000 20:40:29 -0300
 X-MSMail-Priority: Normal
 X-Mailer: Microsoft Outlook Express 4.72.2106.4
 X-MimeOLE: Produced By Microsoft MimeOLE V4.72.2106.4

Ao Comando Nacional de Mobilização do Setor das IFES

Companheiros

Em Assembleia Geral da APRUMA-SS, realizada ontem, quarta feira (26 / 07 / 00), discutimos e aprovamos a realização de várias eventos tais como: seminários, Congresso, atos públicos, etc a serem trabalhadas junto aos professores da UFMA, através dos CPs locais. Entendemos que, com a suspensão da greve unificada dos SPPs e da nossa especificamente, devemos não somente ir aos setores (Departamentos, salas de aula, etc.) da Universidade, mas também promover o debate sob varias formas e sobre vários temas.

Discutimos também problemas gerados pela Pró-reitoria de Ensino da UFMA em relação ao calendário acadêmico desta Instituição, onde houve uma tentativa clara de desmoralização da nossa greve, uma vez que a referida Pró-reitoria estabeleceu datas para defesa de monografia, colação de grau e inscrições ao próximo período, como se não tivesse havido a greve dos professores e a continuidade da greve dos técnico-administrativos.

Discutimos também, o RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES DO ANDES-SN, realizada em 22 de julho de 2000 em Brasília. A propósito, fizemos uma avaliação da greve, nas suas partes e na sua totalidade, para subsidiar a nossa posição em relação à **retomada ou não da mesma**, respondendo portanto à questão constante do referido relatório, mais precisamente, no seu item I I - ENCAMINHAMENTOS - a) Movimento Unificado dos SPPs ... e b) Setor das IFES...

Entendemos que toda greve proporciona, pelo menos, aumento no nível de politização, tanto no seio da categoria, quanto junto aos demais trabalhadores. Com esta greve não foi diferente. Por outro lado, a suspensão desta greve se deu, não pelo fato de estarmos dando um "voto de confiança ao governo", mas pelas dificuldades que tivemos em fazer a greve se fortalecer nacionalmente no conjunto dos SPPs e , em particular, no conjunto dos professores das 52 IFES . Atingimos um ponto alto com 33 IFES mas não conseguimos ampliar e/ou radicalizá-la. A nível local, realizamos várias ações importantes de radicalidade em conjunto com os técnico-administrativos e estudantes; fizemos um dia denominado ' A Universidade na Praça ' mas com pouquíssima participação dos professores em todas elas. Uma parte deles não aderiram, se quer, à paralização durante a greve, já tendo inclusive concluído suas atividades do período.

Portanto, com base na avaliação feita acima, deliberamos:
 a) Em não concordar com o indicativo de retomada da greve nacional Unificada dos SPPs nas hipóteses explicitadas no referido relatório.

b) Em não concordar com a greve específica do setor das IFES nas hipóteses explicitadas no referido relatório, pelas mesmas razões já referidas em a)

Sendo o que tiamos para o momento, enviamos nossas saudações sindicais

Vilemar Gomes da Silva
 (Secretário Geral da APRUMA-SS)

ANDES 28 07 00
 RECEBIDO EM
 DE 28/07/00
 APROVADO EM 02 08 100
 0347
 OK / CHM
 OK / CHM
 Assinatura

Printed for ANDES Sindicato Nacional <andes-sn@andes.org.br>

1

Cópia p/ Secretaria OK